



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RAFAELLE FLAIMAN LAUFF

**DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ESPÍRITO-SANTENSES
NA ANTESSALA DA DITADURA DO ESTADO NOVO
(1930-1937)**

VITÓRIA
2018



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

RAFAELLE FLAIMAN LAUFF

**DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ESPÍRITO-SANTENSES
NA ANTESSALA DA DITADURA DO ESTADO NOVO
(1930-1937)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado) do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, na área de concentração Docência, Currículo e Processos Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Helena Silva Simões

VITÓRIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecário: Clóvis José Ribeiro Junior – CRB-6 ES-000383/O

L373d Lauff, Rafaelle Flaiman, 1980-
Diretrizes para formação de professores espírito-santenses
na antessala da ditadura do Estado Novo (1930-1937) / Rafaelle
Flaiman Lauff. – 2018.
250 f. : il.

Orientador: Regina Helena Silva Simões.
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Ditadura – Espírito Santo (Estado) – Educação – História.
2. Educação – Espírito Santo (Estado) – História. 3. Professores
– Formação. I. Simões, Regina Helena Silva, 1952 -. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.
Título.

CDU: 37

RAFAELLE FLAIMAN LAUFF

**DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ESPÍRITO-SANTENSES
NA ANTESSALA DA DITADURA DO ESTADO NOVO
(1930-1937)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado) do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, na área de concentração Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Aprovada em.....de..... de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr.^a Regina Helena Silva Simões
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Dr.^a Janete Magalhães Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo

Dr.^a Maria Alayde Alcantara Salim
Universidade Federal do Espírito Santo

Dr. Antonio Henrique Pinto
Instituto Federal do Espírito Santo

Dr.^a Maria Rita de Almeida Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Dedico este trabalho aos meus pais, Walter e Alice, e aos meus irmãos, Alexander e Flávia.

Às memórias de tia Irma e tio Eduardo, que me inspiraram a seguir a vida acadêmica.

A Ohana, que me acolhe com tanto carinho.

Aos professores que me ofereceram, para além dos estudos, uma formação humana.

AGRADECIMENTOS

Pelas conquistas, força, carinho, oportunidades, alegrias e por tudo que aprendi durante esta trajetória, meus mais sinceros e profundos agradecimentos:

À professora Regina Helena Silva Simões, orientadora no curso de doutorado, pelo seu apoio e empenho na realização deste trabalho, com dedicação, carinho e responsabilidade, gerando as condições favoráveis para a materialização deste objetivo; com quem aprendi o rigor acadêmico e a leveza na vida; seu trabalho e suas reflexões à frente da disciplina História da Educação me inspiraram e me transformaram; pude contar com sua sabedoria em uma situação acadêmica singular e em momentos cruciais;

Ao professor Joaquim Pintassilgo, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pelo aceite para o estágio sanduíche internacional e apoio, integração e orientação oferecidos durante a estadia em Lisboa, Portugal; pela experiência acadêmica e cultural nas terras lisboetas, além da amizade que oferece com sinceridade aos seus alunos;

Aos professores Janete Magalhães Carvalho, Maria Alayde Alcantara e Salim Antônio Henrique Pinto, pelo aprendizado acadêmico e pela leitura, acompanhamento, contribuições fundamentais para a concretização da investigação e participação na avaliação do trabalho;

À professora, Maria Rita de Almeida Toledo, orientadora no mestrado, pelo apoio em uma ocasião difícil durante o processo do doutorado, pela atenção e aceite para participar da avaliação da pesquisa e pelas sugestões que enriqueceram o debate;

Aos professores e funcionários do PPGE-Ufes, pelos ensinamentos e assistência, pela competência e dedicação com que colaboraram no processo de doutoramento e na efetivação do estágio sanduíche em Portugal;

À Rosianny Campos Berto, que me incentivou a ingressar no doutorado e sugeriu a ideia inicial do projeto de pesquisa, pelas contribuições e parceria;

À Elda Alvarenga, pela cooperação imprescindível durante o curso de doutorado e na busca pelas fontes de pesquisa;

À Ana Lúcia de Souza Abenassiff, amiga na escrita, sua colaboração no processo de produção do texto e amparo nos momentos de angústia foi essencial; à sua família, Marilene, Gilberto, Gil e Danilo, que me acolheram carinhosamente;

Aos amigos do grupo Nucaphe, companheiros na historiografia capixaba, que compartilharam comigo esses momentos de aprendizado, representado por Rosianny, Elda, Ingrid, Miriã, Tatiana, Gustavo, Valter, Rita, Ariadne, Karen, Rosângela, Paula, Carolina, e à Fernanda Becalli, que nos acompanhou nos momentos de congressos, pelo carinho e apoio na pesquisa;

Às amigas de estudos em Lisboa, Portugal, Gislaine Aparecida Valladares de Godoy e Josineide Siqueira, com quem compartilhei reflexões inesquecíveis, pelo companheirismo e ensinamentos durante nossa estadia longe da família; e aos amigos que me fortaleceram, Jailma Almeida Ferrari, Danielle Dall'Orto, Ingrid de Freitas Schmitz de Alencar, Deane Monteiro Vieira Costa, Célio Juvenal Costa e Jussara Marques de Macedo;

Ao grupo de pesquisa *Inovar*, do IE-ULisboa, especialmente à professora Maria João Mogarro e aos colegas Alda, Adriana, Marcio, Mayra, Thais, Percilda, Rita, pela receptividade e estima; e à professora Ana Isabel Madeira pela hospitalidade inicial em Portugal;

Aos demais colegas da Turma 11 de Doutorado em Educação, notadamente Erineusa, Fabio, Rosinei e Marlinda, por partilharem as lutas e aprendizados na trajetória do curso;

À Lilian Moreira, que tive o prazer de conhecer durante um congresso, pela correção gramatical do texto;

Aos funcionários dos arquivos e acervos do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Lisboa, pela disponibilidade em ajudar;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – Fapes, pela Bolsa de Estudo oferecida durante o período do curso;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes, pela contemplação da Bolsa de Estudo para o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior;

À minha família: aos meus pais, Walter e Alice; aos meus irmãos, Alexander e Flávia; aos parentes que, pelo constante incentivo no desempenho dos trabalhos educacionais e na vida, em todas as circunstâncias, valorizaram todos os meus passos na busca dos meus objetivos, em suas manifestações de apoio e carinho.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a investigar diretrizes educacionais e processos de formação de professores para o ensino primário no Espírito Santo, na transição entre a reforma da Escola Ativa realizada no Espírito Santo (1928-1930) e as reformulações educacionais operadas durante o governo intervencionista de João Punaro Bley, após a Revolução de 1930 e antes da Ditadura do Estado Novo. Nessa esteira, busca ainda identificar as diretrizes traçadas para a formação e a prática de professores e seus desdobramentos no Espírito Santo, além de delinear, nessas diretrizes, o que se apresentava como inovação no campo da Pedagogia e das políticas para a educação e que permanências e discontinuidades podem ser lidas (a contrapelo) em relação à reforma escolanovista imediatamente anterior à intervenção federal. Investiga estratégias utilizadas para definir o projeto de remodelação do ensino após a deposição – pela Revolução de 1930 – da equipe de governo responsável pela reforma da instrução pública capixaba, que teve como base os preceitos da Escola Ativa. No que tange à prática historiográfica, os interlocutores privilegiados são Carlo Ginzburg (2001, 2002, 2003, 2007), Marc Bloch (2001) Enrico Castelnuovo (GINZBURG; CASTELNUOVO, 1989) e Roger Chartier (1990, 1991). Foram privilegiados enquanto fontes de pesquisa documentos tais como: mensagens de governo, relatórios da Secretaria de Instrução, matérias publicadas na imprensa periódica local, nacional e internacional, relatórios de inspeção, leis, decretos e material bibliográfico. O conjunto de fontes examinadas abrangeu documentos como: mensagens de governo, relatórios da Secretaria de Instrução, matérias publicadas na imprensa periódica local, relatórios de inspeção, leis, decretos e material bibliográfico. Identificaram-se diretrizes relacionadas ao civismo, à moral católica e à pedagogia nova. O objetivo de unificação do ensino normal buscava a construção da *Pátria Brasileira*, por meio da formação do *homem novo*. No Espírito Santo, os agentes educacionais, formadores de professores, deixavam claro sua opção pelos alicerces do catolicismo. Nuances entre *velho* e *novo* puderam ser percebidas nos modelos pedagógicos adotados nas escolas capixabas, as quais não aboliam totalmente os *velhos* métodos de ensino, ou seja, os *antigos* procedimentos pedagógicos misturavam-se aos denominados *novos*. O curso normal foi expandido para a região sul espírito-santense, com polos nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Muqui. O Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico aconteceu na cidade

de Alegre, buscando, de forma autoritária, a padronização de procedimentos de ensino com base em uma pedagogia intuitivo-ativa. O Governo Bley preferiu não trazer técnicos de fora do Estado para preparar o magistério local, ao contrário, enviou alguns professores capixabas para aprender as novidades pedagógicas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Priorizou, ainda, a formação por meio da leitura individual do professorado, criando uma seção intitulada *Vida Educacional*, no jornal *Diário da Manhã*, e a *Revista de Educação*, equipando as Bibliotecas Irradiantes e Circulantes com publicações indicadas por Lourenço Filho referentes à Escola Nova. Contudo houve baixa procura dos professores por essas leituras. A expansão do ensino normal foi acompanhada de uma formação docente voltada para a praticidade e com esvaziamento teórico.

Palavras-chave: História da Educação do Espírito Santo. Formação de Professores. Ditadura do Estado Novo.

ABSTRACT

This research investigates educational policies and elementary school teacher education during the transition from the New School (1828-1930) to the educational reforms by interventionist governor João Punaro Bley in Espírito Santo after the 1930 Revolution that preceded the New State dictatorship. We seek to identify the policies designed for teacher education and teaching practice as well as their developments in Espírito Santo, in addition to outlining what was presented as innovative pedagogy and educational policies. Permanent and provisional policies during the federal intervention are examined in terms of their commonalities and differences in relation to those that came just before, during the New School. We look at the strategies used to define the remodeling of teaching after the 1930 Revolution overthrew the Government staff in charge of the *capixaba* public education reform that was based on the precepts of the Active School. The historiography is built upon a dialogue with Carlo Ginzburg (2001, 2002, 2003, 2007), Marc Bloch (2001) Enrico Castelnuovo, Marco Poni (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989) and Roger Chartier (1990, 1991). The sources we resorted to include government mail; Education Office reports; local, national and international newspaper stories; Inspector reports, the legislation, decrees and bibliographic material. The set of sources examined included documents such as government messages, Secretariat reports, materials published in the local periodical press, inspection reports, laws, decrees and bibliographic material. Guidelines for civics, Catholic morality and new pedagogy were identified. The goal of unification of normal teaching sought the construction of the Brazilian homeland, through the formation of the new man. In Espírito Santo, educational agents, teacher educators, made clear their choice for the foundations of Catholicism. Nuances between old and new could be perceived in the pedagogical models adopted in the schools, which did not totally abolish the old methods of teaching, that is, the old pedagogical procedures were mixed with the so-called new ones. The normal course was expanded to the southern region of Espírito Santo, with poles in the cities of Cachoeiro de Itapemirim, Alegre and Muqui. The first Congress of Pedagogical Improvement happened in the city of Alegre, searching in an authoritarian way, the standardization of teaching procedures based on an intuitive-active pedagogy. The Bley Government preferred not to bring technicians from outside the State to prepare the local teaching, instead sent some teachers to learn the pedagogical innovations in São Paulo and Rio de Janeiro.

It also prioritized the training through individual reading of the teaching staff, creating a section entitled *Educational Life* in the newspaper *Diário da Manhã* and the *Journal of Education*, equipping the Radiating and Circulating Libraries with publications indicated by Lourenço Filho referring to the New School, however there was low demand of teachers by these readings. The expansion of normal education was accompanied by a teacher training focused on practicality and with theoretical emptying.

Key-words: History of Education in Espírito Santo. Teacher education. New State dictatorship.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Exposição Geral dos métodos de ensino empregados no Colégio Pedro II.....	109
Imagem 2 – Aula prática de uma normalista na Escola Normal Pedro II.....	112
Imagem 3 – Aula prática de uma normalista na Escola Normal Pedro II.....	112
Imagem 4 – Plano de aula proposto por uma normalista.....	117
Imagem 5 – Regiões Escolares.....	141
Imagem 6 – Detalhe no Mapa das Regiões Escolares.....	142
Imagem 7 – Capa da edição 17-18-19 da Revista de Educação (1935).....	147
Imagem 8 – Sumário da Revista de Educação em edição especial para o CAP.....	149
Imagem 9 – Imagem de Getúlio Vargas logo no início dos Anais do CAP.....	151
Imagem 10 – Comitiva de Bley e demais autoridades da educação capixaba.....	151
Imagem 11 – Destaque dado a Carlos Gomes de Sá.....	152
Imagem 12 – Destaque dado ao Capitão Wolmar Carneiro da Cunha.....	153
Imagem 13 – Destaque dado a João Bastos.....	153
Imagem 14 – Destaque dado a Olívio Correia Pedrosa.....	154
Imagem 15 – Banquete oferecido pelo prefeito de Alegre.....	155
Imagem 16 – Plano de aula sugerido por Placidino Passos.....	159
Imagem 17 – Plano de aula sugerido por Placidino Passos.....	160
Imagem 18 – Aula prática de sistema métrico por Placidino Passos.....	161
Imagem 19 – Plano de aula proposto por Oswaldo Marchiori.....	162
Imagem 20 – Plano de aula proposto por Oswaldo Marchiori.....	163

Imagem 21 – Aula de História Pátria pela prof. ^a Enoe Bruzzi Vieira (do Grupo Escolar de Muquy)	164
Imagem 22 – Anúncio do livro de Claudionor Ribeiro.....	167
Imagem 23 – Página destinada à seção Vida Educacional no Diário da Manhã.....	169
Imagem 24 – Obras do acervo da Biblioteca Irradiante em 1934.....	177
Imagem 25 – Consulta em 29 de janeiro de 1934 na Biblioteca Irradiante.....	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eventos organizados pela ABE.....	47
Quadro 2 – Setores do Departamento de Educação (1937).....	69
Quadro 3 – Distribuição das despesas do Departamento de Educação (1937).....	70
Quadro 4 – Funcionários do Departamento de Educação (1937).....	71
Quadro 5 – Funcionários da Escola Normal Pedro II (1937).....	71
Quadro 6 – Valores dos salários do pessoal da educação primária em 1937.....	72
Quadro 7 – Disciplinas do curso normal capixaba no início do Século XX.....	74
Quadro 8 – Curso Normal no Espírito Santo em 1909.....	75
Quadro 9 – Curso Normal no Espírito Santo em 1914.....	76
Quadro 10 – Curso Normal no Espírito Santo em 1926.....	76
Quadro 11 – Curso Normal no Espírito Santo em 1930.....	77
Quadro 12 – Distribuição das disciplinas no Curso Normal capixaba.....	79
Quadro 13 – Escolas que possuem Carta de Ensino Intuitivo.....	120
Quadro 14 – Termos de Visitas (Fundo da Educação – Apees).....	121
Quadro 15 – Verbas para a educação no ES.....	133
Quadro 16 – Artigos publicados na coluna Vida Educacional.....	171
Quadro 17 – Artigos publicados na seção de página inteira Vida Educacional.....	171
Quadro 18 – Artigos publicados na seção de página inteira Vida Educacional.....	171
Quadro 19 – Artigos publicados na seção de página inteira Vida Educacional.....	172

Quadro 20 – Artigos publicados na seção de página inteira Vida Educacional.....	172
Quadro 21 – Artigos publicados na seção de página inteira Vida Educacional.....	172
Quadro 22 – Aquisições da Biblioteca Irradiante em 1934.....	175
Quadro 23 – Aquisições da Biblioteca Irradiante em 1934 – Livros indicados por Lourenço Filho.....	176
Quadro 24 – Número de consultas na Biblioteca Irradiante em 1934.....	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Esquema da Secretaria de Educação e Saúde Pública (1937)	69
Gráfico 2 – Quantidade de obras consultadas na Biblioteca Irradiante em 1934 por temas	180

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABE-ES	Associação Brasileira de Educação – Departamento do Espírito Santo
Apees	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
BN	Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro
BPES	Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha
CAP	Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar do Espírito Santo
Capes	Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFNE-ABE	Conferência Nacional de Educação – Associação Brasileira de Educação
CFNE-Mesp	Conferência Nacional de Educação – Ministério da Educação e Saúde Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSCP	Curso Superior de Cultura Pedagógica
DE	Departamento de Ensino
EN	Escola Normal
Fapes	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
FNFI	Faculdade Nacional de Filosofia
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas – História, Sociedade e Educação no Brasil
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Mesp	Ministério da Educação e Saúde Pública
Nucaphe	Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGHIS	Programa de Pós-Graduação em História
RBE	Revista Brasileira de Educação
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
REES	Revista de Educação do Espírito Santo
SCEC	Serviço de Cooperação e Extensão Cultural
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	19
Capítulo I – Pressupostos da pesquisa	29
1.1 A noção de <i>velho x novo</i> na historiografia brasileira.....	29
1.2 Interloquções com estudos sobre o tema investigado.....	33
1.3 Sobre a prática historiográfica.....	40
1.4 As fontes.....	43
Capítulo II – Formação de professores no Brasil no início do Século XX..	45
2.1 Marcos legais e formação de professores no Brasil.....	46
2.2 Reformas do ensino e formação de professores capixabas.....	54
2.2.1 O processo histórico espírito-santense de reformulação do ensino no início do século XX.....	54
2.2.2 Regulamentações referentes ao professorado capixaba na antessala do Estado Novo.....	60
2.2.3 Organização da Secretaria de Educação e Saúde Pública.....	68
2.2.4 A Escola Normal do Espírito Santo: a formação de professores como eixo de sustentação das reformas da educação.....	72
Capítulo III – Diretrizes para formação do magistério capixaba na antessala do Estado Novo	83
3.1 Diretrizes associadas ao civismo.....	86
3.2 Diretrizes associadas à moralidade.....	93
3.3 Diretrizes associadas à Pedagogia.....	105
Capítulo IV – A Renovação do ensino no Espírito Santo de 1930 a 1937...	131
4.1 Expansão do Ensino no Espírito Santo.....	131
4.2 Formação em serviço: Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico.....	138
4.2.1 Elementos da materialidade dos Anais do CAP: capa, sumário e imagens veiculadas.....	146
4.2.2 Aulas-modelo: Imagens, planos de aulas e sátira.....	155

4.3 Publicações destinadas aos professores: formação por meio da leitura....	167
4.3.1 Vida Educacional.....	168
4.3.2 Biblioteca Pedagógica.....	173
4.3.3 Conceitos pedagógicos que circularam na <i>Revista de Educação</i>	182
Considerações Finais	194
Referências	202
Fontes	208
Apêndice	222
Anexos	231
Anexo A: Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes.....	232
Anexo B: Sátira apresentada no CAP.....	236
Anexo C: Programa do CAP.....	241
Anexo D: Lista dos professores da Escola Normal Pedro II em 1942.....	249

INTRODUÇÃO

Este estudo – associado ao Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe) e à linha de pesquisa Docência, Currículo e Processos Culturais, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) – investiga diretrizes educacionais e processos de formação de professores para o ensino primário no Espírito Santo operados durante o governo de João Punaro Bley, após a Revolução de 1930¹ até a instalação da Ditadura em 1937.

Três experiências acadêmicas constituíram esta proposta e contribuíram para sua efetivação: a pesquisa em nível de mestrado², na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Maria Rita de Almeida Toledo, em que a análise do impresso *Revista de Educação*, publicado no Espírito Santo de 1934 a 1937, apontou questões historiográficas a serem estudadas sobre a formação de professores capixabas nesse recorte temporal; a inserção no grupo Nucaphe por meio do doutorado em Educação pelo PPGE-Ufes³, em que as discussões sobre os trabalhos ali produzidos, os quais enriquecem a historiografia espírito-santense, abriram novas questões e indicaram caminhos a percorrer; o estágio Doutorado Sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa,⁴ sob supervisão do Professor Doutor Joaquim António de Sousa Pintassilgo. Durante o período, pude frequentar os seminários e as reuniões do grupo *Inovar – Roteiros da Inovação Pedagógica: escolas e experiências de referência em Portugal no século XX*, liderado pelo Professor Joaquim Pintassilgo, os quais contribuíram para diversas reflexões no domínio da História da Educação, ampliaram o campo de conhecimento e possibilitaram observar outros modos de pesquisa.

Ao analisarem a Revolução de 1930, Schwarcz e Starling (2015) argumentam que este acontecimento representou um marco decisivo na história brasileira, "[...] menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu, nos anos

¹ Movimento sob chefia militar pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, e civil por Getúlio Vargas, que destituiu Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, eleito em 1930.

² Via bolsa de estudos concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ Via bolsa de estudos concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação no Espírito Santo (Fapes).

⁴ Via bolsa de estudos concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformariam radicalmente a história do país" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 361). Com base nesse pressuposto, pretende-se investigar as diretrizes traçadas para a formação de professores espírito-santenses e os seus desdobramentos na cena educacional capixaba no desenrolar do projeto político instaurado pela Revolução de 1930, inaugurando um período considerado como a antessala para a Ditadura do Estado Novo no país (GOMES, A., 1980).

Essa antessala, porém, estava longe de constituir um bloco coeso. Como observa Ângela de Castro Gomes (1980, p. 25), os anos de 1930 a 1937 revelaram-se ricos "[...] em exemplos de continuidades e descontinuidades políticas", marcados por instabilidades, disputas e choques entre forças sociais por espaço político no cenário nacional, onde as bases de consolidação do Estado Novo foram lançadas. Essa autora destaca o "[...] vigor que a mobilização para a guerra de 1932 teve em São Paulo, assim como a forte resistência do sindicalismo livre durante o primeiro quinquênio dos anos 30" (GOMES, A., 1980, p. 25).

De acordo com Janete Magalhães Carvalho (1992), a década de 1930, no Brasil, destacou-se, ainda, pelo aprofundamento do processo de industrialização e urbanização. Como esse processo foi posterior ao desenvolvimento de outras nações, a economia brasileira tornou-se dependente desses Estados pioneiros, o que aprofundou contradições entre interesses internos e externos. Outro problema é que os partidos políticos brasileiros, que deveriam ser representantes da sociedade civil, "[...] têm-se constituído como representantes dos grupos de interesses dominantes que, mesmo antagônicos entre si, mantêm-se no poder através de estratégias do autoritarismo e da conciliação" (DEBRUN, 1983 apud CARVALHO, J., 1992, p. 11). Uma vez que o sistema político-econômico no Brasil se caracteriza pelo Estado representativo de regime capitalista, a representação deixa de pertencer a pessoas singulares e passa a ser filtrado por poderosas organizações (CARVALHO, J., 1992). Desse modo, o poder legislativo vincula-se a esses grupos e os interesses hegemônicos prevalecem.

Assim sendo, no decênio de 1930, ações com viés autoritário foram desenvolvidas a fim de garantir os interesses de grupos hegemônicos. Para tanto, as elites governantes almejaram a doutrinação da população com o propósito de manter o controle político e social.

No Espírito Santo, desde 1908, um único partido – o Partido Republicano Espírito-Santense – mantinha o poder, abarcando os interesses de dois grupos que ora disputavam, ora se aliavam: os agrofundiários (da região sul) e os mercantis-exportadores (da região central). Dentro desse partido, a elite mercantil-exportadora sustentou o comando do Estado hegemonicamente, elegendo seus membros até o desenrolar dos acontecimentos políticos no Brasil em 1930. Quando os revolucionários alcançaram o controle do país, foram instituídos interventores federais, com a aprovação de Getúlio Vargas, para liderar os Estados brasileiros por fora da via eleitoral. Era uma oportunidade para os grupos políticos que não conseguiam alcançar o poder por essa via, mas que foi perdida pelo grupo agrofundiário capixaba, por não conseguirem chegar a um consenso sobre quem indicar. Assim, continuou coadjuvante na liderança do Estado capixaba. O capitão João Punaro Bley⁵, que se destacou na luta revolucionária, foi indicado pela Associação Comercial de Vitória para a chefia do Espírito Santo, por ser considerado “neutro politicamente” e constituído interventor federal em 1930⁶.

Aristeu Borges Aguiar, até então governador do Espírito Santo (1928-1930) e partidário de Júlio Prestes, fugiu de navio para Lisboa, na ocasião em que forças mineiras de revolucionários se aproximavam do Espírito Santo, deixando para trás um Estado endividado, em grande parte pelo impacto da crise de 1929, que afetou seu principal produto, o café. O governo de Aguiar se encontrava impopular e já não pagava seus funcionários públicos há alguns meses. Attilio Vivacqua, secretário da Instrução Pública nesse governo, havia empreendido uma reforma educacional com

⁵ João Punaro Bley não pertencia à elite local, portanto não possuía vínculo direto com as forças políticas capixabas. Nasceu na cidade de Montes Claros (MG), em 1900, e em 1907 sua família mudou-se para o Rio de Janeiro. Estudou em colégios militares de MG e RJ, formando-se em aspirante a oficial de artilharia em 1922. Em seguida, foi para Curitiba, onde seu pai passou a trabalhar, e serviu no 4º Regimento de Artilharia. Apesar de declarar-se simpatizante à rebelião dos tenentes, não se envolveu com a Revolta de 1922 – protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência, as punições militares e o fechamento do Clube Militar, considerado marco inicial do movimento tenentista no Brasil. Foi requisitado para colaborar na repressão dos levantes militares em 1924, mas seu grupo de artilharia foi dissolvido por suspeitas de se solidarizarem pela causa revolucionária. Essas suspeitas não eram em vão, já que Bley mantinha contatos frequentes com militares revolucionários considerados desertores. Em 1930, convocaram-lhe para o combate a forças que tinham se rebelado no Espírito Santo e, então, durante a travessia de seu destacamento, comunicou ao seu comandante sua intenção de incorporar-se à causa revolucionária pela deserção (CPDOC, 2017). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-punaro-bley-1>> Acesso em: 04 de maio de 2017.

⁶ Suas funções políticas variaram de interventor federal (1930-1934), governador constitucional (1934-1937) e, novamente, interventor até 1943.

base nos princípios da Escola Ativa, mas foi destituído do cargo com a instauração do Governo Bley (1930-1943)⁷.

A interseção de pesquisas sobre a educação no Espírito Santo indica, nesse período, o papel central de João Punaro Bley, que se destacou como um renovador do ensino no Estado⁸. Estudos, como a tese de Josineide Rosa (2008), ao investigar os motivos pelos quais o projeto político de Bley foi considerado "vencedor" nos embates locais no campo da educação, e Berto (2013), que demonstra que a renovação pedagógica capixaba já vinha acontecendo antes da Revolução de 1930 e que outros sujeitos estavam envolvidos nesse processo, são exemplares de trabalhos que indicaram caminhos determinantes para problematizações abertas nesta pesquisa.

Questões relativas à política educacional implementada durante o governo do interventor federal João Punaro Bley tiveram impacto decisivo durante o curso de mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Maria Rita de Almeida Toledo. A pesquisa resultou na dissertação sobre a *Revista de Educação* (REES), uma publicação especializada para professores espírito-santenses que circulou nos anos de 1934 a 1937, ou seja, no momento imediatamente anterior à Ditadura do Estado Novo⁹. Ao integrar o projeto de pesquisa intitulado *A constituição da "forma escolar" no Brasil: produção, circulação e apropriação de modelos pedagógicos*, esse periódico foi considerado dentro da perspectiva de objeto cultural, em conformidade com pressupostos teóricos de Roger Chartier (1990, 1991).

Especificamente, a pesquisa em torno da *Revista de Educação* utilizou o conceito de materialidade formulado por Chartier (1990, 1991) para estudá-la como objeto que guarda as marcas das práticas que a colocaram em circulação, considerando suas condições de produção, distribuição e utilização. Dessa forma,

⁷ Após os acontecimentos de 1930, dois partidos foram organizados no Espírito Santo: o Partido Social Democrata, liderado por Fernando de Abreu, Carlos F. Monteiro Lindenberg, Genaro Pinheiro, João Punaro Bley, Manoel Silvino Monjardim, Jones dos Santos Neves, Oswald Guimarães, Otto de Oliveira Neves; e o Partido da Lavoura, oposicionista, cujos líderes foram Atilio Vivacqua, Geraldo Viana, Abner Mourão e Jerônimo de Souza Monteiro.

⁸ Cf. NOVAES (2013) e LAUFF (2007).

⁹ A ditadura do Estado Novo (1937-1945), de acordo com Schwarcz e Starling (2015), possuía nome e tonalidade fascistas, conforme o Estado Novo de Salazar em Portugal (1932-1974), porém não se tratava desse tipo de regime na medida em que, segundo Fausto (1970 apud HILSDORF, 2003) não estava organizada em torno de um partido único que liderasse as massas. Caracterizou-se pelo autoritarismo, centralização, nacionalização e modernização.

investigou-se o processo em que os sentidos foram produzidos, a fim de atingir seus leitores, por meio dos elementos que constituíam o periódico – capa, sumário, artigos, fotografias, anúncios, seções e temas – para que se pudesse elucidar as “[...] representações inscritas nos textos” (CHARTIER, 1991, p. 179). Além disso, mobilizou-se nas análises o conceito de estratégia, elaborados por Michel de Certeau, em *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer* (CERTEAU, 2004). Foram sistematizados os dispositivos tipográficos adotados pela REES que constituíram sua forma, relacionando-os à produção das representações que legitimavam a reforma educacional e esse periódico na política cultural desenvolvida pelo Governo Bley.

Sem recursos para oferecer um curso de formação para os professores, o Governo Bley financiou a produção da REES com a finalidade de substituir aulas presenciais pela leitura periódica de um impresso que poderia ser adquirido a um preço baixo pelo leitor e que poderia alcançar um número maior de docentes por todo o Estado. A revista foi criada para a divulgação de métodos contemporâneos de ensino ao professorado capixaba, tendo em vista que, na década de 1930, as concepções de escola, pedagogia, métodos de ensino, com seus objetivos e funções, passavam por mudanças significativas. Nesse sentido, entendeu-se que o periódico funcionava como “caixa de utensílios”, um modelo em que o princípio de ensino “[...] é fornecer bons moldes [...]” (CARVALHO, M., 2001, p. 143), uma vez que esse material prescrevia saberes para além da sala de aula, ou para enriquecer o que nela acontecia, e indicava o que poderia ser feito na rotina escolar e como fazê-lo.

A pesquisa conclui que a REES, além de difundir pressupostos pedagógico-científicos apropriados de teorias da educação, cultuava o interventor Bley, apresentando-o como o principal agente e idealizador da reforma do ensino no Estado. No período investigado, entre 1934 e 1937, Punaro Bley administrava o Espírito Santo como governador constitucional e não havia garantia de sua continuidade no poder, ainda mais porque a Constituição de 1934 vedara a possibilidade de reeleição. Em 1937, ao voltar a liderar o Estado como interventor federal, o projeto *Revista de Educação* teve a sua publicação interrompida.

Novaes (2013), ao investigar as matérias sobre grupos escolares do Espírito Santo na revista *Vida Capixaba*, no período de 1930 a 1943, identificou o mesmo tom propagandístico para as ações lideradas por João Punaro Bley. As imagens

publicadas dos grupos escolares estavam frequentemente associadas ao nome do interventor. Circulava também a ideia de educação como base para o progresso e construção da Pátria, difundiam-se métodos renovadores de ensino, campanhas de combate ao analfabetismo, práticas de civismo, ampliação do escotismo e a necessidade de fortalecimento da Educação Física.

A revista *Vida Capixaba* foi dirigida inicialmente por Garcia de Rezende e depois por Manuel Lopes Pimenta e Elpídio Pimentel, tornando-se referência na época, pois relatava os principais eventos sociais, políticos e culturais do Estado e notícias do País (NOVAES, 2013). As análises dos impressos *Revista de Educação* e *Revista Vida Capixaba* mostram algo em comum: o objetivo de veicular a administração Bley como a principal propulsora do progresso educacional e cultural no Espírito Santo.

No entanto, alguns questionamentos podem ser feitos após o estudo da REES, com relação ao projeto educacional do Governo Bley. Ao final da década de 1920 e começo dos anos 1930, a reforma da educação no Espírito Santo foi dirigida por Attilio Vivacqua, secretário da Instrução Pública, durante o Governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). O plano reformulador, analisado por Berto (2013), baseava-se nos princípios pedagógicos da Escola Nova, mais precisamente na proposta da Escola Ativa como diretriz pedagógica para o sistema educacional.

Segundo Berto (2013), deve-se levar em conta que o governo intervencionista de Bley se baseou na reforma da Escola Ativa de Vivacqua para a sustentação de suas ações no ensino capixaba. Essa reforma pretendia combater o analfabetismo, aperfeiçoar o ensino e a formação docente por meio de orientações pedagógicas modernas, realizar concurso, nomeação e acesso ao magistério, criar o fundo escolar, as Caixas Escolares e adotar a Escola Ativa como orientação pedagógica, dentre outras medidas.

Esses temas chamam a atenção porque eram os mesmos presentes na REES, apontados pelos editores como políticas inovadoras do Governo Punaro Bley. Nesse sentido, cabem alguns questionamentos: Que nexos podem ser estabelecidos entre as diretrizes propostas para a formação de professores durante a gestão de Bley e a de seus antecessores? Ou seja: o que estava sendo posto como *novo* e o que seria o *velho* a ser superado?

A modernização dos métodos de ensino já podia ser percebida desde o início da década de 1920 no Espírito Santo. Segundo Vivacqua (1930a), o Decreto 6.501,

de 1924, elaborado na gestão de Mirabeau Pimentel e sustentado pelo seu sucessor Ubaldo Ramalhete, propôs ações nessa direção: “[...] não lhes escapou o princípio activista da educação, o qual procuramos hoje aplicar em bases amplas [...]” (VIVACQUA, 1930, p. 13). No entanto, as nuances dessa transição para “modernização do ensino” devem ser examinadas com cautela.

Silvia Cunha Gomes (2008) analisou os relatórios e termos de visitas dos inspetores escolares produzidos para a fiscalização dos estabelecimentos de ensino do Espírito Santo, do período de 1928 a 1938, a fim de compreender como se deu o processo de alfabetização nesse Estado. Com o foco na educação primária, buscou elementos referentes: “[...] à formação de professores e docência; à frequência dos alunos às escolas; às condições da estrutura física das escolas; ao provimento de materiais pedagógicos para o ensino da leitura e da escrita e os métodos de ensino” (GOMES, S., 2008, p. 44). Em sua opinião, o ensino primário continuou precário, sem investimentos e políticas para a formação de professores, faltando espaços físicos adequados e recursos materiais para o funcionamento das escolas. O índice de analfabetos continuou alto e a prescrição do Método Intuitivo, considerado moderno, não se efetivou na prática pela escassez de condições humanas e materiais. Muitos professores continuavam alfabetizando pelo esquema de soletração e silabação, em vez de usarem o Método Analítico prescrito pelas cartilhas alfabetizadoras distribuídas pelo governo aos docentes.

Concomitante às discussões sobre a modernização pedagógica, o número de estabelecimentos de ensino cresceu consideravelmente desde o final dos anos 1920 até 1940. Locatelli (2012) analisou a arquitetura dos grupos escolares espírito-santenses no período de 1908 a 1930, com o objetivo de compreender o projeto republicano para o ensino primário. De acordo com o levantamento referente à implantação desses estabelecimentos no Estado feito por essa autora, pode-se sintetizar da seguinte forma: no ano de 1908, o Espírito Santo contava apenas com a Escola Jerônimo Monteiro, anexa à Escola Normal, e o Grupo Escolar Gomes Cardim; a partir de 1909, iniciaram-se as obras para construção desse tipo de espaço escolar em outros municípios no interior; em 1920, o Estado contava com apenas dois grupos escolares, Gomes Cardim, na capital, e Bernardino Monteiro, em Cachoeiro de Itapemirim; em 1926, surgiu a Escola Modelo, em Vitória, e o Grupo Escolar de Muqui. A partir de 1936, o número de grupos escolares

multiplicou: 25 em várias cidades capixabas; em 1939, 52 estabelecimentos; em 1940, 69 grupos escolares (LOCATELLI, 2012).

Há ainda outros estudos levantados sobre a educação no Espírito Santo englobando as políticas governamentais nas décadas de 1930 e 1940. Grazziotti (2006) propôs analisar as políticas públicas assistencialistas no Espírito Santo implementadas entre 1930 e 1945, cuja prioridade eram as áreas da saúde e da educação. Nesse trabalho, a pesquisadora discorre sobre a situação política da Era Vargas no Estado, a exclusão social, a urbanização da cidade e o discurso higienista. Em outra pesquisa de relevância, Josineide Rosa (2008) analisou como as diretrizes e interesses do Governo Vargas para a educação (1930-1945) repercutiram no Espírito Santo sob a liderança de João Punaro Bley, focalizando o pensamento político de militares, renovadores educacionais e da Igreja Católica. Buscou compreender, além do projeto político educacional de João Punaro Bley, em quais intelectuais orgânicos ele se fundamentou. Nesse trabalho, a autora propôs um diálogo a partir de conceitos de Marx, Lênin, Gramsci e Bourdieu, a fim de compreender o papel coercitivo do Estado "educador" e de seu poder simbólico para defender privilégios e interesses de uma classe dominante e das forças produtivas, utilizando os campos culturais e ideológicos para alcançar o consentimento da sociedade civil.

Esses estudos discutem projetos e reformas políticas desse período, como a busca pela centralização do poder para reger a educação, a difusão de ideais de ufanismo patriótico, o projeto de civismo, a busca pela prosperidade da Nação. Esses temas serão interlocuções importantes em nossas análises da formação e prática de professores capixabas na transição da reforma escolanovista realizada no Espírito Santo, entre 1928 e 1930, para reformas educacionais operadas durante o governo intervencionista de João Punaro Bley no período de antessala à Ditadura do Estado Novo (1930-1937).

Tendo em vista as problematizações suscitadas a partir dos estudos sobre a História da Educação no Espírito Santo, no início de século XX, o objetivo desta pesquisa é investigar diretrizes educacionais e processos de formação de professores para o ensino primário na transição entre a reforma escolanovista realizada no Estado, entre 1928 e 1930, e as reformas educacionais operadas durante o governo intervencionista de João Punaro Bley. Nesse processo,

indagamos sobre permanências e discontinuidades observadas com relação à formação de professores, a partir das seguintes questões:

a) Após a deposição do governo Aristeu Aguiar (1928-1930) e da equipe de governo responsável pela reforma do ensino capixaba nos moldes da Escola Ativa, quais as diretrizes traçadas para a formação e a prática de professores pelo governo intervencionista de João Punaro Bley e pela Escola Normal Pedro II no período de antessala do Estado Novo?

b) Nessas diretrizes, o que se apresentava como inovação no campo da pedagogia e das políticas para a educação?

c) Quais os desdobramentos dessas diretrizes para a formação e os discursos sobre as práticas de professores no Espírito Santo?

A tese se organiza em quatro capítulos, além da apresentação inicial. Na parte introdutória, abrem-se as questões do estudo a partir da historiografia da educação no Espírito Santo que, ao apontar mudanças ocorridas localmente no campo educacional nas décadas iniciais do século XX, com base no ideário republicano disseminado no Brasil, possibilita-nos problematizar continuidades e discontinuidades observadas em processos de formação de professores capixabas. Descreve-se como a trajetória acadêmica deste estudo iniciou-se no encontro com um periódico pedagógico formulado para a formação de professores no Espírito Santo, na década de 1930, e caminhou no sentido da ampliação das possibilidades de análise por meio de fontes diversas, de outros referenciais teóricos e do aprofundamento de questões relativas à formação de professores capixabas.

O Capítulo I situa o trabalho nas reflexões do campo da História da Educação brasileira e abre interlocuções com outras pesquisas que trataram da formação de professores em períodos similares ao nosso recorte temporal, as quais indicaram rumos a serem seguidos e trouxeram dados para serem analisados comparativamente. Fundamenta o tratamento teórico-metodológico das fontes, tendo como guia principal a micro-história italiana proposta por Carlo Ginzburg.

O Capítulo II analisa as reformulações legislativas que orientaram a formação de professores adotadas pelo governo intervencionista de João Punaro Bley na área educacional, tomando como eixo de análise a Escola Normal Pedro II, entendida como instituição padrão para a formação de professores e centro irradiador de

métodos de ensino e teorias pedagógicas preconizadas pelas reformas do ensino em escolas capixabas.

O Capítulo III focaliza, no período investigado, as diretrizes para a formação de professores no Espírito Santo. Para tanto, analisamos as propostas das Conferências Nacionais de Educação organizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE), do Plano Nacional de Educação e os discursos de inspetores de ensino e de professores capixabas.

O Capítulo IV consiste em uma análise dos processos de renovação pedagógica no Espírito Santo após 1930, no contexto das suas relações com as diretrizes nacionais delineadas para a educação, com o intuito de compreender os desdobramentos dessas diretivas para a formação de professores no Estado. Cruzamos fontes relacionadas ao Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico do Espírito Santo, leituras indicadas ao magistério e os discursos dos professores de ensino normal na *Revista de Educação*.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Este capítulo trata de três pontos que constituem este trabalho no campo da História da Educação no Brasil e fundamentam sua prática historiográfica: a) a discussão sobre a interpretação dos termos *velho* e *novo* pela historiografia brasileira, já que os primeiros questionamentos para este estudo foram levantados a partir do que estava sendo posto como renovação na educação capixaba de 1930; b) a revisão de literatura sobre o tema, a qual procura abrir diálogos com o campo da História da Educação; c) O caminho metodológico com base nos pressupostos teóricos de Ginzburg (2001, 2002, 2003, 2007), Bloch (2001) e Chartier (1990, 1991).

1.1 A NOÇÃO DE *VELHO* X *NOVO* NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A espécie humana tende a representar a realidade em termos de opostos [...]
(GINZBURG, 2003, p. 97).

A historiadora Marta Maria Chagas de Carvalho (2012), no artigo *Invenções e tradições na história da educação no Brasil: questionando representações sobre o debate pedagógico na década de 1930*, debruça-se sobre a narrativa da História da Educação no Brasil tecida por Fernando de Azevedo, em *A cultura brasileira*, obra publicada no fim período do Estado Novo e que tem grande importância na historiografia educacional brasileira, constituindo o que Carvalho denominará de *matriz azevediana*. Nessa obra, o autor contrapunha o movimento educacional *novo* ao *velho*, como pode ser sintetizado nos trechos de seu discurso destacados pela própria pesquisadora:

[...] um novo estado de coisas, sob a pressão das causas econômicas, sociais [...] fermentação de ideias por todos os domínios culturais [...] um sentimento cada vez mais vivo de desconfiança em relação ao antigo estado de coisas e às ideias estabelecidas e uma aspiração, vaga, ainda quanto ao conteúdo e ao sentido das reformas, mas nem por isso menos

vigorosa quanto à vontade de destruição e de mudanças econômicas, sociais e políticas [...] mentalidade revolucionária que vinha se formando numa atmosfera carregada de eletricidade [que] teria de desfechar, em 1930, numa revolução de maior envergadura (AZEVEDO, 1943, apud CARVALHO, M., 2012, p. 98).

Na narrativa de Azevedo, os choques entre diferentes concepções relacionados à educação teriam sido marcados pela Revolução de 1930, a qual teria inaugurado um momento em que os debates sobre o assunto foram exacerbados em busca de uma direção renovadora. Desse modo: "[...] 'doutrinas extremadas' e um 'conflito de ideologias' importadas teriam turvado as cristalinas águas de um embate em que estava em jogo uma simples polarização entre *novos* e *velhos*" (CARVALHO, M., 2012, p. 98, grifo da autora). Contudo, o golpe de Estado, em 1937, teria esfriado os embates, pois a Ditadura implantada neutralizou tensões e divergências doutrinárias por meio da política nacional de educação centralizadora do Estado Novo (CARVALHO, M., 2012).

Em sua análise d'*A cultura brasileira*, a autora concluiu que as seleções vocabulares e sintáticas do autor tornavam indeterminadas as tensões em torno do que era *novo* e *velho*, apagando nuances e radicalizações das formulações pedagógicas que dividiam o movimento da *reconstrução educacional*. Na sua perspectiva, essa obra expressa uma determinada memória histórica que apenas a partir das décadas de 1980 e 1990 começa a ser criticada. Assim, é preciso questionar as "[...] interpretações dominantes e recorrentes sobre o processo histórico de introdução e difusão da chamada pedagogia da escola nova no País, nas décadas de 1920 e 1930 [para compreendê-las] [...] fora dos marcos interpretativos da *matriz azevediana*" (CARVALHO, M., 2012, p. 104, grifo da autora). De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho (2012), a luta pelo monopólio do *novo* no campo pedagógico ocorreu em vários estados do país e ainda carece de estudos.

Para Fernando de Azevedo, o embate principal no âmbito pedagógico teria sido entre *novos* e *velhos* métodos de ensino. Ideias que estivessem para além disso foram inseridas numa "zona de pensamento perigoso", a qual existiria em todas as sociedades e ampliava-se em momentos críticos, como o da Revolução de 1930. Segundo a tese de Azevedo, mesmo que doutrinas extremadas e conflitos de ideologias tivessem turvado essa oposição, não teriam conseguido desviar o movimento antagonista de seu curso (CARVALHO, M., 1989). Desse modo,

[...] o leitor [de *A Cultura Brasileira*] fica apenas sabendo que a laicidade, a coeducação e o chamado 'monopólio estatal' no campo educacional foram alguns deles. Além disso fica informado que a luta espalhou no campo específico da pedagogia em torno do ideário da "Escola Nova". Para além disso tudo se dissolve. As alusões que faz às iniciativas rubricadas como 'renovadoras' depuram-nas de seus aspectos mais polêmicos [...] (CARVALHO, M., 1989, p. 31).

O procedimento discursivo utilizado por Azevedo "[...] esvazia o embate político que teve curso no movimento educacional, posicionando-se na mesma linha da 'política de compromisso, adaptação e equilíbrio' que ele atribuía ao Estado Novo [...]" (CARVALHO, M., 1989, p. 32). Assim, considera a discussão ocorrida no campo educacional apenas focada no interesse pelos modos de ensinar, como se as divergências estivessem alheias às questões políticas e sociais do momento.

O que estivesse incluído na "zona de pensamento perigoso" foi tratado por Azevedo com censura ou silêncio. De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho (1993), a geração dos Pioneiros da Escola Nova produziu representações na historiografia educacional brasileira por meio de intensa e hegemônica atividade editorial, em que se subestima o investimento político na escola. Nesse sentido, prevaleceu uma leitura da historiografia da educação sobre o escolanovismo na qual

[...] o autoritarismo fica enclausurado em suas manifestações mais radicais [ao grupo católico]. Com isto fica obscurecida a presença de concepções de inegável recorte autoritário no modo como essa geração tendeu a conceber o papel da escola na sociedade brasileira: obra de *moldagem* de um povo, matéria esta informe e plasmável, a ser desencadeada por uma elite que se auto investiu de poder e autoridade para promovê-la; obra necessária de *direção* e *controle* dos processos de transformação social; obra de homogeneização com vistas à conformação de uma nacionalidade; obra de hierarquização dos indivíduos que viabilizasse a 'organização do trabalho nacional' (CARVALHO, M., 1993, p. 12-13, grifo da autora).

Para além do antagonismo pedagógico explicado por Fernando de Azevedo, Marta Maria Chagas de Carvalho (1993) chama a atenção para que a historiografia da educação problematize a luta ideológica pelo controle do aparelho escolar como campo de disputas políticas. Deve-se considerar os interesses das elites "[...] no controle ideológico dos professores concebidos como 'organizadores da alma popular' [...]" (CARVALHO, M., 1993, p. 14) e que o campo da pedagogia normatizava a conduta do professor.

A contradição entre *velho X novo* não estava presente apenas nos discursos do campo pedagógico, mas também no campo político e intelectual. No que tange ainda à terminologia *velho* e *novo*, Schwarcz e Starling (2015) pontuam o caráter pejorativo imbuído no termo República Velha e especulam que o termo, difundido pelas elites dirigentes, destacava os processos de exclusão social desse momento em que a atuação de "classes perigosas" era temida:

Não seria a primeira vez que políticos e intelectuais vinculados a um novo momento atribuiriam a si mesmos os méritos da novidade e jogariam para outro período, em geral o imediatamente anterior, a designação de "ultrapassado". Novos momentos tendem a enxergar o passado a partir de lentes de curto alcance que deformam, e selecionam, tendo um ponto de vista ressaltado: o seu. Esse seria o caso da Revolução de 1930 e do Estado que foi logo autodesignado como "Novo": Estado Novo. Segundo essa visão, caberia só ao futuro o estabelecimento de uma *res publica*, e a introdução de uma realidade social, moral e política deveras moderna (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 349).

A disputa pelo poder político no Brasil, no início da década de 1930, rompeu com um processo em que dirigentes do Estado de São Paulo e Minas Gerais alternavam-se no comando do país. Esperava-se que o presidente Washington Luís, representante dos interesses de São Paulo, apoiasse as elites mineiras nas eleições, o que não ocorreu. Pelo contrário, escolheu Júlio Prestes, presidente de São Paulo, apostando no poder dos cafeicultores paulistas.

Nesse contexto, sabe-se que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, organizou a oposição com o Rio Grande do Sul e a Paraíba, trazendo a candidatura de Getúlio Vargas para presidente da República e João Pessoa como vice-presidente. Essa coalizão de oposição foi intitulada Aliança Liberal. Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 354), o termo "liberal" enunciava "[...] um modo novo de pensar o Brasil [...]". A expressão também abarcava outros significados: "[...] exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição desse grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais [...]" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 354).

O grupo de Washington Luís saiu vitorioso nas eleições de 1930, no entanto os acontecimentos naquele ano permitiram a virada no poder para a coligação de Getúlio Vargas: o assassinato de João Pessoa e a Sedição de Princesa foram aproveitados oportunamente para dar início a uma revolta civil e militar. A plataforma

dos líderes da "Revolução de 1930" propunha a modernização ao país, como se o que tivesse acontecido antes não caminhasse nesse sentido. Alcançado o poder, apagamentos foram produzidos. Schwarcz e Starling (2015) relembram o que disse Roberto Schwarz: "[...] no país tudo parece 'recomeçar do zero', e que por aqui o nacional se constrói por subtração. Ou seja, cada contexto cria novas formas de imaginar o país e tenta apagar o que existia até então" (SCHWARZ apud SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 349).

Nesse debate, interessa-nos analisar os processos de renovação das ideias educacionais que permearam ações voltadas para a formação de professores no Espírito Santo. Desse modo, buscaremos compreender a luta pelo "monopólio do novo" na transição entre a reforma escolanovista posta em prática entre 1928 e 1930 – interrompida pela deposição do governo Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930) pela Revolução de 1930 – e a intervenção do governo do Capitão João Punaro Bley, indicado para a sua sucessão. Naquele momento, o que estava sendo posto como *novo* e o que seria o *velho* a ser esquecido? A pergunta é instigante já que o *novo*, na interpretação azevediana, que acabara de fincar a sua bandeira em terras capixabas pelas mãos de Attilio Vivacqua, Deodato de Moraes e Garcia de Rezende na forma da Escola Ativa capixaba, acabara de sofrer forte derrocada.

1.2 INTERLOCUÇÕES COM ESTUDOS SOBRE O TEMA INVESTIGADO

O levantamento de publicações que tratam do período 1930-1937 no Brasil e no Espírito Santo relacionadas à História da Educação foi feito no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); arquivos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), ambos da Ufes. Além disso, artigos nos seguintes periódicos, cuja temática se relacionasse com formação de professores e métodos de ensino na década de 1930: *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*, *Revista Brasileira de Educação (RBE)*, *Revista HISTEDBR*, *Dimensões – Revista de História da Ufes*, *Educação em Revista*

(UFMG), *Educação e Pesquisa* (USP), *Cadernos de História da Educação* (UFU) e *Revista Brasileira de História*.

No Banco de dados da Capes, utilizamos as palavras-chave: “Revolução de 1930”; “Estado Novo”; “Formação de professores”; “ensino primário”; “1930-1937”; “escola nova”; “escola ativa”.

Nos bancos de teses e dissertações dos dois Programas de Pós-Graduação da Ufes, Educação e História, levantamos títulos e resumos das pesquisas cujos temas envolvem a História do Espírito Santo na década de 1930, História da Educação no Espírito Santo (de modo geral), História da Formação de Professores. Os Quadros 25 a 28 (ver APÊNDICE) indicam os trabalhos selecionados, cujo critério de seleção se deu pela leitura de seus resumos. Identificamos estudos interessados em compreender as escolas normais, formação e práticas de professores, porém nenhum que abordasse esse tema no Espírito Santo durante período de instituição do Estado Novo. As pesquisas selecionadas foram dos autores Bueno (2015), Freire (2013), Guedes (2009), Gurgel (2016), Blenda Joyce dos Santos (2015), Silva (2013), Caroline Hardoim Simões (2014), que focalizaram escolas normais e formação de professores em períodos equivalentes ao que se analisa aqui.

Bueno (2015) analisou diretrizes para a formação de professores na legislação, nos programas escolares e nos manuais didáticos do Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, no período compreendido entre 1946 a 1961. Seu marco inicial se baseou na promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal – regulada pelo Decreto n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946 – e o marco final foi determinado pelo ano da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, pois é o período de embates no campo educacional sobre a pedagogia da Escola Nova, no qual se concretizam algumas ideias na legislação.

Para fundamentar sua pesquisa no campo da História Cultural, Bueno (2015) recorreu a Roger Chartier e Michel de Certeau, com o objetivo de compreender os sentidos dados à Escola Nova nos documentos examinados. Dentro desse objetivo, enfatizou prescrições para metodologias e práticas de ensino.

A autora verificou que a legislação da metade final da década de 1940 implementou as ideias da Escola Nova com menos entusiasmo:

[...] perda do nível superior para a formação de professores primários, introdução de disciplinas de caráter geral no currículo, diminuição da carga horária e dos conteúdos das matérias de ciências e fundamentos da educação, redução das menções do termo Escola Nova e dos autores de referência, diminuição das propostas de pesquisa em torno das questões sociais [...] (BUENO, 2015, p. 157-158).

Nos manuais pedagógicos prevaleceram prescrições de métodos de ensino mais como normas formais do que como algo que incentivasse a experimentação teórica dos professores: “[...] os subsídios práticos para a formação de professores estavam ancorados em fórmulas prontas [...]” (BUENO, 2015, p. 158). Segundo Bueno (2015), a prática docente centralizava-se em planejamentos meticulosos para atender aos interesses das crianças na aprendizagem e, além disso, o professor deveria zelar por sua conduta na sala de aula e pela disciplina e controle dos alunos. Ela identificou, ainda, grande preocupação com a seleção dos conteúdos a serem ministrados. Os princípios escolanovistas foram mais percebidos na configuração curricular, na qual foram instituídos estágios, disciplinas práticas e intercâmbio entre professores normalistas e primários.

Freire (2013) investigou o embate entre a Educação Tradicional e a Educação Nova na escola primária de Santa Catarina, no recorte temporal de 1911 a 1945. Nesse período, a autora procurou compreender políticas e práticas instituídas nas escolas primárias catarinenses. Para o tratamento das fontes – legislação, estatísticas, termos de visitas e de inspeção escolar, livros e cadernos – Freire (2013) seguiu o caminho da História Cultural.

A autora pode perceber que na literatura do campo, na maioria das vezes, as terminologias *educação tradicional* e *educação nova* indicam questões teórico-metodológicas de ensino, como podemos conferir no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e nos escritos de Lourenço Filho, por exemplo. O que era considerado pedagogia tradicional se relacionava a práticas desenvolvidas pelos jesuítas desde o período colonial, e a pedagogia moderna dizia respeito a teorias, métodos e técnicas educacionais difundidas no período republicano (FREIRE, 2013).

Antagonismos e contradições internas caracterizaram a luta pelo novo na educação catarinense. Conforme Freire (2013) constatou, os pressupostos escolanovistas presentes nos discursos governamentais e nos projetos de reformas não foram materializados devido à falta de recursos financeiros, que impossibilitou a

criação e a manutenção de grupos escolares, a adequada formação de professores e o fornecimento de material didático:

[...] nos textos dos documentos de autoria do próprio governo são encontrados, paradoxalmente, de um lado, discursos que elogiam o processo político e pedagógico de renovação educacional e o êxito das providências para sua consecução e, de outro, referências à permanência de instituições e práticas cristalizadas, próprias do tradicionalismo (FREIRE, 2013, p. 209).

A contradição entre *velho X novo* ganhou suas nuances em Santa Catarina, segundo Freire (2013), porque o Estado não conseguiu financiar a renovação educacional: as escolas existentes – isoladas, particulares e estrangeiras –, praticantes da pedagogia tradicional, as quais deveriam ser substituídas pelos grupos escolares – modelos de modernização de ensino –, continuaram como as principais responsáveis pela educação popular local. A “mudança na lei” não implicou em uma “mudança social” (CURY, 2010, apud FREIRE, 2013, p. 211). Desse modo, a Educação Tradicional coexistiu com a Educação Nova nessa região do sul do Brasil.

Guedes (2009) analisou a constituição histórica e a finalidade da disciplina Prática de Ensino na formação de professores desde 1827 – ano da primeira Lei da Instrução Pública – até 1937. Essa modalidade funcionou antes mesmo da criação das escolas normais e, posteriormente, o curso Normal a assumiu em seu currículo. Analisou fontes primárias e secundárias, entre as quais leis e escritos de pensadores sobre educação do final do século XIX e início do XX, referentes a São Paulo e Rio de Janeiro, e fundamentou sua escrita historiográfica no pensamento de Eric Hobsbawn.

Na disciplina prática de ensino predominou a cópia de modelos a partir da observação de uma situação real de instrução. Com a falta de professores no período do Império, o Método Mútuo foi utilizado como meio de preparo docente, bastava que os alunos aprendessem leitura e escrita. Mais tarde, na Reforma Couto Ferraz, em 1854, instituiu-se o professor adjunto no ensino primário para acompanhar o catedrático (GUEDES, 2009).

A consolidação das Escolas Normais em São Paulo se deu com a reforma de 1891 e a formação dos educadores passou a abranger, em um período, os conteúdos das escolas primárias e, em outro, o acompanhamento de aulas nas

escolas anexas. A partir desse momento, a Prática de Ensino passou a ser desenvolvida na Escola-Modelo, tendo como base a observação. Somente a partir de 1920 é que práticas de experimentação são acrescentadas nesse módulo de aprendizagem. Na década de 1930, o debate em torno da qualidade da educação decorrente de boas condições para a formação de professores ganhou força e, além disso, focalizou-se a importância do exercício prático do ensino (GUEDES, 2009).

A falta de recursos financeiros para a educação foi, desde o Império, um dos principais impedimentos para melhorias na formação de professores, estendendo-se na República (GUEDES, 2009).

Gurgel (2016) estudou trajetórias acadêmicas e profissionais de seis docentes normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, no recorte temporal de 1930 a 1960. Para examinar as fontes documentais, fundamentou-se nos escritos de Jacques Le Goff e, para ampliar o seu campo de análise, realizou entrevistas com ex-alunos desses professores a fim de investigar suas práticas pedagógicas. Desse modo, Gurgel (2016) recorreu também aos estudos da história oral e memória e a autores que desenvolveram conceitos sobre biografia, como Claude Dubar e Giovani Levi. O *paradigma indiciário* proposto por Carlo Ginzburg também foi utilizado pela autora para compreender o desenvolvimento das trajetórias individuais.

Os cursos normais eram profissionalizantes e não permitiam acesso aos cursos superiores. As reformas educacionais de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira abriram brechas para que alunos normalistas entrassem no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (GURGEL, 2016). A reorganização da Faculdade de Letras e Filosofia, em 1945, criou mais possibilidades de acesso ao nível superior para egressos do ensino normal. Somente após a LDB/1961, todos os cursos de nível médio foram equiparados, permitindo o acesso a outras faculdades.

Blenda Joyce dos Santos (2015), ao analisar a formação de professores em Sergipe, no período de 1930 a 1949, em pesquisa histórico-documental, de caráter qualitativo e descritivo, pontuou que o potencial de intelectuais transformadores dos professores era desconsiderado pela liderança governamental sergipana: “[...] A clareza da função do intelectual como formador de opinião que acessa as classes ou grupos sociais, bem como seu poder organizativo, não emergiu em Sergipe durante o Estado autoritário” (SANTOS, B., 2015, p. 93).

Ainda de acordo com Blenda Joyce dos Santos (2015), em Sergipe, a preocupação com a educação concentrou esforços na ampliação da rede de ensino,

aumentando o número de matrículas nas escolas, sem priorizar a qualidade do serviço ofertado e a formação profissional docente. A questão da qualidade de ensino se restringia aos discursos governamentais, os quais, na opinião da autora, significavam uma forma de apaziguar a oposição e confortar a população. As construções escolares chegavam ao interior do Estado, mas sem investimentos na qualidade do ensino por meio da formação dos educadores. Os governantes simplesmente lamentavam o baixo salário dos professores e a impossibilidade de fazer algo a respeito. Blenda Joyce dos (2015) também identificou dicotomias produzidas entre o ideário da Escola Nova e a Educação Tradicional.

Silva (2013) investigou a Escola Normal de Natal – RN, com o foco na formação de professores, relacionando-a com a Escola Normal Primária de Lisboa. Delimitou o período de 1908, quando a instituição foi reaberta em Natal, a 1971, ano em que a Lei nacional brasileira n. 5.692/1971 modificou o modelo institucional de organização e preparo docente, instituindo a Habilitação para o Magistério. Metodologicamente, seguiu o caminho da História Cultural, com base em Roger Chartier, Dominique Julia, Antônio Viñao Frago e Michel de Certeau.

Ao analisar os programas de ensino e as matérias lecionadas na Escola Normal de Natal, Silva (2013) pôde concluir que a formação propedêutica e de cultura humanista geral se sobrepôs aos aspectos formativos pedagógicos. De acordo com a autora, no início do século, a formação docente em Natal era ministrada em dois anos e não ultrapassava conteúdos referentes ao ensino primário e, a partir da década de 1920, sofre influência da pedagogia escolanovista, sobretudo no que tange ao preparo docente.

O trabalho de Silva (2013) permite verificar as modificações no curso Normal do Rio Grande do Norte. De acordo com seus levantamentos, a partir de 1932, os diplomas de outras escolas normais do Brasil passaram a ser reconhecidos nesse Estado, representando uma busca por unificação nacional. Em 1936, as escolas privadas que ofereciam curso Normal foram equiparadas à Escola Normal de Natal e o Estado passou a partilhar suas responsabilidades na educação com a iniciativa privada. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1946, todas as Escolas Normais do país foram reorganizadas e, no Rio Grande do Norte, por meio de Decreto-Lei de 1947, o curso Normal passou a ser um ramo do Ensino Secundário, composto de dois ciclos: o primeiro, em quatro anos, formava regentes

do Ensino Primário; o segundo, em três anos, habilitava os professores primários (SILVA, 2013).

Caroline Hardoim Simões (2014) analisou a Escola Normal de Joaquim Murtinho, em Mato Grosso, no período de 1930 a 1973. De acordo com esse estudo, em 1929, foi regulamentada a Escola Normal de Cuiabá, que serviu de padrão para as instituições de ensino desse tipo no Estado. O curso durava quatro anos e priorizava conteúdos gerais, com apenas três disciplinas pedagógicas. A autora observou que no período de 1930 a 1935 não havia a disciplina educação cívica no currículo das escolas normais do Mato Grosso, fato interessante em um momento de muita aclamação pela importância do civismo no País, mas que provavelmente esse conteúdo era discutido na disciplina História do Brasil. Outra questão evidenciada pela autora foram as influências dos campos da Biologia e da Psicologia na formação dos professores.

Pela análise dessas pesquisas, percebe-se que a maioria optou por trilhar os caminhos da História Cultural. Puderam concluir que, na década de 1930, importantes reformas para a educação trouxeram nova configuração para os cursos normais. Contudo, a renovação educacional ficava mais nos discursos do que materializada na prática. Acreditava-se na importância da formação de professores para melhoria da qualidade do ensino, contudo a falta de recursos constituía o grande empecilho para ações efetivas.

Esses estudos mostram direções para responder às questões relativas à formação de professores e à transição das correntes pedagógicas na prática docente e trazem contribuições sobre o período que nos propusemos nessa análise investigativa. Permitem ainda observar as prescrições e as ações para a formação docente em outros locais para compará-las ao desenvolvimento desse processo no Espírito Santo. Além disso, trazem informações sobre antagonismos e contradições que aconteciam no campo educacional no desenrolar da Revolução de 1930 para o Estado Novo, período em que as elites dirigentes pretendiam apagar o que era *velho* a fim de destacar o *novo*, justificando um objetivo maior de modernizar o Brasil.

A partir desses estudos e das pesquisas sobre a história da educação no Espírito Santo, pode-se formular a hipótese de que essa busca pela modernização do País foi largamente inserida nos discursos com o objetivo de legitimar as lideranças políticas e, no caso do Espírito Santo, é possível que também tenha ficado mais nas palavras do que nas ações políticas para melhoria da formação

docente e instrução pública, como pode ser verificado em alguns Estados. Além disso, conjectura-se que as alocuções sobre renovação pedagógica capixaba pós-Revolução de 1930 procuraram apagar ações modernizantes anteriores e mascarar continuidades dos “velhos” modos de ensino que permaneciam.

Assim sendo, o arranjo analítico foi traçado com o propósito de levantar os ideais de renovação pedagógica dos anos de 1930-1937 difundidos no território capixaba, de verificar como essas ideias foram inseridas nos processos de formação docente e efetivadas na legislação e como alguns professores espírito-santenses se apropriaram desses pressupostos e, por fim, de examinar a transição entre a Escola Ativa de Vivacqua e as medidas postas pelo Governo Bley, representante da ditadura getulista no Espírito Santo, cujas sementes foram lançadas desde 1930. Desse modo, entender como as propostas modernizantes de ensino fundamentadas nos princípios da Escola Nova, de base democrática, foram sendo submergidas por uma gestão política autoritária e centralizadora.

1.3 SOBRE A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA

A prática historiográfica a ser desenvolvida privilegiará a análise de um conjunto de documentos em suas relações. Outro ponto a ser observado em relação às fontes consiste no contexto de produção de cada uma delas, uma vez que “[...] nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento [...]” (BLOCH, 2001, p. 60).

Conforme esse historiador francês, o tempo da História constitui o lugar da sua inteligibilidade, e um dos grandes problemas da investigação histórica estaria no fato de que o tempo se revela, concomitantemente, contínuo e em movimento de mudanças (BLOCH, 2001). Exploraremos, na leitura das fontes, a possibilidade de ler a história “às avessas”, porquanto “[...] a démarche natural de qualquer pesquisa é ir do mais ou do menos mal conhecido ao mais obscuro” (BLOCH, 2001, p. 67).

Na operação historiográfica, procuramos movimentar múltiplas fontes buscando a “[...] leitura das fontes às avessas, contra a intenção de quem as produziu, a atenção às entrelinhas dos documentos pesquisados e aos seus respectivos contextos de produção, o mergulho nas fendas dos textos” (SIMÕES;

FARIA FILHO, 2012, p. 34). De acordo com Ginzburg (2007), ler as fontes a contrapelo, conforme a proposta de Walter Benjamin, “[...] significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados” (GINZBURG, 2007, p. 11). Dessa forma, podemos buscar nesses elementos incontrolados e nas fendas dos textos informações que escapam aos interesses impostos.

Além de uma leitura a contrapelo das fontes, procurando questionar quais seriam os desígnios pelos quais foram produzidas, Ginzburg (2001) sugere para análise dos documentos o exercício do estranhamento, recurso muito caro à literatura e que pode ser explicado na seguinte síntese desse autor: “[...] Para ver as coisas devemos, primeiramente, olhá-las como se não tivessem nenhum sentido: como se fossem uma adivinha” (GINZBURG, 2001, p. 22). Ao levantar as informações contidas nas fontes seria significativo “[...] Compreender menos, ser ingênuo, espantar-se [...]”, porquanto “[...] são reações que podem nos levar a enxergar mais, a apreender algo mais profundo, mais próximo da natureza” (GINZBURG, 2001, p. 29). Nesse sentido, esse modo de analisar os dados se constitui como “[...] um meio para superar as aparências e alcançar uma compreensão mais profunda da realidade [...]” (GINZBURG, 2001, p. 36).

Como a prática do estranhamento das fontes possui um “[...] expediente deslegitimador em todos os níveis, político, social, religioso [...]” (GINZBURG, 2001, p. 33) possibilita, por sua vez, o questionamento do que está posto como verdade. Para Ginzburg (2001, p. 41), o exercício do estranhamento pode ser “[...] um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos) [...]”.

Ainda nesse raciocínio, pode-se dizer que o estranhamento tem implicações cognitivas e exercitar esse recurso, tão familiar à literatura, na historiografia não significa que o historiador esteja produzindo ficção:

[...] Quando dizia que a guerra pode ser contada como romance, Proust não pretendia de modo algum exaltar o romance histórico; ao contrário, queria sugerir que tanto os historiadores como os romancistas (ou os pintores) estão irmanados num fim cognitivo (GINZBURG, 2001, p. 41).

Porém, entendendo que a historiografia se distancia da ficção, ao empreender um projeto historiográfico, deve-se ter consciência de que: “[...] Mesmo supondo-se

que a história seja científica, ainda sim seria preciso pintá-la com Elstir pintava o mar, ao revés” (GINZBURG, 2001, p. 41).

Para Ginzburg (2007, p. 14), os historiadores têm como ofício “[...] destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”. Esse processo nos aproximaria do “verossímil” (GINZBURG, 2002). Nesse sentido, assim como os juízes, historiadores buscam provas, mas não dão sentenças como eles. O exame das “provas” deve levar em consideração que elas não são “[...] janelas escancaradas [...]” tampouco “[...] muros que obstruem a visão [...]”, mas “[...] no máximo espelhos deformantes [...]” (GINZBURG, 2002, p. 44).

O estudo dos documentos ainda deve levar em consideração que a organização mental das sociedades distantes de nós no tempo é diferente da nossa sistematização intelectual (GINZBURG, 2001). Em nossas análises, consideraremos relações de força (GINZBURG, 2002) que permeiam a produção das fontes e a escrita da história. Por outro lado, na análise dessas relações, tão importante quanto compreendê-las é reconhecer “[...] aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2002, p. 42). Levamos em conta, por conseguinte, que “[...] todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem que uma sociedade deixa de si [...]” (GINZBURG, 2002, p. 43).

Nesta pesquisa, nós nos valem dos princípios do “paradigma indiciário”, orientando-nos por “vestígios” para entender fatos humanos. Exploramos o rigor flexível da prática historiográfica indiciária proposta por Ginzburg (2007), em que o faro, o golpe de vista, a intuição e os imprevistos compõem o percurso investigativo. De acordo com Ginzburg (2007, p. 12), todo texto possui elementos incontrolados, “zonas opacas” que deixam “rastros” atrás de si. Procuramos produzir uma narrativa que deixa ver os procedimentos de pesquisa utilizados na sua produção, conforme Ginzburg (2007) sugere aos historiadores. Delineia-se, desse modo, uma produção narrativa na qual podem ser lidas tanto interdições como possibilidades da historiografia operada (GINZBURG, 2002).

Além disso, consideramos relevante observar os detalhes, conforme Ginzburg (2003, p. 47) ressalta no método de Warburg para estudar obras de arte: “[...] Deus está no particular [...]”. Por meio do estudo dos pormenores, pode-se, por exemplo, percorrer caminhos que possibilitam a compreensão de diferentes épocas.

A micro-história não se opõe à historiografia francesa completamente, existe espaço para trocas (GINZBURG, 2003). Desse modo, elencamos os pressupostos de Chartier (1990) a respeito da arqueologia dos objetos, que também contribuem para a compreensão dos detalhes ressaltados por Ginzburg. Assim, na materialidade das publicações para os professores podemos visualizar prioridades difundidas pelos editores e formadores do magistério. Nesse caso, analisamos um exemplar da *Revista de Educação* que serviu de Anais para o Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico no Espírito Santo, em busca dessas particularidades.

1.4 AS FONTES

Com base em fontes relacionados à educação no Espírito Santo, na década de 1930, que trouxessem informações sobre legislação, ações administrativas e políticas, Escola Normal Pedro II e programas de ensino adotados, delimitamos, para esta pesquisa, o seguinte *corpus* documental:

- a) Documentos no fundo da Educação do Arquivo Público do Espírito Santo: portarias, requerimentos, ofícios, minutas expedidas pelo secretário da Instrução, relatórios e termos de visitas de inspetores escolares e impressos do Departamento do Ensino Público;
- b) Matérias publicadas nos impressos espírito-santenses que circularam no período: jornal *Diário da Manhã*; *Revista de Educação*; *Revista Vida Capichaba*;
- c) Legislação educacional do Espírito Santo;
- d) Mensagens e relatórios de governo;
- e) Documentos do Ministério da Educação e Saúde Pública;
- f) Documentos encontrados no arquivo do Colégio Maria Ortiz, antiga Escola Normal Pedro II.

A busca sistemática pelas fontes abrangeu o Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (Apees), a Biblioteca Estadual do Espírito Santo (BPES), a Fundação Biblioteca Nacional (BN), localizada no Rio de Janeiro, e seu acervo virtual. No

Apees, as buscas foram feitas especificamente no Fundo da Educação (ver APÊNDICE), organizado em caixas e livros.

Os documentos encontrados constituem orientações aos professores em relação aos métodos de ensino utilizados e às exigências a serem observadas. Além disso, indicam a vigilância exercida pelos inspetores sobre as diretrizes educativas e apresentam "programas de ensino" que deveriam ser cumpridos. Os Quadros 13 e 14 (ver Capítulo III) apresentam escolas e datas em que essas observações foram feitas, na medida em que essas ocorrências se deram de 1931 a 1938.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Nesta pesquisa, pretendemos compor uma historiografia da educação no Espírito Santo, a partir de um outro olhar sobre a realidade local para além dos “déficits” frequentemente sugeridos em comparação com outros Estados brasileiros, considerados mais “avançados” no campo da educação. Dessa forma, como propõem Ginzburg, Castelnuovo e Poni (1989), entendemos que as relações entre centro e periferia não podem ser vistas apenas como uma relação invariável entre inovação e atraso, considerando que os “atrasos” nem sempre provêm de locais periféricos e que nem todas as periferias seriam “retardatárias”, a não ser do ponto de vista do “vencedor”. Em suas palavras “[...] a periferia pôde ser, além de lugar de atraso, sede de criações alternativas [...]” (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989, p. 56).

Indagamos, por exemplo: que motivos (além do mero ufanismo bairrista e da propaganda política) levariam atores locais a perceberem que a legislação educacional espírito-santense estaria à “frente” de iniciativas paulistas ou mineiras, anunciando aquilo que se considerava como “novo” na área da educação? Quando dirigida a fontes relacionadas à formação de professores capixabas, esta pergunta nos permitiu interrogar o conjunto de legislações e iniciativas nacionais/locais expressas em discursos, decretos, leis, diretrizes para a formação de professores no período investigado.

Como se trata de um momento da história em que o governo foi recém-instaurado por meio da Revolução de 30, partimos do debate instituído nacionalmente em torno da condução de políticas para a educação, em meio aos quais projetaram-se, no Espírito Santo, reformas do ensino e políticas locais para a formação de professores. Em seguida, no conjunto desses debates, exploramos a reformulação do ensino capixaba no início do século XX.

2.1 MARCOS LEGAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Com a ascensão da República proclamada em 1889, sentimentos de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” (CARVALHO, M., 2001; NAGLE, 1974) inundaram as elites, fazendo com que idealizassem a escola como o principal meio para a instituição e manutenção do regime republicano, a constituição da identidade nacional, a resolução de problemas sociais e para o progresso do país. Para tanto, partia-se do princípio de que seria necessário instruir e doutrinar a população desde a infância, visando ao desenvolvimento das capacidades físicas, morais e intelectuais de futuros cidadãos idealizados como suporte para o progresso nacional. Nesse contexto, fazia-se necessário expandir a alfabetização, atingindo especialmente os imigrantes a serem integrados à cultura brasileira.

Com grandes expectativas para a educação, fortaleceu-se a ideia de que os processos de ensino deveriam ser eficientes tanto no desenvolvimento intelectual quanto no desenvolvimento físico, a fim de atender às demandas do mundo do trabalho e da industrialização. Para tanto, as maneiras de ensinar e de pensar a escolarização passavam por reformulações teóricas, filosóficas e metodológicas.

Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho (2001), o início do século XX caracterizou-se pelas disputas de imposição e controle dos lugares que permitiriam a normatização e a reorganização da instrução pública, na medida em que proliferou a crença no poder da escola em moralizar, civilizar e consolidar a ordem social. A escola foi carregada de símbolos que buscavam romper com o passado monárquico e sombrio para indicar um futuro republicano luminoso: “[...] Na monumentalidade de seus edifícios, a escola deveria fazer ver a República instaurada” (CARVALHO, M., 2001, p. 13).

No Rio de Janeiro, em 1924, fundou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE) composta por um grupo de intelectuais e professores que acreditava na “regeneração” da população pela educação e pretendia difundir suas ideias por todo o País por meio da imprensa, rádio, festas e exposições. Esse grupo, no entanto, acreditava mais na importância da preparação das elites para dirigir o Brasil do que na educação popular ao considerar a “instrução pura e simples” para os analfabetos como uma “arma perigosa” (CARVALHO, M., 2000a, p. 237). Nesse sentido, defendiam que a educação deveria funcionar como um meio de manutenção da ordem, combatendo a anarquia ou a rebeldia das massas.

A fundação da ABE abriu um espaço na sociedade civil para discussão das políticas educacionais e os mais variados temas relativos ao ensino. A adesão a essa associação era voluntária e acontecia por meio de filiação às seções regionais da entidade, onde se organizavam encontros, cursos, palestras, publicações (CUNHA, L., [20--?]). Os principais eventos organizados pela ABE foram:

Quadro 1 – Eventos organizados pela ABE

Evento	Local	Ano	Tema
I Conferência Nacional de Educação (CFNE-ABE) ¹⁰	Curitiba	1927	Ensino primário e formação de professores
II Conferência Nacional de Educação (CFNE-ABE)	Belo Horizonte	1928	Educação política, sanitária, agrícola, doméstica, ensino secundário
III Conferência Nacional de Educação (CFNE-ABE)	São Paulo	1929	Ensino primário, ensino secundário, ensino profissional, organização universitária
IV Conferência Nacional de Educação (CFNE-ABE)	Rio de Janeiro	1931	Grandes diretrizes para a educação popular
V Conferência Nacional de Educação (CFNE-ABE)	Niterói	1932-1933	Sugestões à Assembleia Constituinte
VI Conferência Nacional de Educação (CFNE-ABE)	Fortaleza	1934	Educação pré-escolar
VII Congresso Nacional de Educação	Rio de Janeiro	1935	Educação física
VIII Congresso Nacional de Educação	Goiânia	1942	Ensino primário
IX Congresso Brasileiro de Educação	Rio de Janeiro	1945	Educação democrática
X Conferência Nacional de Educação	Rio de Janeiro	1950	Poder do Estado e instituições de ensino
XI Conferência Nacional de Educação	Curitiba	1954	Divulgação das Nações Unidas e financiamento do ensino.

Elaborado pela autora. Fonte: Cunha, L. ([20--?])

Esse interesse pela educação movimentou reformas estaduais no ensino primário e no ensino normal pelo país. Buscavam instituir métodos de ensino considerados mais modernos, reforçar a inspeção escolar, centralizar a formação de professores e reformular o currículo dos cursos normais, além de produzir periódicos e organizar bibliotecas (CARVALHO, M., 2000a).

Pressupostos teóricos da Escola Nova influenciaram as reformas educacionais, destacando-se a valorização de métodos e técnicas adequadas ao desenvolvimento infantil. Segundo Tanuri (2000), na década de 1920, críticas ao

¹⁰ Adotamos essa sigla para as Conferências Nacionais de Educação organizadas pela ABE, pois, a partir de 1941, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) passou a promover o evento, o qual nomeamos, nesses casos, CFNE-Mesp. Das reuniões destacadas no Quadro 1, trataremos apenas das conferências CFNE-ABE que aconteceram entre 1930 a 1937, recorte temporal definido para esse estudo, no Capítulo III.

caráter profissional do Ensino Normal e à predominância de estudos de cultura geral em seu currículo resultaram nas propostas de desdobramento de estudos propedêuticos e profissionais em dois cursos distintos. Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco reformularam os seus cursos normais seguindo essa linha, dividindo-os em ciclos. Além da exigência de um curso complementar de um ano (ou dois) para ingressar no Ensino Normal, os estudos dividiram-se em três anos para um ciclo propedêutico e dois anos para o ciclo profissional. Disciplinas como História da Educação, Sociologia, Biologia, Higiene, Desenho e Trabalhos Manuais foram acrescentadas na formação do magistério.

O movimento denominado Revolução de 1930 aqueceu os debates no campo educacional, tornando os embates ideológicos cada vez mais fortes na vida política. De acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), intensificou-se a crença no poder da educação para a formação das mentes e a disputa pelo controle do ensino: “[...] Todos concordavam, contudo, que optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou tragédia nacional” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 69).

Após 1930, a legislação federal passou a prever como competência privativa da União as diretrizes da educação nacional, porém permitiu leis estaduais que pudessem “[...] suprir lacunas ou deficiências da legislação federal, sem dispensar as exigências desta” (CURY, 2005, p. 24). O direito de gratuidade e obrigatoriedade do ensino estendeu-se aos adultos analfabetos, a proteção contra o abandono físico, moral e intelectual foi determinada para os jovens e o ensino primário gratuito deveria ser oferecido pelas empresas aos seus funcionários analfabetos (CURY, 2005). Segundo o autor, houve inovação com o capítulo II, Título V na Constituição, específico para a Educação:

A educação torna-se direito de todos e obrigação dos poderes públicos. Essa obrigação se impõe pelo Plano Nacional de Educação, pelo ensino primário gratuito e obrigatório, pela vinculação obrigatória de percentual de impostos dos Estados, Municípios e União em favor da educação escolar, inclusive a da zona rural, a criação de fundos para uma gratuidade ativa (merenda, material didático e assistência médica-odontológica, a progressividade da gratuidade para além do primário, a confirmação de um Conselho Nacional de Educação. Junto com o reconhecimento do ensino privado, veio a possibilidade de isenção de impostos de estabelecimentos desse segmento desde que oficialmente considerados idôneos. O ensino religioso nas escolas públicas foi facultado no esquema de matrícula facultativa e oferta obrigatória, esquema até hoje inalterado com pequenas

variações. O exercício do magistério público seria realizado por meio de concurso público e a liberdade de cátedra ficava assegurada (CURY, 2005, p. 24-25).

Em 1931, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), que organizou o Conselho Nacional de Educação, o Estatuto das universidades brasileiras, a Universidade do Rio de Janeiro, o ensino secundário e o curso comercial. No ano seguinte, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, logo após a V CFNE-ABE, o qual apresentava um Plano de Reconstrução Educacional com o foco principal na defesa da escola pública e na modernização dos métodos pedagógicos (CUNHA, L., [20--?]).

O Manifesto, mesmo com divergências entre os diferentes grupos de intelectuais, defendia que ensinar não deveria ser uma “arte”, e sim um processo empírico fundamentado nas modernas teorias científicas. De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho (2001), seguiu-se uma luta de representações entre defensores da Pedagogia Moderna (ensino como arte) e defensores da Escola Nova (ensino científico) que confundiu e confunde ainda os historiadores, uma vez que os autores da época circulam pelas duas correntes sem necessariamente definir-se por uma delas.

Constituído em torno de grandes temas e de intelectuais destacados, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, o Movimento da Escola Nova tinha como principal defesa a escola pública, universal e gratuita, capaz de criar uma igualdade básica de oportunidades, além de formar o sujeito para a cidadania e para o exercício da democracia. Postulava, como princípios pedagógicos, processos de aprendizagem criativos e flexíveis em detrimento de um ensino autoritário e repetitivo.

Simultaneamente, o movimento de renovação católica intensificou discussões doutrinárias da fé em meio ao avanço da ciência e do materialismo. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), a educação despontou como área estratégica na busca de um papel político da Igreja, mas as demandas sociais, principalmente devido ao processo de industrialização, requeriam um ensino que afetava os fundamentos da pedagogia católica. Os embates logo surgiram em torno do "[...] 'ensino leigo e neutro' como causa da 'anarquia espiritual'" (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 75). "Laicização" foi o termo mais criticado pelos intelectuais e líderes católicos.

Também as Forças Armadas almejavam um projeto educacional como base para a formação do Estado Nacional. De acordo com esses mesmos autores, o fascismo europeu inspirava ao mesmo tempo os planos educacionais da Igreja e dos militares, que idealizavam a unificação moral de um com a força física de outro, mesmo com tendências diversas.

O Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932 (BRASIL, 1932), regulamentou o ensino secundário brasileiro tendo como parâmetro o Colégio Pedro II, estabelecendo o currículo seriado, o ciclo fundamental e o complementar, além da obrigatoriedade de frequência neles para o ingresso no ensino superior¹¹. Para adentrar nesse nível de ensino, os candidatos precisavam passar pelo exame de admissão. Dentre as modalidades de curso complementar encontrava-se o Normal; os demais cursos preparavam para o ensino superior em Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, Engenharia e Arquitetura. Nesse sentido, a formação do professor se dava predominantemente no nível secundário.

Desse modo, alcançar a formação para o magistério representava um privilégio para poucos. Ainda que organizando a formação de professores no ensino secundário, pode-se afirmar que a Reforma Francisco Campos abriu as possibilidades para o curso superior:

[...] estabelecia padrões de organização para o ensino superior em todo o país e especificava a necessidade de fazer funcionar uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras que oferecesse os cursos de licenciatura para o magistério normal e secundário, ao lado da formação cultural desinteressada, ampliação da cultura no domínio das ciências puras, promoção e facilitação da prática de investigações originais, sistematização e aperfeiçoamento da educação técnica e científica (CARVALHO, J., 1992, p, 53).

Em 1934, na Universidade de São Paulo, criou-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Educação (responsável pela formação de professores, porém extinto em 1938). Em 1935, na Universidade do Distrito Federal (RJ), organizou-se o centro de documentação e pesquisa para a formação da cultura pedagógica, extinto, mas incorporado à Faculdade do Brasil. No ano de 1937, institucionalizou-se a Universidade do Brasil (RJ). Em 1939, fundou-se a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), ainda que o projeto da Faculdade de Educação tenha

¹¹ Cf. Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html> > Acesso em 26 dez. 2017.

sido substituído por uma seção de pedagogia e uma seção de didática (CARVALHO, J., 1992).

Já no período do Estado Novo, a ampliação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ocorreu: "[...] gradualmente de tal forma que, até o fim do Governo Dutra, já havia vinte e duas localizadas em grandes centros urbanos" (CARVALHO, J., 1992, p. 55). O sistema educacional foi pressionado pela associação urbanização/industrialização, em que se pôde verificar um aumento na demanda pelo ensino médio e superior nas décadas de 1930 e 1940 (CARVALHO, J., 1992).

Destacaram-se também as Leis Orgânicas do Ensino promulgadas pelo ministro da Educação Gustavo Capanema. Além disso, a Constituição de 1937 revelou-se mais restritiva com relação à educação, na medida em que:

[...] retirou a vinculação de impostos para o financiamento da educação, restringiu a liberdade de pensamento, colocou o Estado como subsidiário da família e do segmento privado na oferta da educação escolar. Nas escolas públicas os mais ricos deveriam assistir os mais pobres com uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. A relação educação e ditadura é aqui paradigmática: ameaças de censura, restrições de várias ordens, insistência em organizações de jovens sob a figura do adestramento físico e disciplina moral nos campos e nas oficinas (art. 132), imposição do patriotismo e destinação do ensino profissional às classes menos favorecidas (art. 129) (CURY, 2005, p. 25).

A reforma Capanema reflete uma concepção dualista do ensino, cuja base é formar separadamente as elites condutoras e o povo a ser conduzido. A política educacional naquele momento delimitava: "[...] uma separação entre o ensino das elites que se destinariam ao trabalho intelectual e o ensino popular voltado para a preparação e o adestramento dos trabalhadores manuais" (SAVIANI, 2005, p. 34). Desse modo, no Brasil, em meio à concepção do capitalismo nacionalista (CARVALHO, J., 1992), as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por políticas educacionais elitistas.

Nesse contexto, representantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ganharam espaço no campo da política educacional e conseguiram "[...] ensaiar várias reformas, criar escolas experimentais e implementar os estudos pedagógicos [...]" (SAVIANI, 2005, p. 35).

Em 1941, ocorreu a I Conferência Nacional de Educação (CFNE-Mesp), oficializada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e presidida pelo ministro

Gustavo Capanema¹². Na sessão de abertura, Capanema destacou que o objetivo maior da educação era alcançar a unidade patriótica. Entre as metas lançadas na I CFNE-Mesp estão a "[...] organização, difusão e elevação da qualidade do ensino primário e normal e do ensino profissional" (HORTA, 2000, p. 145).

O ministro adotou duas posições diferentes relativas ao objetivo a ser atingido por meio da educação: uma em 1937, logo que foi instaurado o Estado Novo, e outra em 1941, nos pronunciamentos dessa Conferência. Essa distinção remete aos conceitos de *nação* e *pátria*, propostos pelo ministério em cada um desses momentos (HORTA, 2000).

Em 1937, segundo Horta (2000), Capanema criticou a posição dos Pioneiros da Educação Nova de que a educação deveria "[...] 'tratar o ser humano como uma entidade social destinada à ação', limitando-se a 'preparar cada homem para viver, com o máximo de eficiência, entre outros homens'" (HORTA, 2000, p. 148, grifo do autor). Reiterou que essa "ação" deveria ser definida e, portanto, o objetivo do ensino seria "[...] 'se colocar decisivamente ao serviço da nação' [...]" (HORTA, 2000, p. 148, grifo do autor). Nesse sentido, *nação* referia-se à base ideológica do Estado Novo.

Já na I CFNE-Mesp, a crítica aos Pioneiros continuou, mas Capanema abandonou o termo *nação*, preferindo a expressão *pátria*:

[...] Traduzindo uma mudança de orientação relacionada com seu progressivo afastamento estratégico do grupo de tendências totalitárias e nacionalistas exacerbadas pelo governo Vargas, o ministro da Educação passa a falar em 'educar para a pátria' ou para 'formar o cidadão consciente' [...] (HORTA, 2000, p. 150).

Aqui *pátria* assume um significado sem conotação de unidade ideológica, entendido como "[...] um patrimônio a ser defendido e ampliado [...]" (HORTA, 2000, p. 151). Nas palavras de Capanema (1940 apud HORTA, 2000, p. 151): "[...] a compreensão da pátria como terra dos antepassados, a compreensão da pátria como um patrimônio construído e transmitido pelos antepassados [...]". É importante destacar essa diferença no significado desses dois vocábulos, pois no discurso corrente das décadas de 1930 e 1940, que almeja a educação como formadora da *pátria* ou da *nação*, nem sempre o termo utilizado para remeter à unificação nacional assume o sentido da ideologia política do Estado Novo.

¹² Antes disso as Conferências Nacionais de Educação eram organizadas pela ABE.

Capanema apresentou propostas para uma elaboração do Plano Nacional de Educação que organizasse um sistema de leis de modo a obrigar poderes públicos, nas suas três esferas, a realizarem um programa sistemático e metódico para essa área. O Plano de Educação, organizado em 1938 como parte do Plano Quinquenal do Governo Vargas, englobava esse ideário, mas a diferença era que Capanema procurava mais eficiência na atuação do ministério:

[...] Segundo ele, a promulgação de uma lei geral de ensino, ou seja, de um Código da Educação Nacional, apresentava-se como condição prévia para elaboração de um plano de educação. Desse código, também chamado de Estatuto da Educação, decorreriam tanto as Leis Orgânicas de Ensino, quanto o Plano Quinquenal. Este, considerado por Capanema um "documento de governo", constituiria, uma vez solenemente expedido pelo chefe da nação, a "base e o roteiro das providências de governo, a serem tomadas, nas diferentes órbitas do serviço público nacional, no sentido de uma obra educativa sistemática e eficiente" (HORTA, 2000, p. 154).

Em 1945, ocorreu a IX CFNE-Mesp, "[...] cujo objetivo principal era definir princípios e objetivos de uma 'educação democrática'" (CARVALHO, J., 1992, p. 59), haja vista o país contar, nessa época, com apenas quatro universidades. Dois anos depois, as diretrizes e bases da educação nacional davam seus primeiros passos por meio de uma comissão instaurada com esse objetivo (CARVALHO, J., 1992). Como podemos observar, trata-se de um momento em que, tendo como base um capitalismo nacionalista (CARVALHO, J., 1992)¹³ pautado por políticas elitistas para a educação (SAVIANI, 2005), a formação de professores e as diretrizes para o ensino se encontravam em um campo de embates entre os defensores do ensino público e leigo e aqueles que resguardavam a educação religiosa católica tanto na escola pública quanto na privada. As noções de *nação* e *pátria* (HORTA, 2000) marcaram as concepções para a formação do *homem novo*, acreditando que estas se afastavam das ideologias políticas.

Nesse contexto, as políticas para a formação de professores e pesquisadores em nível superior existiram paralelamente, porém pouco integradas: estando ciência/conhecimento propedêutico relacionados ao sistema educacional e

¹³ De acordo com Ianni (1971 apud CARVALHO, J., 1992, p. 5), a política econômica brasileira desenvolveu-se na primeira metade século XIX sob duas estratégias: desenvolvimento nacionalista (1930-45, 1951-54 e 1961-64) e desenvolvimento associado (1946-50, 1955-60 e 1964 em diante). Conforme Janete Carvalho (1992, p. 9): "Como as forças produtivas não se organizam e se desenvolvem apenas devido à ação empresarial, é no âmbito da ação governamental e de organização do Estado que se constituem e operam as condições econômicas políticas indispensáveis à própria organização das condições econômicas e não-econômicas, denominadas forças produtivas, e entre as quais se coloca a produção e utilização do conhecimento".

tecnologia/pesquisa ao sistema industrial (CARVALHO, J., 1992). Portanto, argumenta a autora, para compreendermos a produção e socialização do conhecimento e as dimensões implicadas nesse processo, deve-se considerar que “[...] a dimensão profissional é determinante e determinada pela dimensão sócio-econômico-política na qual também está contida a dimensão epistemológica [...]” (CARVALHO, J., 1992, p. 3). Na primeira, o conhecimento “[...] aparece vinculado à questão do Estado em suas relações com a sociedade, ou seja, à política do conhecimento que envolve as relações entre produção e socialização do saber” (CARVALHO, J., 1992, p. 8); na segunda, o vínculo refere-se ao “[...] processo cumulativo, superlativo e universal, ou seja, à sua característica de ser um fato social e histórico-mundial” (CARVALHO, J., 1992, p. 8).

Em suma, como apontam análises e estudos dos autores até aqui apresentados, no período delimitado para essa pesquisa fervilhavam questões sobre a educação, formação de professores, métodos de ensino e teorias pedagógicas. Trata-se, portanto, de um conjunto de questões gerais no campo da História da Educação a serem consideradas na interlocução com a historiografia da educação capixaba. Dentre essas questões gerais, destacamos a renovação da educação impulsionada pelos ventos republicanos no Espírito Santo, na primeira metade do século XX, analisada a seguir.

2.2 REFORMAS DO ENSINO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAPIXABAS

2.2.1 O processo histórico espírito-santense de reformulação do ensino no início do século XX

No Brasil, como indicamos anteriormente, os anos iniciais do Século XX foram pródigos em políticas nacionais e disputas acaloradas no campo da educação, com as quais cada Estado da Federação interagiu de acordo com demandas e possibilidades da economia, da sociedade e da política local. No Espírito Santo, a reforma Cardim (1908-1909) teria sido o marco propulsor da expansão do ensino primário. Além disso, foram tomadas as seguintes medidas:

- Construiu-se o prédio para a Escola Normal, aparelhando-a com material didático, um gabinete para ciências físicas e naturais;
- Aumentou-se o número de escolas urbanas e rurais; instituiu-se o ensino de modelagem;
- Deu-se eficiência ao ensino de música e ginástica; sistematizou-se a inspeção escolar;
- Tornaram-se obrigatórias as comemorações cívicas, as exposições de modelagem, de agulha, de cartografia;
- Convocou-se um congresso pedagógico (BASTOS, 1932).

Essa mesma reforma criou a Escola Complementar, na Capital, anexa à Escola Normal, com o objetivo de ministrar ensino de transição entre a Escola Primária e a Escola Normal. Também foi instituída a Escola Modelo com o propósito de padronizar o ensino em todo o Estado. Foram fundadas três escolas reunidas de curso noturno, um grupo escolar e escolas isoladas, que privilegiavam o Método Intuitivo (MATTOS, Archimimo, 1927).

Ainda nesse período, fundou-se a Escola de Belas Artes, organizaram-se reuniões de professores, visitas de homens de letras e de ciências e reabriu-se a Biblioteca Pública. O prédio da Escola Normal passou a contar com o salão nobre, dependências administrativas e gabinete de história natural (DERENZI, L. S., 1995).

O Decreto n. 106, de 27 de junho de 1908, regulou os vencimentos dos professores normalistas e dos lentes de Línguas e Ciências do Ginásio Espírito-Santense, além de ter estabelecido o curso Normal misto. Novaes (2001) ressalta que essa reforma da instrução pública teve como foco as dimensões da disciplina, da moral e dos valores cívicos como pilares da cidadania de uma nova sociedade industrial e de uma nova ordem.

Findo o governo Jerônimo Monteiro, considerado um marco na instauração da modernidade republicana no Espírito Santo, destacamos a seguir ações governamentais implementadas pela administração pública, entre 1912 e 1930, que contribuíram para a configuração do ensino capixaba na Primeira República.

Inicialmente, durante o governo de Marcondes de Souza (1912-1916), manteve-se a organização do ensino instituída pela administração anterior, enfatizando-se a “economia” de recursos públicos (BASTOS, 1932).

Já na gestão de Bernardino Monteiro (1916-1920), houve investimentos para aumentar número de escolas isoladas e tornou-se obrigatória a frequência escolar de crianças de 7 a 13 anos de idade, sob pena de multa aos pais ou responsáveis. Mais uma escola foi anexada à Escola Modelo, para capacitar o exercício dos aprendizes da docência. Além disso, foram adotados e regulamentados o serviço de inspeção médica escolar da Capital e o de estatística do ensino.

Durante o governo de Nestor Gomes (1920-1923), novas escolas rurais foram criadas. Nesse período, desanexou-se o serviço de ensino da Secretaria de Interior e Justiça e criou-se a Secretaria da Instrução. O Decreto n. 4.325, de 16 de abril de 1922, regulamentou administrativamente essa secretaria, chefiada por Mirabeau da Rocha Pimentel. Conforme Barreto (1997), foram criadas 85 escolas, dentre elas as escolas particulares Liceu Filomático, o Colégio Americano e o Colégio Nossa Senhora da Vitória.

Coube ao governo Florentino Avidos (1924-1928) promover inúmeras ações para organizar o ensino espírito-santense. O Decreto n. 6.501, de 20 de dezembro de 1924, ampliou o ensino primário, instituiu o curso de férias e o escotismo escolar. A instrução primária foi organizada em um currículo de quatro anos e o curso complementar era de um ano.

O Decreto n. 7994, de 10 de fevereiro de 1927, determinou a criação de escolas onde houvesse agrupamentos de 50 crianças. Conforme o artigo 46, os professores diplomados pela Escola Normal teriam preferência para o provimento em qualquer escola vaga: “[...] os professores de concurso, nomeados a partir da data deste decreto e os que, de nomeação anterior a esta data, não tenham cinco anos de exercício no magistério público no Estado, serão considerados provisórios” (BASTOS, 1932, p. 134).

Os docentes com mais de dois anos de magistério provisório poderiam matricular-se na Escola Normal para obterem o título de normalista e para isso o professor poderia tirar uma licença, recebendo 2/3 dos vencimentos. Caso abandonasse o curso ou reprovasse, teria que indenizar o Estado, em consonância com o artigo 56:

[...] o professor normalista, com mais de cinco anos de regência de escola isolada, de terceira ou de segunda entrância, cuja frequência seja superior a trinta alunos, terá direito aos vencimentos da entrância imediatamente superior, desde que não tenha sofrido pena disciplinar, nem gozado mais de seis meses de licença nesse período [...] (BASTOS, 1932, p. 135).

Desse modo, o magistério capixaba passava por um processo de regulamentação em que a Escola Normal se firmava com centro de formação. Segundo o artigo 47: “[...] Serão dispensados os professores provisórios à medida que forem sendo providos professores normalistas nas diversas escolas isoladas de entrância inferior para superior” [...] (BASTOS, 1932, p. 134).

Contudo, a ampliação da rede escolar não significava aproveitamento do ensino entre a população. Em 1927, por exemplo, o total geral de aprovações registrado foi de 8.433 contra 15.079 reprovações. Na Escola Normal Pedro II, apenas 15 alunos finalizaram a instrução secundária. (ESPÍRITO SANTO, 1928).

Attilio Vivacqua, secretário da Instrução Pública no governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), empreendeu uma reforma com o objetivo de ampliar a educação da mocidade, melhorando as várias etapas do ensino – primário, secundário, profissional, técnico, normal, agrícola – e reduzir o analfabetismo. Para isso, ambicionava propagar os princípios da pedagogia da Escola Ativa por todo o Estado.

Dentro dessa reforma, preocupou-se em disseminar o civismo, pois acreditava que a educação desempenhava um papel importante na constituição das autoridades e do respeito a elas: “[...] Si o individuo se habilitou por educação a acatar a autoridade constituída, terá o maior empenho em se fazer considerado no momento em que vae ser delegada [...]” (VIVACQUA, 1930a, p. 5).

A equipe da Secretaria da Instrução Pública liderada por Vivacqua contou com Sezefredo Garcia de Rezende, redator do jornal *Diário da Manhã*, no posto de assessor do secretário. Foram trazidos técnicos do Rio de Janeiro e de São Paulo para contribuírem com a reforma: Pedro Deodato de Moraes foi convidado para organizar o Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP) e Gabriel Skinner para difundir o escotismo escolar. As medidas tomadas para modernizar o ensino incluíram o rádio, o cinema e o jornal *Resumo Escolar*, bibliotecas fixas e circulantes, caixas escolares e círculos de pais e professores (BERTO, 2013). Abrangeram, ainda:

A mudança dos processos de avaliação; a formação de professores rurais; a necessidade de verificação da capacidade técnica dos professores; o desenvolvimento da educação artística nos grupos escolares; a criação de cursos noturnos; a organização da Educação Física e a criação de parques e praças para as crianças; a ampliação da inspeção médico-dentária nas

escolas; a ampliação da assistência às crianças pobres com a criação de colônias de férias; a generalização de bibliotecas, museus e associações infantis; e o desenvolvimento do escotismo (ESPÍRITO SANTO, 1928 apud BERTO, 2013, p. 99-100).

O Estado passou por uma crise econômica nesse período e o governo seguinte, de João Punaro Bley, herdou as dívidas levantadas. No entanto, procurou manter algumas medidas adotadas na Reforma Vivacqua, entre as quais “[...] o escotismo, a assistência dentária, os orfeões, o fundo escolar, as caixas escolares, as bibliotecas, os museus, os círculos de pais e professores” (BASTOS, 1932, p. 135). A Reforma Vivacqua visava:

À mobilização para combater o analfabetismo: “1920: 75 % de analfabetos excluídos os menores de 6 anos” [...]
 Ao aperfeiçoamento do ensino através de orientações pedagógicas modernas;
 Ao concurso, nomeação e acesso ao magistério;
 À criação do fundo escolar;
 À adoção da escola ativa e funcional;
 À criação da “escola de ensaio” ou modelo;
 À “realização de um curso superior de Cultura Pedagógica [...] com intuito de criar um núcleo inicial capaz de introduzir a reforma do ensino com base na escola ativa e no movimento progressista” [...] (BARRETO, 1997, p. 85-86)¹⁴.

Vivacqua participou do Conselho diretor do Departamento Estadual da Associação Brasileira de Educação (ABE-ES), criado em 1928. Por meio desse departamento, os ideais da ABE circularam no Espírito Santo: Ubaldo Ramallete, enquanto chefe dessa divisão, organizou as Semanas da Educação incentivadas pela ABE; Elpídio Pimentel, sociofundador e redator da revista *Vida Capichaba*, também era integrante; Deodato de Moraes era membro da elite intelectual formadora da ABE (BERTO, 2013).

Desde 1908, de 124 estabelecimentos de ensino registrados, o número elevou-se para 974 até 1930. Segundo Vivacqua (1930a), em 1927, o Espírito Santo ocupava o 5º lugar na estatística de ensino primário no Brasil, atrás de Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Em 1928, passou para a 3ª posição, sendo superado apenas pelo Paraná (1º) e por São Paulo (2º).

A preocupação de Vivacqua com a expansão do ensino por todo o território tinha também como alvo a escolarização dos imigrantes, uma vez que, embora os

¹⁴ Sônia Maria da Costa Barreto (1997) analisou as políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930, sob a perspectiva histórica.

estados pudessem receber auxílio federal para a nacionalização do ensino, o Espírito Santo utilizara apenas recursos estaduais (VIVACQUA, 1930a).

O elevado crescimento da oferta escolar capixaba explica-se, principalmente, pela iniciativa privada, subvencionada pelos recursos públicos. Conforme Vivacqua (1930a), os artigos 11 e 13 da Lei n.º 1.693 de 1928 estabeleciam a subvenção estadual com base no número de alunos frequentes, sendo ainda que, para receber o financiamento, o estabelecimento de ensino deveria estar funcionando regularmente por no mínimo seis meses. A quantidade de alunos no ensino particular superava os números do ensino público: segundo o relatório de Vivacqua (1930a), nos cursos secundário e normal, as instituições privadas registravam a frequência de 586 alunos (de 674 matrículas), enquanto que as escolas públicas, 397 das 443 matrículas. Contudo, de acordo com Silvia Cunha Gomes (2008), o ensino nas escolas particulares era considerado fraco:

Conforme afirma Archimimo Gonçalves, em inspeção ao município de Santa Thereza nos meses de setembro e outubro de 1929: elas eram várias, espalhadas no município e, também, tinham vida efêmera. Por isso mesmo, segundo o inspetor, não adiantava fazê-las cumprir as exigências regulamentares, porque seus professores eram, na sua maioria, “incapazes”, portanto não resistiriam a uma palestra com pessoa capacitada e encarregada do registro na Secretaria sobre o assunto (GOMES, S., 2008, p. 60).

Além das escolas públicas e privadas, havia ainda as escolas clandestinas, consideradas um embaraço porque funcionavam por pouco tempo e não se submetiam às diretrizes traçadas para o ensino (GOMES, S., 2008). Fato é que, seja Ensino público, privado ou clandestino, o crescimento dos estabelecimentos de ensino em todo o Brasil era evidente.

Era esse o cenário observado no momento em que a Revolução de 1930 forçou a deposição do governador Aristeu Borges de Aguiar e varreu da vida política a equipe responsável pelo ambicioso projeto de reforma do ensino capixaba, com base nas formulações pedagógicas da Escola Ativa. Inicia-se a partir daí um governo de intervenção dirigido por João Punaro Bley, cujas ações na área da educação constituem o foco deste estudo. Embora Punaro Bley tenha permanecido no poder até 1945, para este estudo estabelecemos como recorte temporal os anos iniciais desse governo, que antecederam à instauração do Estado Novo, tendo em vista os nossos objetivos de analisar as diretrizes traçadas para a formação e a

prática de professores no período de antessala da Ditadura, o que se apresentava como inovação no campo da Pedagogia e das políticas para a educação e quais os desdobramentos dessas diretrizes para a formação e os discursos sobre as práticas de professores no Espírito Santo.

2.2.2 Regulamentações referentes ao professorado capixaba na antessala do Estado Novo

No Espírito Santo, grandes expectativas depositadas na educação contrastavam com a instabilidade para chefiá-la no Estado, observada entre 1934 e 1937, quando a pasta da Instrução Pública foi ocupada por sete secretários diferentes. Importa mencionar que, de 1934 até meados de 1935, essa pasta era denominada Secretaria do Interior e Justiça e somente a partir de 1935 foi organizada enquanto Secretaria de Educação e Saúde. Ocuparam a pasta: João Manoel de Carvalho (1930), Fernando Duarte Rabelo (1934), Cap. Wolmar Carneiro da Cunha (1934-1935), Manoel Clodoaldo Linhares (1935), Carlos Gomes de Sá (1935), Paulino Muller (1936) e Arnulpho Mattos (1937).

No período estabelecido para este estudo, dentre as iniciativas observadas na área da educação que visavam ao desenvolvimento do magistério primário capixaba, destacam-se a Associação de Professores do Estado (criada em 1933), a Inspeção Técnica de Ensino, a *Revista de Educação* (1934-1937) e a reformulação da Escola Normal (Decreto de 1936).

A preocupação com a formação de professores e a reformulação do ensino pode ser percebida na Mensagem Final da administração Bley:

[...] Bem sentindo a justeza das palavras de V. Exa., ao afirmar que 'todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade para prepará-la para o futuro'. Entregamos a questão do aparelho educativo o nosso mais atento cuidado, procurando, entre outras iniciativas, solucionar o problema de prédios para os grupos escolares e o de organização do Ensino Normal para melhor preparo do professorado primário, dando às escolas aparelhagem moderna para o ensino pela imagem e criando um órgão para renovação de métodos docentes e verificação do aproveitamento dos discentes (ESPÍRITO SANTO, 1943, p. 95).

Mas a gestão pós-Revolução de 1930 evitou gastos extraorçamentários devido ao endividamento em que se encontrava o Estado, agindo

[...] cautelosamente, na medida das possibilidades, evitando despesas extra-orçamentárias, o govêrno do Capitão Bley tem feito pelo ensino tanto ou mais do que se poderia prever numa situação que só agora vai se normalizando graças às medidas de prudência, fiscalização e probidade que adotou na direção dos negócios públicos [...] (BASTOS, 1932, p.136).

O Departamento de Educação, liderado a princípio pelo magistrado João Manoel de Carvalho, promoveu um novo concurso para admitir ou readmitir professores, pois as cadeiras teriam sido ocupadas anteriormente, segundo Bastos (1932), por meio de “pistolão político”. Desse modo, o Decreto 277, de 31 de dezembro de 1930, estabeleceu que todos os professores com menos de cinco anos de exercício deveriam prestar novo exame. De acordo com o Regulamento do Ensino Secundário, em convergência com dispositivos da Constituição Federal em vigor no ano de 1934, o concurso para professores possuía validade de 10 anos (OFÍCIO..., 1934).

O Decreto 1.100, de 27 de abril de 1931, obrigou os colégios particulares de ensino normal a obedecer às disposições regulamentares que regiam a Escola Normal Pedro II e a manter uma escola anexa de ensino primário para a prática de futuros professores, além de aceitarem gratuitamente cinco alunos pobres, que fossem de preferência órfãos ou filhos de professores públicos regentes de escolas primárias.

O Decreto 1.366, de 26 de junho de 1931, regulamentou a especialização dos professores de Educação Física e passou a controlar essa prática de ensino para que fosse ministrada pelos métodos considerados modernos. Por meio desse documento, criou-se o Curso Especial de Educação Física, que instituía, também, o Departamento de Educação Physica, estudado por Borel (2012). A criação desse curso faz parte de um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento docente no Espírito Santo, importantes para compreender a conjuntura dos ideais para a educação no período. Ainda nesse ano, o Decreto n.º 10.101, de 27 de abril, regulamentou a equiparação dos estabelecimentos particulares de ensino.

O Decreto n. 1486, de 28 de dezembro de 1931, classificou os professores por ordem de antiguidade e fixou os vencimentos proporcionalmente ao tempo de serviço, equiparando a oportunidade de aumento de salário tanto para o professor da zona rural quanto da zona urbana.

Foi inaugurado, ainda, um jardim de infância na Capital e grupos escolares nas seguintes cidades e vilas: Siqueira Campos, João Pessoa, Vila Velha, Santa Leopoldina, São Mateus, Santa Teresa, Anchieta, Serra, Afonso Cláudio, Timbui, Calçado, mais um em Cachoeiro de Itapemirim e na Capital.

O ensino público primário no Espírito Santo durante a década de 1930 acontecia nas escolas isoladas e grupos escolares de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª categorias. O número de classes em cada estabelecimento de ensino variava de seis a dezoito. As escolas isoladas eram estabelecimentos de ensino que funcionavam com uma só classe com mais de trinta alunos em locais urbanos ou rurais em que a porcentagem de alunos era considerada insuficiente para a instalação de um grupo escolar (BASTOS, 1932).

Na capital, a Escola Modelo Jerônimo Monteiro fornecia conhecimentos práticos de pedagogia e metodologia para os professores que cursavam o Ensino Normal no Colégio Pedro II, além de servir de parâmetro para os demais estabelecimentos escolares. As referências aos programas de ensino desse estabelecimento dizem respeito à didática utilizada:

Os programas estão sendo executados em torno de um centro de observação ou ponto de interesse pelos processos objectivos e praticos, evitando por completo a memorização dos factos, mas conduzindo a creança a aprender por si mesma. (Art. 75 § 1º e Art.78 do decreto 6.501 de 1924 e decreto 10.171 de 1930). As aulas são dadas de modo a estimular as actividades espontâneas e livres da creança, a conduzir-a as iniciativas e experiências, a despertar o instinto de cooperação entre os alumnos e entre estes e o professor (COPPERAÇÃO E EXTENSÃO CULTURAL, 1934, p. 39).

Naquele momento, o ensino primário no Espírito Santo funcionava em 916 escolas públicas e 67 escolas particulares (fiscalizadas pelo Estado). Conforme Bastos (1932), o ensino primário era obrigatório para crianças de 7 a 12 anos de idade e os pais poderiam receber multas que poderiam ser aplicadas por inspetores escolares, delegados de ensino ou mesmo pelos professores, caso impedissem seus filhos de frequentarem as escolas. Para instruir as crianças com mais de 13 anos de idade, foram criados os cursos noturnos, instalados nas principais localidades do interior do Espírito Santo. As escolas particulares funcionavam com subvenção do estadual se cumprissem as condições regulamentares impostas pela legislação de ensino local.

Os estabelecimentos públicos de ensino secundário em Vitória eram o Ginásio do Espírito Santo e a Escola Normal Pedro II, que registravam, em 1930, 272 matrículas e 298, sendo 25 meninos e 273 meninas respectivamente. A educação particular estava por conta do Ginásio São Vicente de Paulo, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Missão Batista e Academia de Comércio. O Ginásio São Vicente de Paulo e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora ofereciam o curso normal, contabilizando, respectivamente, 24 e 195 alunos nessa modalidade de ensino¹⁵ (ESPÍRITO SANTO, 1931).

O Ensino Normal, portanto, era ministrado em seis estabelecimentos de ensino no Estado, três na Capital e três no interior – Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Muqui. Além da Escola Normal Pedro II, o Liceu Muniz Freire (antigo Colégio Pedro Palácios), localizado em Cachoeiro de Itapemirim, era outro estabelecimento oficial que ofertava o Curso de Formação de Professores e também o Curso Fundamental e Complementar. Existiam mais quatro Escolas Normais equiparadas: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Ginásio São Vicente de Paulo, localizados em Vitória, a Escola Normal Municipal de Alegre e a Escola Normal da cidade de Muqui. O curso Normal era subvencionado pelo Estado, mesmo nos ginásios particulares, como no caso do Ginásio de Muqui e do Ginásio São Vicente de Paulo. Na Mensagem de 1937, destaca-se que a Escola Normal de Muqui seguia os métodos pedagógicos e orientações didáticas de acordo com o programa oficial do Governo (ESPÍRITO SANTO, 1937a).

O relatório oficial apresentado ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor João Punaro Bley, em 1943, mencionou que, de 1931 a 1941, a EN Pedro II diplomou 514 professores e o Liceu Muniz Freire, a partir de 1936 até 1941, formou 135 estudantes normalistas (ESPÍRITO SANTO, 1943). Podemos considerar baixo o número de professores diplomados pela EN Pedro II durante a década de 1930, em relação à quantidade que ingressava no curso Normal, pois, se em 1930 essa escola registrou 298 matrículas, ao fazermos um cálculo aproximado teríamos: inteirando em torno de 300 alunos matriculados por ano, em dez anos seriam 3.000 alunos. Dessa quantidade, registrou-se perto de 500 alunos que concluíram os estudos nesse período, o que quer dizer que um sexto dos estudantes normalistas

¹⁵ Foram registradas 163 matrículas no Ginásio São Vicente de Paulo, 139 no curso ginásial e 24 no curso normal. Esse estabelecimento de ensino era para meninos (ESPÍRITO SANTO, 1931).

completava o curso, ou seja, perto de 16% do total daqueles que pretendiam se capacitar profissionalmente via EN Pedro II.

Os meios para habilitação docente naquele momento eram os seguintes:

[...] ser diplomado pela Escola Normal "Pedro II" ou por estabelecimentos de ensino secundario a ella equiparados; ser diplomado pelas Escolas Normaes officiais de outros Estados; pelas Escolas Normaes equiparadas de outros Estados que possuam organização didatica identica à Escola Normal do Estado; os que tendo completado o 5º anno do Gymnasio do Espirito Santo se submeterem às provas de pedagogia, hygiene escolar e à pratica didactica durante 45 dias exigido por lei; os que tenham o concurso de accordo com os decretos 6.501 de 1924 e 7994 de 1927 e exercido já o magisterio publico, bem como feito a prova de capacidade technica de acordo com a lei em vigor 1.693 de 1929; os que tenham o concurso conforme o decreto n. 277 de 1930, salvo o caso da prescrição (Lei 1.708 de 1929). Os professores de concurso que não tenham prestado o exame de capacidade technica (1.593 de 1929) e os de menos de 5 annos de exercicio são considerados provisorios (COOPERAÇÃO E EXTENSÃO CULTURAL, 1934, p. 35).

Em 1930, os professores capixabas que não haviam se formado em curso Normal passaram por exames de capacidade técnica, para cumprimento da Lei n. 1.693, de 29 de dezembro de 1928. O Estado contava com 460 docentes de concurso em exercício nesse momento. Apenas 243 prestaram a prova facultativamente e, desse total, 145 obtiveram aprovação, isto é, um número próximo de 30% do magistério considerado apto. Foram determinados novos exames com bancas especiais para a Capital, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus para os outros que ainda não haviam feito as provas (ESPIRITO SANTO, 1931).

Os cursos normais equiparados ao da Escola Normal Pedro II deveriam seguir seus regulamentos: submeter-se à fiscalização do Departamento de Ensino e cumprir os regulamentos; mesmas exigências para o ingresso no curso Normal; ministrar todas as disciplinas obrigatórias do curso correspondente; adotar o regime pedagógico e disciplinar equivalente; prover laboratório, museu de ciências físicas e naturais e biblioteca; manter uma escola de aplicação destinada à prática de aprendizagem dos normalistas; providenciar cargos do corpo docente com pessoal de idoneidade moral e profissional comprovadas, habilitados por concurso (SECRETARIA DO INTERIOR, 1934).

A Lei Orçamentária de 1932 instituiu a Inspetoria Técnica, com corpo técnico constituído de sete inspetores de ensino e um inspetor-chefe, e com a finalidade de controlar o serviço de inspeção do ensino primário, assuntos de ordem técnica e superintender e fiscalizar a assistência médica-dentária. Competia-lhes a fiscalização e inspeção de oito circunspeções escolares juntamente com os delegados da instrução, função exercida com restrições pelos prefeitos municipais. Os inspetores deveriam ser professores normalistas com exercício no magistério e aprovados em concurso.

O Decreto n.º 3.095, de 13 de dezembro de 1932, regulamentou o curso de chefes escoteiros, cujo diploma deveria ser registrado no Departamento de Ensino. De modo similar, o Decreto n. 4.259, de 18 de novembro de 1933, instituiu o bandeirantismo escolar para meninas de 8 a 16 anos. As atividades escoteiras faziam parte do cotidiano escolar naquele momento.

Em 30 de outubro de 1933, fundou-se a Associação de Professores do Estado, que estava atrelada à política de centralização do poder, pois o secretário do Interior e Justiça, Fernando Duarte Rabello, presente à cerimônia de fundação, indicou a diretoria provisória. O objetivo da Associação, de acordo com Rabello (apud ROSA, J., 2008, p. 204), compreendia o "[...] auxílio na solução de muitos problemas educativos que enfrentamos, como órgão de consulta e de estudos dos mesmos problemas". Assim, subordinada ao governo, um de seus desígnios consistia em estudar questões pedagógicas. Nesse ano, também foram expedidos outros decretos para reformulação da educação no Estado:

- a) Decreto n.º 3.238, de 28 de janeiro de 1933 – regularizou a habilitação para o exercício do magistério primário e a distribuição do professorado em classes de acordo com os anos de exercício e sua promoção;
- b) Decreto n.º 3.246, de 30 de janeiro de 1933 – dispôs sobre a compreensão e o funcionamento das escolas rurais;
- c) Decreto n.º 3503, de 30 de março de 1933 – criou 59 vagas para professores normalistas e 31 vagas para professores de concurso no ensino primário do Estado;
- d) Decreto n.º 3.660, de 27 de abril de 1933 – criou os Cursos Noturnos de Educação Popular, junto aos Grupos Escolares, em lugares populosos que tivessem mais de 35 pessoas analfabetas, contadas a partir de 13 anos;

e) Decreto n.º 3.707, de 13 de maio de 1933 – criou o Conselho de Educação como órgão Consultivo do Departamento de Ensino, constituído por nove membros, sendo dois efetivos (Diretor do Departamento de Ensino e Inspetor-Chefe do Corpo Técnico de Ensino) e sete eletivos.

Segue-se, em 1934, a criação e publicação da *Revista de Educação*, produzida pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (SCEC)¹⁶, destinada a contribuir para a formação do magistério espírito-santense: “[...] a revista do professor, pelo professor e para o professor. O seu maior êxito depende da simpatia com que for acolhida pelos responsáveis pelo destino raioso da infancia [...]” (RIBEIRO, 1934, p. 1).

Claudionor Ribeiro (1934), inspetor técnico de ensino e editor da *Revista de Educação*, incita aos professores a lerem esse periódico como uma forma de aperfeiçoamento pedagógico:

Já se passaram os tempos em que, para se fazer ciência nova, se consultava os livros velhos. Hoje, é o reverso de outrora quem quiser fazer ciência nova ha de consultar as revistas bem orientadas, que, melhor do que os livros, condensam em suas páginas, por especialistas em varios assuntos, as ultimas conquistas no campo da ciencias. E o livro tem a sua época. Passada essa, começa a ser olhado, apenas, como objeto de estima, ou de grata recordação (RIBEIRO, 1934, p. 1).

O apelo de Ribeiro para que os professores se interessassem pelo periódico pedagógico e aderissem à novidade exagera na desqualificação dos livros, classificando-os como velhos e ultrapassados. Segundo Ribeiro (1934), o Espírito Santo da década de 1930 estava inserido no "espírito reformista" que pairava sobre o campo da educação, e é nesse contexto que surge a publicação da REES com o propósito de atualizar o magistério capixaba sobre o debate de teorias e métodos de ensino.

Em 1935, por meio do Decreto n.º 5, de 31 de outubro, organizou-se a Secretaria de Educação e Saúde Pública, que passou a elaborar os programas do ensino primário que contemplavam as disciplinas de Português, Aritmética,

¹⁶ O SCEC pertencia ao Departamento de Educação do Espírito Santo que, no início da década de 1930, fazia parte da Secretaria do Interior e Justiça, mas depois passou para a Secretaria de Educação e Saúde Pública. O Decreto Federal n.º 20.348, de 29 de agosto de 1931 (Código dos Interventores), extinguiu a Secretaria de Instrução e o que lhe era pertinente foi transferido para o Departamento de Ensino Público da Secretaria do Interior que, além disso, desenvolvia serviços administrativos, técnicos e estatísticos (LAUFF, 2007).

Economia Doméstica, Educação Sanitária, Lições de Coisas, Educação Moral e Cívica, Canto e Desenho; e para as escolas rurais, Horticultura, Prática de Jardinagem e Cultura do Campo.

A Lei n.º 74, de 30 de junho de 1936, regulamentada pelo Decreto n.º 7.921, de 17 de julho de 1936, criou o curso de Admissão na Escola Normal, que seguia o programa oficial. Nessa reforma, instituiu-se o curso de sete anos: "[...] cinco anos de humanidades, de acordo com o Fundamental dos cursos ginasiais, mantido o ensino extra-curriculo de trabalhos manuais para as classes femininas, e dois de caráter profissional" (ESPÍRITO SANTO, 1943, p. 96). O exame de admissão, pelo que consta no texto oficial, foi mais procurado do que os cursos do ensino secundário.

A preocupação com os princípios do civismo e, além disso, com a renovação pedagógica, pode ser vista também na criação do curso noturno de educação popular no Espírito Santo, com o objetivo de orientar trabalhadores sobre seus direitos, garantias e deveres com a pátria e a família e de tentar evitar a infiltração de doutrinas consideradas subversivas.

No que se refere ao magistério capixaba:

Professores leigos foram sendo substituídos por normalistas, oriundos mesmo de qualquer Estado, mas cujo curso tivesse organização idêntica à Escola Normal de Victoria. Adoptou-se, depois de um curso de aplicação, o exame de capacidade técnica para nomeações e promoções, controladas estas por uma comissão de revisão, agindo com inteira independência das famosas injunções políticas.

Houve a criação de cursos de adaptação às escolas normais (existem três no Estado) e foram criadas as 'escolas rurais', tendo como intuito 'acelerar a obra de integração das populações rurais nas realidades da vida brasileira e a vigorar o sentimento de brasilidade, obedecendo a uma orientação didática que consulte ao mesmo tempo as necessidades regionais das populações rurais' [...] (ELEUTHERIO, 1935, p. 46).

Pode-se perceber a busca por uma sistematização do professorado primário, com a reorganização do curso normal e da carreira profissional, a substituição de leigos por professores diplomados, abertura de vagas em concurso e, além disso, o controle do Estado sobre o ensino por meio da Inspetoria Técnica, Conselho de Educação e Associação de Professores. A instituição do curso de Educação Física junto com o departamento correspondente e a regulamentação do curso de chefes escoteiros demonstram algumas das prioridades do Governo Bley para a educação, mas que nos instigam a questionar: os objetivos seriam enriquecer o ensino de

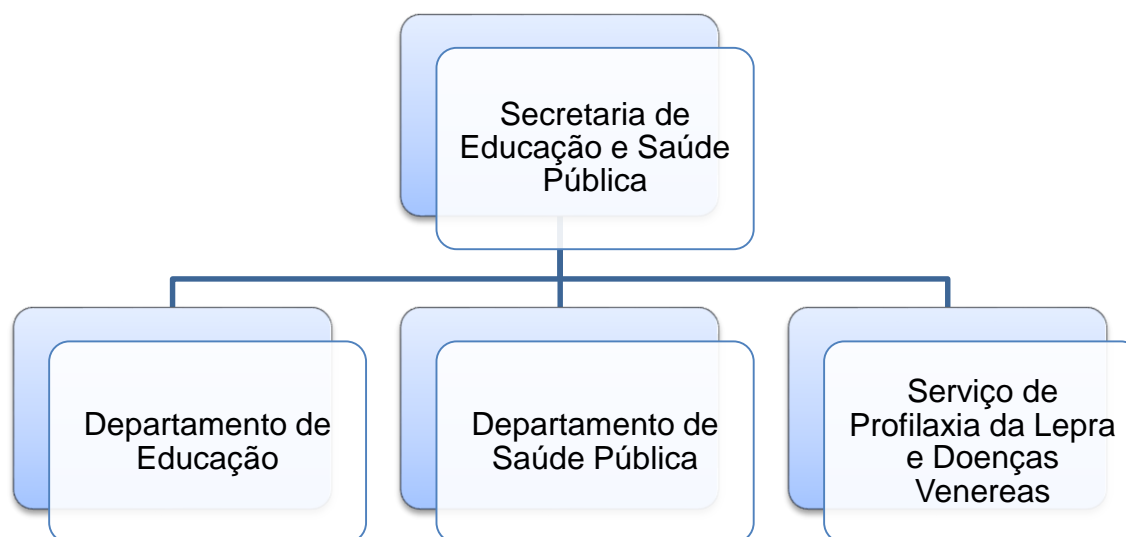
acordo com as teorias escolanovistas, como se propagava na REES, ou de cobri-la com princípios que exaltavam a força física e moral? Outro ponto a ser destacado é a multiplicação do número de estabelecimentos de ensino e da oferta de matrículas para o curso primário, ampliada ainda mais com a expansão das escolas rurais e a criação da modalidade de ensino noturno.

2.2.3 Organização da Secretaria de Educação e Saúde Pública

O ensino foi administrado, anteriormente, pelo Departamento de Ensino (DE) contido na Secretaria do Interior e Justiça. A Secretaria de Instrução chegou a ser criada em 1923, porém foi suprimida em 1931 e suas atribuições voltaram para o Departamento. Com a Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931, os governos estaduais foram organizando progressivamente essa administração. No Espírito Santo, a Secretaria de Educação e Saúde Pública ganhou forma somente em 1935.

O Gráfico 1 mostra a organização da Secretaria de Educação e Saúde Pública e os Quadros 2 a 6 mostram a distribuição dos setores, das despesas e dos funcionários, para que se visualize o funcionamento do setor. Observar essas divisões pode ajudar a compreender as políticas para educação e suas implicações na formação de professores. A partir do Orçamento da Receita e da Despesa para o exercício de 1937, pode-se destacar o quadro de funcionários e a distribuição das despesas para a educação no Estado.

Gráfico 1 – Esquema da Secretaria de Educação e Saúde Pública (1937)



Fonte: Elaborado pela autora.

O Departamento de Educação era composto pelos seguintes setores:

Quadro 2 – Setores do Departamento de Educação (1937)

Gabinete do Diretor Geral
Seção do Expediente
Seção de Estatística
Seção de Aparelhamento Escolar
Inspetoria de Ensino Primário
Inspetoria de Ensino Secundário, Profissional e Técnico
Diretoria de Educação Física
Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar: Região da Capital, Região de Cachoeiro de Itapemirim, Região de Alegre e Região de Colatina.
Serviço de Educação pelo Radio e Cinema Escolar
Serviço de Cooperação e Extensão Cultural
Faculdade de Direito
Faculdade de Farmácia e Odontologia
Ginásio do Espírito Santo
Escola Normal Pedro II e Anexas
Escola Normal Muniz Freire
Jardim de Infância
Ensino Primário

Fonte: Espírito Santo (1937b).

As despesas para o departamento de Educação, conforme o Orçamento da Receita e da Despesa para o exercício de 1937 abarcavam:

Quadro 3 – Distribuição das despesas do Departamento de Educação (1937)

Pessoal do quadro
Representação do Secretário
Serviços Extraordinários
Mobiliário e acessórios – concertos, aquisições de móveis, máquinas e acessórios
Artigos de Expediente – impressos, encadernações, etc.
Combustível e acessórios para automóvel do gabinete do secretário
Despesas de pronto pagamento – correspondência telegráfica e postal, etc.
Livros, revistas científicas e outras publicações
Acidentes de trabalho
Transporte de material e de pessoal a serviço da Secretaria
Pagamento de professores que lecionavam em turmas suplementares
Pessoal diarista
Pessoal mensalista
Diárias dos Inspectores de Ensino
Substituições de funcionários na forma da lei
Serviços extraordinários na forma da lei
Aluguéis de prédios
Auxílios para Festas Escolares
Escotismo Escolar
Fiscalização Federal do Gymnasio do Espírito Santo e Escolas Normais Oficiais
Subvenções e prêmios
Subvenções a escolas particulares
Subvenções a escolas de núcleo colonial estrangeiro
Colônia de Férias em Marataíses

Fonte: Espírito Santo (1937b).

A partir desse documento sobre as despesas públicas para a educação espírito-santense, pode-se levantar todo o quadro de funcionários do Departamento de Educação naquele momento:

Quadro 4 – Funcionários do Departamento de Educação (1937)

Inspetoria de Ensino Primário	Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema Escolar	Serviço de Cooperação e Extensão Cultural
1 Inspetor Chefe	1 Chefe	1 Chefe
8 Inspetores regionais	1 Auxiliar técnico	1 Auxiliar técnico
1 Quarto escriptuário		

Fonte: Espírito Santo (1937b).

Quadro 5 – Funcionários da Escola Normal Pedro II (1937)

Escola Normal Pedro II e Anexas
1 diretor
1 secretário
1 amanuense
1 bibliotecário – almoxarife – arquivista
12 lentes
2 adjuntos
5 professores
1 preparador de física e química
1 preparador de História Natural
1 inspetor de alunos
1 inspetora de alunas
1 porteiro contínuo
3 serventes
3 serventes auxiliares

Fonte: Espírito Santo (1937b)

Pode-se também visualizar os vencimentos dos funcionários públicos para o Ensino Primário no Espírito Santo (Quadro 6). Podemos perceber que se tornar um professor normalista era uma forma de ascensão financeira, pois o salário aumentava ao longo da carreira em até 60% com relação ao piso salarial do professor de concurso:

Quadro 6 – valores dos salários do pessoal da educação primária em 1937

Ensino Primário	Salário individual
1 diretor de grupo escolar de 1ª classe	750\$000
7 diretores de grupos escolares de 2ª classe	720\$000
6 diretores de grupos escolares de 3ª classe	660\$000
11 diretores de grupos escolares de 4ª classe	480\$000
1 porteiro de grupo escolar de 1ª classe	380\$000
4 porteiros de grupos escolares de 2ª classe	260\$000
9 porteiros-contínuos de grupos escolares de 4ª classe	220\$000
11 porteiros-contínuos de grupos escolares de 4ª classe	200\$000
2 serventes de 1ª classe	300\$000
2 serventes de 2ª classe	220\$000
7 serventes de 3ª classe	200\$000
5 serventes de 4ª classe	170\$000
15 serventes de 5ª classe	150\$000
206 professores normalistas de 1ª classe	450\$000
88 professores normalistas de 2ª classe	390\$000
194 professores normalistas de 3ª classe	330\$000
490 professores normalistas de 4ª classe	250\$000
74 professores de concurso de 1ª classe	270\$000
185 professores de concurso de 2ª classe	240\$000
180 professores de concurso de 3ª classe	200\$000

Fonte: Espírito Santo (1937b, p. 111-112, grifos nossos).

Em meio às ações educacionais empreendidas na primeira metade do século XX, um ponto merece destaque: o lugar atribuído à formação de professores e a atuação da Escola Normal do Espírito Santo, cuja trajetória focalizaremos em seguida, como eixo de sustentação das mudanças pretendidas no campo da educação.

2.2.4 A Escola Normal do Espírito Santo: a formação de professores como eixo de sustentação das reformas da educação na Primeira República

As escolas normais instituídas pelo Estado possuíam um caráter modelar, de acordo com Nóvoa (1992, p. 16), com o objetivo de "[...] controlar o corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização das massas [...]". Entretanto podem ser também um espaço de afirmação profissional, de legitimação dos saberes produzidos no exterior da profissão docente e de reflexão sobre as práticas (NÓVOA, 1992).

Desse modo, no Espírito Santo, na antessala do Estado Novo instituído em 1937, um olhar sobre a Escola Normal localmente instituída nos ajudou a problematizar tentativas de normatização e de controle didático-pedagógico do exercício do magistério.

Simões, Schwartz e Franco (2008) analisaram a gênese e a implantação da Escola Normal no Espírito Santo, cuja criação data em 1859 (Lei n.º 14). Até então, os capixabas que pretendessem fazer o curso normal iam à Escola Normal na Capital da Província do Rio de Janeiro. Em 1860 funcionou apenas uma aula normal dirigida pelo professor de Francês do Liceu, João Ortiz, com ordenado e gratificação especial estabelecido pela Lei. Conforme os autores: “[...] os primeiros movimentos rumo à formação de professores capixabas se configuraram no contexto da cultura e da forma escolar das aulas avulsas e das escolas de primeiras letras [...]” (SIMÕES; SCHWARTZ; FRANCO, 2008, p. 180).

A pedra fundamental para o prédio da Escola Normal (EN) espírito-santense veio a ser colocada em 1873, na Cidade Alta da capital Vitória, o espaço mais valorizado da cidade. Prédios que simbolizavam o Poder a rodeavam: Biblioteca Pública, Capitania dos Portos, telégrafo, editoras de jornais. De acordo com Simões, Schwartz e Franco (2008), o local destinado à Escola Normal mostrou-se estratégico, pois a instituição representava um ideário “modernizador” da educação.

Contudo, considera-se como data da fundação da EN o dia 4 de julho de 1892, ano em que o Ateneu Provincial foi rebatizado de Colégio Normal e no qual foram “[...] instituídos os fundamentos da formação do magistério primário e, também, foi quando foi refundido o antigo curso do Instituto Normal do Colégio Nossa Senhora da Penha, que havia sido criado em 1873” (SIMÕES; SCHWARTZ; FRANCO, 2008, p. 185).

Com a proclamação da República, exigências e expectativas para a formação de professores ganharam novas nuances, tendo em conta que o sistema de ensino passa a ser visto como meio para alcançar a prosperidade do País, e a escola o signo do progresso e do moderno (CARVALHO, M., 2000a). Segundo Simões, Schwartz e Franco (2008, p. 188),

[...] identificar, na história da educação do Espírito Santo, o movimento em direção à especificidade da formação para o magistério, via Escola Normal, significa percorrer sinuosidades, contradições e conquistas que atravessam a formação de professores, estabelecendo como ponto de inflexão o momento em que a certificação passa a ser valorizada como pré-requisito

para o magistério, no processo de normatização do exercício profissional da docência.

Para adentrar no curso Normal, o estudante deveria possuir certificado de aprovação no curso primário ou um atestado do professor particular, passar pela arguição de conteúdos Português, Matemática e Geografia feita por um docente da EN e pagar uma taxa de matrícula. As moças deviam apresentar, além disso, atestado de bom comportamento ou pertencer a uma família honesta. A princípio, o curso Normal no Espírito Santo era dividido em masculino e feminino, sendo o currículo dos meninos e a duração do curso maior: cinco anos para eles e quatro anos para as moças (SALIM, 2009). O curso possuía as seguintes disciplinas:

Quadro 7 - Disciplinas do curso normal capixaba no início do Século XX

Curso Masculino (5 anos)	Curso Feminino (4 anos)
Língua Nacional	Língua Nacional
Língua Francesa	Língua Francesa
Geografia e História Universal	Geografia
História Natural	História Natural
Aritmética	Aritmética
Álgebra	Geometria
Geometria	Pedagogia
Mecânica Geral e Celeste	
Física	
Química	
Biologia	
Fisiologia Humana	
Sociologia e Moral	
Pedagogia e Metodologia (curso teórico e prático)	

Fonte: elaborado pela autora com base em Salim (2009, p. 181).

Em 1908, foi criado do Departamento de Educação no Espírito Santo para superintender a instrução pública (SIMÕES; SALIM, 2008) e, da mesma maneira, controlar o corpo profissional do ensino (NÓVOA, 1992). A contratação de Gomes Cardim para reformular o ensino da EN Pedro II no Espírito Santo, segundo Simões e Salim (2008), buscava além da dimensão pedagógica, a afirmação da escola como símbolo do progresso republicano.

Nessa reforma da EN Pedro II, a experiência e a prática dos alunos foi privilegiada, organizando-se a Escola Modelo Jerônimo Monteiro. Na parte teórica,

criou-se a cadeira de Literatura e reformulou-se o programa da disciplina Pedagogia e Educação Cívica, dividindo-o em quatro partes: "[...] introdução à Pedagogia, análise pedagógica, síntese pedagógica e histórico da Pedagogia [...]" (SIMÕES; SALIM, 2008, p. 8). O conteúdo dessa disciplina seguiu a linha positivista e histórico-evolutiva, apresentando, ainda, conceitos pedagógicos de Pestalozzi, Froebel e de teóricos norte-americanos. Além disso, possibilitou-se aos professores sem habilitação para o magistério a formação em serviço, em que poderiam frequentar a EN, se devidamente aprovados, mas recebendo 2/3 do salário (SIMÕES; SALIM, 2008).

Ademais, conforme Salim (2009), instituiu-se o curso complementar, intermediário entre o ensino primário e o secundário e que funcionava como uma pré-seleção. Os estudantes, ao final desse ano de revisão dos conteúdos da instrução primária, poderiam matricular-se na Escola Normal, caso fossem aprovados no exame final de admissão. Essa historiadora elaborou quadros da distribuição das disciplinas no curso normal no Espírito Santo, pelos quais podemos visualizar o processo de desenvolvimento do currículo no início do Século XX. Em 1908, encontrava-se da seguinte forma (Quadro 8):

Quadro 8 - Curso Normal no Espírito Santo em 1909

1º ano	Português, Francês, Aritmética, Caligrafia, Geografia e Cosmografia, Ginástica e Trabalhos Manuais
2º ano	Português, Francês, Inglês, Álgebra, Geometria, História do Brasil, Caligrafia e Desenho, Ginástica, Trabalhos Manuais
3º ano	Literatura, Física e Química História Natural, Pedagogia e Educação Cívica, História Universal, Exercício de Ensino, Música, Ginástica.

Fonte: Elaborado por Salim (2009, p. 186).

No ano de 1914, segundo Salim (2009), a divisão entre masculino e feminino foi abolida, porque a procura do curso normal pelos rapazes era baixa, e a duração foi estendida para quatro anos. Apesar disso, segundo a autora, o curso que preparava os professores primários não privilegiava aprofundamento nos conteúdos estudados, como acontecia no Ginásio Espírito Santo, que preparava para os cursos superiores. Podemos notar, ainda, a inserção de Exercícios Militares junto à disciplina de Ginástica, haja vista nesse ano a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A grade da disciplina Pedagogia e Educação Cívica se expande e passa a ser aplicada em dois anos:

Quadro 9 - Curso Normal no Espírito Santo em 1914

1º ano	Português, Francês, Aritmética, Geografia e Cosmografia, Caligrafia e Desenho, Trabalhos Manuais e Ginástica
2º ano	Português, Francês, Álgebra, Geometria, História do Brasil, Física, Química, Caligrafia e Desenho, Trabalho Manuais, Ginástica e Exercícios Militares
3º ano	Literatura Portuguesa, História Natural, História Universal, Pedagogia e Educação Cívica , Música, Trabalhos Manuais, Ginástica e Exercícios Militares
4º ano	Pedagogia e Educação Cívica , Exercício de Ensino na Escola Modelo

Fonte: Elaborado por Salim (2009, p. 187, grifos nossos).

Mais uma vez, o curso Normal sofreu modificações, em 1926, alterando a distribuição das disciplinas, e os princípios da Escola Nova começavam a despontar no currículo (SALIM, 2009). Novas disciplinas são incluídas: Música, Economia e Leis Escolares, Higiene Escolar e Sociologia. Em Pedagogia são acrescentados os conteúdos de Psicologia e História da Educação. A História do Brasil é suprimida e passa a ser matéria da História Universal. A disciplina História Natural se expande para dois anos de estudo. Os exercícios militares saem do currículo de Ginástica, momento que, concomitantemente, o movimento escoteiro crescia no Espírito Santo¹⁷:

Quadro 10 – Curso Normal no Espírito Santo em 1926

1º ano	Português, Francês, Aritmética, Geografia e Cosmografia, Caligrafia e Desenho, Ginástica, Música e Trabalhos Manuais.
2º ano	Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geografia do Brasil, História Universal, Desenho e Caligrafia, Geometria, Ginástica, Música e Trabalhos Manuais.
3º ano	Português e Literatura Nacional, Álgebra. Geometria, História Universal (principalmente do Brasil), História Natural , Pedagogia (noções de Psicologia Aplicada à Educação, História da Educação), Economia e Leis Escolares , Educação Moral e Cívica.
4º ano	Português e Literatura Nacional, Pedagogia (sistematização dos conhecimentos pedagógicos), Sociologia (noções de sociologia e Direito Usual), História Natural , Higiene Escolar e Prática Pedagógica (exercícios na escola anexa).

Fonte: Elaborado por Salim (2009, p. 189, grifos nossos).

A reforma da Instrução Pública promovida por Vivacqua implementou mais disciplinas referentes ao escolanovismo no curso Normal, como a Educação Física, por exemplo. Os conteúdos de Psicologia cresceram e passaram a ser estudados também na disciplina Higiene. Novas temáticas surgiram, buscando a compreensão do funcionamento do corpo humano (Anatomia e Antropometria), da metodologia de

¹⁷ Apesar do movimento escoteiro ser cobiçado como meio de influência do exército na infância, os escoteiros não pretendiam transformar-se em movimento militar (HORTA, 1994).

ensino (Didática), das formas lúdicas de educação (Escotismo) e de valorização da produção cultural brasileira (Literatura Nacional). Sociologia foi suprimida e outras disciplinas foram acrescentadas: Puericultura, Eugenia, Prática de Primeiros Socorros e Agricultura e Indústrias Rurais. Desse modo, o curso Normal no Espírito Santo adentrou a década de 1930 da seguinte forma:

Quadro 11 - Curso Normal no Espírito Santo em 1930

1º ano	Língua Vernácula e Caligrafia, Francês, Aritmética, Geografia e Cosmografia, Educação Física, Música e Canto Coral e Trabalho Manuais.
2º ano	Língua Vernácula, Francês, Aritmética, Álgebra, Geografia do Brasil, História das Civilizações, Desenho e Caligrafia, Educação Física, Música e Canto Oral , Trabalhos Manuais.
3º ano	Língua Vernácula e Literatura Nacional , Álgebra, Geometria, História das Civilizações (principalmente do Brasil), Higiene (Anatomia e Psicologia Humana) , História Natural, Física, Química, Pedagogia (História da Educação, Psicologia Geral e Experimental, Pedagogia e Moral e Cívica, Didática) Música e Canto Oral, Educação Física e Trabalhos Manuais.
4º ano	Língua vernácula e Literatura Nacional, Pedagogia (noções de Sociologia e Direito Usual, Didática e Prática Pedagógica) , Higiene Escolar e Infantil, Puericultura, Eugenia, Prática de Primeiros Socorros , História Natural, Agricultura e Indústrias Rurais, Educação Física (Prática de Antropometria, Escotismo), Música e Canto Coral.

Fonte: Elaborado por Salim (2009, p. 191, grifos nossos).

Podemos compreender a inserção das disciplinas Eugenia, Puericultura e Prática de Primeiros Socorros no preparo docente, porque a responsabilidade de melhoramento biológico do brasileiro recaia sobre as mães:

Os problemas da maternologia, da higiene no matrimônio, da puericultura, "arte de criar higienicamente as crianças", ser-lhes-ão, destarte, familiares. Assim, sua prole resultará numa mocidade eugênica e alegre, vigorosa e entusiasta (RIBEIRO, 1932, p. 2).

Em 1930, o Decreto 9.802, em cumprimento da Lei 1.693, de 29 de dezembro de 1929, regulamentou os Orfeões Escolares. Os objetivos dessa modalidade para o ensino de música na instrução compreendiam:

- a) – Cooperar na divulgação de hinos e canções patrióticas da música brasileira;
- b) – Fazer cantar as belezas e grandezas da Pátria e realçar o encanto das canções regionais;
- c) – Despertar o gosto estético por meio do canto de produções artísticas, rigorosamente selecionada (ESPÍRITO SANTO, 1931, p. 89).

Na Gestão Bley, no Espírito Santo, foi incluído o curso de Educação Sanitária Escolar no 4º ano da Escola Normal, com o objetivo de melhorar a saúde das crianças. Podemos identificar também o discurso da eugenia como justificativa para que o magistério tivesse conhecimentos nessa área:

A nossa população rarefeita e morbida, contrastando, lamentavelmente, com todo esse cenário bonancoso e magnificante, que nos circunda, mais vegeta do que produz e vive.
O homem brasileiro é desgraçadamente mal gerado, carcomido pela maleita e pelas verminoses e entibiado por endemias inexoravelmente degeneradoras (RIBEIRO, 1932, p. 2).

Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, em relação ao tempo de estudo no ensino secundário brasileiro, a legislação federal determinou cinco anos de curso fundamental, mais dois anos complementares. Assim, a formação dos professores passou a ter conteúdos especializados nesses dois últimos anos.

No ano de 1934, foi criada uma nova cadeira na EN Pedro II, a de Psicologia Experimental e Sociologia Educacional, com Cristiano Fraga nomeado para o cargo (SOCIOLOGIA..., 1934). Antes, Psicologia e Sociologia faziam parte de conteúdos da disciplina Pedagogia (Cf. Quadro 11, nos 3º e 4º anos).

Em meados de 1930, lançou-se a nova regulamentação do Ensino Normal do Espírito Santo. O Decreto 7.921, de 17 de julho de 1936, nos termos da Lei n. 74, de 30 de junho de 1936, regularizou: cursos e seriação; regime escolar; deveres dos professores; atribuições do preparador de física e química e de história natural; a congregação da Escola Normal; atribuições do diretor, secretário, auxiliares administrativos, inspetores e alunos; disciplina escolar; diploma e colação de grau. De acordo com o decreto, o curso Normal só poderia ser ministrado em estabelecimentos oficiais ou naqueles que se submetessem à inspeção.

O ensino, que deveria seguir o regime federal, foi dividido no curso Fundamental e Normal propriamente dito ou formação de professores. O primeiro seguia o mesmo currículo do Colégio Pedro II, fiel à seriação de matérias e regime didático, respeitando a legislação federal. Suprimiu-se o 2º ano do curso de adaptação, que passou a denominar-se “Curso de Admissão”, com programa idêntico ao de ingresso no Ginásio. O curso para a formação de professores, com dois anos de duração, compreendia as seguintes matérias:

- a) Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino;
- b) Psicologia Educacional e Sociologia Educacional;
- c) Economia e Ensino Rural – economia rural e doméstica, agricultura, horticultura, jardinagem e pequena indústrias rurais;
- d) Noções de Direito Pátrio, Educação Cívica e Legislação Escolar;
- e) Teoria e prática da Educação Física;
- f) Biologia Fundamental e Educação Sanitária;
- g) Trabalhos manuais;
- h) Coro orfeônico (REGULAMENTO..., 1936).

No artigo 5º, encontra-se a distribuição das disciplinas nas séries do curso. A frequência das disciplinas era de, no mínimo, três aulas por semana. As turmas deveriam ter, no máximo, 50 alunos. O Quadro 12 mostra as disciplinas estipuladas para a formação de professores:

Quadro 12 – Distribuição das disciplinas no Curso Normal capixaba

6ª série	7ª série
Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino	Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino
Psicologia Educacional e Sociologia Educacional	Psicologia Educacional e Sociologia Educacional
Biologia Fundamental e Educação Sanitária ¹⁸	Biologia Fundamental e Educação Sanitária
Teoria e Prática da Educação Física ¹⁹	Teoria e Prática da Educação Física
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
Coro Orfeônico	Coro Orfeônico
Educação Cívica e Legislação Escolar	Economia e Ensino Rural
Noções de Direito Pátrio	-

Fonte: elaborado pela autora, com base no Decreto 7.921, de 17 de julho de 1936 (REGULAMENTO...,1936).

Em 1930, havia doze disciplinas no 3º ano e dez no 4º ano. Com a reforma de 1936, esse número diminuiu. Mesmo assim, com a frequência mínima de três vezes por semana, na 6ª série, seriam 24 horas-aula por semana, aproximadamente cinco horas diárias.

¹⁸ Antiga cadeira de Higiene e Puericultura.

¹⁹ O artigo 6º determinou que os programas para o ensino da Educação Física seriam regulados pelo órgão técnico estadual responsável. A disciplina seria ministrada por técnicos diplomados e reconhecidamente habilitados, e a prática seria dirigida por profissionais do mesmo sexo dos respectivos alunos.

Podemos notar que a especialização dos professores se voltava para disciplinas base da Escola Nova: Biologia, Psicologia (que se tornou disciplina específica) e Educação Física, além da Pedagogia e Prática de Ensino. Disciplinas referentes ao civismo foram priorizadas também: Música foi substituída por Coro Orfeônico e Educação Cívica manteve-se no currículo.

O corpo docente da Escola Normal constituía-se de lentes e professores. Os lentes regiam as cadeiras de Português, Francês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Inglês, Latim, Física, Química, História Natural, Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino, Psicologia Educacional e Sociologia Educacional e Educação Sanitária e Biologia Fundamental. Os professores estavam à frente das cadeiras de Desenho, Ciências Físicas e Naturais, Música (Coro Orfeônico), Economia e Ensino Rural, Noções de Direito Pátrio, Educação Cívica e Legislação Escolar, Trabalhos Manuais, Teoria e Prática da Educação Física. Havia diferença nos vencimentos dos profissionais do ensino, fixados de acordo com a natureza do ensino e extensão do trabalho exigido.

O Decreto 7.921 abriu a possibilidade para que as cadeiras fossem desdobradas ou reduzidas, caso fosse necessário. Se isso acontecesse, o lente ou professor mais antigo escolheria primeiro a disciplina que lhe satisfizesse. Cadeiras que ficassem vagas seriam providas por meio de concurso.

Os lentes e professores deveriam cumprir os programas de ensino adotados, participar das sessões da Congregação²⁰, compor bancas examinadoras e comparecer a todas as solenidades oficiais que se realizassem no estabelecimento. Os programas de ensino passaram a ser revisados a cada três anos. Entre as obrigações dos educadores encontra-se, ainda, o trabalho de “[...] incutir nos seus alunos, por lições e actos, o amôr à Patria, [...]” (REGULAMENTO..., 1936, p. 6).

A Escola Normal possuía gabinetes de Física e Química e de História Natural, onde atuavam os preparadores, funcionários que contribuía na formação de professores. Esses profissionais organizavam as coleções e preparavam aparelhos e recursos necessários para as experiências planejadas pelos docentes.

²⁰ A Congregação era composta por lentes e professores, presidida pelo diretor. O Decreto 7.921 já deixou determinado que as sessões ordinárias acontecessem nos dias 14 de março, 30 de junho e 30 de setembro, além das sessões extraordinárias a serem definidas pelo diretor ou por requerimento de três lentes ou professores. As sessões solenes seriam para as festas de colação de grau e para a posse de catedráticos.

Percebem-se, no documento, os preceitos da Educação Nova em relação à disciplina escolar, em que se determina um regime de trabalho cooperativo e alegre, em um ambiente de simpatia entre educadores e alunos. Tanto um como outro possuíam a obrigação de se tratarem com afabilidade, serenidade. Os docentes deveriam evitar atos ou palavras que humilhassem os estudantes.

Para serem diplomados, os discentes deveriam ter, no mínimo, 80% de frequência nas aulas. Na sessão solene de colação de grau, os formandos deveriam proferir: “[...] Prometto empregar todos os meus esforços em proveito do desenvolvimento intelectual e do aperfeiçoamento do caracter da mocidade, cujo ensino me fôr confiado [...]” (REGULAMENTO..., 1936, p. 7). A formação do caráter, nesse contexto, configura-se como um ponto de destaque entre os preceitos educativos. Era obrigação docente imprimir nos discípulos, por seus atos e palavras, “[...] tudo quanto possa concorrer para lhes formar o caracter [...]” (REGULAMENTO..., 1936, p. 7).

Naquela conjuntura, uma elite intelectual brasileira defendia a formação plena do ser humano como o centro da orientação dos trabalhos pedagógicos, fundamentados pelos pressupostos da ciência. Atribuía-se igualmente muita importância à educação integral, no sentido do desenvolvimento concomitante de capacidades físicas, morais e intelectuais. Havia ainda um forte discurso de eugenia, que almejava a regeneração da "raça brasileira" e que tinha a escola como principal propulsora. Acreditava-se, em suma, que o desenvolvimento amplo das capacidades individuais desenvolveria potencialmente a sociedade, contribuindo, dessa forma, para o progresso do Brasil.

A Escola Normal Pedro II constituía o modelo para a formação docente no Espírito Santo. Em 1936, oferecia os cursos Normal, Adaptação e Primário. Em texto oficial do Governo Bley, encontramos a informação de que a liderança estadual reconhecia a necessidade de um prédio novo para que se pudesse seguir de forma mais adequada os “[...] ditames da pedagogia e higiene modernas” (ESPÍRITO SANTO, 1937a, p. 312). Justifica, entretanto, que “ligeiras modificações” estavam sendo feitas pelo Governo a fim de garantir o “[...] preparo elogiável de professores primários” (ESPÍRITO SANTO, 1937a, p. 312), os mesmos professores que, em 1936, colaram grau em uma cerimônia realizada no Club Vitória com a presença da “alta sociedade vitoriense” (ESPÍRITO SANTO, 1937a, p. 313).

A diferenciação entre homens e mulheres voltou ao currículo da EN Pedro II. O Decreto n.º 11.625, de 28 de fevereiro de 1940, "[...] reservou o curso fundamental da Escola Normal aos alunos do sexo feminino, transferindo os do sexo masculino para o Ginásio do Espírito Santo, medida adotada pela reforma Gustavo Capanema" (ESPÍRITO SANTO, 1943, p. 96). Essas medidas foram adotadas nos dois estabelecimentos oficiais, a Escola Normal Pedro II e o Liceu Muniz Freire.

Outra providência tomada foi a criação do cargo de assistente técnico da Secretaria de Educação²¹, com o intuito de remodelar planos didáticos e processos de verificação de aprendizagem. Esses últimos, por meio da aplicação de testes individuais de conhecimento (ESPÍRITO SANTO, 1943).

Desse modo, permanências e descontinuidades fizeram parte do processo de formação de professores capixabas no início do século XX. Verificamos as ações do Estado para a sistematização, burocratização e controle da educação. O processo de desenvolvimento do currículo da Escola Normal foi aos poucos incluindo disciplinas fundamentadas nos princípios da Escola Nova, mas essa atualização não significou, necessariamente, a modernização do professorado, basta ver as diretrizes norteadoras para o ensino, as quais serão analisadas no próximo capítulo.

²¹ Decreto n.º 4.752, de 19 de abril de 1934: extinguiu o cargo de Inspetor-Chefe do Corpo Técnico de Ensino e criou, em seu lugar, o cargo de Assistente Técnico.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA O MAGISTÉRIO CAPIXABA NA ANTESSALA DO ESTADO NOVO (1930-1937)

O Capítulo III focaliza diretrizes para o processo de formação de professores no Espírito Santo, tomando como eixos de análise as orientações associadas ao civismo (patriotismo), à moralidade (religiosidade) e às teorias pedagógicas, fortemente difundidos no período estudado.

Por meio da leitura dos documentos a contrapelo (GINZBURG, 2007), a partir do cruzamento de fontes plurais, procuramos identificar convergências e divergências entre pontos de vista expressos por atores locais, considerando, ainda, as relações de força (GINZBURG, 2002) estabelecidas no contexto da sociedade capixaba de 1930 a 1937.

Nesse contexto, partimos do pressuposto de que grupos de intelectuais e políticos no exercício do poder atuavam como mediadores culturais (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989), na medida em que procuravam filtrar ideias e conceitos a serem difundidos no Espírito Santo, tendo em vista a consolidação de um projeto de transformação do homem brasileiro sustentado pelo nacionalismo patriótico. Para o desenvolvimento desse projeto, como argumentamos nesta pesquisa, a formação e a atuação de professores se revestia de fundamental importância.

Analisamos as diretrizes nacionais para o ensino expressas nas propostas difundidas pelas Conferências Nacionais de Educação (CFNE-ABE), veiculadas na imprensa espírito-santense, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), de 1930 a 1937, as indicações para educação que circulavam na imprensa capixaba e as orientações deixadas nos relatórios dos inspetores escolares espírito-santenses.

Como se sabe, as CFNE-ABE, organizadas a princípio pela Associação Nacional de Educação (ABE), debatiam as diretrizes para o ensino no Brasil e exerceram grande influência no Governo Federal nesse período. Ao CNE, presidido pelo Ministro da Educação e Saúde, cabia a elaboração do Plano Nacional de Educação.

Neste estudo, focamos as diretrizes difundidas pelas Conferências Nacionais de Educação organizadas pela ABE. Em 1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública instituiu a Conferência Nacional de Educação em caráter oficial, a qual passou a ser convocada pelo presidente da República e possui periodicidade de dois anos (REUNIR-SE-Á..., 1937).

O Conselho Nacional de Educação foi criado pelo Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Entretanto a primeira reunião aconteceu em 1937, após ser instituído pela Constituição, conforme registro do Ministério da Educação e Saúde (1937)²². Sua principal função concentrava-se: "[...] no preparo de anteprojetos de lei e na aplicação de leis referentes ao ensino, e consultivo dos poderes federais e estaduais, em matéria de educação e cultura" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 2). Além disso, elaborava o Plano Nacional de Educação, o qual passava por aprovação no Poder Legislativo – Capítulo II, Art. 9º (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937).

Esse Conselho foi constituído por dezesseis membros: doze representantes do ensino, quatro representantes da cultura livre e popular, escolhidos entre pessoas de reconhecida competência para essas funções²³. O Ministro da Educação e Saúde presidia as sessões, sendo naquele momento Gustavo Capanema²⁴.

Ao analisar as fontes, à procura das diretrizes de ensino para o Espírito Santo na antessala do Estado Novo, percebemos, ainda, agentes educacionais que

²² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Conselho Nacional de Educação**: Sessões da Primeira Reunião em 1937. Vol. 1, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Indústria do Jornal, 1937.

²³ Conselheiros em 1937: Cesário de Andrade, Isaías Alves, Jônatas Serrano, Jurandir Lodi, Reinaldo Porchat, Aníbal Freire, Samuel Libâneo, Paulo Lira, Amoroso Lima, Padre Leonel Franca, Josué d'Afonseca, Parreiras Horta, Raul Leitão da Cunha, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Ari de Abreu Lima, Lourenço Filho (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937).

²⁴ "[...] Da composição do Conselho Nacional de Educação
Art. 1º. O Conselho Nacional de Educação, instituído pela Constituição, é órgão colaborador do Poder Executivo, no preparo de anteprojetos de lei e na aplicação de leis referentes ao ensino, e consultivo dos poderes federais e estaduais, em matéria de educação e cultura.
Art. 2º O Conselho Nacional de Educação será constituído de dezesseis membros, sendo doze representantes do ensino, em seus diferentes graus e ramos, e quatro representantes da cultura livre e popular, todos nomeados pelo presidente da República, e escolhidos na forma prevista na lei n. 174, de 6 de janeiro de 1936, dentre pessoas de reconhecida competência para essas funções, e, de preferência, experimentadas na administração do ensino e conhecedoras das necessidades nacionais.
Art. 3º O Ministro da Educação e Saúde presidirá as sessões do Conselho Nacional de Educação, sempre que a elas comparecer, cabendo-lhes neste caso, intervir nos debates e o voto de desempate.
Art. 4º O diretor do Departamento Nacional de Educação poderá participar dos debates, sem direito de voto.
Art. 5º O Conselho Nacional de Educação escolherá, bianualmente, por votação secreta e dentre seus membros, o seu presidente e vice-presidente [...]" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 2-3).

participaram da formação do Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP) da Reforma Vivacqua. Eles deixaram-nos impressões sobre o ensino pelas quais podemos visualizar nuances das teorias pedagógicas que circularam pelo Espírito Santo. Em meio aos autores das teses apresentadas ao final do CSCP, encontramos sujeitos que continuavam ativos na educação capixaba nos anos 1930, dentre os quais destacamos (Cf. BERTO, 2013, p. 174-175):

- Placidino Passos – *Velhos e novos sistemas educativos. A escola activa do século XIV ao século XX*;
- José Elias de Queiróz – *Museus escolares*;
- Enoé Rezende – *A geographia e a historia, em face da pedagogia moderna. Os álbuns geographicos e históricos na escola activa*;
- Oswaldo Marchiori – *A escola activa educa para a vida*;
- Claudionor Ribeiro – *Nova orientação da geographia na Escola Activa brasileira*;
- João Ribas da Costa – *As sciencias naturaes como base do ensino primário. Sua orientação na escola nova. Por onde começar o regimen transitório, especialmente nas escolas ruraes*;
- Alfredo Lemos – *Commercio Bancos e Cooperativas Escolares, em relação com a escola activa*;
- Francisco Generoso – *O ensino secundário. Como enquadrar-o na escola activa*;
- Hilda Pessoa Prado – *Jogos e pateos de recreio*;
- Luiz Edmundo Maliseck – *O problema da saude na escola activa*;
- Rita Tosi Quintaes – *Precursores da Escola Activa. Educação Sanitária. Papel da educadora sanitária na Escola Activa*;
- Silvio Rocio – *A educação na Escola Nova*;
- Custodia Gomes de Souza – *Carteira biographica escolar na Escola Activa*;
- Rita Monteiro Torres – *Terrários e Herbários*;
- Lidia Besouchet – *O "Folk-lore" na Escola Activa*;
- Maria Magdalena Pisa – *A Escola Activa e o sentimento de brasilidade. Como organizar a Escola Activa brasileira*.

Esses atores educacionais, dentre outros, aparecerão ao longo do exame das fontes, em que investigamos bases das concepções de nacionalismo, a valorização da moral católica, os princípios sobre os métodos de ensino e as críticas ao CSCP. Destacamos a participação deles nessa formação anterior à Revolução de 1930, a fim de verificar possíveis permanências e rupturas nos modos de pensar os pressupostos pedagógicos para a formação do magistério.

3.1 DIRETRIZES ASSOCIADAS AO CIVISMO

Desde que foi lançada a Conferência Nacional de Educação, destacaram-se as teses da unidade nacional por meio do ensino e da busca pela melhoria na qualidade da instrução pública. Para tanto, propunham-se investimentos na uniformização do ensino primário e na qualificação dos professores. Almejava-se, ainda, uma padronização doutrinária, tomando-se a escola como elemento propulsor do patriotismo fundado na tradição católica. Outros pontos considerados prioritários foram a eugenia e a educação moral, entendidos como fatores a serem trabalhados nos educandários, de modo a evitar supostos “males” da degradação biológica e, conseqüentemente, da proliferação de vícios (CARVALHO, M., 1998).

Mesmo organizada pela ABE, o Ministério da Educação, além de conhecer os objetivos e a programação do evento, participou ativamente na promoção da Conferência. Conforme Carvalho

[...] é com a Revolução de 1930 que a ABE alcança o *status* político almejado, passando a funcionar, nos anos que imediatamente sucederam à Revolução, como espécie de prolongamento do Ministério da Educação, então criado [...] (CARVALHO, M., 1989, p. 33).

Em 1931,²⁵ Getúlio Vargas e Francisco Campos discursaram na abertura do evento e solicitaram que os conferencistas “[...] fornecessem ao Governo Provisório a ‘fórmula feliz’, o ‘conceito de educação’ da nova política educacional [...]” (CARVALHO, M., 1998, p. 380). Para se ter ideia da influência do grupo que organizava a Conferência, Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) assinala que

²⁵ De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho (1989), até 1931 o grupo católico detinha o controle da ABE. Em 1932, ano de publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, esse grupo abandonou o controle da entidade para organizar a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE).

Fernando Magalhães, presidente do evento, foi o "[...] orador oficial do laicato católico na inauguração do Cristo Redentor [...]" e "[...] indicado para a reitoria da Universidade do Rio de Janeiro [...]" (CARVALHO, M., 1998, p. 381).

A estreita relação entre o Governo Federal e a CFNE pode ser também observada na Quinta Conferência, que foi presidida por Getúlio Vargas²⁶, acompanhado da sua casa civil e militar e do Ministro da Educação e Saúde Pública (5ª CONFERÊNCIA..., 1932a, 1932b).

O tema da unidade nacional aparecia como uma preocupação geral nas Conferências, mas com pontos de vistas distintos. Por exemplo, Lourenço Filho propôs a unificação cultural por meio da escola, entendendo que “[...] Caberia à educação primária ‘imposta a todos como dever e necessidade do Estado’, a ‘homogeneização necessária dos indivíduos como membros de uma comunhão nacional’ [...]” (LOURENÇO FILHO apud CARVALHO, M., 1998, p. 325-326). Contudo esse educador olhava para as diferenças na sociedade brasileira e considerava que um padrão único de ensino primário não seria apropriado. A uniformidade deveria acontecer por meio de um sistema educacional estável, mas com padrões flexíveis às necessidades locais, com base em um plano nacional cultural. Outro objetivo desse sistema de ensino era, inclusive, o desenvolvimento das aptidões naturais dos indivíduos, de modo a formar o braço produtor do Brasil (CARVALHO, M., 1998).

A inquietude sobre o desenvolvimento profissional docente acompanhava as CFNEs-ABE. De acordo com Leitão (1930, p. 3), autor de uma circular da ABE que antecedia a Quarta Conferência, “[...] O preparo do professor é cada vez mais o problema capital da educação [...]”, lembrando que o clamor uníssono da III Conferência havia sido para a fundação dos institutos de formação de professores. As dificuldades em torno da questão provinham fundamentalmente da falta de reconhecimento dos diplomas entre os Estados, pois cada um possuía um tipo de curso. Para sanar essa situação, era necessário formular uma base comum, porém compreendendo os limites das diferenças regionais:

Seria talvez possível fazel-o pela uniformização pedagógica, num entendimento salutar entre as unidades da Federação, num plano que

²⁶ Fernando Magalhães renunciou à presidência da Quinta Conferência, segundo foi noticiado pelo Diário da Manhã (5ª CONFERÊNCIA...,1932d).

atendesse no grau de cultura e permitisse ao mesmo tempo a visão mais restricta das condições peculiares a cada zona (LEITÃO, 1930, p. 3).

Podemos compreender a situação do ensino normal por meio das proposições de Kaseff (1934), apresentadas na II CNE, em 1928. Foi-lhe solicitado que apresentasse sugestões para a Constituinte, em 1934, e ele lembrou suas teses apresentadas naquele evento, as quais reuniu em um opúsculo intitulado "Uniformização do Ensino Normal:

1ª A unificação do ensino normal do país é um dos problemas de solução mais urgente, que se impõe á consideração dos poderes publicos, como meio efficaz de intensificar o combate ao analfabetismo, por um recrutamento de maior numero de professores e consequente diffusão maior da instrucção, assim como de elevar o prestigio do magisterio primario brasileiro e augmentar a sua influencia na obra do engrandecimento nacional.

3ª Os diplomas expedidos por qualquer escola normal, official ou equiparada, de um Estado serão validas nas demais Unidades da Federação

5ª Respeitando o principio de sua equivalencia, a unificação do ensino normal impoe-se ainda que não seja possivel a sua uniformização" (KASEFF, 1934, p. 5).

A questão da união nacional destacava-se naquele momento. A Liga da Defesa Nacional se manifestou por ocasião da IV CFNE-ABE:

[...] Uma circunstância, porém, necessita de ser realçada por constituir o requisito básico dessa série de Conferências: a de que os assuntos serão tratados visando sempre a unidade nacional. Eis aí a superior orientação, impostas aos debates e conclusões. Tudo pela união maravilhosa e indestrutível do nosso povo, que cada vez se identifica melhor e comunga, com mais sinceridade, os mesmos idéais e os mesmos anseios (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1931, p. 2).

A unificação da sociedade começaria desde a escola primária e tamanha tarefa caberia ao trabalho do corpo docente. Verificamos, do mesmo modo, no boletim da Diretoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública (DGIED-Mesp), a meta de promoção cultural brasileira por meio de educadores com rigoroso espírito científico e profissional, de sorte que: "[...] não precisem recorrer ao estrangeiro em busca de critérios que melhor se adquirem pela auscultação direta do meio patrio [...]" (DGIED-MESP, 1930a, p. 4). Assim, a expansão cultural, além de procurar padronizar os brasileiros, aparelharia o país intelectualmente.

Para isso, o trabalho em conjunto entre Governo Federal e administrações estaduais e municipais seria fundamental. Com base na tese de Robinson Smith, professor de Sociologia Educacional da Universidade do Kansas, na qual defendia a participação mais intensa e proeminente da União a favor do ensino, a DGIED-Mesp divulgou quatro razões para a centralização das políticas educacionais: o Governo Federal qualificaria o trabalho educativo e estimularia os ideais culturais; possibilitaria, em qualquer região do país, a equiparação das oportunidades de aprender; aumentaria a progressão dos gastos para custeio de escolas, ampliando, com o tempo, o limite superior de idade escolar; elevaria o padrão das escolas por meio da divulgação das práticas progressistas de ensino (DGIED-MESP, 1931b).

Entre os trabalhos da V Conferência Nacional de Educação, foi aprovado o capítulo "Educação Nacional" no anteprojeto da Constituinte. Nesse texto, o Artigo 2º determinava que competia à União elaborar um plano nacional de educação com o objetivo de oferecer oportunidades iguais de ensino aos brasileiros, conforme suas capacidades. O Artigo 6º indicava o estabelecimento do Conselho Nacional de Educação no respectivo Ministério (V CONFERÊNCIA..., 1933).

De acordo com Anísio Teixeira (1933), coube à V Conferência harmonizar as divergências e integrar os educadores nacionais em uma corrente de ideias comuns. Os problemas discutidos se referiram a: quais seriam as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios no sistema nacional de ensino, sem perder a descentralização; como articular os diferentes graus de ensino; como fixar um espírito republicano e democrático na instrução pública. Teixeira (1933) esclareceu que esse evento não se deixou invadir pelo espírito simplista que pretendia resolver os problemas do Brasil por meio de um plano educacional rígido e dogmático. Definiu-se que as soluções propostas seriam implantadas gradualmente e de uma forma que permitisse o desenvolvimento articulado das iniciativas que até então aconteciam de maneira isolada e fragmentária.

As discussões apresentadas nessas conferências mostram a necessidade de organização do sistema educacional no Brasil e como alguns grupos disputavam o campo educacional, a fim de impor seus ideais sobre qual tipo de cidadão desejavam formar. Compreendemos que essa sistematização do ensino era

imprescindível, tendo em vista o alto índice de analfabetismo²⁷, as políticas esparsas, a falta de regulamentações para a profissionalização docente e de planejamento nas legislações educacionais. No entanto, para formar essa estrutura, as bases para o controle governamental centralizado foram lançadas. Conforme Teixeira de Freitas (1931, p. 2)

O que o governo federal e a A.B.E. pretendem é uma coisa muito simples: uniformizar em moldes satisfatórios, os registros escolares em toda a extensão do país, e coordenar racionalmente as atividades administrativas que entre nós se dedicam à elaboração das estatísticas de ensino.

Cada Estado enviava uma delegação de representantes do campo educacional, além do interventor Federal e do secretário da Instrução. Convém destacar, de acordo com Salim (2009), que dois grupos podem ser identificados no Espírito Santo com relação ao movimento do Modernismo e suas vertentes para a educação: um que defendia a Escola Nova e outro a favor da Pedagogia Tradicional. No primeiro grupo, a autora cita Christiano Fraga, inserido no grupo que participou ativamente da Reforma Vivacqua. Elpídio Pimentel, Ciro Vieira da Cunha²⁸ e Aurino Quintaes pertenciam ao segundo segmento. Informações levantadas nas fontes indicam que esse segundo grupo, conservador, ascendeu ao poder após a Revolução de 1930.

Para representar o Espírito Santo na Quarta Conferência, compôs-se a seguinte comissão: o interventor federal João Punaro Bley; Dr. João Manoel de Carvalho, secretário da Instrução; Dr. Aurino Quintaes, diretor da Escola Normal; Dr. Durval de Araújo, diretor de Estatística e Dr. Manoel Teixeira Leite, diretor do Diário Oficial.

Os representantes capixabas designados para a V Conferência foram Placidino Passos (diretor técnico do Departamento de Ensino Público) e Raymundo Bodart Junior. Contudo, Bodart Junior parece não ter ido, pois encontramos referências a Christiano Fraga (diretor do Departamento de Saúde Pública e lente do

²⁷ "Como é sabido, três quartas partes da população brasileira em idade escolar, ou seja, presentemente, cerca de 6 milhões de crianças de 7 aos 14 anos, não frequentam a escola, devendo orçar por dezenove milhões os cidadãos brasileiros de mais de 14 anos incapazes de lêr e escrever. E é este sem duvida, o lado mais triste e mais doloroso da realidade nacional [...]" (DGIED-MESP, 1930c, p. 2).

²⁸ Ciro Vieira da Cunha trabalhou como médico, vereador e acionista da empresa Viação Itapemirim, além de catedrático de Português da EN Pedro II. (EMPRESA..., 1929; CUNHA, 1934).

Ginásio do Espírito Santo) na companhia de Passos (QUINTA CONFERÊNCIA..., 1932; 5ª CONFERÊNCIA..., 1932c).

O capixaba Areobaldo Lellis (1931) defendeu a necessidade de unificação do ensino primário, tendo em vista a situação do Espírito Santo, em que cada governo trazia modificações nos métodos de ensino que nem sempre beneficiavam a instrução. Para ele, outro aspecto que a IV Conferência deveria incluir nas suas discussões seria a questão da imigração, quadro característico espírito-santense e de outras regiões brasileiras que, na sua opinião, demandava a obrigatoriedade de ensino na língua portuguesa. Lellis (1931, p. 1) destacou, ainda, a atuação do Estado nas conferências anteriores:

Muitos do ponto de vista do nosso ensino foram homologados nos tres anteriores congressos e mandados admittir [sic] nos demais Estados como regras educacionaes, sendo que desde a segunda conferencia, de Dezembro de 1927, foi o Espírito Santo colocado em segundo lugar em materia de estatística escolar, posto que tem conservado até o presente.

No discurso proferido por João Manoel de Carvalho (1931), no encerramento da IV Conferência, constatamos algumas de suas impressões do evento e o que pensava a respeito do papel da educação. Segundo o secretário da Instrução espírito-santense, quando ouviu as palavras do Ministro da Educação na sessão de abertura, lembrou-se da “[...] imagem desolada dos patricios nossos perdidos na tristeza dos nossos rincões [...]” (CARVALHO, João, 1931, p. 1). O secretário da Instrução acreditava que um dos problemas a ser solucionado no País dizia respeito ao "nosso caboclo", por ele descrito de modo discriminatório, evocando o conhecido personagem da obra de Monteiro Lobato:

Diz ele que, entre os diversos fatores etnologicos que se mesclavam e se mesclam ainda para a formação do nosso povo, um existe, refratario a toda influencia civilizadora, 'incapaz de evolução e impenetravel ao progresso' segundo as proprias expressões. A fealdade fisica e moral do Jéca, é verdadeiramente repulsiva. Sorno, apatico, indiferente a tudo, na atitude parva dum fatalismo mussulmano, Jéca esta sempre acocorado a cuspinhar de esguincho. Desconhece a beleza da ação, brutalizado na contigencia organica dum vencido. Não trabalha e não vibra. Não luta, não sonha, não realiza (CARVALHO, João, 1931, p. 1).

Carvalho (1931, p. 2) afirmou que as diretrizes educacionais deviam servir ao meio e ao tempo e que naquela época precisava-se formar o "verdadeiro brasileiro". Para isso, fazia-se necessária a educação dos "matutos":

[...] deem instrução ao nosso matuto; arranque-o da contingencia animal, façam desse bruto um homem, somatica e psquicamente são, e ver-se á o milagre estupendo; a sub-raça que se enrijou na arrancada temeraria das 'bandeiras', que dilatou as nossas linhas territoriais, e plasmou o Brasil de outrora, e a mesma, é a do Jéca que guarda no substrato psiquico as mesmas virtualidades. Aproveitemo-las nesse outro momento da civilização (CARVALHO, João, 1931, p. 2).

Em vista disso, na opinião de João Manuel de Carvalho (1931), as diretrizes para o ensino deveriam estabelecer a educação obrigatória, dentro do "imperativo mesológico" brasileiro, fundamentada na ciência, servindo à criança, ao médico, ao sociólogo, ao higienista e ao educador, como forma de desenvolver a inteligência, o saber e o caráter para as virtudes morais e cívicas. O dirigente capixaba concluiu: "[...] Essas tendências inatas se afeiçoam, se plasmam, se modificam, se adaptam. Sendo como é, a sociabilidade instintiva do homem, entram como fator de reação, de ajustamento" (CARVALHO, João, 1931, p. 2).

Identificamos na fala do secretário da Instrução do Espírito Santo os pressupostos da eugenia associados às propostas de higienização social, assinaladas pela historiadora Marta Maria Chagas de Carvalho (1998). Segundo a pesquisadora, nas décadas de 20 e 30, essas concepções tiveram intensa circulação e adicionavam "[...] à hereditariedade fatores psicossociais, abrindo-se para o esquadrinhamento e controle de uma gama variada de agentes do que era entendido como degeneração da espécie e abastardamento da raça [...]" (CARVALHO, M., 1998, p. 314). Tendo isso em conta, os projetos educacionais valorizavam questões morais e sanitárias a fim de fixar hábitos e erradicar vícios, como, por exemplo, álcool, doenças, promiscuidade, alimentação inadequada, costumes lascivos (CARVALHO, M., 1998).

Desse modo, justificava-se a necessidade posta de que os professores estudassem biologia, psicologia e sociologia. Além da força que a cientificidade ganhou historicamente a partir das Luzes, esse tipo de formação fornecia bases para legitimar princípios da eugenia.

Fraga (1933a) considerou a V Conferência a mais notável de todas, destacando a elaboração do plano educacional e do anteprojeto do capítulo referente à Educação para a Constituinte. Passos (1933) destacou o plano que sistematizava as diretrizes para as políticas educacionais, além de registrar elogios às autoridades e aos trabalhos discutidos sobre as novas concepções pedagógicas

dentro dos modernos princípios da filosofia educativa e da democracia. Do mesmo modo, enalteceu a educação capixaba:

[...] Não ficamos aquém. Um dos representantes de Minas e do Ceará referiram-se elogiosamente a nossa obra que, em verdade, está cimentada em bases novas e cada vez mais se levanta amparada pelo zelo e patriotismo do Governo renovador que dirige atualmente esta terra feliz e gloriosa, e pelo patriotismo, pela capacidade de um professorado idealista, catalisador e abnegado [...] (PASSOS, 1933, p.3).

Dessa forma, observamos que Passos (1933) procurava mostrar a política educacional no Espírito Santo harmonizada com as diretrizes nacionais, tanto com relação à nova pedagogia quanto com a questão do patriotismo. Percebe-se, dessa maneira, uma elite intelectual capixaba sintonizada com os ideais de formação da "alma brasileira" fundada na tradição católica (CARVALHO, M., 1998), como veremos ao longo das análises das fontes.

O Espírito Santo, de acordo com Josineide Rosa (2008), foi fiel às diretrizes centrais de ensino no período que Getúlio Vargas dirigia o Brasil. Podemos concluir, com relação ao que foi proposto na CFNE-ABE de 1931 e 1932, teses voltadas para a constituição da nação brasileira que possuíam como critérios de definição a tradição católica, o nacionalismo e a eugenia. Alinhados com esses temas estavam os princípios lançados no Conselho Nacional de Educação. Desse modo, as diretrizes nacionais tiveram grande peso nas ações e discursos para a educação capixaba.

3.2 DIRETRIZES ASSOCIADAS À MORALIDADE

A educação moral foi considerada um tema essencial, que deveria ter seu espaço ampliado no ensino. Seria uma necessidade "[...] sobremodo imperiosa [...]" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p.18), porque os episódios presenciados no mundo até aquele momento indicavam falta de inclinação da humanidade às "[...] virtudes severas [...]" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 18). Portanto, era preciso admoestar hábitos de honestidade nos jovens a fim de afastá-los da indolência, vícios, torpezas e grandes misérias, o que concorreria para o equilíbrio nacional: "[...] A pátria precisa de homens assim, firmes

e corajosos, mas disciplinados e serenos, homens afeitos à ordem, aptos para a liberdade e dignos da fortuna [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 18).

Na primeira sessão do Conselho Nacional de Educação, em 16 de fevereiro de 1937, destacou-se a necessidade de uma lei de conjunto sobre a educação, tendo em vista a dispersão das legislações vigentes e seus emparelhamentos com disposições revogadas. O ensino primário, nesse momento, era regulado por legislações autônomas nos Estados e Distrito Federal e precisava dar conta do alto índice de analfabetismo:

Quanto ao ensino primário, cumpre incentivar intensamente em todo País, pois cerca de 60% de nossa população infantil em idade escolar não dispõem de escola, bem é que se padronizem, ainda que com o mínimo de característicos, diferentes tipos de cursos, que possam ser adequadamente e com facilidade, adotados nos vários pontos do território nacional, nas zonas urbanas e rurais [...] (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 18).

Em vista disso, o professor ocupava um papel central: “[...] Póde-se dizer, portanto, rigorosamente, que uma nação será aquilo que dela fizerem seus professores [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 19). Dessa maneira, “[...] na lei de conjunto sobre a educação nacional, que ides projetar, ha de o professor, certamente, ocupar o lugar máximo de relevo [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 19). Destacamos que, no documento governamental, os mestres foram comparados com os filósofos gregos e com os apóstolos cristãos:

O professor foi sempre um ser privilegiado. É que dele, sobretudo dele, depende a boa ou má educação. Dele poderá vir para os homens e para as nações o maior bem ou o maior mal, porque é nas suas mãos que se coloca o grave ofício de afeiçoar ou preparar o espírito da juventude. Para ter ideia do quanto póde fazer um professor, lembraremos a grande revolução de Sócrates, ensinando, fez em Atenas, mas lembremos, sobretudo outra revolução, esta muitas vezes maior, que fizeram aqueles doze homens, na verdade doze professores, a quem Jesus Cristo mandou que fossem não para contar, negociar ou guerrear, mas precisamente para ensinar [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 19).

Detectamos, mais uma vez, entre os princípios do Plano Nacional de Educação, no Título 2, Artigo 3º, a importância dada à moral:

Art. 3.º A educação tem por objetivo formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas, visa imediatamente ministrar conhecimentos e formar o caráter, preparando a pessoa para a vida na família, na profissão e na sociedade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 779).

No Artigo 5º desse mesmo capítulo:

Art. 5.º A educação no país deve despertar o espírito brasileiro e a consciencia da solidariedade humana.

§ 1º Por *espírito brasileiro* entende-se a orientação baseada nas tradições cristã e histórica da pátria, que toda educação no Brasil deve respeitar, a fim de manter a independência, unidade e integridade.

§ 2º Por *consciencia da solidariedade humana* entende-se a prática da justiça e da fraternidade entre as pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1937, p. 779, grifos do autor).

A formação moral do professor permanecia um tema recorrente e considerado relevante. O tema geral da Quarta CFNE-ABE foi “As grandes diretrizes da educação popular” e foram apresentadas seis teses especiais²⁹ como ponto de partida para as discussões e inquietações a respeito do ensino. Destacamos a terceira tese, que trata do ensino normal, proposta por Barbosa de Oliveira:

[...] 3. Como estabelecer o ensino normal, em seus vários graus, fator decisivo na educação dos povos que encontram na ascendencia moral e intelectual dos mestres a força emancipadora das nacionalidades verdadeiramente constituídas? [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1931, p. 1).

²⁹1. Como deverá a futura Constituição brasileira outorgar á União, dentro das prescrições consagradas pela pedagogia moderna, a faculdade de intervir na divisão do ensino primario, base indiscutivel da prosperidade imediata do pais?
 2. Como organizar, na Capital e nos Estados, o ensino profissional de fórmula a garantir (sem transformar as oficinas em meios departamentos industriais) a inteira eficácia do trabalho escolar, elemento creador da riqueza futura da Nação?
 [...]
 4. Como se devem constituir os padrões brasileiros para as estatísticas do ensino, tanto particular como oficial, em todos os seus ramos?
 5. Que registros devem ser creados, em que moldes e em que condições para que as estatísticas escolares brasileiras possam ser levantadas nas requeridas condições de compreensão, veracidade e rapidez?
 6. Que bases são aconselháveis para um convenio entre a União e as unidades politicas do pais afim de que nossas estatísticas escolares se organizem e se divulguem com a necessaria oportunidade e perfeita uniformidade de modêlos e de resultados, em publicações de detalhe e de conjunto, ficando aquelas a cargo dos Estados, do Distrito Federal e do Territorio do Acre e cabendo as segundas á iniciativa federal?” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1931, p.1).

Essa tese remete à preocupação com a fundamentação teórica e a formação moral dos professores. De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), Barbosa de Oliveira, desde a primeira Conferência, enfatizava o papel nacionalizador das Escolas Normais, em que a formação em uma única orientação doutrinária do magistério primário, implementada pelo Governo Federal, garantiria o desenvolvimento de um mesmo brasileiro. Desse modo a alma nacional poderia ser moldada, incorporando a religião católica (CARVALHO, M., 1998).

Apesar da necessidade de alfabetização da população brasileira, não podemos deixar de chamar a atenção para a intenção doutrinária de alguns grupos inseridos na ABE e no Governo Central³⁰. De acordo com o Departamento Oficial de Publicidade (1931), estabeleceu-se um acordo de normatização das estatísticas escolares na Quarta CFNE, considerado "[...] um grande passo para a padronização do ensino público do Brasil como meio seguro da unificação moral e intelectual do país" (DEPARTAMENTO OFICIAL DE PUBLICIDADE, 1931, p. 1). A sistematização do ensino ambicionava não somente remediar os índices de analfabetismo, mas também imprimir uma "alma brasileira".

Na VI CFNE, por exemplo, houve uma discussão entre Ciro Vieira da Cunha, delegado espírito-santense nesse evento, e Sussekind de Medonça, a qual gerou um tumulto digno de nota na imprensa carioca. Em uma sessão, após o padre cearense Helder Camara pronunciar-se sobre fé e educação, Ciro Vieira da Cunha sugeriu que a Conferência defendesse junto à Constituinte a inclusão do ensino religioso no currículo escolar. Foi imediatamente interrompido por Sussekind de Medonça, que irrompeu sobre o regimento das Conferências, o qual não permitia votar propostas desse tipo (SESSÃO..., 1934)³¹.

³⁰ Não queremos generalizar essa intenção. O DGIED-Mesp (1932, p. 4) assinalou que seus comunicados não se destinavam à pregação doutrinária nem à publicação de defesa de ideias pessoais de seus funcionários. O serviço era reservado apenas à vulgarização de notícias e de princípios com caráter educativo recolhidos de "boas fontes" concernentes aos assuntos que competiam ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Contudo, sabemos que as escolhas das notícias não são neutras.

³¹ Marta Maria Chagas de Carvalho (1989) traz como exemplo de apagamento na narrativa de Fernando de Azevedo esse acontecimento por ele ignorado em *A Cultura Brasileira*. A autora esclarece que esse conflito ocorrido na VI CFNE-ABE resultou em um atentado contra a vida de Edgar Sussekind de Medonça: "[...] Naquela ocasião, por ter enfrentado uma assembléia apinhada de militantes da Legião Integralista, opondo-se a uma moção em favor do ensino religioso, foi estigmatizado pela imprensa cearense como um 'estrangeiro de alma e de nome' que vinha do 'Sul', 'a título de pedagogo', contaminar o 'povo cearense com doutrinas dissolventes'. Com sua intervenção na Conferência que acaba resultando na suspensão da sessão de 7 de fevereiro, o 'comunismo', segundo a mesma imprensa, teria arvorado seu estandarte rubro', fazendo emergir 'imundícies precipitadas', detritos 'pestilenciais', que jaziam latentes sob as 'águas paradas' dos

O anseio pela formação da Pátria conjugava-se com o desenvolvimento da moral católica e no Espírito Santo a defesa dessas convicções revelou-se intensa. Sylvia Meyrelles da Silva Santos (1936, p. 57), lente da EN Pedro II, por exemplo, chama a atenção para que os professores, a princípio, analisem o espírito do povo brasileiro, que tende a aceitar o que ditam os estranhos, esquecendo o que é "genuinamente nosso", consequência do passado colonial. A professora defende uma escolha criteriosa dos filmes para a escola, em que observamos a aspiração patriótica religiosa:

[...] As cenas que deveremos oferecer á vista dos delicados temperamentos que desabrocham, é necessário que tenham por finalidade o amor á Pátria e á Humanidade, o respeito á Religião, ensinamentos científicos, de accôrdo com a idade do educando, lições dignificantes, que elevem a Moral, burilem o character, purifiquem o espirito [...] (SANTOS, S., 1936, p. 58).

A defesa da utilização do cinema, do rádio e do teatro para o ensino não se fundamentava em autores da Escola Ativa. Sylvia Meyrelles da Silva Santos (1936) citou o Monsenhor Pedro Anisio, segundo o qual as crianças seriam débeis nos instintos e, por isso, facilmente moldáveis. Outro autor utilizado foi Herbé, de origem católica: "[...] Herbé sustenta ser o ensino do cathecismo mais proveitoso quando feito com ilustrações [...]" (SANTOS, S., 1936, p. 58). Os argumentos giravam em torno da utilização desses artifícios pedagógicos para o ensino da doutrina católica: "[...] a moral cristhã foi, é e será a base da educação, como o seu esquecimento ha sido a causa dos grandes males sociais [...]" (SANTOS, S., 1936, p. 61).

Ao final do artigo, encontramos as conclusões da sessão em que o trabalho de Sylvia Meyrelles da Silva Santos (1936) foi apresentado³², aprovadas em plenário, tendo como uma das relatoras Maria Stella de Novaes, catedrática de História Natural do Ginásio São Vicente de Paulo e da Escola Normal Pedro II. Nelas fica clara a defesa da censura e difusão do catolicismo.

debates educacionais. Süssekind – que um ano depois iria amargar na prisão a ‘política de compromissos, de adaptação e de equilíbrio’ que resultou no Estado Novo – não era figura secundária no movimento educacional. Fora um dos quatro fundadores da Associação Brasileira de Educação, em 1924, um dos poucos militantes que desde então nela permaneceu depois de 1932, quando o grupo de Fernando de Azevedo adquiriu o controle da entidade e foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Pelo atentado sofrido em Fortaleza, não recebeu da ABE – a cujos quadros pertencia em 1934 – nem ao menos uma moção de solidariedade” (CARVALHO, M., 1989, p. 32).

³² Dissertado no Primeiro Congresso Católico de Educação, em 1934.

[...] 2) - É indispensável que a censura theatral considere cuidadosamente o valor moral das peças examinadas e a sua influência psycologica sobre o publico [...]

[...] 4) - Poderes publicos e iniciativa particular devem cooperar animando o theatro moralizado e combatendo o theatro corruptor [...]

[...] 7) - É urgente a censura severa das transmissões, para que se não desvirtue o carater altamente educativo do radio [...]

[...] 8) - É desejável a multiplicação de bibliotecas circulantes destinadas a facilitar a leitura em domicilio, de boas obras de valor educativo [...]

[...] 10) - O livro, a revista e o jornal são poderosos agentes de difusão das idéas e, é por isto, indispensável que haja severa vigilância no sentido de impedir a exposição, circulação e venda de quaesquer publicações contrarias aos bons costumes [...] (CINE-RADIO..., 1936, p. 62-63).

Os itens 2 e 4 referem-se ao teatro, elemento que a rigor não pode ser tratado como novidade, tendo em vista a sua utilização desde a educação colonial jesuítica. Já os itens 7, 8 e 10, associam-se ao rádio, às bibliotecas circulantes e à imprensa, antes para indicar o seu poder “corruptor” (justificativa para o estabelecimento da censura), do que para afirmar o seu caráter inovador. Desse modo, observamos uma releitura de elementos pedagógicos associados à Escola Ativa, agora explicitamente sob a ótica da censura e do controle, visando à instituição de um modelo patriótico enraizado na tradição católica.

Não por acaso, portanto, a Ditadura do Estado Novo foi marcada pela censura e vemos a sua defesa legitimada no meio católico para fins de doutrinação. Essa ação proselitista se evidencia no que se referia ao Estado: o controle da "influência psicológica", o combate do que era considerado "corruptor" e a defesa dos "bons costumes".

Observamos outro aspecto relacionado às diretrizes profissionais no que diz respeito à moral no trabalho de Judith Leão Castello (1935), catedrática de Pedagogia e Didática na EN Pedro II: “A Educação Funcional e a moral nas Escolas: instituições pedagógicas”, artigo apresentado, também, no Primeiro Congresso Católico de Educação, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1934³³. Nesse texto, chama atenção o uso reiterado da palavra moral em um único parágrafo:

³³ O padre Helder Camara deu o seguinte parecer sobre o trabalho de Judith Leão Castello: “Nos dias que passam diante dos estudos psychologicos intensificados, alegra ver catholicos reajutando a sua doutrina moral em face das deduções da moderna psychologia. A esta tarefa entregou-se com brilhantismo D. Judith Leão Castello. Salvo pequenas emendas que ella mesma fez, seu trabalho é notavel, embora sejam um tanto vagas as suas conclusões que são as seguintes:

1) – A educação deve respeitar a natureza da creança;

2) – O ensino deve corresponder ao interesse immediato do alumno.” (CASTELLO, Judith, 1935, p. 59).

[...] a **moral** é a base da escola activa. O ensino da **moral** não deve ser feito somente por palavras, mas especialmente pelo exemplo. São necessárias instituições pedagógicas como meios de ensino da **moral** [...] (CASTELLO, Judith, 1935, p. 59, grifos nossos).

Por outro lado, o fato desse texto ter sido apresentado no congresso organizado pela Confederação Católica Brasileira de Educação³⁴, indicia a associação direta entre religião e moralidade. De acordo com o *Diário da Manhã* (CONGRESSO CATÓLICO..., 1934), “elementos de destaque” do magistério capixaba contribuíram com o evento, dentre eles, além de Castello, a professora Maria Stella Novaes.

Nas teses apresentadas³⁵ nesse evento, a primeira se refere às mulheres: “A educação da mulher e particularmente os ginásios femininos” (CONGRESSO CATÓLICO..., 1934, p. 1). Compreendemos essa preocupação como prioridade, uma vez que as mulheres eram maioria nos cursos normais. Outras teses que deixam claro as diretrizes católicas para educação moral do País são “o laicismo escolar e sua incapacidade educadora” e “origens Católicas do ensino no Brasil e o papel do catolicismo na formação do caráter do povo brasileiro” (CONGRESSO CATÓLICO..., 1934, p. 1).

Nessa linha de pensamento, dentre as atividades realizadas na Escola Normal Pedro II, Judith Leão Castello (1935) destaca a criação da “Liga da Bondade”, composta por estudantes do 4º ano, sob sua coordenação, “[...] não só com o objectivo de concorrer para o aperfeiçoamento moral dos alumnos como ainda com o fim de pôr em pratica um dos meios educativos aprendidos nas lições do curso de Didactica [...]” (LIGA..., 1931, p. 2).

³⁴ Presidiram esse evento Everardo Packhensen e Carlos A. Barbosa de Oliveira. Maria Stella Novaes colaborou na 7ª seção de estudos do Congresso juntamente com Jonatas Serrano (Do Distrito Federal) e Marieta Lopes de Souza (da Bahia) (CONGRESSO CATÓLICO..., 1934).

³⁵ A 7ª seção de estudos no Congresso Católico de Educação abrangeu as seguintes teses: “1º A educação da mulher e particularmente os ginásios femininos. 2º A Universidade popular, regime a adotar para sua eficiência pratica. 3º A escola paroquial na cidade e na zona rural. 4º O laicismo escolar e sua incapacidade educadora. 5º O cinema, o radio e o teatro como fatores educativos. 6º Origens católicas do ensino no Brasil e o papel do catolicismo na formação do caráter do povo brasileiro. 7º A educação e os sindicatos. 8º As bases católicas da psicologia educacional. 9º O jornal, o livro e a biblioteca escolares [sic] na formação moral da infância e da adolescência. 10º O *manual training* do ensino secundário” (CONGRESSO CATÓLICO..., 1934, p. 1).

A Liga da Bondade Dr. Diocleciano Oliveira³⁶ (LBDO) procurava trabalhar em colaboração com as Escolas Modelo e Normal, atuando fora da esfera escolar em caráter religioso. Os princípios dessa organização expressam ideais de civismo associados à religião: “[...] Além das prelecções em classe, em torno dos postulados da ‘Liga’ – lembrar-se de Deus, da Pátria, da Família – as alumnas e alunos-mestres ministram, semanalmente, aulas de catecismo” (CASTELLO, Judith, 1935, p. 57). Os postulados dessa Liga, seriam

1º) – Lembrar-se da FAMILIA.

2º) – Lembrar-se da ESCOLA.

3º) – Lembrar-se da PATRIA.

4º) – Lembrar-se de DEUS. (LIGA..., 1931, p. 2).

Pelo regulamento, a participação na Liga aconteceria de forma voluntária, mas, uma vez membro, os estudantes assumiam a obrigação de praticar diariamente um ato bom. Cada um registraria por escrito a ação praticada e, sem assinar, depositaria esse registro em uma urna específica. Ao final da quinzena de ensino prático primário, as “zeladoras auxiliares” dessa agremiação deveriam ministrar uma aula de educação moral e, nesse momento, as cédulas contendo a descrição das boas ações praticadas eram recolhidas e copiadas para um livro de atos dos filiados à Liga (LIGA..., 1931).

Aos alunos mestres cabia administrar a Liga da Bondade, a Folha Escolar e o Bureau de Correspondência e Informações (A REVISTA..., 1935). Pelos relatos, pode-se imaginar que, na prática, o trabalho voluntário tenha assumido um caráter “obrigatório” na formação dos alunos da EN Pedro II.

As atividades da LBDO encerravam-se no dia 31 de outubro, ocasião em que ocorria outra cerimônia: as boas ações representadas por flores naturais eram levadas à sepultura do professor Diocleciano de Oliveira, patrono espiritual da Liga da Bondade, pelos estudantes destacados pelo bom comportamento. Esses estudantes recebiam como condecoração a foto de Diocleciano, com frases escritas desse educador. O regulamento era lido em voz alta e a as alunas zeladoras chefes

³⁶ Foi fundada em 11 de julho de 1931 no prédio da EN Pedro II, em que estiveram presentes o diretor dr. Aurino Quintaes, a professora Judith Leão Castello, as sr^{as}. Rita Quintaes, Maria Pessôa, Maria José de Carvalho e os professores da Escola Modelo: Ernani Souza, Antonio Vello, João Pinto Bandeira, Constança de Novaes, Jandyra Castello, Ilda Grijó, Arlette Monteiro, Marta Santos Neves, Olga Coutinho e Maria Neves (LIGA..., 1931).

incitavam os demais à prática do bem por meio de frases do psiquiatra brasileiro Antônio Austregesilo³⁷ (LIGA..., 1931).

A Liga da Bondade desenvolvia outras atividades. Uma delas, a “hora da iniciação literária”, em que as chefes liam o comentário do evangelho da semana sob a forma de conto e de teatro. Organizaram o jornal “Folha Escolar”, em que as alunas das classes primárias poderiam escrever suas experiências de vida escolar, a fim de que exercitassem a sinceridade, o espírito de autocrítica e a capacidade de julgar. Também instituíram o “Caderno Vivo” como meio de coesão entre alunos e mestres. Na “hora litero-musical” do curso normal, também de sua autoria, os alunos-mestres dissertavam sobre temas educacionais (CASTELLO, Judith, 1935).

O exemplo dessa entidade, conforme Judith Leão Castello (1935), foi seguido pela professora Hermínia Wanderley, na Escola Modelo Jeronymo Monteiro, que fundou a “Liga do Bom Comportamento” e a “Folha Escolar”. Esse estabelecimento era o local onde os alunos normalistas praticavam as aulas aprendidas na teoria³⁸. Em geral, verifica-se a presença forte da religião Católica na formação dos professores no Espírito Santo, apesar do ensino público ser laico: “[...] Além de obrigatório, o ensino primário no Estado é leigo e gratuito” (COOPERAÇÃO E EXTENSÃO CULTURAL, 1934, p. 39).

A professora Castello trabalhava ainda em uma “[...] cruzada de amor, e de fraternidade sul-americana [...]”, conforme relato de Ciro Vieira da Cunha (1934, p. 27), catedrático de Português na EN Pedro II. Essa tarefa acontecia por meio de troca de correspondências entre seus alunos normalistas e estudantes de países da América do Sul:

[...] Que em todos os nossos estabelecimentos de ensino ande o mesmo ideal de fraternidade em nossa Escola Normal e Anexas cujas crianças mantêm por iniciativa da professora Judith Castelo, constante correspondência com os meninos do Chile, da Argentina, do Uruguai [...] (CUNHA, 1934, p. 27).

Observa-se, desse modo, a forte influência do catolicismo na formação de professores conduzida pelo EN Pedro II. Em 1930, a celebração de uma missa compunha as comemorações oficiais na cerimônia de colação de grau. Durante a

³⁷ “[...] Evidentemente o ideal da existência está na cultura do Bem, da Verdade e do Bello”; “[...] Ser bom constitui a qualidade tranquilizadora da vida [...]” (AUSTREGESILO apud LIGA..., 1931, p. 2).

³⁸ A Escola Modelo Jerônimo Monteiro foi criada em 1908 para a prática pedagógica dos alunos normalistas da EN Pedro II (Cf. Capítulo II).

celebração religiosa, todas as formandas teriam recebido a Comunhão, sendo que algumas delas pela primeira vez. O evento foi encerrado com uma prédica de moral e patriotismo (O DIA..., 1930, p. 4).

No discurso de Maria Stella Novaes³⁹ (1930), professora da EN Pedro II e paraninfa da turma, na ocasião dessa missa solene, identificamos o pensamento religioso católico: “A hostia, o arado e a palavra correspondem aos tres sacerdocios do Senhor. Mas a suprema santificação da Linguagem humana; abaixo da prece está o ensino da mocidade [...]” (NOVAES, 1930, p. 4). O Bispo Diocesano foi exaltado por Novaes (1930, p.4) como autoridade acima do chefe de governo “[...] Presidindo essa solenidade vemos a mais alta autoridade desse Estado [...]”. Esse detalhe indicia a identificação naturalizada entre o Estado e a Igreja expressa em diretrizes educacionais e práticas escolares dirigidas à formação de professores no Espírito Santo.

Nessa preleção identificamos também passagens referentes à importância de educar para o nacionalismo. Para formar o caráter dos jovens cidadãos brasileiros, Novaes (1930) destacou o trabalho feminino no magistério, tendo em vista que a turma era constituída quase totalmente de moças. A autora descreve a docência como vocação natural da mulher: “[...] Não vos esqueceis que independente de ser esposa e mãe, a mulher é sempre educadora [...]”, e ainda, “[...] Lembrae-vos de que o magisterio é uma segunda maternidade e as bôas mães é que tem formado os grandes patriotas, os maiores santos e os incomparaveis sabios [...]” (NOVAES, 1930, p. 4).

Nessa linha de raciocínio, Placidino Passos (1934a, p. 4), nesse momento chefe da Inspeção Técnica de Ensino, pondera que: "O magistério deve ser para o professor antes um sacerdócio que um calvário". Observa-se, dessa maneira, um afastamento da concepção do magistério como trabalho profissional leigo.

Correspondamos a tão insigne honra que nos confiou a Patria, elevando-nos a um caracter divino, e saibam aproveitar as divinas qualidades de suas inclinações, aquelles que nasceram prendados. O exercício professoral deve basear-se sempre na virtude. De exemplos edificantes, pois, deve ser tão sublime ministério (PASSOS, 1934a, p. 4).

³⁹ Maria Stella de Novaes foi estudada por Leite (2002) em *Natureza, folclore e história: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX*.

De acordo com Passos (1934a), ideais patrióticos e supostas aptidões naturais sustentariam um magistério missionário, no sentido cristão. Nesse ponto de vista, a questão política (Pátria) mistura-se com questões de ordem religiosa e vocacional (qualidades inatas associadas ao chamado vocacional), na medida em que o exercício do magistério é entendido como um dom, a partir do qual professores vocacionados cumpririam importante missão no processo de construção da nação brasileira.

O catolicismo, como se conhece, atuava com muita força no Brasil no início do século XX. Associada às ideias republicanas, a Igreja Católica difundia concepções de formação de uma nação alinhada à moral cristã. Desse modo, a educação, como elemento do ideal civilizatório, foi o campo de disputas entre católicos e defensores do ensino leigo. Conforme Nunes (2000, p. 378):

Essa escola primária estava impregnada por uma ordem cristã de sociedade expressa por um ideal civilizatório conservador, que encontrava suporte num catolicismo difuso, emaranhado no cotidiano da sociedade, particularmente nos bairros pobres, nos subúrbios e no interior. Um catolicismo diluído nas cerimônias, nas devoções, nas novenas, nas procissões e festas (as da Penha ficaram famosas!), nas bênçãos, no cheiro do incenso, no apostolado da oração. O sentimento religioso, suas práticas e rituais invadiam as instituições escolares de múltiplas formas, seja por meio dos seus agentes, seja por meio da sua própria materialidade, traduzida, por exemplo, no material didático e nos programas de ensino.

Podemos observar essa ordem cristã sendo propagada para orientar a identidade e o comportamento dos professores no Espírito Santo nos discursos dos formadores do magistério e nas ações da Liga do Bondade na EN Pedro II. Passos (1934a, p. 4) considerava a "missão" do professor primário a mais árdua, uma labuta "[...] mais enobrecedora e divinizante porque edifica e consagra, vai além de difícil: é espinhosíssima, perardua [sic]". Lecionar seria praticamente um pontificado e a escola, um templo:

[...] compenetremo-nos dos nossos sacrossantos deveres e dos sentimentos que nos devem ser peculiares; integremo-nos com a officina e o templo onde pontificamos, identifiquemo-nos com a sua vida, representando assim a própria escola, exprimindo a assiduidade, a aptidão, a actividade, a energia, a bondade, a eficiencia (PASSOS, 1934a, p. 4-5).

Esse artigo foi publicado em um impresso oficial do Governo Espírito-Santense, a *Revista de Educação*. Sua veiculação fornece indícios de uma

legitimação oficial da doutrina cristã para o ensino nas escolas capixabas. O trabalho dos professores é caracterizado como "sacrossantos deveres" e a escola vista como um "templo", onde os docentes "pontificam". Destaca como "grandes dotes para a formação da personalidade distinta do mestre" as seguintes características: "1 – Acolhimento; 2 - Aparência pessoal; 3 – Optimismo; 4 - Reserva ou dignidade; 5 – Entusiasmo; 6 – Imparcialidade; 7 – Sinceridade; 8 – Sympathia; 9 – Vitalidade; 10 – Cultura" (PASSOS, 1934a, p. 6).

A visão da profissão docente como sacerdócio vem da tutela do ensino pela Igreja (NÓVOA, 1992). Essa visão, como indicamos anteriormente, sobreviveu aos preceitos constitucionais que instituíram os princípios da laicidade do ensino no Brasil.

[...] Ao longo do século XIX consolida-se uma imagem do professor, que cruza as referências do magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência devidas aos funcionários públicos, tudo isso envolto em uma auréola algo mística de valorização das qualidades de relação e de compreensão da pessoa humana. Simultaneamente, a profissão docente impregna-se de uma espécie de *entre-deux*, que tem estigmatizado a história contemporânea dos professores: não devem saber demais nem de menos; não se devem misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres nem ricos; não são (bem) funcionários públicos nem profissionais liberais, etc. (NÓVOA, 1992, p. 16, grifo do autor).

A construção das identidades dos professores por meio do discurso oficial do Estado, segundo Lawn (2001), tem sido uma forma de moldá-los e controlá-los, ajustando-os "[...] à imagem do próprio projecto educativo da nação [...]" (LAWN, 2001, p. 119). Considerando a educação como o meio de constituição da Pátria, atribuíam-se à formação de professores um papel central na construção política, social e cultural ambicionadas: "[...] A identidade do professor tem o potencial para não só reflectir ou simbolizar o sistema, como também para ser manipulada, no sentido de melhor arquitectar a mudança [...]" (LAWN, 2001, p. 119). Nesse sentido, a mediação cultural (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989), exercida por intelectuais católicos no Espírito Santo, buscava formar professores nos moldes tradicionais cristãos.

A preocupação com a constituição da nação era o tom adotado para direccionar a formação dos professores. Segundo Passos (1934a, p. 5), "[...] o Brasil espera do nosso trabalho. O Brasil que Deus nos outorgou por berço e a quem devemos agradecer quotidianamente tamanhas dádivas [...]". A tarefa atribuída aos

professores exigia devoção: "[...] A consciência de cada um que julgue e Deus que premeie os abnegados" (PASSOS, 1934a, p. 5). O autor destaca: "[...] O exercício do mestre é um nobre apostolado e não um expediente, nem uma obrigação burocrática" (PASSOS, 1934a, p. 5). Conclui-se, desse modo, que a identidade de professores constituída no Espírito Santo, na antessala da Ditadura Vargas, fundamentava-se na doutrina católica.

Tendo em vista as preocupações discutidas nas CFNEs-ABE e os preceitos estabelecidos pelo CNE, compreendemos que, no momento antessala para o Estado Novo, ganhava força um movimento para a uniformização nacional, sob a influência da moral católica. Nosso objetivo não é discutir preceitos religiosos, apenas assinalar a "estrutura invisível" (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989), construída historicamente, que articulava as relações sociais e guiava condutas na sociedade brasileira. Nesse projeto, as categorias *Deus*, *Pátria* e *Família* estavam congregadas em um mesmo ideal de nação. Com base nessas categorias constituiu-se um ideal de professor e, a partir dessa construção, foram organizadas as políticas públicas para a formação de educadores.

3.3 DIRETRIZES ASSOCIADAS À PEDAGOGIA

Na busca pelas diretrizes para a formação do magistério capixaba, encontramos muitas referências às correntes pedagógicas e à constituição moral de educadores, de modo que podemos visualizar as diretivas gerais em escala local. Havia grande preocupação com as formas de ensinar, com a preparação teórica dos professores bem fundamentadas nas teorias científicas e associadas a práticas de ensino. Notamos isso, por exemplo, em algumas disciplinas estipuladas para o curso normal: Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino; Psicologia Educacional e Sociologia Educacional; Teoria e Prática da Educação Física, por exemplo.

Nas fontes trabalhadas, encontramos fortes indícios da permanência de princípios difundidos pela Escola Ativa capixaba, instituída pela Reforma Vivacqua (1928-1930). Relatórios e termos de visita dos inspetores de ensino, por exemplo, mostram a orientação aos professores nessa metodologia. Os conceitos Escola Nova, Escola Ativa e Educação Funcional se misturam entre as diretrizes difundidas

para os professores, muitas vezes sem fazer diferenciações entre eles, conforme Carvalho (2012) havia apontado sobre as nuances que dividiam o movimento da reconstrução nacional. Porém, alguns relatos procuraram definir cada um dos métodos.

Ao lado das definições da política educacional, na IV CFNE foram apresentados trabalhos relacionados à necessidade de organização escolar e da utilização de métodos de ensino fundamentados na ciência (TEIXEIRA, 1933).

O conhecimento pedagógico era uma questão fundamental, pois o domínio dos mestres sobre didática, biologia e psicologia infantis era considerado instrumento imprescindível para a qualidade do ensino. A instrução naquele momento ainda ficava a cargo de profissionais leigos ou professores de concurso, os quais não haviam passado por uma formação. Entretanto, acima de tudo, como Marta Maria Chagas de Carvalho (1989) destacou, as apropriações das teorias pedagógicas estrangeiras envolviam interesses e posições políticas. Essa preocupação pode ser percebida nas seguintes palestras proferidas durante a V Conferência, no edifício da Escola Normal do Distrito Federal:

- *Instituições escolares: sua aplicação na escola experimental anexa, seus resultados e novas perspectivas* – Amelia Monteiro;
- *Homogeneização das escolas: suas dificuldades e vantagens* – Helene Antipoff;
- *Necessidade e valor das artes – belas, industriais e praticas – na educação moderna* – "mle". Nilde;⁴⁰
- *As dificuldades de lançamento de bases para uma escola nova já observadas na Escola Experimental Anexa* – Lucia Schimidt Monteiro de Castro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1931).

Os temas dessas palestras indicam algumas das prioridades para as diretrizes nacionais da educação. Podemos assinalar a busca de uma formação de professores por meio dos métodos da Escola Nova e, por conseguinte, a propagação desses procedimentos nas escolas primárias por esses profissionais.

⁴⁰ A fonte indicou o nome da professora dessa forma (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1931, p. 2).

Percebemos, mais uma vez, a questão da homogeneização do ensino nacional sendo discutida entre os representantes do ensino.

Os pressupostos pedagógicos de Ferrière continuavam fortemente presentes nas escolas capixabas. Em um ofício enviado ao secretário da Instrução, datado em 11 de junho de 1932, podemos conferir: “[...] Acuso e agradeço a remessa da produção escolar de uma educanda do curso complementar, pela qual me é dado avaliar o aproveitamento dos metodos da Escola Ativa [...]” (DEPARTAMENTO DE ENSINO PÚBLICO, 1932, s.p.). A produção escolar dessa aluna não foi localizada, porém essa fonte sugere um controle governamental sobre os procedimentos pedagógicos utilizados na EN Pedro II. Contudo não sabemos quais os elementos que indicaram a Metodologia Ativa nessa produção.

No artigo de Vivacqua (1930b) sobre “A Nova Educação no Espírito Santo: aplicação da Escola Activa – Educação Sanitaria – Educação Physica”, encontramos a Escola Ativa e a Funcional tomadas como equivalentes: “[...] O objectivo dominante que se visa imprimir ao ensino, é o da adpoção [sic] da escola activa que Claparède denomina **funcional** [...]” (VIVACQUA, 1930b, p. 1, grifo nosso).

Na edição de janeiro-fevereiro de 1935 da *Revista de Educação*, encontramos o artigo intitulado “A Escola Nova e os methods activos”, de Oswaldo Marchiori, diretor do grupo escolar Bernadino Monteiro, em Cachoeiro de Itapemirim. Marchiori (1935a) criticou a confusão existente com relação às concepções pedagógicas: “[...] Tivessemos começado bem, e por certo não haveria entre nós a commum e perniciosa confusão entre methods ativos e escola nova [...]” (MARCHIORI, 1935a, p.11).

Conforme Marchiori (1935a), a Escola Nova abrangia uma teoria da educação mais geral e a Escola Ativa consistia simplesmente de uma forma de ensinar, querendo dizer que não bastava aos professores dedicar-se apenas aos meios de proceder as aulas: “[...] o espirito legitimamente escolanovista esta desvirtuado pelas preoccupação [sic] dos meios, e como se afinal de conta fosse todo o problema educacional uma simples questão methodologica [...]” (MARCHIORI, 1935a, p. 12). Na sua opinião, a renovação do ensino abrangia uma formação ampla do professor associada às suas aptidões pessoais:

[...] São perigosos os methods activos applicados por quem desconheça as leis da psychologia coontemporanea, os principios sociais da educação, emfim, quem não tenha a base de uma bôa cultura, cujo valor, a aptidão

legítima para o magisterio, o amor ás crianças, a pureza moral, o espirito sadio modernista, o senso pratico, e inumeras outras qualidades apreciaveis num educador exaltam infinitamente [...] (MARCHIORI, 1935a, p. 12)

Acreditava que para alcançar melhorias no ensino, a formação de educadores deveria acontecer em um ambiente de renovação pedagógica provido de laboratórios de psicologia e experimentação, treinos didáticos, *self government* e provas vocacionais. Reafirmou que o desenvolvimento profissional dos docentes deveria continuar após o curso normal por meio de cursos de aperfeiçoamento e de férias, bibliotecas e publicações pedagógicas (jornais e revistas), clubes de professores, museus educativos, inspeção e orientação técnica, conferências periódicas, classes experimentais em escolas modelo (MARCHIORI, 1935a).

Contrastando com as defesas da renovação pedagógica até aqui relatadas, um documento encontrado nos arquivos do Colégio Maria Ortiz (antiga Escola Normal Pedro II), juntamente com fichas de alunos, do ano de 1942, indicia a utilização de métodos predominantemente tradicionais de ensino no curso de formação de professores (Imagem 1). Como o próprio título enuncia, trata-se da exposição geral dos métodos de ensino empregados na Escola Normal Pedro II e dos resultados obtidos no ano letivo anterior⁴¹.

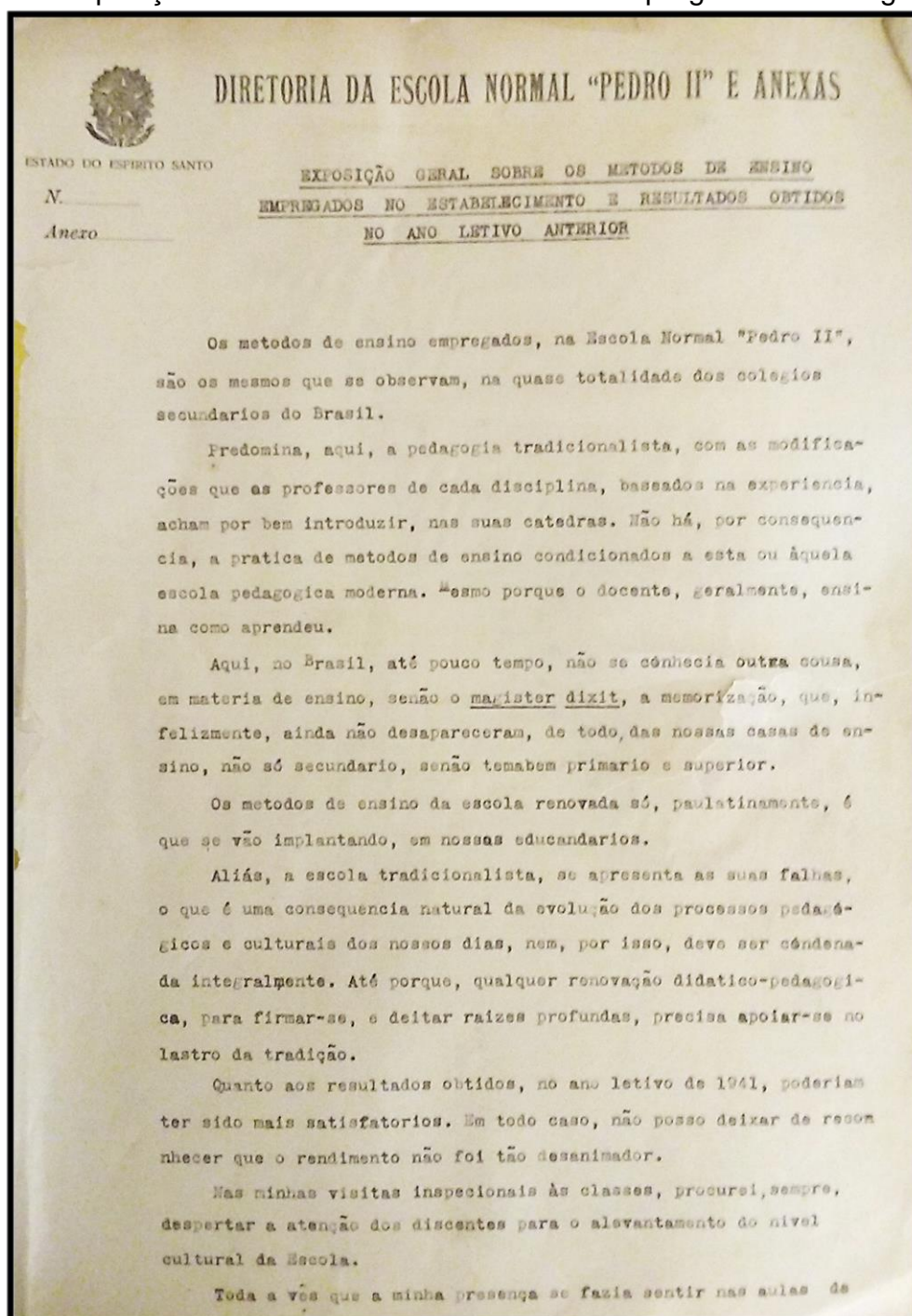
Por outro lado, mesmo apontando a prevalência da pedagogia tradicional (*magister dixit*) no Colégio Normal Pedro II, o documento indica, também, que não havia uniformidade pedagógica, uma vez que cada professor teria autonomia para aplicar teorias modernas da aprendizagem em suas aulas. O autor do documento esclarece que a modernização do ensino acontecia em um processo gradual e ainda adverte que os métodos considerados tradicionais, na sua opinião, não deveriam ser descartados completamente:

Aliás, a escola tradicionalista, se apresenta a suas falhas, o que é uma consequencia natural da evolução dos processos pedagógicos e culturais dos nossos dias, nem por isso, deve ser condenada integralmente. Até porque, qualquer renovação didático pedagógica, para firmar-se, e deitar raízes profundas, precisa apoiar-se no lastro da tradição” (DIRETORIA..., [1942?], s.p.).

⁴¹ A princípio não se vê data no documento, mas lendo o conteúdo pode-se deduzir que seja de 1942, pois diz assim: “Quanto aos resultados obtidos, no ano de 1941 [...]”.

Embora posterior ao período delimitado para o presente estudo, esse texto contribui para a problematização do debate acerca da dicotomia *velho X novo*, indicando que, nesse processo em que o novo pretender prevalecer sobre o antigo, nuances são mais comuns do que o mero antagonismo.

Imagem 1- Exposição Geral dos métodos de ensino empregados no Colégio Pedro II



Fonte: DIRETORIA da Escola Normal Pedro II e Anexas. **Exposição Geral sobre os métodos de ensino empregados no estabelecimento e resultados obtidos no ano letivo anterior.** Arquivo do Colégio Maria Ortiz, Vitória, s. p., 1942?

De acordo com Fraga (1933a), o movimento proposto no Estado naquele momento consistia no aproveitamento do que fosse possível de ser praticado em relação às pedagogias novas: "[...] nenhum dos aspectos da metodologia nova escapou às cogitações do governo. Tudo que encontrou de aproveitável vai sendo conservado e melhorado" (FRAGA, 1933b, p. 1).

Segundo Fraga, uma campanha governamental, cujo objetivo seria a alfabetização e a disseminação do ensino primário no interior, demandava métodos eficientes de ensino. Para tanto, em vez de contratar técnicos externos, preferiu-se enviar professores locais para formações fora do Estado, favorecendo o contato outros modos de ensinar: "[...] a experimentação de certos metodos, como os de Decrolly, por exemplo, vai dando resultados bastante animadores [...]" (FRAGA, 1933b, p. 1).

A professora Hilda Prado, por exemplo, recebeu a missão de estudar com Anysio Teixeira, no Rio de Janeiro, os métodos modernos para os Jardins de Infância e retornou para dirigir essa modalidade de ensino em Vitória. Ao pediatra Arthur Meireles foi dada a tarefa de examinar os serviços de higiene, assistência infantil e inspeção escolar em Belo Horizonte e São Paulo (FRAGA, 1933b).

A professora Hilda Pessoa do Prado destacou-se no campo da educação infantil em Vitória, atuando no Parque Infantil Ernestina Pessoa, onde procurava aplicar atividades dinâmicas com as crianças: trabalhos com pintura, massa de modelar e recorte, teatro de fantoches, de marionetes e de sombras, bandas de música, corais, festas folclóricas. Também movimentou a cultura capixaba, promovendo eventos no Teatro Melpomene, Escola Normal, Colégio do Carmo e Cine Central. Além disso, foi uma das fundadoras da Academia Espírito-Santense de Letras e a primeira chefe da Região no Espírito Santo da Escola de Bandeirantes (TAVARES, 2010).

Encontramos, ainda, informações sobre o *Plano de Prática Profissional* que acontecia na EN Pedro II, que consistiu na aplicação das teorias pedagógicas modernas aprendidas nas aulas de Metodologia e Didática. Ocorria em três ambientes: na Escola Modelo Jerônimo Monteiro (anexa à EN), no Jardim de Infância "Ernestina Pessoa" e em uma "sala ambiente"⁴² instalada no 4º ano normal,

⁴² As salas-ambiente foi o modo como se organizou a Escola Ativa de Ensaio do CSCP (BERTO, 2013). Esse modelo inspirava-se no *método Decrolly*, recomendado por Adolphe Ferrière, no qual aparelhavam-se salas com base nos *centros de interesse*. Esses ambientes poderiam ser "[...]"

onde funcionava a escola isolada de tipo rural. Assim, abarcava a prática para o ensino primário, pré-primário e agrícola.

A tarefa dos normalistas começava com a observação da organização geral da escola, das aulas e da metodologia do ensino utilizada para, depois, reger aulas e dirigir classes. Semanalmente, apresentavam relatórios à professora com suas impressões e descrição dos trabalhos realizados no educandário. As normalistas do 2º período deviam aplicar aulas e, para isso, exigia-se a elaboração colaborativa de um plano com 25 horas de antecedência. Ficavam com a incumbência de ministrar as lições das diversas disciplinas, procurando proporcionar aulas-passeio e jogos educativos, sem deixar de seguir o programa da escola. Posteriormente, essas atividades eram discutidas com as alunas e a professora de Pedagogia do 4º ano, na sala ambiente, onde abria-se espaço para as críticas, e o material didático produzido ficava em exposição (A REVISTA..., 1935).

As alunas-mestres do 3º período ficavam responsáveis pela regência das classes, cabendo-lhes lecionar, organizar as fichas individuais das crianças e aplicar os testes de capacidade somática e mental⁴³. A professora que ocupava a cadeira da classe primária assinava diariamente a caderneta da normalista, que continha os seus afazeres de cada dia. Da mesma forma, os planos de aula recebiam o visto antecipado e as correções, caso fossem necessárias (A REVISTA..., 1935).

Judith Leão Castello (1935), que ministrava aulas diárias de Pedagogia e Didática na EN Pedro II, defendeu a "educação funcional", pois acreditava que o aperfeiçoamento do ensino se alcançaria atendendo as condições biológicas do educando. Destacou que o professor deveria ser o exemplo de moral: “[...] Dentro das normas de uma racional educação, dar-se-á á creança o ensinamento pedido, realçando-se, na lição o valor moral. Tudo depende da compenetração da moralidade que deve possuir o mestre [...]” (CASTELLO, Judith, 1935, p. 55). Nas Imagens 2 e 3 observamos elementos da pedagogia nova que a professora Judith transmitia às normalistas:

uma 'sala da vida', uma 'sala das medidas', uma 'sala de história e geografia', uma 'oficina de carpintaria', uma 'sala para desenho e artes plásticas'. (BERTO, 2013, p. 158).

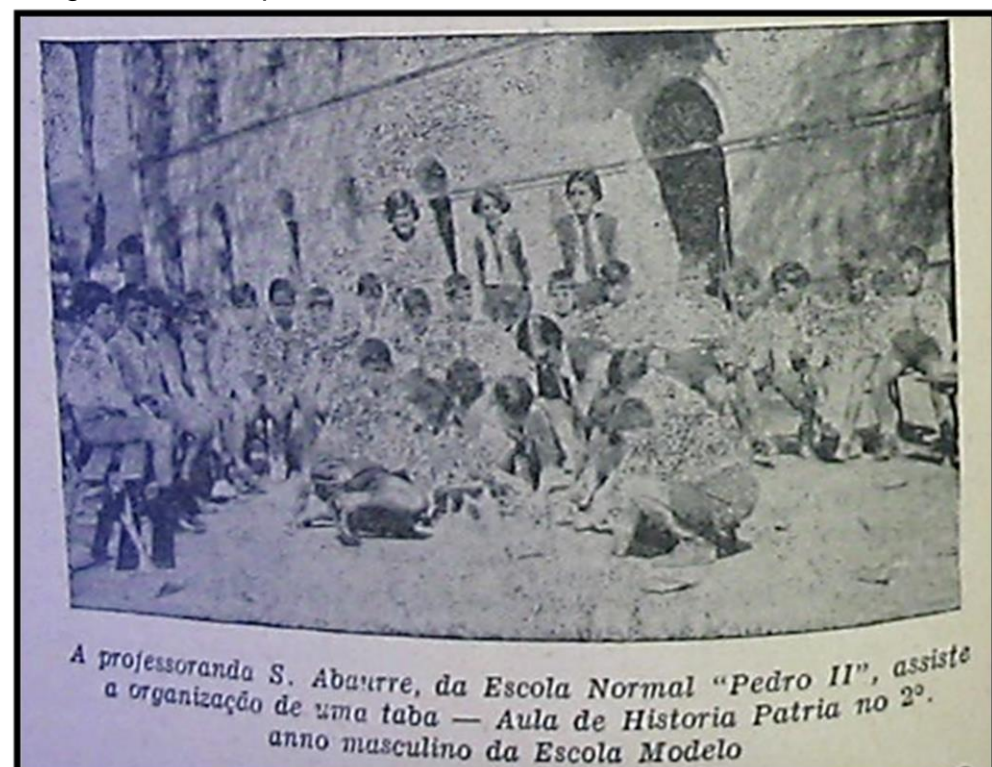
⁴³ De acordo com Berto (2013), uma das atividades aprendidas no Curso Superior de Cultura Pedagógica era o trabalho com os exames escolares.

Imagem 2 – Aula prática de uma normalista na Escola Normal Pedro II



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitoria, anno 2, n. 14, p. 52, maio 1935.

Imagem 3 – Aula prática de uma normalista na Escola Normal Pedro II



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitoria, anno 2, n. 14, p. 52, maio 1935.

O caso do concurso para lente catedrático da cadeira de Pedagogia da EN Pedro II, ocorrido em 1932, merece ser mencionado porque envolveu a discussão sobre quem dominava os novos métodos de ensino. Nessa contenda, Christiano Fraga e Judith Leão Castelo classificaram-se em primeiro lugar. Lídia Besouchet ocupou a segunda posição. O jornal *Diário da Manhã* publicou matérias redigidas por Judith Castello sobre o concurso para cadeira de Pedagogia da EN Pedro II, nas quais a professora reproduz o requerimento de Fraga e o parecer do dr. Medeiros e Albuquerque sobre o caso (concedidos a ela pelo secretário da Instrução).

Fraga recorreu ao interventor Federal alegando que Castello não poderia ter sido classificada ao seu lado porque a tese apresentada pela candidata se afastava das linhas gerais da Pedagogia. Além disso, aponta vários erros de coerência na tese dessa professora apresentada no concurso e argumenta que Castello teria sido apadrinhada por Carlos Xavier Paes Barreto, que compunha a banca examinadora e que trabalhava junto com ela no Ginásio São Vicente de Paulo, dirigido pelos os tios da professora Judith (FRAGA, apud CASTELLO, Judith, 1932a).

Essa professora, que possuía treze anos de trabalho no magistério capixaba, atuara no Ginásio São Vicente de Paulo nas cadeiras de Geografia e Educação Moral Cívica e Pedagogia e havia trabalhado por um ano na cadeira de Pedagogia da Escola Normal Pedro II.

Havia uma segunda parte da apelação de Cristiano Fraga que Castello omitiu: “[...] Dispensamo-nos de apreciar o conteúdo restante do recurso porque nem a mais leve prova o apoia e acreditamos que tenha sido escrito num momento de irreflexão [...]” (CASTELLO, Judith, 1932a, p. 2). Em seguida, no texto redigido pela candidata à cadeira de Pedagogia para o *Diário da Manhã*, os argumentos voltam-se para a avaliação do dr. Medeiros e Albuquerque,⁴⁴ favorável a ela.

Nessa avaliação, Medeiros e Albuquerque considera a tese de Cristiano Fraga demasiadamente erudita. Fraga dissertou sobre as dificuldades de utilização dos conceitos de Freud entre o magistério primário, devido à falta de preparo do corpo docente e do escândalo que poderiam provocar. Medeiros e Albuquerque concorda com esse professor, mas conclui: “[...] Não se precisariam tantas paginas para chegar a essa conclusão. Nem tantas paginas nem uma tão excessiva erudição [...]” (ALBUQUERQUE, apud CASTELLO, Judith, 1932a, p. 2).

⁴⁴ Jornalista (MEDEIROS..., 1934), escritor e membro da Academia Brasileira de Letras (QUAL A..., 1933).

A tese de Lídia Besouchet, segundo Medeiros e Albuquerque (apud CASTELLO, Judith, 1932a), apresentava um projeto para o futuro, a respeito da organização de comunas infantis. Os argumentos de Besouchet partiam do pressuposto que as crianças nascem iguais e que as desigualdades individuais resultavam da organização social, o que foi retrucado pelo jornalista Medeiros e Albuquerque, com base em argumentos biológicos: “[...] a aplicação dos *tests* de inteligência veio provar essa verdade [...]”, de que “[...] As desigualdades individuais não provêm apenas da organização social: são hereditárias, inatas, inapagáveis [...]” (ALBUQUERQUE apud CASTELLO, Judith, 1932a, p. 2).

Cabe ressaltar que a família de Lídia Besouchet seguia uma linha política de esquerda, ainda que o seu pai tenha sido militar e seus irmãos, Augusto e Marino Besouchet, tenham estudado em colégios militares. Lídia Besouchet, que recebeu formação escolar em princípios tradicionais e religiosos, entrou em contato com ideias socialistas por meio de seus irmãos, que integravam a Juventude Comunista desde os anos 1920. Os rapazes organizavam as reuniões clandestinas dessa entidade e Lídia as frequentava desde seus 19 anos (RANGEL, 2016).

Isto posto, Besouchet⁴⁵ estava entre aqueles que efervesciam o “pensamento perigoso”, o qual Fernando de Azevedo preferiu não abordar:

[...] Ao mesmo tempo que era uma moça integrada à alta sociedade capixaba, e, além disso, um dos talentos literários do seu meio, Lídia mantinha outros interesses, os quais muitas vezes entravam em conflito com as normas convencionais que a rodeavam [...] (RANGEL, 2016, p. 21).

O parecer do dr. Medeiros e Albuquerque alega que a tese da professora Judith Leão Castello não se perde nas discussões, disserta sobre o magistério como ele existe e é a que menos faz exhibições eruditas, portanto a mais prática e por isso merecia a classificação em primeiro lugar (CASTELLO, Judith, 1932a).

O recurso da candidata ao interventor argumenta que ele não poderia interferir no concurso, porque isso importaria na negação da competência da banca examinadora (CASTELLO, Judith, 1932b). O interventor encaminhou o ofício n. 244,

⁴⁵ Em 1933, Lidia Besouchet uniu-se à Newton Fraga e, pouco tempo depois, mudou-se com ele para o Rio de Janeiro, abandonando a carreira de professora. Junto com seu companheiro, dedicou-se ao jornalismo e à militância política. Filiaram-se ao PCB e aderiram ao movimento da Aliança Nacional Libertadora. Devido à perseguição da polícia política, embarcaram para o Rio Grande do Sul e, em 1937, tiveram que deixar o país, partindo para o Uruguai. De lá foram para Buenos Aires, onde permaneceram por doze anos. (RANGEL, 2016).

de 23 de março de 1932, sugerindo nova prova aos candidatos empatados. O Conselho Consultivo do Estado entendeu que isso atentava contra a idoneidade dos examinadores, estabelecendo que quem ocuparia a vaga deveria ser "aquele que já ensina eficazmente a matéria com pleno conhecimento do público" (CONSELHO..., 1932). Assim sendo, Judith Leão Castello ocupou definitivamente a cadeira de Pedagogia da EN Pedro II⁴⁶.

Dois meses depois, o *Diário da Manhã* publicou uma matéria sobre Domingos José Martins, na qual lemos a seguinte referência à professora Judith: "Aplicando os modernos ensinamentos pedagógicos da escola ativa, que lhe são ministrados pela competente professora d. Judith Leão Castello, [...]" (DOMINGOS..., 1932). O texto parece ter a intenção de marcar que a professora trabalhava conforme a pedagogia nova, contrapondo-se à afirmação de Fraga de que ela se distanciava dessas linhas gerais. Nota-se, desse modo, o apoio desse periódico governista a Castello, cujo recurso apresentado ao interventor por ocasião do concurso público também havia sido publicado. Como vimos no item anterior, os princípios defendidos por essa professora de Pedagogia se alinhavam ao pensamento do grupo mais conservador de políticos e intelectuais capixabas.

Cabe ressaltar que Cristiano Fraga se alinhava ao grupo responsável pela circulação de ideias Modernistas e da Escola Nova no Espírito Santo, além de ter atuado ativamente na Reforma Vivacqua. O redator-chefe do *Diário da Manhã*, Ciro Vieira da Cunha, portanto responsável pelas edições das matérias veiculadas, estava ligado à Pedagogia Tradicional (SALIM, 2009)

Em 1935, a *Revista de Educação*, chefiada por Manoel Clodoaldo Linhares, secretário do Interior e Justiça, que também havia composto o Conselho Consultivo da publicação, abriu igualmente as suas edições para que a professora Judith publicasse trabalhos pedagógicos realizados em suas aulas, como uma forma de estímulo às professorandas. Pretendia-se, desse modo, que o magistério capixaba pudesse avaliar os trabalhos realizados por alunas da Escola Normal e conhecer o que era ensinado naquele educandário (A REVISTA..., 1935).

Pouco espaço foi dado às estudantes normalistas na REES, exceto na edição que circulou logo em seguida a esse anúncio, especial para o 1º Congresso de

⁴⁶ Mais tarde, Cristiano Fraga foi nomeado para a cadeira de Psicologia e sociologia educacional (ver Capítulo II, p. 78) e na década de 1940 aparece como diretor da EN Pedro II (ver ANEXO D, Imagens 46 e 47).

Aperfeiçoamento Pedagógico do Espírito Santo (CAP): REES n. 17-18-19⁴⁷. A edição n. 22, de março de 1936, veiculou um artigo da aluna Maria Leonidia Pereira do Santos, do curso de Adaptação da EN Pedro II, intitulado "*Comenius*" (1936, p.17). Depois, outro texto foi publicado, da aluna Sylvia Meirelles da Silva Santos, sobre "*O cinematographo, o radio e o teatro com factores educacionaes*" (1936, p. 57). O último trabalho encontrado dissertava a respeito da "*Lição de Cousas*", da professora normalista Jacy Leão Castello (1937).

Maria Leonidia Pereira do Santos (1936) iniciou o seu artigo destacando que Comenius introduziu o método intuitivo no ensino e que o retorno ao procedimento considerado "velho" surpreenderia: "Os espíritos ávidos do **nov**o, que sonham com o **inédito**, quanto se admirariam si numa volta ao passado, fossem se abeberar nas fontes puras e crystallinas do pedagogo de antanho" (SANTOS, M., 1936, p. 17, grifos da autora). Ressaltou que os conceitos desse pedagogo rompiam com a rotina rígida escolar, arejando o ensino com base no desenvolvimento da saúde corporal, da inteligência e do caráter.

Comenius defendia uma educação universal acima de restrições impostas por tradições ou interesses de grupos ou classes, com o propósito de alcançar a paz mundial (CAMBI, 1999). Percebe-se que a autora buscou argumentos para defender o patriotismo e o ensino na língua vernácula: "[...] O senhor da fraternidade entre as nações não esquecia porém a patria [...]" (SANTOS, M., 1936, p. 18). O cristianismo também foi lembrado: "[...] Seja principio e fim da nossa Didactica, escreveu o mestre excelso, procurar e determinar um meio que permita haja na comunidade christã menos trevas, confusão e discordia e mais ordem, tranquilidade e paz [...]" (SANTOS, M., 1936, p. 18).

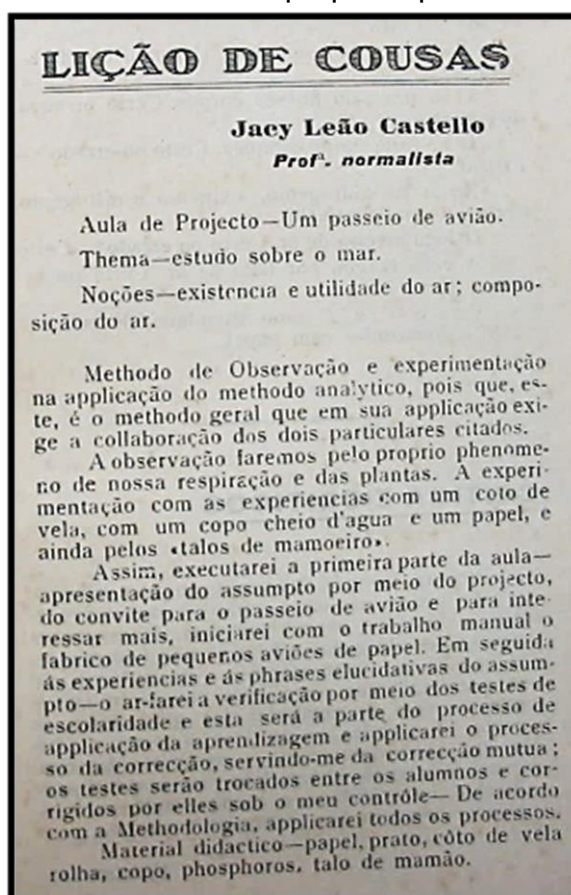
Como se sabe, o pedagogo da Morávia viveu na época em que a Igreja detinha grande poder político e no qual a Reforma Protestante havia acontecido há pouco menos de 100 anos, por isso a defesa dos ideais cristãos fazia parte de seu tempo. Portanto, pela voz de Comenius, o artigo de Maria Leonidia Pereira do Santos (1936) indicia a utilização dessas ideias na formação de professores oferecida pela EN Pedro II, de modo a fundamentar a moral cristã e a defesa da pátria. Dessa maneira, o que era "velho" ganhava importância na conformação dos interesses do grupo católico no Espírito Santo.

⁴⁷ Sua análise consta no próximo capítulo dessa tese, no qual abordamos o 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico do Espírito Santo.

O texto da aluna da EN Pedro II (SANTOS, S., 1936) remete a concepções da Escola Ativa difundidas por Attilio Vivacqua, quando defende a utilização do cinema, do rádio e do teatro nas escolas. Entre 1928 e 1930, a reforma Vivacqua propunha o cinema educativo, o rádio e as bibliotecas circulantes como instrumentos de renovação pedagógica (BERTO, 2013). Sylvia Meyrelles da Silva Santos (1936), por outro lado, defendia o aproveitamento desses elementos, comumente alinhados à pedagogia nova, no contexto de uma educação cristã católica (leia-se tradicional), haja vista a apresentação desse artigo no 1º Congresso Católico de Educação, em 1934.

A aluna Jacy Leão Castello (que compartilhava o sobrenome da professora Judith Leão Castello, indicando parentesco) publicou um plano de aula intitulado "Lição de Cousas" (Imagem 4), que expressa a sua interpretação do método analítico, envolvendo observação e experimentação:

Imagem 4 - Plano de aula proposto por uma normalista



Fonte: Revista de Educação, Vitoria, anno 4, n.30-31, p. 11-12, jun.-jul. 1937.

Nessa aula, vemos retratado o Método Intuitivo, que partia da percepção do sensível (observação da respiração e das plantas para a ilustração com objetos). De acordo com Saviani (2008), a pedagogia do Método Intuitivo ganhou força com o movimento da Escola Nova na década de 1920, mas o movimento renovador encontrou resistência na década de 1930 pela tendência tradicional hegemonicamente católica.

O que vemos no Espírito Santo é a apropriação de teorias pedagógicas renovadoras pelo grupo católico. Esses trabalhos foram apresentados pelas alunas de Judith Leão Castello, catedrática da cadeira de Pedagogia da EN Pedro II.

O ensino intuitivo também era conhecido como “ensino pelo aspecto ou lições de coisas”, cujo princípio era observar e trabalhar. A observação consistia em partir “[...] da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento [...]” (VALDEMARIN, 2001, p. 158). O trabalho concretizava atividades similares à vida adulta, na busca pelo desenvolvimento do futuro produtor (VALDEMARIN, 2001).

A presença do ensino intuitivo no Espírito Santo remonta ao ano de 1882, quando Inglês de Sousa, que presidia a Província, trouxe o Dr. Antônio da Silva Jardim para divulgar localmente o método de ensino *João de Deus*, com o objetivo de aplicar essa prática em escolas de primeiras letras. A reforma na educação foi organizada em um “regulamento geral” de 387 artigos. Adotavam-se os princípios da Pedagogia Moderna, cujo método baseava-se no ensino intuitivo (NOVAES, 2001).

Entretanto essas orientações pedagógicas foram muito criticadas e o baixo número de alunos nas escolas, a falta de professores e sua má formação, o pouco desenvolvimento da escola, a deserção escolar e as condições precárias das escolas, impediram que a reforma do ensino fosse completamente efetivada. A adoção do método intuitivo retornou em 1892, na reforma de ensino liderada por Moniz Freire (NOVAES, 2001). No início do século XX, manteve-se em meio às reorganizações para a instrução pública capixaba, conduzidas por Gomes Cardim, na Inspeção do Ensino.

Observa-se, desse modo, que, assim como indica Carvalho (2001), durante o período estudado, circulavam, ao mesmo tempo, concepções da educação pela arte (Pedagogia Moderna) e da educação pela ciência (Escola Nova, Escola Ativa) sem que os professores, necessariamente, se definissem por um deles.

Os inspetores técnicos de ensino, no Espírito Santo, eram profissionais responsáveis pela fiscalização do ensino primário. Visitavam as escolas e produziam relatórios sobre suas observações com relação à estrutura física da escola, materiais didáticos, número de matrículas, frequência e quantidade de analfabetos, cumprimento dos programas de ensino e a didática utilizada pelo professor. De acordo com Fraga (1933a), os inspetores procuravam aferir o aproveitamento escolar com o máximo de exatidão.

Das análises dos relatórios dos inspetores, alguns indícios puderam ser levantados sobre o preparo do magistério espírito-santense. Em algumas dessas fontes, encontramos informações sobre a presença da carta do ensino intuitivo nos estabelecimentos de ensino e a instrução do professorado pelos inspetores nos princípios da Escola Ativa ou Escola Nova. Percebe-se nos relatos tanto a permanência de métodos associados à pedagogia tradicional como elementos da pedagogia ativa implantada pela reforma Vivacqua.

De acordo com Berto (2013), o foco do Curso Superior de Cultura Pedagógica, criado em 1930, era formar um grupo selecionado de professores que propagasse as ideias da Escola Ativa, seja pela Escola Normal ou pela orientação dos professores nos estabelecimentos de ensino. Dentre os temas abordados no CSCP, na categoria "Questões técnicas e sociais" (VIVACQUA apud BERTO, 2013, p. 162), encontram-se: "[...] 6 – inspetoria escolar – Sua função reivindicadora social – inspector escolar como elemento técnico coordenador das grandes diretrizes do ensino [...]" e "[...] Associações nacionais e internacionais de professores – Congressos e Conferências de educação – Política educativa [...]" (BERTO, 2013, p. 162).

Nos relatórios de inspeção, essa visão dos inspetores como elementos de coordenação das diretrizes do ensino encontra expressão na avaliação da observância dos métodos de ensino, da higiene das salas de aula e do comportamento das professoras em ambientes escolares. A questão dos congressos de educação será tratada no próximo capítulo, que focaliza trabalhos apresentados no 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico do Espírito Santo. A presença desses elementos fortalece a tese de que, entre professores capixabas no exercício do magistério, circulavam tanto concepções de ensino pautadas pela pedagogia ativa, amplamente difundida pela Reforma Vivacqua, como pela pedagogia moderna.

Os Quadros 13 e 14 apresentam escolas capixabas que foram inspecionadas nos anos 1931 a 1938. Indicam, ainda, que esses estabelecimentos deveriam possuir a carta do ensino intuitivo:

No Quadro 13 constam os estabelecimentos em que os inspetores localizaram a carta de ensino intuitivo:

Quadro 13 – Escolas que possuíam Carta de Ensino Intuitivo

CARTA DE ENSINO INTUITIVO	
Local	Data
Mathilde, Affonso Claudio	23 de novembro de 1935
Escola mista de Barra do Mutum, Colatina	26 de abril de 1938
Escola feminina de Figueira de Santa Joana, Itaguaçu	(s/d)
Escola mista de Fazenda Progresso, Itaguaçu	(s/d)
Escolas reunidas na sede de Viana, Viana	16 de março de 1938
Escola mista de Lagoa (Serra Pelada), Affonso Claudio	4 de junho de 1938
Escola masculina de São Francisco, Itaguaçu	7 de junho de 1938
Escola feminina de São Francisco, Itaguaçu	26 de julho de 1935
Escola mista de Pendanga, Pau Gigante	8 de junho de 1938
Escola mista de São Torquato, Esp. Santo	27 de agosto de 1938
Escola mista de Cambury, Capital	4 de abril de 1938
Escola mista de Sobreiro, Itaguaçu	14 de outubro de 1938
Escola mista de Fazenda Vaccau, Santa Tereza	30 de agosto de 1938
Escola mista de Manguinhos, Capital	8 de abril de 1938

Fonte: Elaborado pela autora.

Os documentos encontrados indicam orientações dadas aos professores com relação aos métodos de ensino utilizados e às exigências a serem observadas. Além disso, indicam a vigilância exercida pelos inspetores sobre as diretrizes educativas. O Quadro 14 elenca dados levantados pelos inspetores em suas visitas às escolas, nos quais pode-se conferir a orientação da escola ativa às professoras:

Quadro 14 – Termos de Visitas (Fundo da Educação – Apees) (continua)

Local	Data	Inspetor escolar	Professora	Relato
Putiry	6 de abril de 1932	Esmerino Gonçalves	(s/registro)	"[...] a professora não desanima, trabalha com assiduidade e dedicação. O material está em perfeito estado. A sala onde funciona a escola é vasta, arejada e higiênica. Os livros são os adoptados pelo regulamento. Há ordem e disciplina."
Vila de Fundão	18 de outubro de 1932	Esmerino Gonçalves	Erothildes Pereira	"A professora está alfabetizando de acordo com as exigencias do programa. Há ordem e disciplina em classe. Os alunos da classe demonstram aproveitamento."
Mucuratá	29 de abril de 1932	Esmerino Gonçalves	Edith Cícero	"A sala de aula é arejada, vasta e higiênica. Os alunos arguidos nas principais matérias do programa revelaram aproveitamento satisfatório. Dei uma aula sobre a escola activa, orientando a professora. A professora Edith ensina com methodo e dedicação, desempenhando a contento a missão de educadora. O material está em perfeito estado, com exceção da bandeira e o tympano que necessitam de substituição Levo boa impressão desta escola."
Santa Rosa	29 de abril de 1932	Esmerino Gonçalves	Esther Nascimento dos Santos	"Argui os alunos nas principais matérias, sendo notado algum aproveitamento. Orientei a professora sobre a escola nova. A sala de aula é vasta e arejada. Há ordem e disciplina em classe."
Calugi Mirim	31 de março de 1932	Esmerino Gonçalves	Ormi Ramos Peixoto	"Pequena frequência é devido a colheita do café e o estado sanitário não é bom."
Piranema	26 de abril de 1932	Esmerino Gonçalves	(s/registro)	"Orientei a professora sobre a escola activa."
Vallão Grande	23 de abril de 1932	Esmerino Gonçalves	(s/registro)	"Orientei a professora sobre a escola nova."

Quadro 14 – Termos de Visitas (Fundo da Educação – Apees) (conclusão)

Local	Data	Inspetor escolar	Professora	Relato
Rio Novo	17 de julho de 1931	Alfredo Lemos	(s/registro)	"A escrita está em perfeita ordem e o programma de ensino vae sendo observado com regularidade."
Alto Joeba	14 de julho de 1931	Alfredo Lemos	Admard de Aguiar	"O programa de ensino vae sendo cumprido com regularidade, tendo o professor Admard exata compreensão de seus deveres."
Quatinga	20 de março de 1931	Alfredo Lemos	(s/registro)	"A sala onde funciona a escola obedece perfeitamente aos preceitos pedagógicos, pois tem bastante luz e ar, oferecendo conforto aos discentes. A ordem, a hygiene e o programa do ensino são perfeitamente observados."
São Sebastião	14 de agosto de 1931	Alfredo Lemos	(s/registro)	"A ordem, hygiene e o programa de ensino vão sendo observados com precisão, tendo a professora inteira compreensão de sua árdua tarefa."
São Sebastião	26 de março de 1931	Alfredo Lemos	(s/registro)	"A casa em que funciona a escola é arejada e tem bastante luz, correspondendo regularmente aos preceitos pedagógicos."
Alfredo Chaves	18 de março de 1931	Alfredo Lemos	(s/registro)	"Verifiquei ordem e hygiene nas classes. O programma de ensino vae sendo executado normalmente. A sala onde funciona a escola é espaçosa e tem bastante luz, correspondendo perfeitamente aos preceitos pedagógicos."
Itapemirim	14 de setembro de 1931	Alfredo Lemos	(s/registro)	"Constatee ordem e hygiene. O programa de ensino vae sendo distribuido com regularidade."

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do estudo de Silvia Cunha Gomes (2008), que analisou relatórios de inspetores espírito-santenses de 1924 a 1938, identificamos os seguintes inspetores que atuaram no período:

- Alberto de Almeida
- Alfredo Lemos
- Archimimo Gonçalves
- Aristides Costa
- Claudionor Ribeiro
- Esmerino Gonçalves
- Flávio de Moraes
- Francisco de Almeida Loureiro
- J. E. Tavar
- José Celso Cláudio
- Lopes Ribeiro

- Luiz Edmundo Malisek
- Otacilio Lomba
- Pedro de Oliveira Coutinho

De acordo com Berto (2013), Sylvio Rocio, Esmerino Gonçalves, Aristides Costa, Archimino Gonçalves, Ulysses Ramalhete Maia, Raimundo Bodart Junior, Luiz Edmundo Malisek, Claudionor Ribeiro, Flávio Moraes, Alfredo Lemos e Corlumbo Ferreira constavam na lista de inspetores escolares no governo de Aristeu Borges Aguiar. Desses, três iniciaram o curso Superior de Cultura Pedagógica: Claudionor Ribeiro, Luiz Edmundo Malisek e Alfredo Lemos. Conforme a autora, os nomes de Alberto de Almeida e Francisco Generoso da Fonseca não estavam na lista oficial dos inspetores nesse período, mesmo produzindo relatórios no momento da Administração Aguiar com alguns dados que destacamos a seguir.

Alguns inspetores técnicos de ensino, quando visitavam as escolas, além de fiscalizá-las, organizavam pequenos cursos para o magistério local: “[...] tenho necessidade de permanecer aqui, por enquanto, para dar as aulas activas e ensaiá-las com as professoras” (FONSECA, 1930, s.p.). Conforme Berto, (2013) os alunos cursistas do CSCP estavam sujeitos à demonstração pública de aulas-modelo com as crianças da Escola de Ensaio (ou Grupo Escolar Gomes Cardim).

No relatório de Francisco Generoso da Fonseca (1930)⁴⁸, por exemplo, encontra-se registrado que este mesmo inspetor técnico organizou uma demonstração pública das aulas de aritmética, trabalhos manuais, história natural, geografia e geometria. Para cada disciplina, escalou uma professora da região e convidou professoras/es que residiam nas proximidades do local que estava inspecionando. Um pequeno valor foi cobrado:

[...] mandei convidar as professoras e professores que residem perto e á margem da estrada, para assistirem á essa demonstração, tendo requisitado para isso algumas passagens.
O lucro que advenha dessas aulas ha de ser maior, sem duvida, que a pequena despeza [sic], levando-se em consideração, sobretudo que a estrada é do governo (FONSECA, 1930, s.p.).

⁴⁸ São Mateus, 29 de setembro de 1930. Nesse momento, a alteração da chefia de governo ainda estava por acontecer e Atilio Vivacqua ainda era secretário da Instrução Pública.

Os conteúdos ministrados na demonstração de cada disciplina foram os seguintes:

- Aritmética: medidas de superfície, unidade; quantidade; avaliações a olho;
- História natural: flores, frutos, sementes;
- Geografia: acidentes geográficos;
- Geometria: circunferência, círculo.

Fonseca (1930) relatou, ainda, outros meios de aperfeiçoamento profissional docente:

[...] artigos, palestras, distribuição de impressos, etc, etc, tenho propagado os novos métodos de ensino, adoptados pelo governo, o escotismo, a fundação de círculos de Pais, empregando os melhores esforços para o progresso da instrução e educação da nossa mocidade (FONSECA, 1930, s.p.).

A publicação de impressos pedagógicos insere-se na concepção da Pedagogia Moderna, em que o princípio de ensino “[...] é fornecer bons moldes [...]” (CARVALHO, M., 2001, p. 143), pois funcionavam como “caixa de utensílios”⁴⁹, para os docentes. No jornal *Diário da Manhã*, encontramos o registro de um periódico produzido pela EN Pedro II, indicando os textos publicados na sua primeira edição, em novembro de 1931. A *Revista da Escola Normal Pedro II* foi dirigida por Aurino Quintaes e redigida por Miguel Daddario e José Paulino Alves Junior, com a finalidade de suprir uma lacuna no ensino capixaba: as publicações de revistas especializadas.

A revista não foi localizada nos arquivos, mas, pelos títulos dos artigos publicados, podemos tecer algumas considerações:

“Nosso aparecimento”; – “Grafologia”, Lidia Besouchet; – “A Inspeção Escolar na Escola Nova”; Ulisses Ramalhete; – “A Leitura”; J. Bandeira; – “A Cooperação entre pais e professores”, Honorina Dias da Costa; – “Educação Física”, Carlos M. Medeiros; – “As sensações e os sentidos”, Miguel Daddario; – “Notas”; – “A Organização do Departamento de Educação Física”; – “Tipo de Educação Primária para o Mexico” [...] (REVISTA..., 1931. p.2).

⁴⁹ Definição de Carvalho (2001, p. 142) para os impressos da pedagogia moderna que circularam no Brasil, no final do século XIX e início do século XX.

O título “A Inspeção Escolar e a Escola Nova” sugere a metodologia de ensino que os inspetores deveriam difundir no Espírito Santo. Ou seja, mais um indício do trabalho desses profissionais no treinamento dos professores, visto que a orientação provinha da Escola Normal Pedro II, centro de referência capixaba no preparo docente. O texto “As sensações e os sentidos” pode estar relacionado aos princípios do método intuitivo. Não foram encontradas mais referências à *Revista da Escola Normal Pedro II* e, em 1934, talvez para substituí-la, foi criada a *Revista de Educação* (1934-1937), voltada para a divulgação dos métodos contemporâneos de ensino ao professorado capixaba. Artigos veiculados nesse impresso foram escritos por inspetores escolares, função exercida também pelo seu redator-chefe, Claudionor.

Nos relatos analisados, encontramos críticas dos inspetores técnicos de ensino, agentes da formação no magistério capixaba, ao Curso Superior de Cultura Pedagógica oferecido por Deodato de Moraes. Essas críticas mostram o posicionamento de alguns professores capixabas em discordância com a formação proposta no governo anterior. Essas narrativas procuram mostrar que os professores locais desenvolviam métodos avançados de ensino antes mesmo que alguém de fora viesse ensiná-los.

De acordo com Almeida (1930) e Gonçalves (1930), a Escola Ativa já acontecia no Estado mesmo antes da chegada de Deodato de Moraes. No relato do professor Alberto de Almeida (1930)⁵⁰, “professor assistente das aulas activas”, vemos que ele assistia às aulas dos professores no Grupo Escolar Gomes Cardim, sob orientação de Deodato de Moraes e direção do professor capixaba Placidino Passos. Tomou nota das aulas, da metodologia dos professores, do espaço escolar e da disciplina dos estudantes. Concluiu solicitando a criação da biblioteca do professor e saiu em defesa da intelectualidade espírito-santense:

[...] Si o professor Deodato de Moraes vem sendo o orientador seguro da nova escola, Placidino Passos, em parte, realizou-a, instruindo aos professores Aflôrdizio Carvalho, Zulmiro Gomes, Alcina Cunha, Maria Ericyna da Silva Santos e outros que, apesar de não terem cursado a escola activa, têm se revelado de uma precisão admirável no desenvolvimento de seus planos de aula (ALMEIDA, 1930, s.p.).

⁵⁰ Data de 10 de setembro de 1930, período de governo de Aristeu Borges de Aguiar.

Outro inspetor, Archimimo Gonçalves, que residia no Espírito Santo há dez anos, também afirmou que ministrava aulas pelos métodos da Escola Ativa antes da chegada de Deodato de Moraes. O relato mostra, ainda, como os professores precisavam arcar com alguns gastos para o ensino:

[...] Foi por minha conta exclusiva que com despesa de mais de dez ou dose contos de reis, sem auxilio do Governo, adquiri aparelhos e filmes cinematographicos e appliquei o cinema educativo nas escolas do Estado, com proveito admiravel, o que consta da comunicacao que recebi do Dr. Attilio Vivacqua, de ter citado este facto em suas entrevistas em Bello Horizonte, S. Paulo e Capital Federal. Por iniciativa propria e muito antes de aportar a esta terra o Snr. Deodato de Moraes, já eu havia iniciado a escola activa nas escolas publicas ruraes com applausos do então Secretario Dr. Attilio Vivacqua [...] (GONÇALVES, 1930, s.p.).

Archimimo Gonçalves passava por problemas pessoais e dificuldades para sustentar a família, composta por 16 pessoas – três dos seus filhos cursavam o ensino superior, e outro deles encontrava-se no Rio de Janeiro, há três anos, em tratamentos cirúrgicos, por ter sido vítima de um acidente de bonde. Além disso, Gonçalves sofria de uremia e paludismo e afirmava passar fome e privações por ter ficado sem receber sete a oito meses de diárias trabalhadas. Chegou a ser demitido seis vezes em cinco anos. Alegou ser perseguido devido à proximidade com Jerônimo Monteiro e inimizade pessoal com Ubaldo Ramalhete, Attilio Vivacqua e Sylvio Rocio: “[...] Eis o meu crime [...]” (GONÇALVES, 1930, s.p.). Berto (2013) cogitou que o inspetor estivesse preocupado em ser substituído pela nova equipe de governo, por isso enviou essa carta à Junta Governativa.

Após a Revolução de 1930 e a troca da equipe de governo, as críticas à gestão anterior tomaram corpo. Bodart Junior, professor e inspetor técnico de ensino, publicou no *Diário da Manhã* um capítulo de seu livro *História da Instrução Pública no Estado do Espírito Santo*, intitulado *Crítica, Prova e Argumentação*. Nesse texto, analisa com severidade o trabalho de Deodato de Moraes no Curso Superior de Cultura Pedagógica e aponta plágios em suas publicações:

Não ha muito tempo, apresentou-se no Espirito Santo, o sr. Professor Deodato de Moraes, com fama de técnico de ensino e conhecedor profundo da Pedagogia Cientifica.
Arvorou-se em diretor de um Curso Superior de Cultura Pedagogica, montando de seu geito [sic] e á sua feição, fazendo-se catedrático de todas as disciplinas, que entram na formação da complicadissima ciencia da educação! [...] (BODART JUNIOR, 1931a, p. 1).

Segundo Bodart Junior (1931a), a reforma da Escola Ativa esboçada por Attilio Vivacqua não se realizara a contento por não ter sido bem compreendida pelo professor Deodato de Moraes. Na sua opinião, o técnico contratado por Vivacqua “[...] gastou seu precioso tempo em divagações fortuitas, em florilegios flutissonantes, em estudo androgenésicos, por ele não bem assimilados” (BODART JUNIOR, 1931a, p. 1). A crítica continua:

Perdeu-se, afinal, o sr. Deodato de Moraes, no labirinto inexplicável da Psicanálise, bambeou na sublime ciencia que trata do conhecimento do côrpo humano, provando não ser um anatomista; foi pouco habil em suas aulas de Higiene, Fisiologia Humana, Antropologia, etc, assim como, também, nas de Psicologia Experimental, deixando seus alunos sem uma explicação segura, a respeito de certos aparelhos imprescindíveis como sejam: Dinamometro de Chéron [lista de aparelhos] [...] Desorientou o que estava orientado, desordenou o que se achava em ordem, meteu-se em funduras cintíficas [sic] de toda espécie, entrando por um mar revolto e cheio de cachopos, vindo, por fim, naufragar numa costa complicada, valendo-lhe a ilha do plagio, que fica proxima a praia dos que pescam com iscas alheias (BODART JUNIOR, 1931a, p. 1).

Nessa exposição, redigiu uma comparação dos textos que Deodato de Moraes teria plagiado da obra *A Hereditariedade em face da educação*, do professor Octavio Domingues. Mostrou também textos copiados de mais duas obras: *Pedologia*, de Farias de Vasconcellos e *Psychologia Experimental*, de H. Piéron. O texto foi publicado em quatro edições do *Diário da Manhã*, nos dias 27, 28, 29 de novembro e 1 de dezembro de 1931.

Bodart Junior (1931a, 1931b, 1931c, 1931d), contudo, não criticou a metodologia da Escola Ativa nem a Reforma Vivacqua. Pelo contrário, elogiou o antigo secretário da Instrução, atribuindo-lhe “[...] espirito culto, erudito e bem avisado [...]” (BODART JUNIOR, 1931b, p. 2). Ainda por cima, defendeu: “[...] Os planos da Reforma Attilio Vivacqua são de extraordinario valor; reúnem em si um conjunto maravilhoso de ideias novas, de princípios admiráveis, que postos em pratica, nos terrenos das realizações trariam resultados surpreendentes” (BODART JUNIOR, 1931d, p. 2).

Para ele, a interpretação de Deodato de Moraes sobre a Escola Ativa foi equivocada e apresentou várias reprovações ao técnico contratado: discordou da expressão “Escola Ativa de Vitória”; condenou a forma como ficou entendida a liberdade da criança nas escolas, confundida com indisciplina; condenou a maneira de sistematizar o Curso Superior de Cultura Pedagógica: “Causou-me, também

admiração a organização do programa em diferentes disciplinas. O ensino verdadeiramente ativo ou funcional, não admite programas preestabelecidos das matérias” (BODART JUNIOR, 1931b, p. 2).

O protagonismo do magistério capixaba foi exaltado: “[...] pois precisamos [sic] fazer o mundo inteiro compreender que a instrução no Espírito Santo não é apanágio de inválidos” (BODART JUNIOR, 1931b, p. 2). O inspetor valorizou a conhecimento pedagógico dos professores espírito-santenses e deixou o seguinte recado:

Assim, qualquer que seja o técnico que se contrate vir ao Espírito Santo, ficará bem avisado de que se deverá esforçar para apresentar obra de mérito, a fim de não se surpreendido por uma crítica que opéra [sic] em cheio, a luz da meridiana da ciência. Não somo leigos, nem tampouco incapazes e a nossa tolerância tem limites (BODART JUNIOR, 1931b, p. 2).

Entretanto, segundo Berto (2013), a construção do sentimento de brasilidade e da escola ativa brasileira, conforme as realidades locais e sem cópias de modelos estrangeiros, eram pontos de partida do CSCP e discursos repetidos por Atilio Vivacqua e Garcia de Rezende.

A forma crítica de Bodart Junior se colocar nos jornais foi desaprovada por Placidino Passos (1932), o qual questionou a forma como ele avaliou o livro "Ler Brincando" de Lourenço Filho. De acordo com Passos (1932) Bodart Junior se prendia à minúcias nas entrelinhas para desconstruir pedagogos renomados. Assim, Passos argumentou: “[...] Percebe-se também através dessa sua lógica ilógica a censura que atira a quem se sente ufano e contente quando distingue, acima de seus dotes, uma reputada autoridade [...]” (PASSOS, 1932, p. 2).

Passos (1932) referiu-se também à reprovação encontrada em um dos recursos de um candidato concorrente à cadeira de Pedagogia na EN Pedro II, afirmando que Bodart Junior não preenchia os requisitos para compor a banca examinadora, pois teria ocorrido “[...] lamentável confusão quando se acreditou que um simples inspetor do ensino primário estivesse á altura de arguir o futuro lente de Pedagogia da Escola Normal [...]” (PASSOS, 1932, p. 2). Podemos perceber que o campo aberto às críticas do que havia sido feito antes da Revolução de 1930 não foi unilateral.

Cristiano Fraga, que segundo Salim (2009) havia participado ativamente da Reforma da Escola Ativa, manifestou também sua insatisfação:

Daí certas reformas que sacudiram a organização do nosso ensino, cobrindo-o com verniz brilhante de programas impraticáveis por motivos varios que não vem a pêlo enumerar. Programas arrojados que nunca puderam passar de programas. Morreram sem que fossem levados á execução. Serviram, comtudo [sic], para propaganda de administrações, ao modo desses cartazes berrantes que atraem o povo para espetaculos de terceira ordem. O governo que a Revolução nos deu soube abandonar esse caminho [...]" (O PROBLEMA..., 1933, p. 1).

As palavras de Marchiori (1935a), diretor do Grupo Escolar Bernadino Monteiro, indicam sinais do texto de Bodart Junior:

[...] a uma critica justa mas rigorosa, porém desgraçadamente não resiste essa obra desarticulada, parcial e superficialissima. Até mesmo a possibilidade de um *perigo* podia ser apontada em algumas orientações *desorientadas* que por ahi se encontram. Somos todos em pedagogia autodidactas. Com excepção, talvez, dos que fizeram um curso de aperfeiçoamento em 930 [sic] e aproveitaram decentemente seu tempo [...]" (MARCHIORI, 1935a, p. 10-11, grifo do autor).

Com um ponto de vista um pouco diferente de Bodart Junior sobre a carga de conhecimento dos professores espírito-santenses, para Marchiori (1935a, p. 11), a concepção da Escola Ativa era “[...] grego para nossos pedagogos [...]”, até o Curso Superior de Cultura Pedagógica em 1930. No entanto, não acreditava na contribuição de Deodato de Moraes, argumentando que “[...] a melhor parte do magisterio [...]” (MARCHIORI, 1935a, p. 11), referindo-se àqueles que participaram do curso, foi atirada à uma leitura apressada das obras. Por um lado, abriu os horizontes para os conceitos, só que, por outro, na sua opinião, faltava mais ação: “[...] é grande a distância entre a teoria e a prática [...]” (MARCHIORI, 1935a, p. 11). Além disso, nuances entre as correntes pedagógicas teriam sido mal compreendidas:

[...] Ha uma grande mistura de ideias e mesmo uma lamentavel escassez das ditas, tudo por conta dessa funesta iniciação. Tivéssemos começado bem, e por certo não haveria entre nós a commum e perniciosa confusão entre methodos activos e escola nova. A quasi absorvente procura de novos meios de ensino captados aqui e alli, num ecletismo desordenado e perigoso. Os trabalhos feitos para exposições, embasbacando a curiosidade desprevenida do publico. Os milagres das escolas que se modernizam de um dia para a noite, como que sobre influencia maravilhosa de fadas. Os planos de aulas sofregamente copiados de revista e jornaes [...]" (MARCHIORI, 1935a, p. 11-12).

Ao mesmo tempo em que críticas foram publicadas, abriu-se também espaço para a fala de Deodato de Moraes. A edição n. 12 da *Revista de Educação* (1935), veiculou uma carta desse educador, na qual elogiava o progresso do ensino no Espírito Santo e dizia que o acompanhava com interesse. Essa carta foi enviada à Claudionor Ribeiro, redator-chefe do periódico, a quem Moraes (1935) se refere como “amigo e colega”. A carta de Deodato, que afirma ter tido acesso ao periódico na Companhia Melhoramentos de São Paulo, pode ser lida como “resposta” às críticas recebidas:

[...] Oxalá a inspiração [dos jovens] lhes sahia mais do coração do que do cérebro, pois, em materia pedagogica os caminhos tem se multiplicado de tal maneira, que desviará facilmente da rota, todo aquelle cujos sentimentos não forem baseados na lei do amor.
Educar, hoje, não é instruir, não é recordar factos, assentar consciencias nas vaidades dos homens; não é focalizar as variadas e variaveis theorias scientificas.
Educar é formar o coração na lei do amor [...] (MORAES, 1935, p. 58).

Parece que, de algum modo, ele procura apaziguar a discussão acerca das diferentes correntes pedagógicas em direção a um ideal que considera acima da ciência: o amor. De todo modo, após a publicação dessa carta, fez-se o silêncio. Não encontramos referências à Deodato de Moraes nos jornais *Diário da Manhã* e *Nossa Folha* e na *Revista Vida Capichaba* no restante do período focalizado neste estudo.

Nas Imagens 26 a 33 (Cf. ANEXO A) reproduzimos o texto de Bodart Junior (1931a, 1931b, 1931c, 1931d), contendo a acusação de plágio e a sua argumentação referente à Escola Ativa.

CAPÍTULO IV

A RENOVAÇÃO DO ENSINO NO ESPÍRITO SANTO DE 1930 A 1937

No capítulo anterior, analisamos três elementos que atravessaram as diretrizes propostas para a formação de professores no período investigado: o civismo, a moralidade e a pedagogia. Neste capítulo, buscamos compreender desdobramentos dessas diretrizes para a formação e para a prática de professores no Estado capixaba na antessala do Estado Novo (1930-1937), tendo como fontes documentos produzidos por professores, diretores e inspetores. Desses documentos, priorizamos planos de aulas, reflexões docentes sobre a educação, leituras recomendadas e trabalhos apresentados por professores, inspetores e diretores de escolas no Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico do Espírito Santo (CAP) e na *Revista de Educação*, publicação pedagógica criada oficialmente na década de 1930 com o objetivo de qualificar o magistério.

Desse modo, analisamos as fontes a partir de três eixos: expansão do ensino no Espírito Santo, a formação do magistério em serviço (Congresso) e o aperfeiçoamento docente por meio de publicações que circularam no Espírito Santo. Trabalhamos com as fontes da imprensa local, especialmente com a edição da *Revista de Educação*, n. 17-18-19, de 1935, que serviu de anais do CAP. Destacamos nessa edição da REES uma sátira produzida por Oswaldo Marchiori e Sylvio Rocio para a "Hora Litero Musical do Congresso", que expôs críticas à formação que aconteceu na cidade de Alegre.

4.1 EXPANSÃO DO ENSINO NO ESPÍRITO SANTO

A década de 1930 foi um período de reestruturação econômica para o Brasil devido à Grande Depressão de 1929, no qual os investimentos se voltavam para o desenvolvimento do mercado interno, de modo a diminuir a dependência da agricultura de exportação. São Paulo e Rio de Janeiro, com acumulação capitalista resultante das exportações de café, lideraram o processo de industrialização no país, seguidos por Minas Gerais e pelos Estados do Sul. O Espírito Santo, no

entanto, continuou com a economia alicerçada na agricultura do café, pois a dinâmica local, como indicam Bittencourt (2006) e Achiamé (2010), não possibilitava a expansão capitalista⁵¹.

Desse modo, as políticas para a educação, de 1930 a 1937, voltaram-se para a expansão do ensino no território espírito-santense, tendo em vista a industrialização, mesmo que tardia no Estado, e principalmente os interesses da economia rural. A região Central e Sul do Espírito Santo foi priorizada⁵² em detrimento da região Norte⁵³. No comunicado do Governo Bley, podemos vislumbrar a priorização da política educacional para o desenvolvimento do campo e, ainda, como faziam questão de minimizar as ações anteriores:

Relegando uma política educacional até então preferida, de fachada vistosa, que mal encobria as falhas indistigáveis do nosso mecanismo educativo, teve o Governo logo de início necessidade de abandonar a orientação **urbanista** do ensino, procurando, dentro de um critério sóbrio, atender as necessidades das populações escolares rurais [...] (O PROBLEMA..., 1931, p. 1, grifo do autor)

Nesse contexto, o endividamento deixado pelo Governo anterior constituiu um grave problema a ser enfrentado pela administração João Punaro Bley. Em vista disso, efetuaram-se cortes nas verbas públicas, inclusive na educação, conforme conferimos na Quadro 15:

⁵¹ Comparando-se o desenvolvimento econômico cafeeiro dessas regiões a outras do Sudeste brasileiro, a expansão das lavouras espírito-santenses foi mais lenta, já que faltavam infraestrutura e crédito para aumento das plantações (ACHIAMÉ, 2010). Os obstáculos para a industrialização no Espírito Santo, nos anos 1930, provinham desse processo de escassez financeira e estrutural devido a "[...] dificuldades de importação de bens de capital, desvalorização monetária, deficiência dos meios de transportes, custo de fretes, problemas relativos a exportação e a Guerra Mundial de 1914 [...]" (BITTENCOURT, 2006, p. 313). Junto a esse quadro, havia o problema da falta de mão de obra especializada que frustrava o desenvolvimento fabril. Mesmo com desenvolvimento mais lento que outras regiões do sudeste brasileiro, a exportação do café imperou no Estado até os anos de 1960 e, por isso, a renda estadual ficava à mercê das oscilações características do setor agrário (BITTENCOURT, 2006).

⁵² A região Sul do Estado, próxima às bacias do Itabapoana e Itapemirim, cresceu economicamente por meio de fazendeiros e posseiros interessados nas lavouras cafeeiras, vindos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A criação das colônias de imigrantes na segunda metade do século XIX, como a de Santa Isabel (1847), de Santa Leopoldina (1857) e de Rio Novo (1854), foi responsável pelo desenvolvimento da região Central. A região Norte, próxima à bacia de São Mateus e do Rio Doce, teve crescimento em menor escala e concentrava-se na produção de farinha de mandioca e extração de madeira. Apenas na década de 1920, o Governo incentivou a expansão migratória para essa parte do Estado, pois não havia mais terras a oferecer no Centro e Sul e seus solos encontravam-se esgotados (ACHIAMÉ, 2010).

⁵³ Alencar (2016) analisou a escolarização da região Norte do Espírito Santo no início do século XX e chama a atenção para a escassez de estudos sobre essa região.

Quadro 15 – Verbas para a educação no ES

Ano	Escolas	Matrículas	Frequência	Verba
1928	747	36.739	28.502	6.864:530\$000
1929	816	42.213	31.145	5.630:540\$000
1930	829	41.213	31.148	5.045:370\$000
1931	818	39.464	22.432	3.863:100\$000
1932	822	45.781	27.168	3.400:800\$000
1933	824	46.652	19.798	3.778.660\$000

Fonte: O Problema Educacional no Espírito Santo (1933, p. 1).

De 1928 a 1933, o número de estabelecimentos de ensino aumentou, bem como as matrículas, porém a frequência diminuiu e a verba para a educação encolheu quase pela metade. Isso fez com que a política de alargamento da rede escolar e de centros formadores do magistério contasse com recursos especialmente reduzidos.

Vitória (capital do Estado) e Cachoeiro de Itapemirim eram os principais polos políticos, econômicos e culturais da sociedade espírito-santense. A partir disso, compreende-se a instalação das três Escolas Normais na Capital e duas no interior do Estado: em Cachoeiro de Itapemirim e em Alegre. Muqui, também na região sul, foi aparelhada com uma Escola Normal em 1935.

No que tange à formação de professores, o editor-chefe da REES era o cachoeirense Claudionor Ribeiro. Publicam nesse periódico professores, inspetores de ensino e diretores de escolas situadas fora da Capital. O Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico (CAP) ocorreu na cidade de Alegre e foi promovido por João Ribas da Costa, inspetor técnico de ensino da 3ª Região Escolar (Região Sul), e pelo prof. José Celso Claudio, diretor do Grupo Escolar "Professor Lellis", em Alegre. Ou seja, a preparação do magistério capixaba se expandia para além da centralização na EN Pedro II localizada na Capital, tanto que as escolas normais da Região Sul foram equiparadas à Central.

De acordo com Claudionor Ribeiro (1936), a reforma da EN Pedro II, em 1936, objetivou um ensino eficaz para atender às exigências do meio ambiente, incluindo o ensino da agricultura, de economia doméstica, de pequenas indústrias rurais e de criações e cultivo de produtos locais. A preocupação com a questão da eugenia e do controle de doenças no campo foi tratada por meio do Serviço de Inspeção Médica, Educação Sanitária e Educação Física. Notamos, desse modo, a construção de uma escola voltada para a economia espírito-santense que ainda

estava centrada nas zonas rurais e a instrução do professorado que iria atuar nessas áreas.

O texto de Marchiori e Rocio (O CONGRESSO..., 1935), ao fazer referência ao trabalho que Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro, diretor do Grupo Escolar Alberto de Almeida (localizado em Vitória), apresentou no CAP, satiriza essa questão:

O congresso se diverte com o Lopes. (Não se trata do que perdeu a guerra naquela posição exqu coasta, mas do Ribeiro, isto é, do Lopes Ribeiro). Este é o grande idealista da escola productiva. O seu sonho dourado se resume em mandar a criança plantar batatas. Esse ideal domina seu espirito desde que ele soube que o Brasil é um paiz essencialmente agricola. Na impossibilidade, porém, de realizar seu sonho de moço, pois está convencido de que o paiz é essencialmente carnavalesco, o Lopes, sublimado tão nobre ideal, dedicou-se á architectura, talvez porque essa palavra rima com agricultura... Dizem os seus intimos que elle é autor de um magnífico projecto para casas de maribondo...
Romantico e sentimental, como todos os rapazes da sua idade, o Lopes tem os seus melhores papeis nos galãs amorosos das pantomimas [...] (O CONGRESSO..., 1935a, p. 192)

O texto de Ubaldo (1935) defendia tipos de escolas diferentes para os centros urbanos e para as áreas rurais, de modo a atender às necessidades de cada localidade, porém ambas as categorias se voltavam para o ensino técnico. O autor sugeriu, ainda, que os grupos escolares localizados em Vitória fossem transformados em "parques escolares", com oficinas de ensino profissionalizante para atender a mão de obra nas fábricas, e que nas proximidades da Capital fossem construídas escolas produtivas rurais em grande escala. Para Ubaldo (1935), essas escolas no campo não precisariam de professores com formação em curso Normal:

As grandes escolas productivas e de selecção, internas, idependem de taes, escolas normais rurais para professores, que nos parece desnecessarias, pois o professor nunca será um bom technico em materia de agricultura e pecuaria em cursos limitados (UBALDO, 1935, p. 58).

A produtividade na educação defendida por Ubaldo (1935) fazia parte dos discursos correntes no Espírito Santo naquele momento, contudo as escolas normais em áreas rurais, ao contrário do que defendia o diretor no Congresso, foram consideradas úteis. Apesar disso, a ideia de Ubaldo se aproxima das ações empreendidas na administração Bley no sentido de propiciar uma formação mais técnica aos professores e consequente esvaziamento da teoria, análise que trataremos ao longo desse capítulo.

Atuava no Estado um grande número de professores habilitados por concurso ou nomeados sem preparo técnico. Para substituição dos professores leigos, assim que a nova administração assumiu, em 1930, foram providenciados exames para que os docentes comprovassem a sua capacidade técnica. Além disso, o Decreto 3.238, de 28 de janeiro de 1933, permitiu que professores formados em Escolas Normais oficiais de fora do Estado ou em estabelecimentos equiparados à EN Pedro II exercessem o magistério primário no Espírito Santo. A medida objetivava atrair professores normalistas capacitados de outros Estados para atuarem nas escolas capixabas (O PROBLEMA..., 1931).

A matrícula no curso normal fora da Capital ainda era muito baixa, conforme as estatísticas escolares do ano de 1929. Segundo a Mensagem do governo de Aristeu Borges de Aguiar, de 208 alunos do interior matriculados no ensino secundário, apenas 22 se encontravam no curso normal, em três estabelecimentos ainda não equiparados à EN Pedro II: Ginásio Pedro Palácios, em Cachoeiro de Itapemirim; Colégio D. Fernando de Souza Monteiro, em Muqui; Colégio Ubaldo Ribeiro, em Santa Leopoldina (MENSAGEM...1930)⁵⁴.

Trata-se de um número baixo em relação à quantidade de escolas registradas. As estatísticas escolares de 1934, em que já haviam sido tomadas iniciativas para aumentar as matrículas no curso Normal, indicam que o ensino fundamental (primário) era ministrado em 722 escolas singulares, 5 escolas agrupadas e 24 grupos escolares. Dessas, o Estado mantinha 679 estabelecimentos – divididos em 73 para o sexo masculino, 58 para o sexo feminino e 548 mistos –, 24 grupos escolares e duas escolas agrupadas. As escolas mantidas pelo Estado se distribuíam em 66 urbanas, 127 distritais e 486 rurais. Nessas instituições, passaram 949 professores, sendo 516 normalistas (507 mulheres e 9 homens) e 433 professores de concurso (395 mulheres e 38 homens) (ESTATÍSTICA..., 1935).

Os municípios mantiveram 47 unidades escolares, quase todas rurais, com exceção de uma que se localizava em sede de distrito, distribuídas em 45 mistas, 1 feminina e 1 masculina. Trabalhavam nessas escolas 47 docentes, dos quais

⁵⁴ Em 1930, registrou-se o ensino normal apenas em três escolas da Capital e duas no interior, sendo uma em Cachoeiro de Itapemirim e outra em Alegre (BASTOS, 1932), portanto o curso normal do Colégio Ubaldo Ribeiro pode ter sido extinto. O Colégio D. Fernando de Souza Monteiro foi transformado em Ginásio Municipal e Escola Normal de Muqui, em 1935 (Fonte: <<http://www.camaramuqui.es.gov.br/exibir.aspx?pag=historico-do-colegi-de-muqui>>. Acesso em: 24 nov. 2017).

apenas uma normalista e o restante leigo (desses, 36 mulheres e 10 homens) (ESTATÍSTICA..., 1935).

Somando-se o total de escolas públicas, temos 726 estabelecimentos de ensino, nos quais atuaram 996 professores: 517 que estudavam ou já haviam se formado em curso normal e 479 não normalistas. Ou seja, 48% dos profissionais que atuavam na rede pública primária espírito-santense não tinham formação oficial para o cargo. As estatísticas nos mostram também o elevado número de escolas rurais, 532 somando-se as mantidas pelo Estado e as municipais. Aproximadamente 75% das escolas primárias capixabas encontravam-se no campo.

Dessa forma, procurou-se ampliar o quadro de professores e, para capacitá-los tecnicamente, trilhou-se o caminho da modelização das práticas de ensino. Assim, a educação no Espírito Santo seguiu a tendência de padronização pedagógica republicana assinalada por Marta Maria Chagas de Carvalho (2000b), em que dois estilos distintos de normatização das práticas escolares faziam-se presentes, quer seja pela força da tradição, quer seja pelas tendências inovadoras em circulação: Pedagogia Moderna, que se concentrava na *arte de ensinar*, e Escola Nova, a qual se fundava em um repertório de saberes autorizados. Ambas buscavam legitimação "[...] como saber pedagógico do tipo *novo, moderno, experimental e científico* [...]" (CARVALHO, M., 2000b, p. 111, grifo da autora) e cada uma reivindicava para si "[...] o estatuto de pedagogia *moderna e nova*, porque *ativa* [...]" (CARVALHO, M., 2000b, p. 112, grifo da autora).

De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho (2000b), o antagonismo das duas posições coexistiu nas décadas de 20 e 30, mas determinada memória foi produzida por um dos grupos que se intitulou *renovadores pedagógicos*, enquanto ao outro foi relegado o título de *velha pedagogia* ou *pedagogia tradicional*. No Espírito Santo, esse antagonismo também foi verificado, pois, embora as concepções de Escola Nova circulassem, observou-se nas fontes estratégias para a formação de professores com bases fortes na Pedagogia Moderna, aquela considerada *velha e tradicional*.

Em geral, a modelização do ensino compunha-se por elementos característicos da Pedagogia Moderna, os quais são, conforme Marta Maria Chagas de Carvalho (2000b): a *arte de ensinar*, em que a observação é o procedimento central no processo de ensino-aprendizagem; a Escola Modelo como instituição nuclear para a "[...] *criação de bons moldes de ensino* [...]" (CARVALHO, M., 2000b,

p. 112, grifo da autora); a busca pelo desenvolvimento das "[...] *faculdades naturais da criança* [...]" e de sua "[...] *natural atividade* [...]"; organização de impressos pedagógicos para serem utilizados como "[...] *caixa de utensílios* [...]" (CARVALHO, M., 2000b, p. 113, grifo da autora) pelo magistério.

Tendo em vista a visibilidade do processo de ensino-aprendizagem, os dispositivos para o controle dessa normatização pedagógica eram imprescindíveis: demonstrações na Escola Modelo, Relatórios de Inspectores e Anuários de Ensino (CARVALHO, M., 2000b). Vimos, no capítulo anterior, o controle exercido pelos inspetores escolares e a sua preocupação em instruir o professorado, verificando a presença da carta de ensino intuitivo e demonstrando aulas ativas.

Desse modo, a capacitação dos professores no Espírito Santo seguiu na direção de modelizar as práticas de ensino, utilizando o discurso da modernização pedagógica:

O Governo revolucionario no Espirito Santo, vem realizando sem alardes encomiasticos uma vigorosa politica educacional elevada e norteada segundo os rumos pedagogicos modernos, procurando solucionar os problemas atinentes ao ensino de acordo com as nossas necessidades atuais e dentro das realidades da vida brasileira [...] (O PROBLEMA..., 1931, p. 1).

As ações visavam a modernização pedagógica para que o ensino fosse eficiente, a fim de atingir índices em quantidade, mas não em qualidade. Assim, investiu-se em publicações como meio de alcançar o professorado pela leitura individual do profissional: "[...] Para os professores em exercício: curso de aperfeiçoamento, curso de férias, bibliotheca, revistas e jornaes pedagógicos – e a Revista de Educação é um magnífico começo [...]" (MARCHIORI, 1935a, p. 13).

Nas fontes, identificamos como curso de aperfeiçoamento, no período estudado, o CAP, do qual que trataremos mais à frente. A biblioteca para os professores contava com livros pedagógicos, mas a frequência foi baixa. As publicações de professores, diretores de escolas e inspetores de ensino e a questão da biblioteca para os docentes capixabas encontram-se examinadas na última seção deste capítulo.

4.2 FORMAÇÃO EM SERVIÇO: PRIMEIRO CONGRESSO DE APERFEIÇOAMENTO PEDAGÓGICO

O primeiro congresso de imperfeição pedagógica e outras cousas similares, ora reunido nesta cidade de alegre e jovial população, não podia deixar de se divertir, como fazem todas as pessoas que se reúnem em congressos, mesmo porque, segundo as observações científicas do serodico professor Felix Cardoso da Silva, vulgo Gato Felix, feitas nas inúmeras escolas porque tem passado nestes ultimos seculos (o professor Felix é anti-diluviano) o prazer é uma necessidade natural da criança, a qual, por sua vontade, passaria a infancia a brincar, mandando ás favas toda essa gente que a tortura com methodos e processos de prisão [...].
(O CONGRESSO..., 1935, p. 191)⁵⁵

A ironia expressa na epígrafe acima indicia provocações em torno do debate pedagógico em curso, em torno da “velha” escola do *magister dixit* e da “nova” escola centrada nos interesses dos alunos. No conjunto dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar, interrogamos, no período estudado, a feição tomada por esse embate - que atravessara fortemente a reforma da educação capixaba no governo anterior, interrompida pela Revolução de 1930 - e os seus desdobramentos para a formação de professores.

Uma vez instalado o governo intervencionista liderado por João Punaro Bley, professores foram enviados para estudar fora e reformulou-se o currículo da EN Pedro II. Como instrumento para difusão das modernas teorias pedagógicas, criou-se a *Revista de Educação* que, como vimos no capítulo anterior, teria substituído o projeto da *Revista da Escola Normal Pedro II*.

Depois de inúmeras críticas a Deodato de Moraes, responsável pelo Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP) na administração anterior, e com o propósito de não contratar técnicos de fora do Estado para instruir os professores, organizou-se o CAP. Dessa forma, pretendia-se dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por docentes em escolas capixabas. Nas palavras de Claudionor Ribeiro, redator-chefe da REES:

O Espírito Santo, depois do seu Curso Superior de Cultura Pedagógica realizado ha seis anos passados, acaba de levar a efeito o seu 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico, na florescente cidade de Alegre, com apoio forte e estimulador do actual chefe do executivo estadual,

⁵⁵ Trecho da sátira apresentada por Oswaldo Marchiori e Sylvio Rocio na "Hora Litero-Musical" do Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico do Espírito Santo.

s. excia. o capitão João Punaro Bley. a iniciativa sobremodo louvável, é do prof. João Ribas da Costa, inspector tecnico de Ensino da 3ª Região Escolar e do prof. José Celso Claudio, esforçado director do Grupo Escolar "Professor Lellis" em Alegre (RIBEIRO, 1935, p. 2).

O município de Alegre fazia parte do núcleo sul espírito-santense que se destacava no desenvolvimento político, social e econômico do estado no início do século XX, o qual compreendia também a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Nessas cidades⁵⁶ que compreendiam a região sul capixaba, haja vista a localização próxima à divisa do Rio de Janeiro, era usual que para lá fossem enviados os filhos das famílias abastadas que seguiam a vida acadêmica. A partir do século XX, no entanto, moradores dessas localidades passaram a requerer do Governo Espírito-Santense a construção de escolas locais.

Ambas as cidades do sul espírito-santense se destacaram como polo de formação de professores. O Colégio Pedro Palácios⁵⁷, em Cachoeiro de Itapemirim, e a Escola Normal de Alegre⁵⁸ tiveram o curso Normal equiparado à EN Pedro II de Vitória. A organização do CAP aconteceu por iniciativa do inspetor João Ribas da Costa e do professor José Celso Claudio, por isso sediou-se na cidade de Alegre. João Ribas da Costa havia sido professor de concurso, nomeado em 1927 para a escola masculina de Divisa no município de Alegre, pelo Decreto n. 8343, de 10 de fevereiro de 1927 (DECRETO..., 1927, p. 2). Em 1929, prestou concurso para inspetor escolar (SECRETARIA..., 1929, p. 5). Aprovado no concurso, ele supervisionou a região escolar que compreendia o município de Alegre. Em 1929, designado para participar do CSCP (NOTAS..., 1929), escreveu um trabalho sobre a escola rural: "[...] As Sociedades Naturaes como base do ensino primário. Sua orientação na Escola Nova. Por onde começar o regimen transitório, especialmente nas escolas ruraes [...]" (CURSO..., 1930, p. 1).

⁵⁶ De Cachoeiro de Itapemirim procederam alguns dos chefes de Governo do Espírito Santo: Jerônimo de Sousa Monteiro (1908-1912), Marcondes Alves de Souza (1912-1916), Bernardino de Sousa Monteiro (1916-1920), Florentino Avidos (1924-1928).

⁵⁷ O Colégio Pedro Palácios foi fundado em 1922, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, por Augusto Lins, eleito prefeito da cidade nesse mesmo ano (O CACHOEIRANO, 1922). O estabelecimento desenvolveu-se e, na década de 1930, oferecia os cursos Primário, Complementar ou de Admissão, Normal (equiparado), Ginásial, Comercial ou de Guarda de Livros, Datilografia, Música (orquestra Carlos Gomes), Instrução Militar (tiro de Guerra n. 270) e Noturno (de alfabetização, gratuito) (COLLEGIO..., 1930; COLEGIO..., 1931). Dentre seus alunos ilustres estavam Rubem Braga e seu irmão Newton Braga. Em 10 de dezembro de 1931, realizou a primeira Colação de Grau do curso normal, com 10 formandas, ocasião presidida pelo secretário da Instrução João Manoel de Carvalho e assistida pelo interventor João Punaro Bley.

⁵⁸ O decreto 4.316, de 22 de dezembro de 1933, equiparou a EN de Alegre à EN Pedro II (ESCOLA..., 1933).

O professor Jose Celso Claudio fez parte do corpo docente da Escola Normal de Alegre e, em 1935, encontrava-se na função de fiscal desse estabelecimento, além de ocupar o cargo de diretor do Grupo Escolar "Professor Lellis", localizado na cidade de Alegre. Segundo depoimento desse professor, ele procurava "[...] levantar cada vez mais o nome da Escola Normal de Alegre [...]" (DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS, 1935, p. 8).

Outros professores chefiavam as comissões de Ensino Primário, de Organizações Complementares da Escola, de Transportes, de Excursões Pedagógicas e Propaganda e de Recepção e Hospedagem. O governador e o prefeito de Alegre foram convidados para preencherem os cargos de presidente de honra e presidente respectivamente. O diretor interino do Departamento de Ensino Público, João Bastos, apoiou a iniciativa e providenciou o abono das faltas dos professores que participaram do Congresso (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935a).⁵⁹

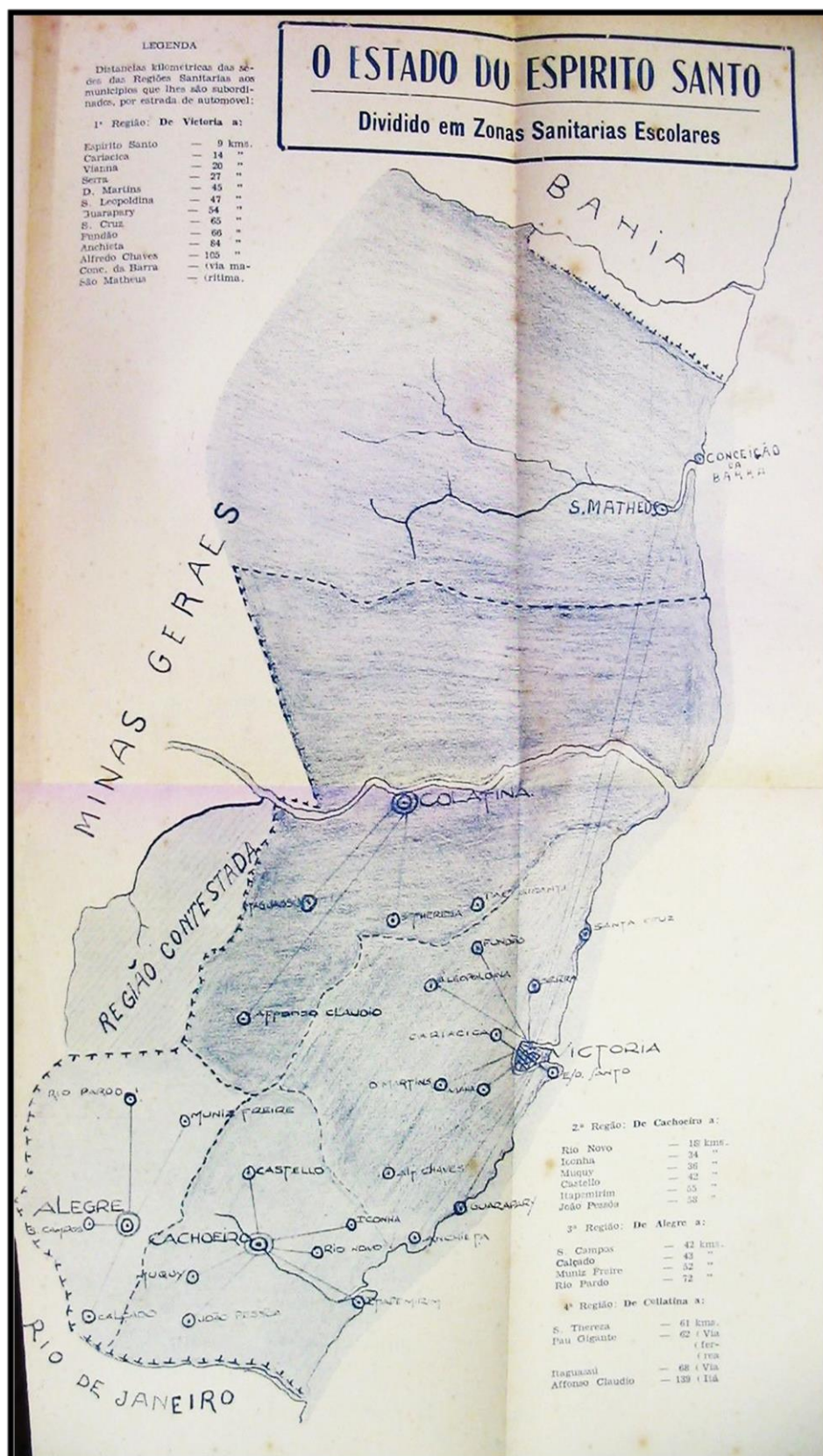
O CAP ocorreu no prédio do Grupo Escolar Professor Lellis, devido à colaboração de seu diretor, nos dias 25 a 30 agosto de 1935. O Grupo Escolar Professor Lellis era central no município Alegre e foi construído, no início do século XX, de forma grandiosa e monumental, tendo em vista o projeto de renovação arquitetônica das escolas brasileiras (LOCATELLI, 2012).

O Congresso foi patrocinado pelas prefeituras municipais de Alegre, Siqueira Campos e Rio Pardo, localidades que compunham a 3ª Região Escolar do Espírito Santo. Era uma divisão administrativa para do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária do Espírito Santo. Nas Imagens 5 e 6 podemos visualizar a divisão das regiões escolares do Estado⁶⁰ (Cf. mapa anexo: O ESTADO..., 1935, p. 41):

⁵⁹ As fontes levantadas sobre o Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico foram as notas sobre o evento publicadas no jornal Diário da Manhã (1935) e a Revista de Educação n. 17-18-19 (1935), que serviu de Anais do evento.

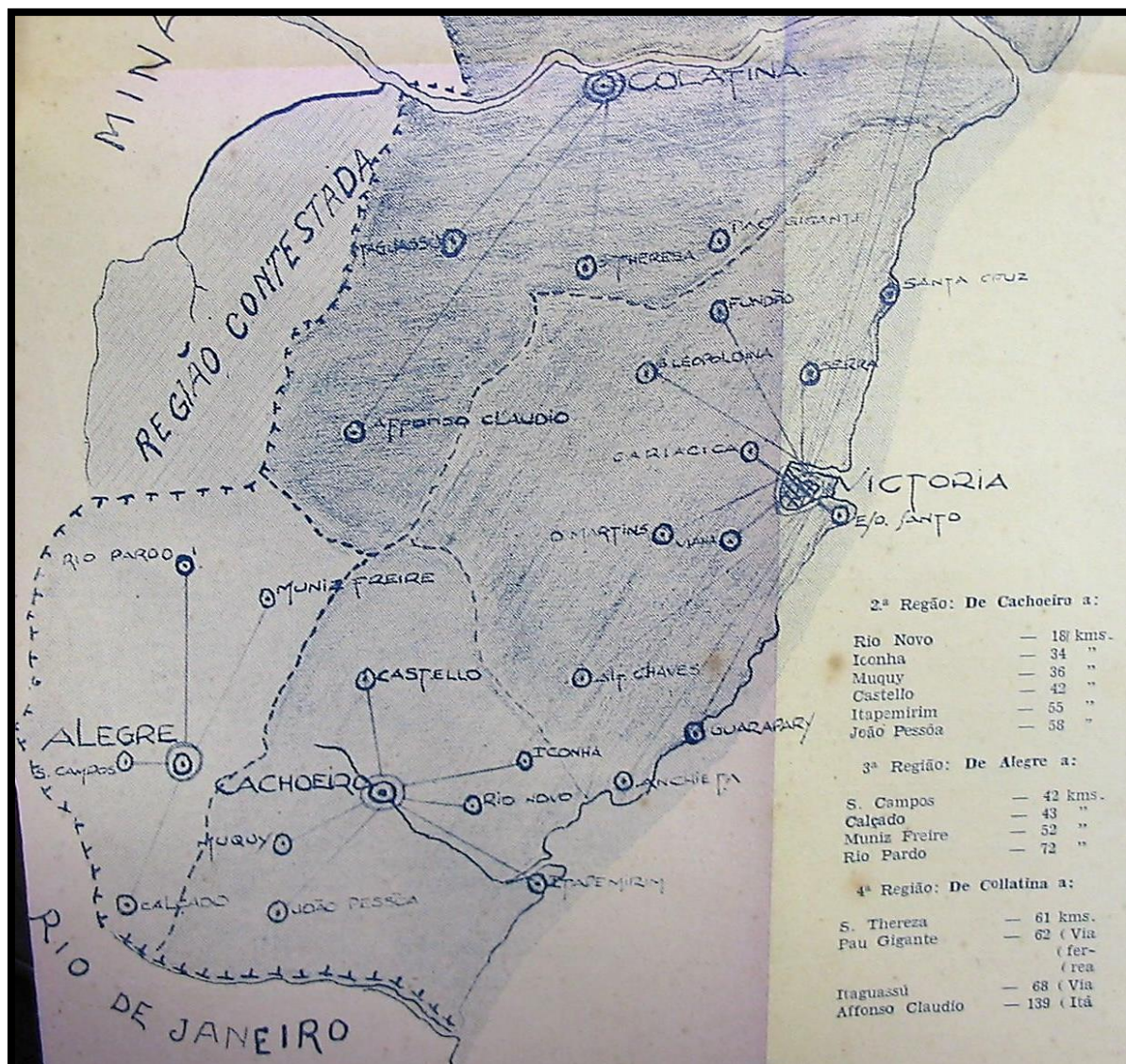
⁶⁰ Nas imagens verificamos que a região norte naquele momento não estava incluída. Isso se deve ao desenvolvimento econômico e urbano do período e as divisões foram feitas de acordo com os locais que possuíam estradas para acesso de automóvel (Cf. mapa anexo: O ESTADO..., 1935, p. 41).

Imagem 5 – Regiões Escolares



Fonte: O ESTADO DO Espírito Santo: dividido em zonas sanitárias escolares. *Revista de Educação*, ano 3, n. 7-8, p. 41, 1935.

Imagem 6 – Detalhe no Mapa das Regiões Escolares



Fonte: O ESTADO DO Espírito Santo: dividido em zonas sanitárias escolares. **Revista de Educação**, ano 3, n. 7-8, p. 41, 1935.

Para o professorado da 3ª região escolar, a presença no congresso foi obrigatória: "[...] deverão tomar parte todos os professores em exercicio subordinados a esta Inspectoria [...]" (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935c, p. 6). Para isso, os organizadores providenciaram, junto às prefeituras locais, transporte e hospedagem gratuitos para aqueles que tivessem dificuldades com deslocamento e estadia. Desse modo, tentava-se afastar qualquer entrave que impedisse o comparecimento ao evento e a ausência só se justificaria por motivo de doença grave ou força maior (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935c). Contudo, apenas os

professores convidados a contribuir com trabalhos tiveram passagem e estadia providenciadas pela organização.

Contabilizou-se a participação de 150 professores do Estado e mais de 40 professores da cidade de Alegre (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935f), deixando a cidade em agitação:

[...] reina grande entusiasmo pelo importante certame, apresentando a cidade movimento desusado, pois que de todos os pontos do sul do Estado chegam, a cada momento, pessoas que vão tomar parte no Congresso, estando os hotéis e varias casas particulares repletas de visitantes. O Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico, o primeiro que se realiza [sic] no Estado, está, como se vê, interessando a todo o Estado (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935f, p. 1).

Apesar de ser organizado por dirigentes da 3ª região escolar, o congresso contou com a participação efetiva de agentes educacionais de todo o Estado, seja como ouvintes ou apresentando contribuições quando solicitados. Dirigentes espírito-santenses estiveram presentes: o governador Punaro Bley; tenente Arthur Bahia, representando o secretário do Interior; o diretor do Departamento de Ensino Público, João Bastos; prefeitos, juizes, deputados e outras autoridades político-administrativas.

Compareceram representantes de 26 municípios e de todas as prefeituras do Estado. As seguintes escolas estiveram representadas: Escola Modelo Jerônimo Monteiro, grupos escolares Vasco Coutinho (de Vila Velha), Padre Anchieta, Gomes Cardim, Alberto de Almeida (Vitória), Professor Loureiro (Santa Leopoldina), Pessanha Póvoa (Santa Teresa), José Cupertino (Afonso Cláudio), Aristides Freire (Colatina) (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935f).

Além disso, as seguintes organizações educativas capixabas enviaram seus delegados:

- Federação Espírito-Santense de Escoteiros;
- Federação Espírito-Santense de Bandeirantes Escolares;
- Faculdade de Direito do Espírito Santo;
- Inspetoria de Educação Física;
- Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar;
- Liga Espírito-Santense Contra a Tuberculose;

- Instituto Histórico-geográfico do Espírito Santo;
- Serviço de Educação pelo Radio e Cinema Escolares (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935d; 1935e).

Segundo os promotores do Congresso, o objetivo a ser alcançado seria "[...] uma **radical e rápida renovação** nos methods e processos de ensino empregados pelo magisterio primario [...]" (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935a, p. 3, grifo nosso). Essa renovação, por sua vez, teria como base a "[...] salutar assimilação de conhecimentos **novos** e uma pratica intensiva dos mais **modernos** e **efficientes** processos **didaticos** [...]" (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935a, p. 3, grifos nossos).

Por outro lado, a campanha de alfabetização empreendida pelo Governo Bley multiplicou o número de escolas primárias no Estado, contabilizando, em 1933, 958 escolas primárias e grupos escolares, mais 27 cursos noturnos. Diversas ações foram empreendidas visando à criação de 90 estabelecimentos de ensino primário. Além disso, o Decreto n. 3. 246, de janeiro de 1933, reajustou o ensino rural, criando escolas regionais com o objetivo de "[...] acelerar a obra de integração das populações ruraes nas realidades da vida brasileira e avigorar o sentimento de brasilidade e o espirito de unidade da patria [...]" (O ENSINO..., 1933, p. 1).

Nessa linha de raciocínio, as finalidades estabelecidas para o evento excluía discussões, controvérsias ou contribuições não solicitadas:

- I) – não haverá theses nem discussões de pontos controversos;
- II) – não serão accéitas contribuições em conferencias, prelecções ou aulas modelos, quando não solicitadas;
- III) – as prelecções especializadas serão acompanhadas da respectiva parte pratica sempre que o assumpto a comportar (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935a, p. 3).

Deixava-se claro, dessa maneira, a rejeição por "discussões theoricas que redundam, quasi sempre, na mais pura das inutilidades [...]" (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935b, p. 1). O propósito era que os professores demonstrassem uns para os outros as suas práticas de ensino, observações e experimentações pedagógicas do dia a dia na escola. Foram priorizadas aulas-modelo (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935b).

Por meio de ofício, os profissionais considerados de "[...] maior destaque entre o magistério no Estado [...]" (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935c, p. 6) foram

convidados a participar do evento, ministrando aulas-modelo. A direção almejava o maior número possível dessas lições, alcançando o mínimo de 40. Passagens de ida e volta e hospedagem estariam asseguradas e as aulas deveriam obedecer aos "[...] modernos princípios pedagogicos preferencialmente intuitivos-activos [...]" (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935c, p. 6).

A organização dos trabalhos para o CAP aconteceu da seguinte maneira: quatro conferências, cujos temas exaltavam o amor e a consciência da necessidade do aperfeiçoamento profissional docente; oito preleções sobre a Escola Nova, focalizando formas de remover os “erros” no ensino e promover a transição para metodologias modernas; inúmeras palestras para turmas menores de professores sobre organizações complementares da escola, entre as quais, associação de pais e professores, pelotão de saúde, escotismo, bandeirantismo, caixa escolar, orfeão, teatro infantil, museus escolares, clubes agrícolas, jornal escolar, Educação Sanitária e Educação Física; aulas-modelo sobre as disciplinas do curso Primário (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935a).

Setores responsáveis pela educação espírito-santense indicaram técnicos em diferentes ramos de atuação para ministrarem as palestras e aulas-modelo programadas. Dentre eles, destacamos: Inspeção de Educação Física, Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, Federação Espírito-Santense de Escoteiros, Serviço de Educação pelo Rádio e Cinemas Escolares, Serviço de Cooperação e Extensão Cultural. Importante assinalar que alguns desses órgãos, novamente convocados à renovação da educação espírito-santense, haviam desempenhado papel importante na reforma educacional que instituiu a Escola Ativa no Estado.

Durante o Congresso predominaram as demonstrações práticas, que aconteceram de 8h às 16h, com intervalo de duas horas para o almoço (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935f). A cada manhã, a uma preleção de 30 a 50 minutos, seguia-se uma aula-modelo. À tarde, as explanações sobre assuntos especializados eram mais curtas, de modo a conceder mais espaço para as lições-modelo. À noite, realizaram-se as conferências das 19h30 às 20h30 (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935a).

O CAP contou com a colaboração de Arnulpho Mattos, diretor aposentado da EN Pedro II, além de Americo Oliveira, Placidino Passos, Sylvio Rocio, Luiz Malisek, Ananias Netto, Claudionor Ribeiro, Oswaldo Marchiori, Rita Torres, José Elias de

Queiroz, Magdalena Pisa, Ernani Souza, entre outros (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935d). Dentre esses nomes, identificamos sujeitos que participaram do Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP), que objetivou implementar a pedagogia da Escola Ativa no ensino capixaba (BERTO, 2013) – Placidino Passos, Claudionor Ribeiro, Oswaldo Marchiori, José Elias de Queiroz, Magdalena Pisa e Rita Torres – mais uma vez atuando na formação docente capixaba.

Pode-se indagar, portanto, sobre a “novidade” da renovação pretendida. Por exemplo: se o foco do Congresso eram as aulas práticas modelares ministradas por docentes que atuavam em escolas e se esses professores e professoras permaneceram em seus postos após a destituição do governo anterior, o que sustentava a pretendida renovação pedagógica defendida pelo governo intervencionista?

As publicações do CAP podem ser conferidas na edição n. 17-18-19 da *Revista de Educação* (1935), uma edição especial sobre o evento. Como mencionado anteriormente, esse impresso fazia parte do projeto para formação de professores na década de 1930, que os instigava à leitura de obras pedagógicas.

4.2.1 Elementos da materialidade dos Anais do CAP: capa, sumário e imagens veiculadas

A fim de compreendermos as ações e objetivos da formação em serviço do professorado capixaba por meio do CAP, analisaremos a *materialidade* dessa edição especial da *Revista de Educação*. Nessa análise, como propõe Chartier (1991), partimos do pressuposto de que os elementos que compõem o impresso (capa, sumário, imagens e artigos veiculados) constituem a feição material da leitura organizada e orientada pelos produtores, de modo que sistematiza apreensão e compreensão dos textos (CHARTIER, 1991). Utilizaremos também como referência a análise da coleção da *Revista de Educação* (1934-1937), objeto da nossa dissertação (LAUFF, 2007), conforme indicamos em capítulo anterior.

No caso da edição dedicada ao Congresso, observamos que na capa – elemento introdutório de leitura da obra, que marca a ideia inicial sobre o assunto contido e produz identidade ao impresso – os editores salientam a importância da educação primária, fazendo uso da imagem de uma menina que escrevia no quadro

negro a seguinte frase: "Só pela Educação se pode avaliar a pujança de um povo" (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1935, s.p.), conforme Imagem 7:

Imagem 7 – Capa da edição 17-18-19 da Revista de Educação (1935)



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, s.p., ago.-set.-out. 1935a.

Essa frase pode ser interpretada como uma chamada à unificação nacional, visto que a palavra "Educação" se associa à potência que poderia qualificar "um povo" ou Pátria. Vemos aí as diretrizes para o ensino explícitas logo na apresentação inicial da publicação dedicada à formação de professores em serviço – CAP. Não só remete à importância do congresso, como também à leitura da revista, que contém trabalhos apresentados dessa reunião pedagógica. Além disso, mostra uma jovem alfabetizada, alvo da campanha educacional do Governo Bley. Imagina-

se, ainda, que uma garota representaria uma imagem com a qual as professoras se identificariam, já que o corpo docente capixaba era composto majoritariamente de mulheres⁶¹.

No estudo anterior sobre a materialidade da Revista de Educação⁶², registramos a confecção modesta da *Revista de Educação*, com papel simples, imagens com o máximo de duas cores e desenhos com qualidade técnica comedida⁶³.

Do todo modo, embora o Espírito Santo recebesse esse destaque pela produção periódica pedagógica, ainda assim o investimento na formação de professores se concentrou em iniciativas aceleradas e de baixo custo: uma revista instrutiva no lugar de cursos contínuos de formação, visando atingir o maior número de professores, com menos recursos.

Como o sumário dessa edição apresenta os títulos dos artigos com letra em caixa alta, o que não acontecia em outras edições desse periódico, pode-se interpretar esta escolha editorial como uma forma de destacar escritos associados ao projeto pedagógico em marcha durante a administração Punaro Bley. Na Imagem 8, podemos conferir os títulos dos trabalhos apresentados e os temas tratados no CAP, que diziam respeito à Escola Nova e à estatística escolar, à Educação Sanitária, à Educação Física, Educação Moral, às qualidades esperadas do professores e discussões sobre diversas disciplinas. Em especial, destaca-se a importância da utilização de métodos de ensino eficientes e produtivos, da avaliação dos resultados escolares e da observância aos padrões morais aceitáveis na época.

⁶¹ O corpo docente do Espírito Santo possuía maioria feminina, conforme a estatística escolar oficial de 1934, publicada na edição de n.º 13 (ESTATÍSTICA ESCOLAR, 1935, p. 28): de 1.194 professores, 1.087 (91%) eram mulheres e 107 (9%), homens.

⁶² LAUFF (2007).

⁶³ Ao apresentarmos uma comunicação sobre o tema no "*XIX Coloquio Historia de la Educación - Imágenes, discursos y textos en Historia de la educación*", fomos surpreendidos quando a moderadora da mesa, a professora Francisca Comas Rubí, avaliou que uso de imagens em impressos na década de 1930 significava algo avançado para o período, visto que na Espanha não havia experiência do tipo. Referência da comunicação oral apresentada: ALVARENGA, Elda; LAUFF, Rafaelle Flaiman. Imagens das mulheres professoras na Revista de Educação do Espírito Santo - Brasil (1934-1937): usos e significados. In: *XIX Coloquio Historia de la Educación. Imágenes, discursos y textos en Historia de la educación*, Centro Universitario Escorial – María Cristina, São Lorenzo de El Escorial, Madri. 2017.

Imagem 8 – Sumário da *Revista de Educação* em edição especial para o CAP

S U M M A R I O

CONGRESSOS DE EDUCAÇÃO — *Claudionor Ribeiro*, chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural.

DISCURSO — *João Bastos*, director do Departamento do Ensino publico.

EM PROL DO ENSINO — *Arnulpho Mattos*, presidente do Instituto H. e Geographico do Espirito Santo.

EDUCAÇÃO PELO INTERESSE — *Placidino Passos*, assistente tecnico do Ensino.

ESTATISTICA ESCOLAR — *Durval Araujo*, chefe da Secção de Estatistica.

ESCRITURAÇÃO ESCOLAR E ESTATISTICA — *Durval Araujo*, chefe da Secção de Estatistica.

EDUCAÇÃO SANITARIA — *Dr. Arthur Meyrelles*, inspector medico escolar.

A CREAÇÃO DOS BANCOS ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO — *Alfredo Lemos*, inspector tecnico do Ensino.

O PROFESSOR E A PROPHYLAXIA DA LEPRA — *Dr. José Augusto Soares*, da Inspectoria da Lepra e Doenças Venereas.

DENOMINAÇÕES E CONSTRUCÇÕES ESCOLARES — *Domingos Ubaldo*, Director do G. Escolar "Alberto de Almeida".

O QUE FALTOU DIZER NO CONGRESSO PEDAGOGICO — *João Ribas da Costa*, inspector tecnico do Ensino.

O ENSINO DA GEOGRAPHIA — *Maria Leonidia Pereira dos Santos*, do Curso de Adaptação annexo á Escola Normal "Pedro II".

LIGEIRA APRECIACÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PHYSICA DA CRIANÇA — *Manoel Carvalho de Anchieta*, professor de Educação Physica.

O ENSINO DAS SCIENCIAS PHYSICAS — *Custodia G. de Souza*, do Curso de Adaptação annexo á Escola Normal "Pedro II".

O DESENHO APPLICADO A'S DIVERSAS DISCIPLINAS — *Alvara Feu Rosa*, do Curso de Adaptação Annexo á Escola Normal "Pedro II".

O ENSINO DA GEOGRAPHIA — *Rita Torres*, do Grupo Escolar "Deocleciano d'Oliveira".

COMO EDUCAR — *Enóe Bruzzi Vieira*, do G. Escolar "Marcondes de Souza".

QUALIDADES DO PROFESSOR — *Carmen W. Rodrigues*, do G. Escolar "Professor Lellis".

OS PRIMEIROS ENSAIOS DA FORMAÇÃO MORAL E INTELLECTUAL — *M. de Lourdes Pinheiro*, do G. Escolar "Professor Lellis".

EVOLUÇÃO DA MUSICA — *Maria F. de Paiva Monteiro*, do G. Escolar "Marcondes de Souza".

PLANOS DE AULAS — pelos professores *Placidino Passos, Osvaldo Marchiori, Rita Monteiro Torres, Custodia G. de Souza, Alvara Feu Rosa, Maria Leonidia Pereira dos Santos, Néa Morgade Miranda, Honorilda Pimentel Malta, Enóe Bruzzi Vieira*.

COOPERAÇÃO E EXTENSAO CULTURAL — Mensagem da Academia Espirito-Santense dos Novos — 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico — Resenha de Aulas — Padrão, conferencias e preleções organizadas para o 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico.

BIBLIOGRAPHIA PEDAGOGICA.

NOTAS E INFORMAÇÕES: — O Congresso se Diverte, Relação dos Congressistas. — Actas do 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico.

Fonte: SUMMARIO. *Revista de Educação*, ano 2, n. 17-18-19, s.p., ago. set. out. 1935.

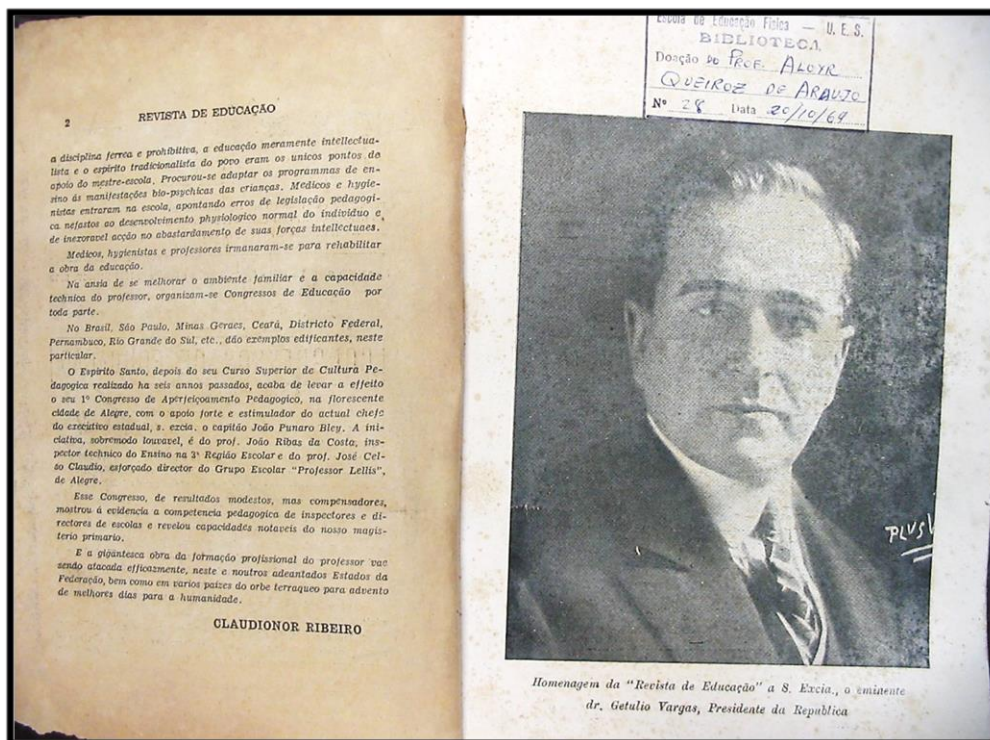
Como redator-secretário, Claudionor Ribeiro escrevia costumeiramente os artigos de abertura do impresso. Nesse primeiro texto, o professor apontou a necessidade de melhorias na educação mundial e destacou a iniciativa modesta, mas compensadora da organização do CAP (RIBEIRO, 1935). Em seguida, temos o discurso de João Bastos, diretor interino do Departamento de Ensino Público e redator-chefe da REES, depois o artigo de Arnulpho Mattos, presidente do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo e diretor aposentado da EN Pedro II. Placidino Passos, assistente técnico de ensino, destacava-se por publicar frequentemente modelos de planos de aulas. O chefe da Seção de Estatística, Durval de Araújo, foi contemplado com dois textos e, logo após, encontra-se um artigo do inspetor médico escolar Arthur Meireles. Posteriormente, os trabalhos dos demais inspetores escolares e professores compõem o periódico.

Desse modo, sistematizou-se a hierarquia dos cargos oficiais na publicação dos Anais do CAP, bem como as prioridades para o ensino capixaba, que organizamos na seguinte ordem:

1. Importância da formação de professores, mesmo que "modesta" (RIBEIRO, 1935; BASTOS, 1935; MATTOS, Arnulpho, 1935);
2. Diretrizes da "[...] renovação educacional [...]" (PASSOS, 1935a, p. 19);
3. Estatística escolar – produção e medição de índices da educação (ARAÚJO, 1935a; 1935b);
4. Educação Sanitária (MEIRELLES, 1935)
5. Ensino das diversas disciplinas (demais artigos) e planos de aulas (foram veiculados 29 modelos).

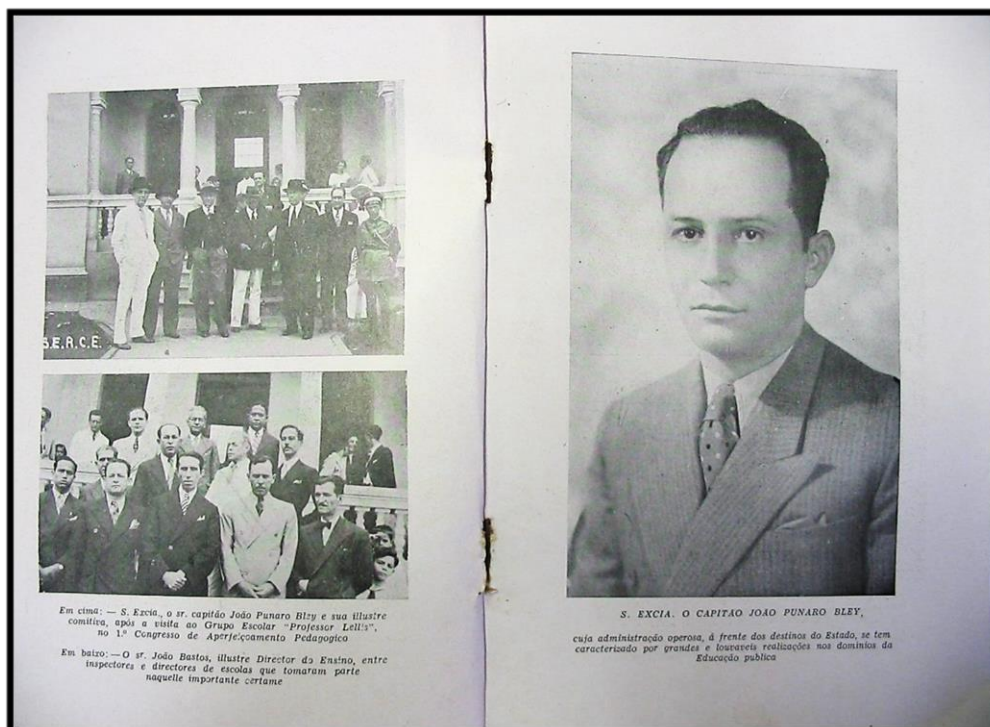
Nas primeiras imagens da edição da REES n.17-18-19, os sujeitos que ocupavam os postos mais altos na hierarquia foram exaltados e, logo em seguida ao texto de abertura da revista, aparece uma imagem de Getúlio Vargas, publicada em homenagem ao chefe de Estado (Imagem 9). Na página seguinte, encontram-se fotos da comitiva de João Punaro Bley, João Bastos entre inspetores e diretores de ensino e de Bley sozinho (Imagem 10). A ênfase dada à presença das autoridades políticas e da educação capixaba parece sugerir que o CAP, mesmo organizado na cidade de Alegre, representou um evento considerado relevante para o Estado do Espírito Santo.

Imagem 9 – Imagem de Getúlio Vargas logo no início dos Anais do CAP



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 3, ago. set. out. 1935b.

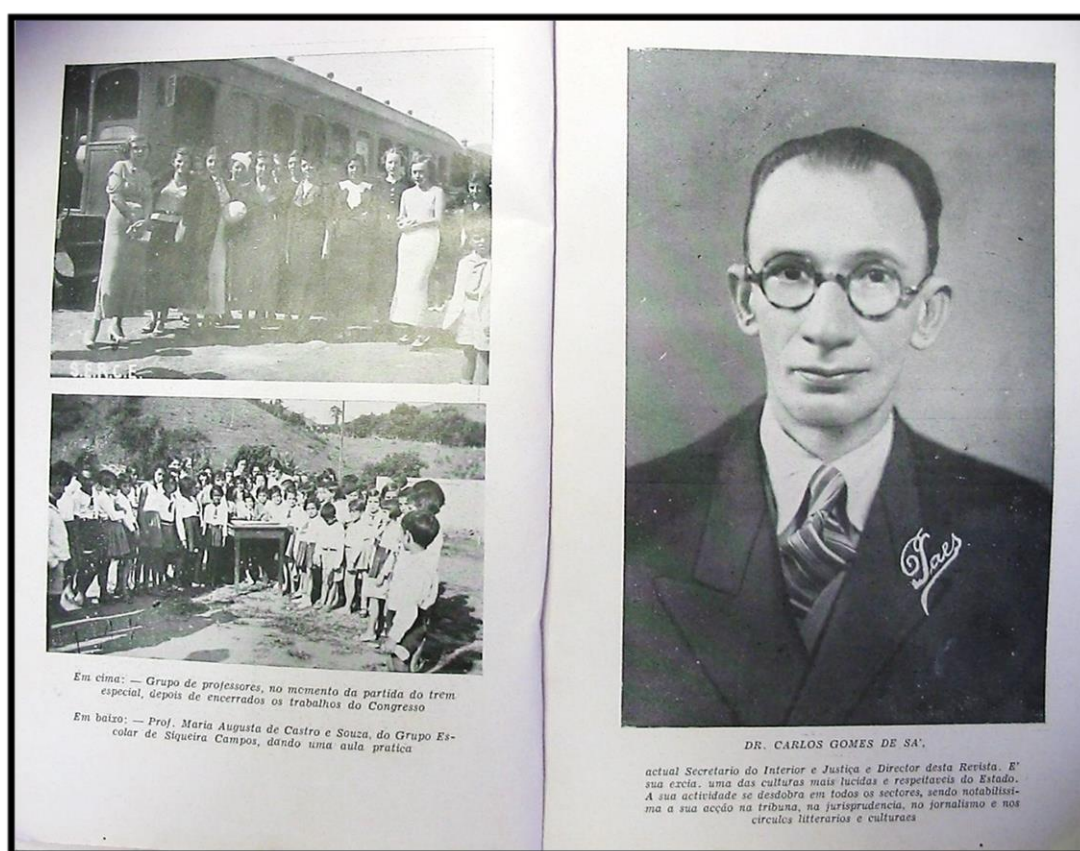
Imagem 10 – Comitiva de Bley e demais autoridades da educação capixaba



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 4-5, ago. set. out. 1935c.

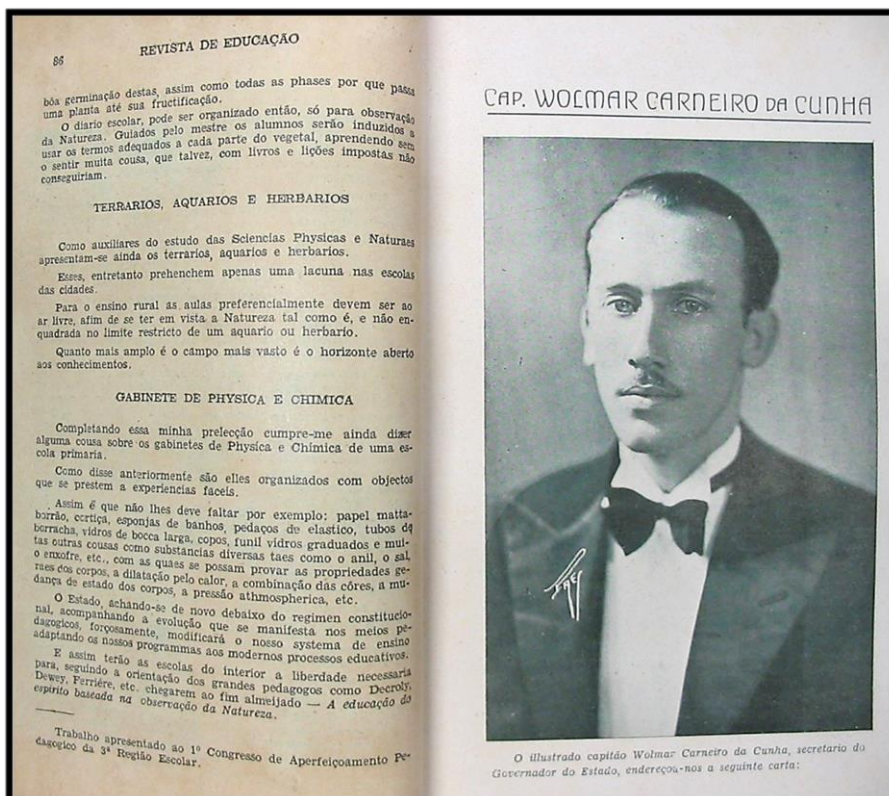
As professoras aparecem na página seguinte, ao lado da imagem destacada de Carlos Gomes de Sá, secretário do Interior e Justiça (Imagem 11). Mais ao final da revista, o capitão Wolmar Carneiro da Cunha, secretário do governador do Estado e que já havia ocupado o posto de redator-chefe da *Revista de Educação*, João Bastos, tiveram uma página inteira com sua foto veiculada (Imagens 12 e 13). Olívio Corrêa Pedrosa, prefeito municipal de Alegre, recebeu destaque ao lado das professoras congressistas (Imagem 14).

Imagem 11 - Destaque dado a Carlos Gomes de Sá



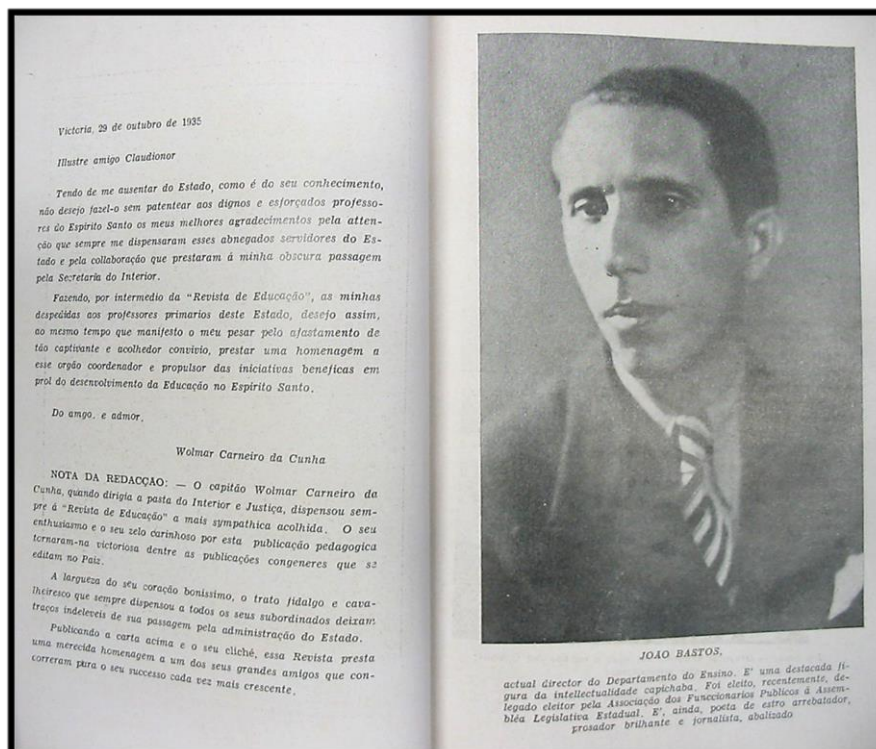
Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 7-8, ago. set. out. 1935d.

Imagem 12 - Destaque dado ao Capitão Wolmar Carneiro da Cunha



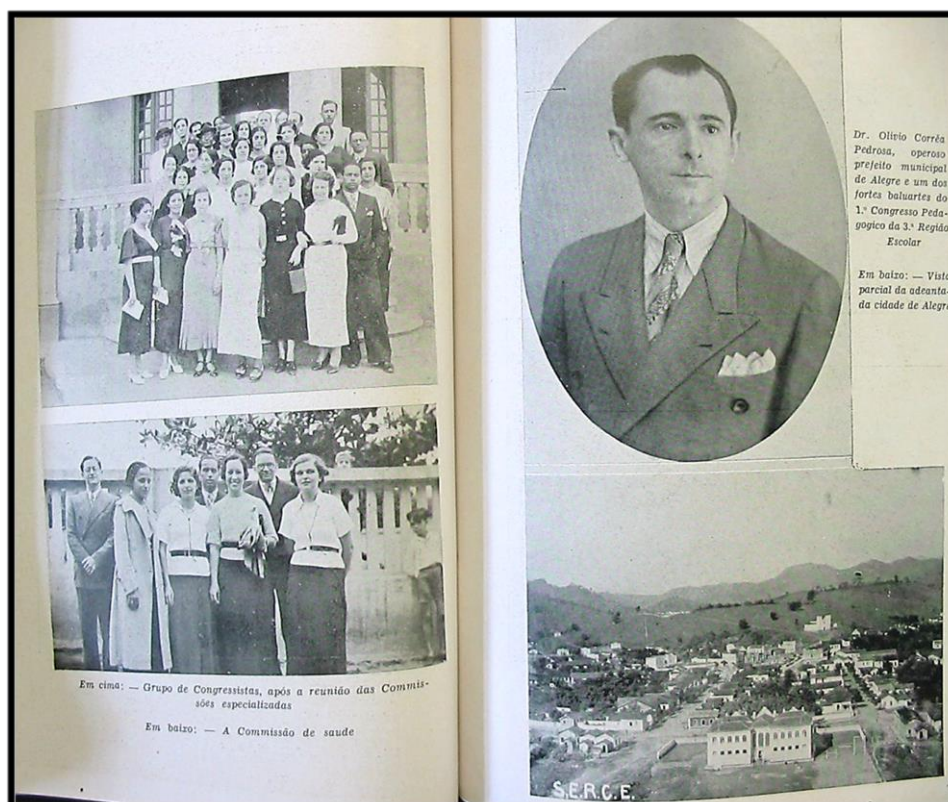
Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 87, ago. set. out. 1935e.

Imagem 13 - Destaque dado a João Bastos



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 89, ago. set. out. 1935f.

Imagem 14 - Destaque dado a Olívio Correia Pedrosa



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 90-91, ago. set. out. 1935g.

Reforçou-se igualmente a valorização de autoridades capixabas na abertura do CAP. O governador Bley presidiu a sessão de abertura no domingo, dia 25 de agosto, às 20h (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935e). Nesse momento inicial, discursaram o prefeito de Alegre, Olívio Pedrosa, o vigário da Paróquia de Alegre, monsenhor José Alves de Lima, o inspetor João Ribas da Costa e Arnulpho Mattos, diretor da EN Pedro II.

O prefeito de Alegre ofereceu um banquete em sua residência para as autoridades políticas e aqueles considerados "[...] de mais distinto na sociedade e de todos os congressistas [...]" (CONGRESSO..., 1935b, p. 1), do comércio e da lavoura. Além disso, os poderes secular e religioso se encontravam reunidos no evento de formação do magistério: o jantar foi animado pela banda de música "Santo Antonio" e, além do mais, em uma das mesas principais ao lado do chefe de Estado, sentaram-se o prefeito Olívio Pedrosa, o juiz de direito da comarca José Vieira Tatagiba, o deputado Mario Lopes de Rezende e o monsenhor Alves de Lima (CONGRESSO..., 1935c).

Imagem 15 - Banquete oferecido pelo prefeito de Alegre



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 171, ago. set. out. 1935h.

Assim, o modo como foi organizada a distribuição dos textos e das imagens ao longo da revista indica a valorização das autoridades (ou do autoritarismo?) do corpo de agentes educacionais e uma formação de professores preocupada com a renovação do ensino e saúde dos alunos, mas que acelerasse os objetivos de elevar os índices de alfabetização. Desse modo, enfatizou-se a apresentação de modelos de planos de aula para compor um repertório rápido e prático para o magistério. Associado ao fato de que não foram permitidas discussões teóricas, os trabalhos foram apresentados a fim de que os docentes os apreendessem sem direito a expressar suas reflexões a respeito.

4.2.2 As aulas-modelo: Imagens, planos e sátira

As aulas-modelo foram analisadas por meio das imagens, planos de aulas, textos dos palestrantes, divulgados nos Anais do CAP, e uma sátira apresentada na Hora Litero-Musical do Congresso (ver página 236-240 desta tese). Na EN Pedro II, também acontecia a Hora Litero-Musical, ou seja, esse era um artifício considerado enriquecedor para a formação docente. A sátira, que ironiza algumas das aulas-

modelo ministradas pelos professores formadores no CAP, foi escrita por Sylvio Rocio e Oswaldo Marchiori:

Argumento concebido pelos meninos Sylvinho Rocio e Oswaldinho Marchiori, com 10 e 12 annos de idade, respectivamente - de uma comedia a ser filmada pelo conhecido poeta Luiz Edmundo, que também attende pela alcunha de Malisek, chefe, nas horas vagas, de um serviço volátil de gramophones e lanternas magicas, especialmente contractado para esse fim, que dizem ser um meio de educação (O CONGRESSO..., 1935, p. 191).

Os autores comparam a escola a um circo, no qual os professores (artistas) apresentavam suas aulas-modelo no picadeiro pedagógico, e ironizam os "truques pedagógicos" difundidos pela modernização do ensino. O serviço volátil de gramofones e lanternas mágicas dizia respeito ao cinema escolar, elemento que fez parte da reforma da Escola Ativa de Vivacqua. O circo teria sido iniciado por Deodato de Moraes, no Curso Superior de Cultura Pedagógica:

O congresso se diverte com a parte pyrotechnica, confiada a um punhado de artistas de circo, concentrados em circulo concentricos, á moda da escola brasileira de Victoria, na expressão scientifica do Deodato, o mestre incomparavel dos picadeiros pedagogicos (O CONGRESSO..., 1935, p. 191)

Por meio dessa crítica mordaz e bem-humorada às atividades desenvolvidas durante o congresso, descritas como encenações de “truques” pedagógicos, que tornavam o evento um espetáculo de comédia, esses professores rompem uma aparente assepsia sustentada pela prescrição modelar de práticas tidas como eficientes e inovadoras. Na sua conclusão, os professores são equiparados a palhaços: "[...] E, como todos os artistas são muito engraçados, a empreza não teve necessidade de contractar um palhaço... [...]" (O CONGRESSO..., 1935, p. 195).

A opção satírica parece fazer sentido, se consideramos que João Bastos, diretor do Departamento de Ensino Público, deixou claro no discurso de abertura que os objetivos do congresso seriam de ordem prática e utilitária, dispensando-se as discussões teóricas:

O Congresso que hora se instala, não foi convocado para uma exhibição inútil de conhecimentos científicos e literários, nem para uma exposição de doutrinas engendradas pelo intelectualismo luxuoso e sem objetivo pratico. Aqui, certamente, serão abordados assumptos de indiscutível interesse social e resolvidas questões que dizem respeito á difficil arte de educar,

expondo cada qual, sob um ponto de vista prático e utilitário, a farta colheita da sua experiência e dos seus estudos [...] (BASTOS, 1935, p. 9).

A vigilância de João Bastos no sentido de que os professores deveriam realizar com eficiência as suas tarefas, sob pena de serem privados dos seus salários e voltarem a pagar o aluguel das casas onde ministravam aulas, não passou despercebida:

Aliás o congresso se diverte desde sua instalação, quando o João Bastos, commentando a tabella Arnulpho Mattos, affirmou, entre um sorriso maldoso, que os professores incluidos na letras da famosa tabella (os que nada têm, nada dão e não se afogam porque não deixam a galera do professor Arnulpho) serão obrigados a trabalhar de graça, pagando ainda o aluguer da casa, como se isso tivesse graça e não fizesse a desgraça dos taes coitados que cavam a vida da melhor maneira... (O CONGRESSO..., 1935, p. 191)

Uma tabela apresentada por Arnulpho Mattos (1935), diretor aposentado da EN Pedro II, referia-se à classificação dos profissionais com base nos seus conhecimentos pedagógicos, dividindo-os em:

- a) – Professores que muito têm e muito dão; b) – Professores que muito têm e pouco dão; c) Professores que pouco têm e muito dão; d) – Professores que pouco têm e pouco dão; e) Professores que nada tem e nada absolutamente dão [...] (MATTOS, Arnulpho, 1935, p. 17).

Segundo ele, com exceção daqueles classificados na letra “e”, os demais serviriam bem à educação, contanto que estivessem bem fundamentados pedagogicamente. Note-se, porém, que o conhecimento profissional defendido por Arnulpho Mattos (1935) dizia respeito à compreensão biológica e psicológica da criança. Recomendava, ainda, aos professores que respeitassem à hierarquia institucional e não se manifestassem politicamente em sala de aula:

É portanto, de grande alcance pedagogico que os educadores estejam sempre em contacto respeitoso com os seus superiores hierarchicos, para coordenarem as suas idéas; que se abstenham dos movimentos partidários, para evitarem os casos politicos (MATTOS, Arnulpho 1935, p. 14).

A “galera do professor Arnulpho” se referia à metáfora elaborada pelo ex-diretor da EN Pedro II para pensar a educação na sociedade: a instrução seria como uma galera (barco antigo ou galé) flutuando sobre um grande lago misterioso que,

de vez em quando, aportava no estaleiro para uma pintura externa, de acordo com os sonhos futuristas ou retrógados do comandante. A hierarquia dos tripulantes se equiparava à organização do sistema de ensino público e, desse modo, o comandante seria o dirigente da instrução, os oficiais correspondiam aos professores, os aspirantes equivaliam aos educandos. O lago misterioso representava a sociedade e nele havia algas, baixios e canais, que equivaliam respectivamente à resistência dos retrógados, aos movimentos políticos e às leis e regulamentos escolares. O movimento do barco acontecia por meio de ventos – ações governamentais – e a calmaria, que estagnava a navegação, seria a indiferença dos pais (MATTOS, Arnulpho, 1935). Ou seja, posicionar-se politicamente seria motivo para encalhar ou danificar o barco da educação em sua “[...] sacrossanta cruzada [...]” (MATTOS, Arnulpho, 1935, p. 13).

Observamos que essa “galera” capixaba procurava pintar-se com tinta nova externamente, mas internamente mantinha a velha estrutura. Na formação acelerada do CAP, podemos observar a permanência da "arte de ensinar" (pedagogia tradicional) sendo pincelada com a pedagogia da Escola Ativa. Conforme a programação do CAP (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1935, p. 181-188; Cf. APÊNDICE), observamos a execução de aulas modelo sobre os seguintes temas que faziam parte do ensino primário: Aritmética, Matemática, Geometria, Ciências Físicas e Naturais, Linguagem, Alfabetização, Saúde, Orfeão, Educação Física, História, Geografia, Escotismo, Bandeirantismo, Moral e Cívica, Educação pelo Cinema, Jogos Educativos.

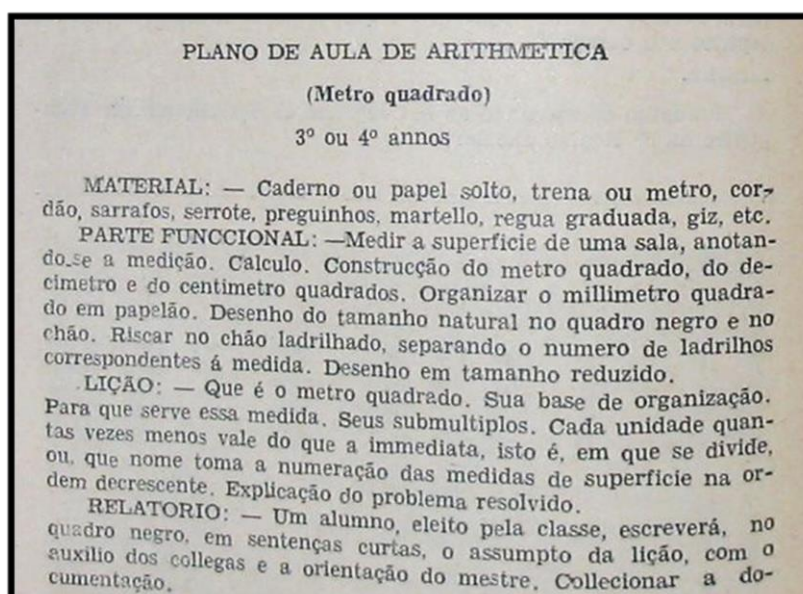
Com base nas palestras apresentadas a todos os congressistas, observamos como os temas estão relacionados com as diretrizes de ensino discutidas no capítulo anterior:

- A organização das Caixas escolares, da professora Magdalena Pisa;
- A obra educacional da família, de Sylvio Rocio;
- Novos métodos de ensino, Placidino Passos;
- Características da Escola Tradicional e Renovada, de Oswaldo Marchiori;
- Organização de bancos escolares, de Alfredo Lemos;

- O Escotismo e o Bandeirantismo como auxiliares do ensino, de Francisco Eugênio de Assis;
- Organização da Estatística Escolar, de Durval de Araujo;
- Construção de prédios escolares, de Lopes Ribeiro;
- Apreciação sobre educação física da criança, de Manoel C. de Anchieta;
- O ensino das Ciências Naturais, de Custódia de G. Souza;
- Circulo de Pais e professores, de Sylvio Rossio;
- Correio Escolar, da professora Maria Magdalena Pisa,
- Escola Primária e sua evolução, de Alfredo Lemos;
- Educação pelo cinema, de Luiz Edmundo Maliseck;
- Tuberculose, Edgard Neves.

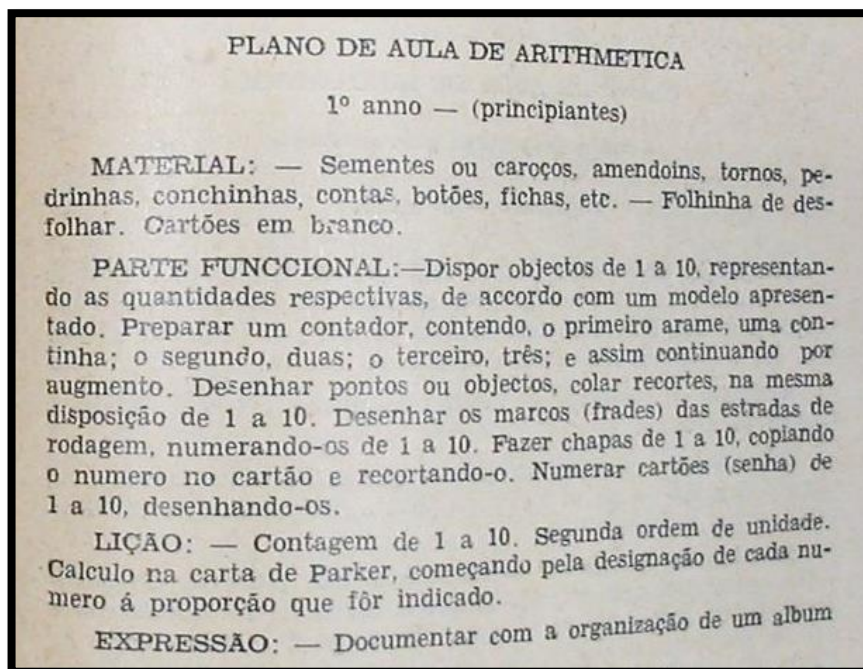
Placidino Passos, Oswaldo Marchiori e Sylvio Rocio, que participaram do CSCP, palestraram no salão do cinema, visto que o grupo escolar não comportava o número de pessoas presentes no congresso (CONGRESSO..., 1935b). Esses educadores apresentaram planos de aulas que buscassem o máximo possível de atividades dinâmicas para as crianças. As imagens 16 e 17 mostram exemplos de planos de aula elaborados por Placidino Passos:

Imagem 16 – Plano de aula sugerido por Placidino Passos



Fonte: PASSOS, Placidino. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 130, ago. set. out. 1935b.

Imagem 17 – Plano de aula sugerido por Placidino Passos



Fonte: PASSOS, Placidino. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 131, ago. set. out. 1935b.

As aulas se dividiam em parte funcional, lição e relatório ou expressão, e esse modelo era constantemente difundido pelo inspetor. Para Passos (1934b), as aulas deveriam ser organizadas da seguinte forma:

O plano, sumula ou esquema poderá constar do seguinte: assunto, material, parte ativa ou funcional, lição, relatório coletivo - ou - assunto, observação, associação, expressão - ou - assunto, material, preparo mental, ou lição, acompanhado de associação, observação, finalizando [sic] com a expressão (PASSOS, 1934b, p. 28-29).

Placidino Passos era o inspetor que mais publicava modelos de planos de aula para o professorado espírito-santense. No trecho da sátira apresentada anteriormente, que transcrevemos adiante, Passos é chamado de "Comenius":

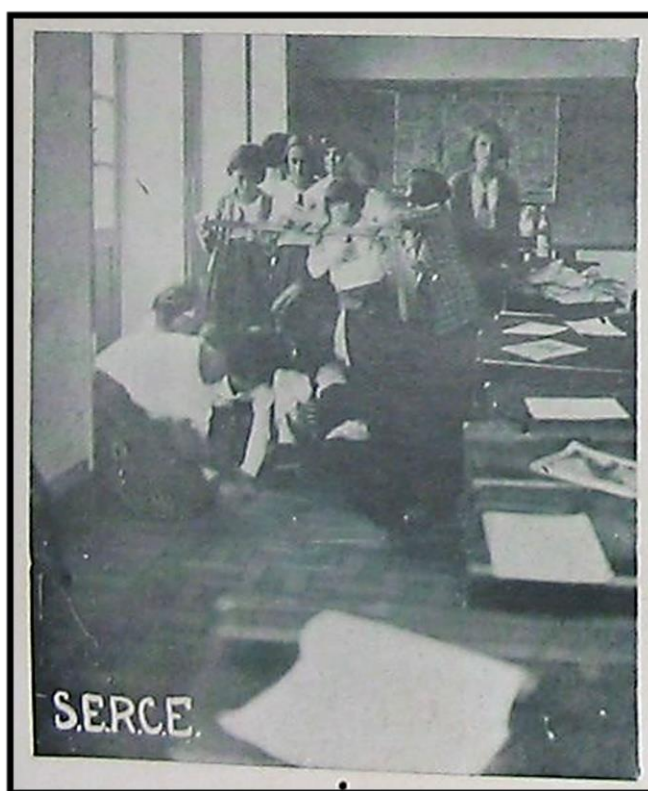
[...] destaca-se, em primeiro plano, a figura tecnicamente pedagogica de Comenius, ou melhor, Placidino Passos, como também é conhecido, o qual, apesar das 68 rosas que já colheu no jardim da sua preciosa existencia, conseguiu ser um educador modernissimo, digno da escola do futuro. As suas aulas tem causado hilariedade, principalmente as de systema metrico, pela sua aparelhagem de pregos, martellos, serrotes, formões, etc.

Pouco affeito, porém, ao manejo desse material pedagogico, o illustre educador terantez quasi impoz um minuto de silencio aos congressistas (aos homens pelo menos) pois que, cerrando uma carteira, por um triz deixou um dêdo como documentação das suas aulas. Os seus alumnos

segundo afirmam, vão fazer um metro cubico, com os quadros-negros do estabelecimento... [...] (O CONGRESSO..., 1935, p. 191-192).

O mesmo educador que havia sido exaltado por superar Deodato de Moraes em "novidades" foi equiparado ao autor da "arte de ensinar". Essa aula dada por Placidino Passos figura nos Anais do CAP (Imagem 18):

Imagem 18 – Aula prática de sistema métrico por Placidino Passos



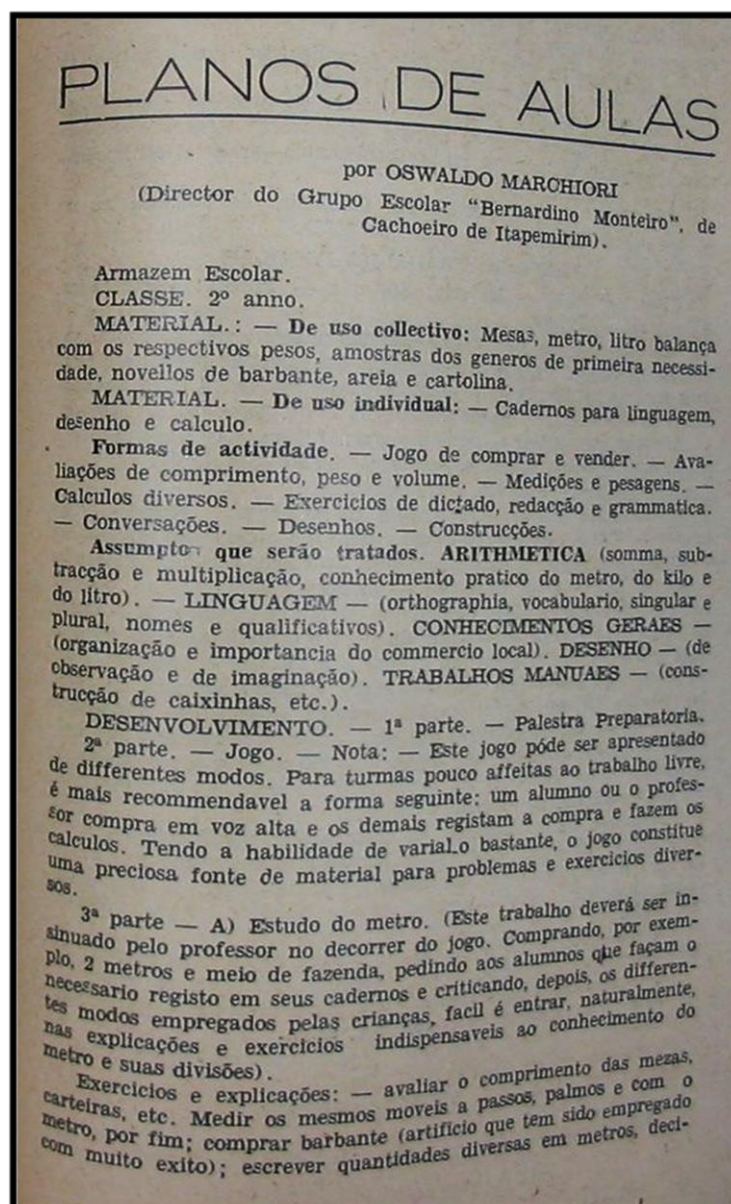
Fonte: Revista de Educação, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 180, ago. set. out. 1935i.

Pela imagem, percebemos que, mesmo dentro de sala de aula, as crianças estão em movimento. Os princípios da Escola Ativa difundidos por Vivacqua (1930a) recomendavam uma "ação vivificadora", ou seja, aulas dinâmicas em qualquer ambiente de ensino: "[...] Ainda que não se disponha de logares espaçosos e apropriados ás diversas actividades da escola activa, pode-se muito bem desterrar o ensino verbalista e livresco e substituil-o pela ação vivificadora [...]" (MALLART Y CUTÓ apud VIVACQUA, 1930a, p. 17).

Os planos de aulas sugeridos por Marchiori (1935b) descrevem os materiais a serem utilizados para uso coletivo e individual, as formas de atividades e os

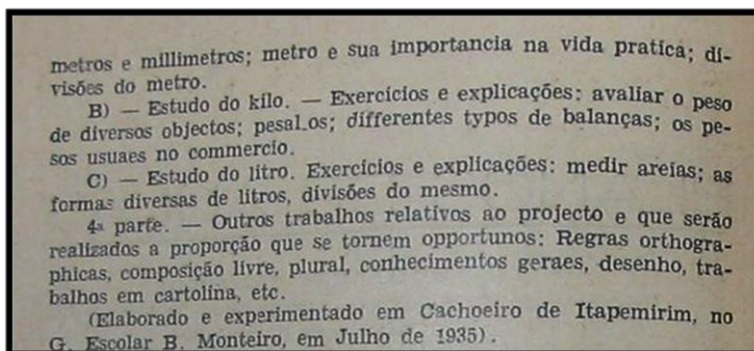
assuntos a serem tratados. No desenvolvimento, o professor sugere palestra preparatória, parte dinâmica (jogos ou observações), lição e exercícios. O professor elaborou aulas-modelo de aritmética, linguagem, conhecimentos gerais, desenho e trabalhos manuais, em que os alunos são convidados a participar de jogos, medições, pesagens, ditados, redações, conversações, desenhos e construções. As imagens 19 e 20 mostram a aula modelo de aritmética:

Imagem 19 – Plano de aula proposto por Oswaldo Marchiori (continua)



Fonte: MARCHIORI, Oswaldo. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 137, ago.-set.-out. 1935b.

Imagem 20 - Plano de aula proposto por Oswaldo Marchiori (conclusão)



Fonte: MARCHIORI, Oswaldo. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 137, ago.-set.-out. 1935b.

A aula sugerida por Marchiori (1935b) segue o princípio da "ação vivificadora", procurando ser dinâmica para os estudantes. Autor da sátira do CAP, sua aula, do mesmo modo, chegou a ser ironizada:

O congresso se diverte com o Marchiori. É um optimo artista. Os seus recursos acrobaticos o colocam numa posição de destaque entre os melhores elementos da companhia.

Mas, tencionando ingressar na vida commercial, que julga menos arriscada e mais rendosa que o picadeiro, esse artista, burlando o seu contracto com os directores do circo, experimenta, com as crianças, os seus pendores para o malabarismo do balcão, pondo-se á frente de um armazem quebrado, que melhor seria se lhe chamasse quitanda.

Assim, improvisado em taverneiro, aquelle que o surprehende, na sua engenhoca commercial, tem a impressão de vel-o de tamancos, em manga de camisa, o ventre crescido, cavando a vida como o Vaptista alli da esquina... (O CONGRESSO..., 1935, p. 193).

O excesso de dinamismo das aulas de Rocio (outro dos autores da sátira) também aparece retratado em tom de sarcasmo na ironia publicada na RESS n. 17-18-19:

O congresso se diverte com o trabalho do ilusionista Sylvio Rocio, que é um artista de palco e picadeiro. A sua magica de pião foi muito apreciada, bem como a do copo d'água, a qual segundo um technico presente, pode ser considerada como um processo original de irrigação...

Dos trabalhos desse artista, todavia, o que mais me agradou foi o da vela. Trata-se, na verdade, de um numero de grande effeito, já pela techica demonstrada pelo artista, já o pelo desfecho imprevisto da magica. Esse trabalho, no entanto, deu a impressão de que o ilusionista estava morrendo em pleno picadeiro, tanto mais que, no momento em que elle empunhava a vela, accesa, as meninas do côro opheonico, ensaiando o programma da noite, entoaram uma especie de canto de chão...⁶⁴

⁶⁴ A expressão parece referir-se ao "cantochão", uma forma com também se denomina o canto gregoriano, utilizado na liturgia católica romana.

A impressão desse quadro chegou mesmo a provocar um movimento de pezar entre os que assistiam os *trucs pedagogicos* do excelente artista (O CONGRESSO..., 1935, p. 192).

O mesmo tom jocoso, marcou o registro da aula ministrada pela professora Rita Monteiro Torres, professora do Grupo Escolar “Deocleciano Oliveira” (Siqueira Campos), descrita da seguinte forma:

O congresso se diverte com a Rita Torres. É a transformista da companhia. Os seus trabalhos têm merecido o mais justo e entusiasticos applausos. Dos seus trabalhos, porém, merece um registro especial a transformação do alcool em fogo e do fogo em agua.

A technica com que foi feita essa magica consolidou os dotes da notavel transformista, colocando-a mesmo num plano destacada entre seus colegas de picadeiro (O CONGRESSO..., 1935, p. 193).

Enoe Bruzzi Vieira, professora do Grupo Escolar Marcondes de Souza (Muqui), apresentou uma aula-modelo de História Pátria, em que utilizou o recurso do teatro (Imagem 21):

Imagem 21 – Aula de História Pátria pela prof.^a Enoe Bruzzi Vieira (do Grupo Escolar de Muquy)



Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 106, ago. set. out. 1935j.

No plano de aula sugerido por Vieira (1935b), as aulas seguem o princípio do método ativo pelo processo intuitivo. Por exemplo, em uma de suas lições de História, a parte intuitiva constituía-se da preparação de uma taba de índios com

bonecos para despertar a curiosidade das crianças. A parte ativa aconteceria a partir dos questionamentos dos estudantes, em que o professor explicaria o assunto a ser tratado. Sylvinho e Oswaldinho comentaram a aula teatral dessa professora da seguinte forma:

O congresso se diverte com a Enoe, apesar da sua tendencia pronunciada para os dramas de capa e espada... O seu numero sobre a cathechese dos indios, com aquelle pequeno todo enfeitado de pennas e berloques, teve o effeito de uma tragedia...
Se os congressistas não estivessem dispostos a se divertir, teriam sahido da sala mergulhados em pranto...
Mas, felizmente, todos sahiram alegres... (O CONGRESSO..., 1935, p. 193).

O desenho foi considerado como elemento chave das metodologias escolanovistas. Conforme Feu Rosa (1935a, p. 98), do curso de Adaptação à EN Pedro II: “[...] O desenho na Escola Nova tem como finalidade principal unir a arte à utilidade [...]”. Além disso, contribuía para desenvolvimento motor da criança. Trata-se de um dos recursos mais recomendados nas aulas-modelo.

Em muitos planos de aula para o ensino primário, a atividade de desenhar estava presente e, com esse exercício, elaboravam-se cartazes, ilustrações de capas de cadernos e de álbuns, monogramas para roupinhas, enfim, trabalhos manuais que provocassem o interesse e a ação das crianças. Tanta produção de cartazes foi lembrada com ironia:

O congresso se diverte com a Magdalena. Arrependida do tempo em que ensinou pelos velhos processos, essa artista, que é um bom elemento no picadeiro, deu a sua aula o aspecto reclamista das Casas Pernambucanas. O cartaz é o seu meio de ensino. Na sala em que ella tem se exhibido não há mais parede. É só cartaz. Deante disto, affirma-se, e com razão, que o seu methodo de analfabetizar crianças foi concebido em uma loja de turco, em liquidação...
O que é certo, porém, é que seu conceito de educadora passou muito além da Taprobana, como diria Camões, se também fosse congressista, sendo mesmo considerada, pela sua technica cartaziana, uma professora do outro mundo, embora por lá não existam senão professores em disponibilidade... (O CONGRESSO..., 1935, p. 191).

Observamos, por meio de imagens das aulas práticas e das sátiras dos professores, que os formadores procuravam criar modelos de preleções dinâmicas, com o movimento das crianças e preferencialmente ao ar livre. Nos trabalhos apresentados no Congresso, autores como Rousseau, Claparède, Montessori,

Decroly, Dewey, Durkheim, Spencer, Pestalozzi, Thordinke⁶⁵, Farias de Vasconcelos⁶⁶, Gaupp⁶⁷, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Alba Canizares Nascimento⁶⁸, Jonathas Serrano foram referências citadas (MEIRELLES, 1935; PASSOS, 1935a; SOUZA, 1935; VIEIRA, 1935a).

A sátira e as imagens são reveladoras das diretrizes educacionais propostas para o Espírito Santo naquele momento. Um ano antes do evento, o professor Eliseu Lofêgo, da EN Muniz Freire, alertava para o fato de que o ensino no Espírito Santo precisava de mudanças e que os professores necessitavam de liberdade de cátedra para inovarem em seu trabalho:

[...] Nunca houve uma liberdade propriamente de cathedra, seguindo o lente, em geral, determinações impostas pelo officialismo dominante. Felizmente agora, com a propagação de modernas feições do ensino, ja se vem criando, em torno dos mestres, uma necessidade de permuta de idéas para a organização de programas (LOFÊGO, 1934a, p. 9).

Segundo Lofêgo “[...] a normalização do ensino tem sido puramente theorica. O programa dos educandarios fortemente abstractos [sic] [...]” (LOFÊGO, 1934a, p. 9). Assim, unia-se a vozes que conclamavam uma urgente renovação no ensino capixaba:

[...] Urge, pois, que demos outra orientação aos programas educacionaes. A materia deve revestir-se de caracter menos abstracto, predominantemente. A technica deverá ser mais de eficiencia concreta, alliando-se quanto possa á theoria – imprescindível, aliás, á formação mental, completa do alumno. Lutemos, por conseguinte, pela implantação de idéas novas que façam uma adopção renovadora do ensino (LOFÊGO, 1934a, p. 9).

Esse parece ter sido o tom do Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico, quando estabeleceu como objetivo a inovação do ensino no Espírito Santo, segundo princípios da Escola Nova, por meio da formação de professores em serviço, cuja ênfase recaía na eficiência pela prática.

⁶⁵ Edward L. Thordinke, psicólogo americano.

⁶⁶ António de Sena Faria de Vasconcelos Azevedo, pedagogo português associado ao movimento da Escola Nova.

⁶⁷ Robert Gaupp, publicou "Psicologia da criança" (PASSOS, 1935a).

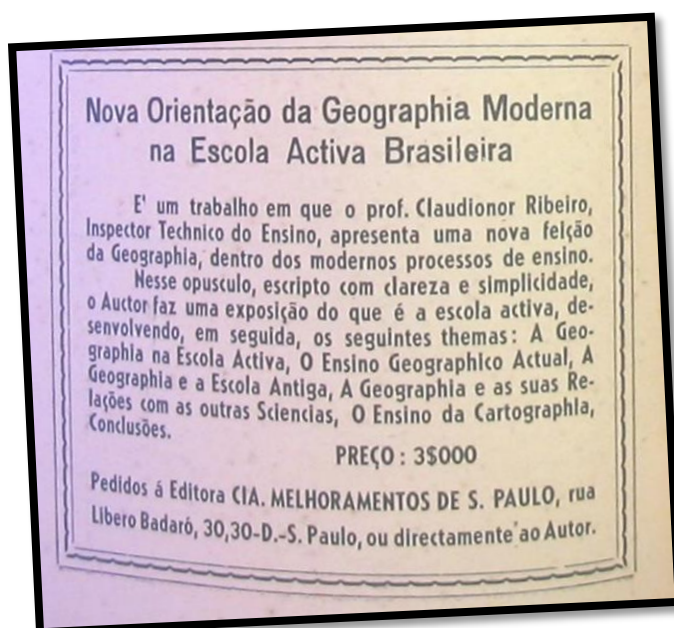
⁶⁸ Autora da obra "Prática de Pedagogia Social" (VIEIRA, 1935).

4.3 PUBLICAÇÕES DESTINADAS AOS PROFESSORES - FORMAÇÃO POR MEIO DA LEITURA

Na busca por informações sobre a formação de professores no Espírito Santo, deparamo-nos com as ações de Claudionor Ribeiro⁶⁹, que chefiou o Serviço de Extensão e Cooperação Cultural no Espírito Santo de 1930 a 1937⁷⁰.

Como assinalamos anteriormente, esse professor participou do CSCP ministrado por Deodato de Moraes (1929). Apresentou a tese *Nova orientação da geographia na Escola Activa brasileira*, publicada pela Cia. Melhoramentos (Imagem 22). Ribeiro também colaborou durante muitos anos com a Cia Editora Nacional, editorando materiais didáticos para diversos cursos.

Imagem 22 - Anúncio do livro de Claudionor Ribeiro



Fonte: NOVA orientação da Geographia Moderna na Escola Activa Brasileira. **Revista de Educação**, Vitória, anno 1 n. 9, p. 48, 1934.

⁶⁹ Ribeiro atuou como inspetor escolar e colaborou como articulista nos periódicos locais: *Revista de Educação*, revista *Vida Capichaba*, Imprensa Oficial, *Diário da Manhã*, jornal *O Arauto* (o qual fundou e dirigiu) e jornal *O Correio do Sul* (em Cachoeiro de Itapemirim - ES); de 1940 a 1945, foi diretor do Liceu Muniz Freire, onde instituiu os cursos de formação de professores.

⁷⁰ Durante o curso de Doutorado em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo, apresentamos uma pesquisa sobre a atuação de Claudionor Ribeiro como redator-chefe da *Revista de Educação* (1934-1934), no XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, que aconteceu na cidade do Porto, em Portugal: LAUFF, Rafaele Flaiman. *Revista de Educação e formação de professores no Espírito Santo, Brasil (1934-1937): Claudionor Ribeiro*. In: XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2016, Porto. **Investigar, intervir e preservar: caminhos da História da Educação Luso-Brasileira**. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), 2016. p. 564 - 577.

O Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (SCEC) tinha como função promover as relações culturais entre a Secretaria de Educação e Saúde Pública e seus departamentos com as agremiações sociais e científicas e de propiciar condições de formação cultural entre os professores. (ESPÍRITO SANTO, 1937). Foi responsável pelas publicações e pela formação de um acervo pedagógico que procuravam vulgarizar discussões teórico-educacionais, processos e métodos de ensino considerados modernos: a *Revista de Educação*, a seção *Vida Educacional* no jornal *Diário da Manhã*, as Bibliotecas Circulantes e a Biblioteca Irradiante, compostas de livros voltados para o magistério.

Os impressos do SCEC eram publicados pela Imprensa Oficial, responsável pela impressão do Diário da Manhã e do Diário Oficial, em edições distintas. O Diário da Manhã, considerado o único grande jornal do Espírito Santo, circulava em todas as localidades do estado e também em outros estados brasileiros (ESPÍRITO SANTO, 1937b). Assim sendo, a *Revista de Educação*, a seção *Vida Educacional* do *Diário da Manhã*, as Bibliotecas Irradiante e Circulantes pertenciam à uma rede de leituras oficiais dirigidas pelo Governo Bley para a formação dos professores no Estado, gerenciada por Claudionor Ribeiro.

4.3.1 Vida Educacional

Em 1933, o jornal *Diário da Manhã* reservou uma seção destinada aos professores nas edições de domingo, intitulada *Vida Educacional*. O projeto durou apenas esse ano, começou com uma pequena coluna e depois ampliou-se para uma seção de página inteira. Entretanto, nessa etapa publicou em cinco edições (1, 2, 3, 5, 6)⁷¹. A Imagem 23 tem o objetivo de mostrar o formato da página separada para a seção *Vida Educacional* no *Diário da Manhã*.

Claudionor Ribeiro escreveu os artigos enquanto a seção *Vida Educacional* era apenas uma coluna no jornal *Diário da Manhã* (Quadro 16). Quem quisesse publicar na seção deveria remeter os trabalhos diretamente para Ribeiro (VIDA EDUCACIONAL, 1933). É provável que o projeto *Vida Educacional* tenha sido

⁷¹ A contagem dos números da seção *Vida Educacional* pulou o n. 4: em 3 de dezembro de 1933 confere-se o n. 3 e no domingo seguinte, dia 10 de dezembro, aparece n. 5.

substituído pela publicação da Revista de Educação, cujo redator-secretário era o mesmo Claudionor Ribeiro. Vida Educacional findou em 1934, ano em que a revista foi lançada.

Na seção identificamos publicações sobre temas com referência à Escola Ativa: cultura física, cinema educativo, educação sanitária escolar, escotismo (Cf. Quadros 16, 17, 18, 19, 20, 21). Na edição 6, de 1934, Ribeiro fala especificamente da metodologia de ensino da Escola Ativa (Cf. Quadro 21). As matérias dirigidas aos professores procuravam difundir esses princípios escolanovistas entre o magistério espírito-santense na década de 1930.

Imagem 23 – Página destinada à seção Vida Educacional no Diário da Manhã



Fonte: VIDA EDUCACIONAL. Diário da Manhã, Vitória, ano XXVII, n. 2454, p. 4, 12 nov. 1933.

Quadro 16 – Artigos publicados na coluna *Vida Educacional*

TÍTULOS DOS ARTIGOS	EDIÇÃO, PÁGINA, DATA
A administração serena e fecunda do interventor federal neste estado e as realizações avançadas do secretário de Interior e Justiça, no Departamento de Ensino Público, analisadas pelo prof. Elpídio Pimentel, catedrático do Ginásio do Espírito Santo.	n. 3203, p. 3, 7 maio 1933.
Os Cursos Noturnos de Educação Popular. Um governo protetor das classes trabalhistas	n. 3205, p. 1, 10 maio 1933.
A Associação dos Funcionários do Ensino. – “A Voz do Sul e a gestão do sr. Seretario do Interior e Justiça deste Estado.	n. 3206, p. 1, 11 maio 1933.
O Espírito Santo e a cultura física	n. 3208, p. 1, 13 maio 1933.
O Espírito Santo e o cinema educativo	n. 3209, p. 1, 14 maio 1933.
O departamento de ensino público e os filmes educativos	n. 3215, p. 1, 21 maio 1933.
Caixa escolar "Arsitides Freire" - O ensino no Espírito Santo descrito por José Vitorino de Lima	n. 3223, p. 1, 1 jun. 1933.
Um melhoramento de vulto do Departamento do Ensino Publico	n. 3228, p. 1, 8 jun. 1933.
Ainda o Correio Escolar	n. 3231, p. 1, 11 jun. 1933.
Uma feliz inspiração do secretário de Interior e Justiça	n. 3236, p. 1, 20 jun. 1933.
Alberto de Almeida, imortal chefe escoteiro	n. 3244, p. 1, 28 jun. 1933.
Publicações escoteiras	n. 3253, p. 1, 8 jul. 1933.
Pais! O escotismo... - uma missa honrosa	n. 3274, p. 1, 2 ago. 1933.
Paraguai, Espirito Santo, Brasil	n. 3275, p. 1, 3 ago. 1933.
Um pouco de estatística	n. 3278, p. 1, 10 ago. 1933.
A Liga Espírito-Santense de Proteção a Infância	n. 3281, p. 1, 10 ago. 1933.
O Grande "Ajuri" de setembro proximo	n. 2386, p. 1, 20 ago. 1933.
Uma soberba festa civica	n. 2394, p. 1, 31 ago. 1933.
O Sete de Setembro nesta Capital	n. 2397, p. 2, 2 set. 1933.
O Espírito Santo e o Escotismo	n. 2402, p. 2, 10 set. 1933.
O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar	n. 2405, p. 4, 14 set. 1933.
O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar	n. 2411, p. 1, 21 set. 1933.
O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar	n. 2416, p. 2, 28 set. 1933.
O cinema educativo nesta Capital	n. 2426, p. 2, 8 out. 1933.
O cinema educativo nesta Capital	n. 2436, p. 2, 20 out. 1933.
A repercursão lá fora do movimento escoteiro no Espirito Santo	n. 2439, p. 2, 24 out. 1933.
A Associação de Professores do Espirito Santo	n. 2447, p. 2, 2 nov. 1933.
O Espírito Santo e as edificações escolares	n. 2449, p. 2, 5 nov. 1933.

Fonte: Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, 1933.

Quadro 17 – Artigos publicados na seção de página inteira *Vida Educacional*

N. 1	
TÍTULOS DOS ARTIGOS	AUTOR
Vida Educacional	s/ indicação
O Conselho de Educação: solenidade de ontem na Escola Pedro II e anexas	s/ indicação
Na Inspeção de Educação Física: discurso pronunciado pelo dr. Hilton Nogueira, na sessão solene de abertura do novo curso de professores de educação física, a 7 do corrente	Hilton Nogueira
Psico-clínicas escolares: comunicado apresentado á Conferencia Nacional de Proteção á Infância pelo prof. Leoni Kassef, delegado oficial do Rio de Janeiro	Leoni Kassef
Noticiário: da B. I. S. Brasil Information Service com sede em Nova York	H. de Almeida Filho
Noticiário: da Sociedade de Amigos de Alberto Torres e do Ministério da Educação	Raul de Paula
Noticiário: Rio – Diretor Geral da Instrução Pública – Vitória	Teixeira de Freitas
O Cinema Educativo: interessante exposição de projetores e filmes educativos adquiridos pelo Governo do Espírito Santo para uso das escolas públicas	s/ indicação
O Cinema Escolar	Lourenço Filho

Fonte: Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2454, p. 4, 12 nov. 1933.

Quadro 18 – Artigos publicados na seção de página inteira *Vida Educacional*

N. 2	
TÍTULOS DOS ARTIGOS	AUTOR
Eterno Ciclo	Domingos Ubaldo – inspetor técnico de ensino
A saúde da infância e a educação doméstica das moças: um iniciativa valorosa que vem se desenvolvendo com sucesso na terra bandeirante	Correio da Manhã
O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar	s/ indicação
Instruções ao Professorado	Placidino Passos – inspetor chefe do corpo técnico de ensino
No Grupo Escolar Vasco Coutinho: Discurso pronunciado pelo professor Ernani Souza, na cerimonia da inauguração do novo edificio do grupo escolar “Vasco Coutinho” de Vila Velha	Ernani Souza
Sobre a Associação dos Amigos de Alberto Torres	Magdalena Pisa – diretora do Grupo Escolar “Quintiliano Azevedo” de C. Itapemirim
Vida Educacional	s/ indicação
Noticiário: Exposição Escolar Internacional	s/ indicação
Noticiário: em prol da educação artística	Teixeira de Freitas

Fonte: Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2559, p. 4, 19 nov. 1933.

Quadro 19 – Artigos publicados na seção de página inteira *Vida Educacional*

N. 3	
TÍTULOS DOS ARTIGOS	AUTOR
Para educar á infância	Luiz de Oliveira – membro da Academia Mineira de Letras
Porque morre tanta criança	Martinho da Rocha
Higiene Bucal: Conferência pronunciada no Grupo Escolar “Professor Lelis”, na Semana da Educação em Alegre pelo sr. João Pereira Leite, chefe da Clínica Dentária da Região Escolar de Alegre	João Pereira Leite
A Bandeira: discurso pronunciado no Grupo Escolar “Vasco Coutinho” de Vila Velha, na cerimonia da inauguração da Semana da Educação, pela professora Teresa Costa Labre	Teresa Costa Labre
Vida Educacional	s/ indicação
Noticiario	Leoni Kaseff

Fonte: Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2575, p. 4, 3 dez. 1933.

Quadro 20 – Artigos publicados na seção de página inteira *Vida Educacional*

N. 5	
TÍTULOS DOS ARTIGOS	AUTOR
Incompreensão	José Elias de Queiroz – diretor do Grupo Escolar “Bernadino Monteiro” de Cachoeiro de Itapemirim
O culto à bandeira	Rosa Herkenhoff – professora do Grupo Escolar “Quintiliano de Azevedo” de Cachoeiro de Itapemirim
Nosso aparecimento	Claudionor Ribeiro
Atividades escolares: palestra proferida pela professoranda Carmen Dolores Gomes, na sessão litero-musical realizada no dia do encerramento do ano letivo da Escola Normal Pedro II	Carmen Dolores Gomes
A Escola e a família	Tristão de Athayde
A importância da educação sexual	José de Albuquerque
Sobre a Associação dos Amigos de Alberto Torres	Magdalena Pisa
Noticiario: indiferença culposa	s/ indicação
Noticiario: uma iniciativa louvavel	Maria Magdalena Pisa

Fonte: Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2581, p. 4, 10 dez. 1933.

Quadro 21 – Artigos publicados na seção de página inteira *Vida Educacional*

N. 6	
TÍTULOS DOS ARTIGOS	AUTOR
A escola ativa	Claudionor Ribeiro
Contagem e profilaxia da tuberculose	Rubens de Moraes Mesquita
A educação em prol da paz	Francisco Climaco Feu Rosa
Nosso aparecimento	Claudionor Ribeiro
Associação dos Amigos de Alberto Torres	Magdalena Pisa
Noticiario	s/ indicação
Aos colaboradores da Vida Educacional	s/ indicação

Fonte: Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2587, p. 4, 17 dez. 1933.

As publicações de intelectuais de fora do Estado, como Leoni Kaseff, Teixeira de Freitas e Lourenço Filho, por exemplo, tratavam-se de recortes de outros jornais que a seção *Vida Educacional* veiculava. Alguns dos professores capixabas que publicaram na seção participaram do CSCP: José Elias de Queiroz e Magdalena Pisa. Nessas publicações, observamos que o processo de implantação da escola ativa no Espírito Santo ainda continuava em andamento, mesmo que o nome de Vivacqua tenha sido esquecido. De forma menos dispendiosa, a difusão de impressos objetivava atingir um maior número de professores, entretanto, dependia da aplicação individual de cada docente em sua própria formação, o que não parece ter acontecido como o esperado, como veremos no próximo item.

4.3.2 Biblioteca Pedagógica

A organização de bibliotecas pedagógicas objetivava ampliar e aprimorar a leitura dos professores sobre teorias educacionais. O aparelhamento dessas bibliotecas também ambicionava a modelização do magistério, em conformidade com métodos e processos contemporâneos de ensino:

[...] Editar significa, então, interferir politicamente no estado geral da cultura nacional. E editar livros de uso escolar é colaborar decisivamente para o sucesso do programa de reforma da sociedade pela reforma da escola [...] (CARVALHO; TOLEDO, 2004, p. 4).

Com a justificativa da grave crise financeira atravessada pelo Espírito Santo, o Governo Bley utilizou a Biblioteca Irradiante, a Biblioteca Circulante e a REES como meios de circulação de impressos, de modo que substituíssem cursos especiais de formação para os professores:

A formação profissional do professor tem sido objecto de serias cogitações por parte do Governo. Impossibilitado, por motivos superiores de crear um curso especial, nesse sentido, vem o Governo como medida inicial, mantendo, no Departamento de Ensino Público, uma biblioteca pedagógica e a “Revista de Educação”, ambas sob direção do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do citado Departamento. A biblioteca pedagógica é destinada a expansão cultural do professor. Bem servida de obras especializadas e valiosas no assumpto, a biblioteca pedagógica, de eficiência comprovada, permite a retirada de livros aos senhores professores para estudos no meio familiar. A “Revista de Educação” destina-se á vulgarização de methodos e processos contemporâneos de

ensino, tendo larga divulgação no Estado, no Paiz e em alguns centros educacionaes do Estrangeiro (BLEY, 1935, p. 10).

A Biblioteca Irradiante localizava-se em Vitória, em um canto do Departamento de Educação, funcionando nos dias úteis de 9 às 11 horas e de 13 às 17 horas. Claudionor Ribeiro, seu organizador e diretor, direcionava o dinheiro arrecadado com os anúncios veiculados na *Revista de Educação* para a compra de livros (BIBLIOTHECA IRRADIANTE, 1935a; ROSA, S. 1934). Possuía um acervo com quatrocentos e oitenta volumes de autores nacionais e estrangeiros. Dentre os teóricos da educação, havia “[...] sábias lições do grande pedagogo Sampaio Dória, escritos de mestres como Banden Powell, Decrolly, Claparède, Montessóri, etc. [...]” (ROSA, S., 1934, p. 4).

As Bibliotecas Circulantes também estavam sediadas no Departamento de Educação, mas visitavam grupos escolares e escolas reunidas de várias cidades capixabas, levando livros e revistas técnicas de educação, para que professores e outros interessados pudessem usufruir do seu empréstimo. Em 1936, foram inauguradas cinco bibliotecas dessa modalidade, cada uma disponibilizando 15 volumes e assim denominadas: João Punaro Bley, Paulino Muller, Alberto Torres, Celso Calmon e Arnulpho Mattos (ESPÍRITO SANTO, 1937b).

Em 1934, novas aquisições chegaram ao acervo da Biblioteca Irradiante, entre as quais se encontravam os títulos indicados na Biblioteca de Educação organizada por Lourenço Filho, um dos ícones do escolanovismo. Dividimos as obras em duas tabelas (Quadros 22 e 23), para destacar as indicações de leitura feitas por Lourenço Filho (Quadro 23 e Imagem 24):

Quadro 22 – Aquisições da Biblioteca Irradiante em 1934

TÍTULO	AUTOR
Educação e Psychanalyse	Arthur Ramos
Estatística	Sigmund Schott
Hygiene escolar	Leo Burgestein
O Problema Educacional e a Nova Constituinte	Candido de Figueiredo
O que se não deve dizer	Candido de Figueiredo
A Educação Psychanalyptica na Rússia Soviética	V. Schmidt
Cartas às mães	Wilhelm Stehel
Oração dos Moços	Ruy Barbosa
Thecnico Psychologia do Trabalho Industrial	Leon Walter
Curiosidades Verbaes	João Ribeiro
Noções de Psychologia	Yago Pimentel
A Psychanalyse em 12 Lições	Gastão P. da Silva
O Homem e a Natureza	Gandhi
Inteligência das Cousas	Gustavo Barroso
Figuras Brasileiras	Ruy Barbosa
Idéias e Combates	Sylvio Julio
Ensaio de Psychanalise	J. P. Porto Carrero
D. Pedro I e a Marquesa de Santos	Alberto Rangel
Graças e Galas da Linguagem	Laudelino Freire
Lições de Pedagogia Geral	Alberto Pimentel Filho
Como se Ensina	Sampaio Doria
O Poder Pessoal	A. Itália
Cartilha das Mães	Martinho da Rocha Junior
Procreação Racional	Marie C. Stopes
A Victoria do homem Efficiente	E. Earle Puriton
Amor e Casamento	Marie C. Stopes
Vida Efficiente	Earle Puriton

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Bibliotheca Irradiante (1935a, p. 59-60).

Quadro 23 – Aquisições da Biblioteca Irradiante em 1934 – Livros indicados por Lourenço Filho

TÍTULO	AUTOR
Geographia Elementar	Delgado de Carvalho
A Escola e a Psychologia Experimental	E. Claparède
Educação Moral	Sampaio Dória
Temperamento e Character	Henrique Geenem
Educação e Sociologia	E. Durkheim
A Hereditariedade Em Face Da Educação	Octavio Domingos
A Escola Activa e os Trabalhos Manuaes	Corintho Fonseca
A Lei Biogenetica	A. Ferrière
Introdução ao Estudo da Escola Nova	Lourenço Filho
Vida e Educação	John Dewey
Situação Actual dos Problemas Philosophycos	André Cresson
Cinema e Educação	Jonathas Serrano
Os Centros de Interesse na Escola	Abner de Moura
A Escola e a Formação da Mentalidade	Estevão Pinto
Como Ensinar Linguagem	Firmino Costa
Educação para uma Civilização em Mudança	W.H. Kilpatrick
O Problema da Educação dos Bem Dotados	Estevão Pinto
Testes A. B. C.	Lourenço Filho
O Ensino Primário no Brasil	Teixeira de Freitas
A Escola única	Lorenzo Luzuriaga
Radio e Educação	Ariosto Espinheira

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Bibliotheca Irradiante (1935a, p. 59-60).

Esses títulos podem ser comparados com a bibliografia organizada por Lourenço Filho (Imagem 24), publicada na quarta capa da edição n. 6 da *Revista de Educação* (1934), indicando a intenção de que os professores se atualizassem sobre as teorias da Escola Nova:

Imagem 24 – Obras do acervo da Biblioteca Irradiante em 1934

Obras Indispensáveis a Paes e Mestres		
BIBLIOTHECA DE EDUCAÇÃO		
ORGANISADA PELO DR. LOURENÇO FILHO		
Volumes publicados:		
I	— HENRI PIÉRON — Psychologia Experimental, trad. e notas de Lourenço Filho, 2ª ed	5\$000
II	— ED. CLAPARÈDE — A Escola e a Psychologia Experimental, trad. e notas de Lourenço Filho, 2ª edição	4\$000
III	— A. DE SAMPAIO DORIA — Educação Moral e Educação Economica	4\$000
IV	— HENRIQUE GEENEN — Temperamento e Character sob o ponto de vista educativo	5\$000
V	— EMILE DURKHEIM — Educação e Sociologia, trad. e notas de Lourenço Filho, com estudo preliminar da obra pedagogica de Durkheim, da autoria de Paul Fauconnett, 2ª ed.	4\$000
VI	— OCTAVIO DOMINGUES — A Hereditariedade em face da Educação	6\$000
VII	— A. FIRMINO DE PROENÇA — Como se ensina Geographia, 3ª ed.	4\$000
VIII	— CORYNTHO DA FONSECA — A Escola Activa e os Trabalhos Manuaes	6\$000
IX	— AD. FERRIÈRE — A Lei Biogenetica e a Escola Activa, trad. de Noemy Silveira	4\$000
X	— ALFRED BINET e TH. SIMON — Testes para a medida do desenvolvimento da Intelligencia, trad. e notas de Lourenço Filho, 2ª ed.	6\$000
XI	— LOURENÇO FILHO — Introdução ao Estudo da Escola Nova, 3ª ed. (10º milheiro)	6\$000
XII	— JOHN DEWEY — Vida e Educação, trad. e estudo preliminar sobre a pedagogia de Dewey, da autoria de Anísio Teixeira	6\$000
XIII	— ANDRÉ CRESSON — Situação actual dos Problemas Philosophicos, trad. e notas de João Cruz Costa	4\$000
XIV	— JONATHAS SERRANO e FR. VENANCIO FILHO — Cinema e Educação	6\$000
XV	— ABNER DE MOURA — Os Centros de Interesse na Escola	4\$000
XVI	— ESTEVÃO PINTO — A Escola e a formação da Mentalidade Popular do Brasil	5\$000
XVII	— FIRMINO COSTA — Como ensinar Linguagem	6\$000
XVIII	— W. H. KILPATRICK — Educação para uma Civilização em Mudança, trad. e notas de Noemy Silveira	5\$000
XIX	— ESTEVÃO PINTO — O Problema da Educação dos Bem Dotados	5\$000
XX	— LOURENÇO FILHO — Testes para a verificação da maturidade necessaria á aprendizagem da leitura e escripta	6\$000
XXI	— M. A. TEIXEIRA DE FREITAS — O Ensino Primario no Brasil	6\$000
XXII	— LORENZO LUZURIAGA — A ESCOLA UNICA, trad. e notas de J. B. Damasco Penna.	
XXIII	— ARIOSTO ESPINHEIRA — Radio e Educação	
EDITORA — CIA. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO		
RIO DE JANEIRO — Rua Gonçalves Dias 9		
SÃO PAULO — Rua Libero Badajó, 30-30 D		

Fonte: OBRAS indispensáveis a paes e mestres. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 6, s. p., set. 1934.

Os títulos dos livros remetem a concepções de renovação pedagógica e indicam o tipo de formação que se almejava para o magistério capixaba: Escola Nova, Escola Ativa, Escola Única, sociologia e filosofia da educação, pedagogia, psicologia e psicanálise, cinema e rádio escolares. Além disso, identificamos temas sobre moral e instruções para a maternidade e o casamento.

A biblioteca costumava receber, ainda, periódicos vindos de outros Estados brasileiros. Em fevereiro de 1934, por exemplo, obtive os seguintes periódicos:

De São Paulo: - *Revista do Professor*, *Revista de Educação*, *Boletim Pedagógico*; *A Edificação Escolar em São Paulo*, *Relatórios dos trabalhos em 1933, da Escola Profissional Secundária "Bento Quirino"*, *O Estado de São Paulo*, *Diário da Noite*, *Folha da Manhã*, *Diário de São Paulo*.

De Minas Gerais: - *Revista do Ensino*, *Minas Gerais*, *O Correio Mineiro*, *Jornal do Comercio*, *O Estado de Minas*.

Do Rio de Janeiro: - *Revista Brasileira de Pedagogia*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *A Nação*, *Diário Carioca*, *O País*, *A Gazeta*, *O Dia*.

De Pernambuco: - *A Cidade*.

De Amazonas: - *Revista de Educação*.

Da Bahia: - *Revista de Educação*.

Da União Pan-americana: - *Como se educa na escola maternal*.

De Portugal: - *Sumula Didática* de Alberto Pimentel Filho.

De Paris: - *L'anné 1933 de la Coopération Intellectuelle*. "O professor e a Criança" por C. Jinarajadasa. (BIBLIOGRAFIA PEDAGOGICA, 1934, p. 57).

Desse modo, propiciou-se aos professores espírito-santenses uma coleção pedagógica como forma de aperfeiçoamento profissional. Segundo Toledo (2001), a proposta de produção editorial de uma coleção tem o propósito de alcançar uma classe de leitores interessados em um tipo específico de leitura e, além do mais, a operação de escolha dos temas dos livros revela os interesses dos editores. Os mesmos dispositivos de seleção das obras para a produção de coleções pedagógicas podem ser equiparados à seleção dos livros para o acervo da Biblioteca Irradiante, indicando, assim, os moldes propostos pelos reformadores do ensino no Espírito Santo.

Entretanto, nos índices de consulta à Biblioteca Irradiante, franqueada ao professorado capixaba, as consultas às obras pedagógicas e de ciências eram baixas e mesmo a quantidade de livros consultados se revelava modesta. O jornal *Diário da Manhã* costumava publicar a frequência de consultas no estabelecimento. A Imagem 25 traz o número de visitas no dia 29 de janeiro de 1934, em que podemos visualizar 2 consultas a obras com tema pedagógico:

Imagem 25 – Consulta em 29 de janeiro de 1934 na Biblioteca Irradiante

BIBLIOTECA PUBLICA	
Está franqueada diariamente ao público, exceto nos domingos e feriados, das 12 às 15 e das 19 às 22 horas.	
<i>Frequencia de ontem:</i>	
Leitores	11
Durante o dia.	9
A' noite	2
Obras consultadas	13
<i>Assunto das mesmas:</i>	
Literatura	7
Pedagogia	2
Dicionarios	2
Historia	1
Legislação	1

Fonte: BIBLIOTECA PÚBLICA. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XVII, n. 2617, p. 4, 30 jan. 1934.

Em um levantamento publicado na REES sobre a estatística de consultas aos livros da Biblioteca Irradiante, no ano de 1934, com os temas de literatura, pedagogia e ciência, sobressai-se o interesse pela literatura. O levantamento foi feito pelo número de consultas realizado de fevereiro a outubro daquele ano (Quadro 24). O Gráfico 1 ilustra a quantidade de obras consultadas em 1934 por temas: literatura, pedagogia e ciência:

Gráfico 2 – Quantidade de obras consultadas na Biblioteca Irradiante em 1934 por temas



Fonte: Elaborada pela autora com base em: Bibliotheca Irradiante (1935b).

O Quadro 24, apresentado a seguir, indica os números contabilizados na fonte:

Quadro 24 – Número de consultas na Biblioteca Irradiante em 1934

Mês	Quantidade de livros consultados	Porcentagem aproximada	Total
Fevereiro			
Literatura	12	63%	19
Pedagogia	7	37%	
Ciência	0	0	
Março			
Literatura	26	87%	30
Pedagogia	1	3%	
Ciência	3	10%	
Abril			
Literatura	15	60%	25
Pedagogia	7	28%	
Ciência	3	12%	
Maió			
Literatura	14	67%	21
Pedagogia	6	28%	
Ciência	1	5%	
Junho			
Literatura	11	50%	22
Pedagogia	0	0	
Ciência	11	50%	
Julho			
Literatura	16	62%	26
Pedagogia	0	0	
Ciência	10	38%	
Agosto			
Literatura	6	50%	12
Pedagogia	3	25%	
Ciência	3	25%	
Setembro			
Literatura	38	97%	39
Pedagogia	0	0	
Ciência	1	3%	
Outubro			
Literatura	47	65%	72
Pedagogia	4	6%	
Ciência	21	29%	

Fonte: Bibliotheca Irradiante (1935b, p. 57-58).

A leitura da revista pedagógica, produzida pelos dirigentes capixabas para os professores no Espírito Santo, também parecia não alcançar a expectativa. O secretário da Instrução publicou um comunicado reclamando da indiferença do magistério:

Snr. Professor:

Por determinação superior, solicito a vossa prestante colaboração para a REVISTA DE EDUCAÇÃO, deste Estado, que tão grande interesse vem despertando nos centros educacionaes do Paiz, principalmente em São Paulo, Minas Geraes, Estado do Rio e R. Grande do Sul.

De varios pontos do Paiz, temos recebidos reiterados pedidos de remessa de nossa Revista, que, destarte, transpondo as fronteiras do Estado, vae recommendar lá fora o valor da nossa cultura e a vossa dedicação ao nobilitante mistér de educar e instruir a infancia.

Aproveitando a oportunidade, lamento a indiferença com que recebeis essa publicação pedagogica, que tão alto diz dos interesses do governo do Estado pelo momentoso problema da educação.

Saudações Cordiais

Wolmar Carneiro da Cunha
Secretário da Instrução (CUNHA, W., 1934, p. 1).

Em que pese o otimismo expresso por autoridades governamentais com relação a essas estratégias de leitura, os dados disponíveis revelam que a política de formação profissional por meio da circulação de livros e periódicos pedagógicos, nos anos 1930, dava resultados ínfimos. O número máximo de livros de Pedagogia consultados em um mês foi sete, o que indica baixa frequência à Biblioteca Irradiante.

4.3.3 Conceitos pedagógicos que circularam na *Revista de Educação*

Além da análise das publicações do CAP, examinamos as concepções didáticas que os professores normalistas publicaram na *Revista de Educação*. Por meio do estudo desses textos, buscamos aproximações com as teorias pedagógicas desenvolvidos na formação do magistério capixaba para o ensino primário.

Destacamos, inicialmente, trabalhos do professor Placidino Passos⁷², que publicava, em periódicos locais, modelos de planos de aula, suas apropriações das teorias pedagógicas e até mesmo elaborou propostas para o plano de formação e de carreira do professorado. Representou o Espírito Santo na V Conferência Nacional de Educação e, ainda, participou do CSCP.

Ao prescrever modelos de planos de aulas, Passos alertou para o fato de que eles não deveriam ser tomados como modelos únicos, mas o método de ensino, esse sim, deveria ser privilegiado: “[...] damos aqui uma orientação para o seu preparo, de acordo com vários processos, modos, meios e formas do ensino, conquanto o método a seguir seja um e único” (PASSOS, 1934b, p. 28-29). Na *Didática Magna* de Comenius (2001), o autor recomenda um método único para o ensino de toda a juventude. No item "Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos", Comenius (2001, p. 4, grifo do autor) afirma: “[...] 3. Nós ousamos prometer uma *Didactica Magna*, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos [...]”. No "Fundamento X", intitulado "Todas as coisas uniformemente", encontramos:

[...] 48. Por esta razão, procurar-se-á, daqui para o futuro, que:
I. Se ensinem, com um só e mesmo método, todas as ciências; com um só e o mesmo método, todas as artes; com um só e mesmo método, todas as línguas [...]" (COMENIUS, 2001, p. 79).

A tese de Placidino Passos para o CSCP referia-se a *velhos* e *novos* modos de educar, apropriando-se de teorias pedagógicas matizadas entre moderno e antigo. Declaradamente adepto do movimento de renovação educacional, Passos (1934b) considerava imprescindível a preparação prévia das aulas como uma forma de organização, mesmo que a prática pudesse conter resquícios de antigos compêndios didáticos:

Disse e reafirmo: Nem um professor acompanhando, como deve, o sadio movimento de renovação educacional, ignorará que a pedagogia no seus salutareis preceitos recomenda o caderno de preparo de lições que nada mais é senão um plano pedagógico anteriormente organizado como orientação do trabalho educativo e o que não deixaram de aconselhar os velhos compêndios didáticos, cujas páginas respingam ensinamentos ainda inteiramente adaptáveis aos dias desta fase de transição e reforma, pois nem tudo deles foi completamente banido [...] (PASSOS, 1934b, p. 28).

⁷² Chefe da Inspeção Técnica, destacava-se como formador do magistério capixaba. Apelidado de Comenius, embora Alberto de Almeida, em 1930, tenha reclamado para Passos o mérito de realizar a Escola Ativa no Estado antes da chegada de Deodato de Moraes.

Comenius considerava a Didática uma arte na qual a forma de ensinar deveria ser prazerosa às crianças. Na cláusula sobre "A utilidade da arte didática", afirmou que ela interessava aos estudantes "[...] porque poderão, sem dificuldade, sem tédio, sem gritos e sem pancadas, como que divertindo-se e jogando, ser conduzidos para os altos cumes do saber [...]" (COMENIUS, 2001, p. 14.).

Da mesma forma, Passos (1934b) pretendia tornar o ensino prazeroso às crianças:

Assim sendo, reconhecerá o professor a necessidade de atender o dinamismo dos processos e modos de ensinar, a necessidade de tornar o ensino atraente, preparando antecipadamente o projeto das aulas ou dados, sem prejuízo [sic] das iniciativas e das espontâneas manifestações infantis, para segurança e exatidão do trabalho, bem como para seu desembaraço e viva atenção dos educandos, combatendo deste modo a improvisação de lições que motiva aridez, monotonia e enfado (PASSOS, 1934b, p. 28).

Também a Escola Nova defendia o ensino prazeroso, focado nos interesses infantis. Contudo a Didática Magna estava muito focada no desenvolvimento cristão, o que diverge dos teóricos da pedagogia nova. Na renovação capixaba, conforme analisamos no capítulo anterior, a ênfase à formação moral cristã, fortemente evidenciada, convive com o ideal de renovação pedagógica pela via do método ativo.

Dessa forma, na convivência entre o *velho* e *novo*, observa-se a difusão de modernos métodos de ensino nos planos de aulas modelares divulgados na *Revista de Educação*. Esse periódico, que fornecia orientações aos professores de acordo com vários processos pedagógicos, tendia a funcionar como caixa de utensílios (CARVALHO, M., 2001) para o magistério capixaba, ou seja, um compêndio didático tal qual foi a publicação dos Anais do CAP na edição conjugada 17-18-19 da REES.

Percebe-se, assim, que, no processo de busca pela renovação pedagógica no Espírito Santo, com base em novas metodologias expressas nas diretrizes para o ensino, vertentes pedagógicas consideradas tradicionais também influenciavam a educação.

De fato, autores como Comenius e Pestalozzi são referenciados por alunos da EN ao argumentarem a necessidade de renovação dos métodos de ensino. Maria Leonidia Pereira dos Santos, do curso de Adaptação à EN Pedro II (conforme vimos no capítulo anterior), publicou um artigo intitulado "Comenius", em 1936, e apresentou um trabalho no CAP sobre "O ensino de Geografia na Escola Primária"

(SANTOS, M., 1935a, p. 65), no qual discorria sobre a utilização da pedagogia nova: "[...] É logico pois que deva apparecer uma nova pedagogia na epocha em que vivemos, pedagogia essa que possa satisfazer ás exigencias dos Estados qu [sic] têm nas crianças sua maior arma politica [...]". Tendo em vista a finalidade social da escola moderna, considerava que a metodologia para ao ensino de Geografia deveria atender a uma ciência viva e sintética, associando-se à realidade.

Assim, mesclou pressupostos escolanovistas com conceitos de Pestalozzi e Comenius, enfatizando a importância dos conhecimentos da "[...] moderna biologia e sociologia enriquecidos pela psychanalyse [...]" (SANTOS, M., 1935a, p. 65) e a utilização da educação social e do Método Intuitivo. Desse modo, acreditava que o processo de ensino se desenrolaria melhor seguindo uma linha evolutiva natural da razão para atingir a verdade começando pela indução, ampliando-se pela dedução e terminando na sistematização. Considerava a antiga escola, que tratava da geografia por meio de memorizações, um processo caduco (SANTOS, M., 1935a).

Também aluna do Curso de Adaptação à EN Pedro II, Custódia Gomes de Souza apresentou no CAP "O ensino das sciencias Physicas e Naturais na Escola Primária" (SOUZA, 1935a, p. 80), em que chamou a atenção para a insuficiência da aplicação do ensino intuitivo desde a sua instituição no Estado: "[...] tem sido applicado desde essa época sem atingir o fim collimado pela escola moderna - tem visado quase só o cumprimento dos programas [...]". A crítica dessa normalista deixa pistas dos programas de ensino capixabas para a escola primária, que estariam contidos na carta do ensino intuitivo, aquela que os inspetores de ensino conferiam estar presente nas escolas.

Souza (1935) afirma que os professores que estivessem comprometidos com o progresso da escola nova aproveitariam os temas propostos nesses programas de ensino, que estavam em desacordo com as novas normas, dando-lhes uma feição mais atraente às crianças, mas lembrou-se de Pestalozzi, "[...] o iniciador do ensino das lições de cousas [...]" (SOUZA, 1935a, p. 81). Segundo a autora, a inserção do escolanovismo no Espírito Santo estaria em processo:

"[...] Apesar de nada ainda se haver feito entre nós sobre os novos processos de ensino, todavia, vem elle se esboçando, o que de facto representa algum esforço, com provam as exposições didáticas não só da Escola Modelo Jeronymo Monteiro, do Curso de Adaptação, da prática das professorandas da Escola Normal Pedro II, como tambem dos Grupos Escolares da Capital e do interior (SOUZA, 1935a, p. 80).

José Queiroz (1934), diretor da Escola Normal de Cachoeiro de Itapemirim⁷³, defende a utilização do Método Intuitivo ao argumentar que a eficiência e a perfeição do ensino dependiam de despertar os sentidos das crianças para as coisas ao seu redor por um processo de indução: "[...] partir da observação direta das cousas, objetos e fenômenos, até o perfeito conhecimento de suas definições, classificações, regras, leis e princípios gerais" (QUEIROZ, 1934, p. 3).

O diretor argumenta, ainda, que o interesse deveria partir do "ensino objetivo", fundamentado na observação da natureza, algo muito defendido na Didática Magna de Comenius (1621-1657), e nesse sentido cita Francis Bacon (1560): "[...] Não é nos livros que devemos estudar as pedras, as plantas e os animais, mas na própria natureza, que é a única que pode dissipar nossas dúvidas e enriquecer-nos de novos conhecimentos" (apud QUEIROZ, 1934, p. 3). A partir dessa perspectiva, o autor destacou a importância dos museus escolares, tese que defendeu no CSCP, e citou Comenius "[...] não pode existir nada na inteligência que não tenha sido apreciada pelos sentidos" (apud QUEIROZ, 1934, p. 4).

Lucilia Herkenkoff (1934, p. 47), professoranda da Escola Normal de Cachoeiro de Itapemirim, publicou um plano de aula em que adotava o Método Intuitivo e dividia a lição em: parte ativa, lição, aplicação e verificação, produção de relatórios e documentação da aula.

Mas ao se referirem à arte de ensinar, educadores capixabas também faziam referência a outros pedagogos. Elpídio Pimentel (1934), professor catedrático do Ginásio do Espírito Santo, acreditava que os bons professores instruíam e educavam por meio da experiência, pois os métodos de ensino "[...] transplantados de um país para outro, com variações mesológicas e outras, nem sempre aprovam bem" (PIMENTEL, 1934, p. 15). Fundamentou-se em Emerson White, pedagogo norte-americano, autor do manual intitulado *A arte de ensinar*, que acreditava no sucesso do ensino a partir de "[...] se apreender os princípios da arte de ensinar e de aplicá-los inteligentemente na prática" (WHITE, 1911 apud CARVALHO, M., 2000b, p. 113.), em vez de "[...] se copiar servilmente o método mais aperfeiçoado [...]" (WHITE, 1911 apud CARVALHO, M., 2000b, p. 114).

⁷³ Defendeu a tese "Museus Escolares" no CSCP (BERTO, 2013).

Segundo Faria Filho (2000, p. 143), os defensores do Método Intuitivo baseavam-se em "[...] tradições empiristas de entendimentos e processos de produção e elaboração mental dos conhecimentos [...]" e nos conceitos educacionais de Pestalozzi. Assim, ressaltavam "[...] a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos [...]" e da "[...] educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar" (FARIA FILHO, 2000, p. 143).

Essa etapa da observação minuciosa e organizada é condição para a progressiva passagem, pelos alunos, de um conhecimento sensível para uma elaboração mental superior, reflexiva, dos conhecimentos. Tal etapa inicia-se pela "lições de coisas", momento em que o professor deve criar as condições para que os alunos possam ver, sentir, observar os objetos. Podia-se realizar tal procedimento utilizando-se dos objetos escolares ou dos objetos levados para a escola (caneta, carteira, mesa, pedras, madeira, tecidos...), ou realizando visitas e excursões à circunvizinhança da escola, ou, ainda, possibilitando aos alunos o acesso a gravuras diversas, que tanto poderiam estar nos próprios livros, de "lições de coisas" ou de outros conteúdos, ou em cartazes especialmente produzidos para o trabalho com o método (FARIA FILHO, 1934, p. 143).

Os indícios desse método nas sugestões de Passos (1934b), Maria Leonidia Pereira dos Santos (1935a), Souza (1935), Queiroz (1934), Pimentel (1934) e Herkenkoff (1934) remetem-nos à afirmação de Faria Filho (2000) de que a utilização do ensino intuitivo perdurou na escola primária brasileira até a década de 1930. De acordo com Silvia Cunha Gomes (2008, p. 155), "No Espírito Santo, até 1929, quando tem início a nova reforma do ensino, pelo Decreto n. 6.501 (1925) o método era o intuitivo". Esse decreto estadual deliberava a utilização desse método de ensino nas escolas por meio do artigo 75: "[...] obrigatório o ensino intuitivo" (GOMES, S., 2008, p. 155). Mais de uma década depois e, mesmo após a reforma do ensino para as concepções da Escola Ativa (BERTO, 2013), as fontes indiciam permanências do Método Intuitivo nas práticas pedagógicas capixabas, mesmo entre aqueles que frequentaram o CSCP.

A circulação das prescrições de pedagogos portugueses também foi observada. Os testes psicológicos, elementos fundamentais na formulação da escola ativa, continuavam a ser exaltados, sobretudo por meio de um artigo de Alberto Pimentel Filho (1934a), professor catedrático de psicologia e pedagogia na Escola do Magistério Primário de Lisboa, publicado na *Revista de Educação*, no qual

apresenta instruções aos professores de como analisar a inteligência dos alunos a fim de que possam guiá-los na sua vocação:

O professor, por dever de ofício, tem de apreciar a inteligência dos seus alunos, diagnosticando-lhes o desenvolvimento mental e, baseando-se nessa apreciação, de muitas vezes se pronunciar acerca do futuro que mais lhe convenha porque melhor se coadune com suas capacidades intelectuais (PIMENTEL FILHO, 1934a, p. 6).

Fundamentado em Binet, Pimentel Filho (1934a) indica que o professor deveria ser capaz de resolver problemas de “psicodiagnóstico” e “psicoprognóstico”, de modo que reconhecesse para onde convergiria a inteligência das crianças, por exemplo, habilidades para aritmética ou leitura. O professor poderia realizar observações a partir das aulas de História ou de Geografia pois, segundo os pressupostos de Binet (apud PIMENTEL FILHO, 1934a), por meio dessas aulas conseguiria distinguir a predominância entre o uso da memória ou da inteligência pela criança, ou ainda poderia optar por observá-las durante o recreio para tentar perceber tendências da criatividade infantil em momentos livres.

A aplicação dos testes de Binet e Stern tinham como objetivo a homogeneização das turmas por idade e por nível de inteligência já que, com base nos resultados obtidos, os professores deveriam comparar os alunos entre si para decidir quais deveriam ficar em uma situação de igualdade: “[...] unicamente devem ser colocadas na mesma escala de inteligência os alunos que forem suficientemente semelhantes entre si a outros respeitos [...]” (PIMENTEL FILHO, 1934a, p. 13). O autor reforçava:

Para conseguir esse resultado a comparação só deve ser feita entre alunos da mesma classe, tornada tão homogênea quanto possível pela exclusão das crianças anormais que nelas existam e pela igualização da idade. Se em uma 4ª classe houver alguns alunos de treze ou catorze anos, estes não devem ser incluídos na escala de inteligência onde apenas tem de entrar as crianças de 10-11 anos, porque o professor não pode determinar que porção da inteligência que eles manifestam deva ser atribuída á diferença das idades, a qual teria de ser deduzida quando os comparassemos com os alunos de 10-11 anos (PIMENTEL FILHO, 1934a, p. 13).

Assim, para organizar “escalas de inteligência” os alunos poderiam ser distribuídos por grupos ou por séries, sendo que da primeira forma eram classificados como “[...] *muito bom, bom, suficiente, mediocre e mau* [...]” (PIMENTEL FILHO, 1934a, p. 13, grifo do autor) ou “[...] I *muito inteligente*; II

inteligente; III médio; IV fraco, V muito fraco" (PIMENTEL FILHO, 1934a, p. 13, grifo do autor). Contudo, segundo Pimentel Filho (1934a), Stern era contrário a essa divisão por grupos, preferindo a divisão por séries.

A publicação de um trecho do livro *Súmula Didática*, de Pimentel Filho, contém instruções sobre o desenvolvimento do vocabulário infantil "[...] e o processo de o conseguir cifra-se naturalmente, em fazer falar ativamente as crianças" (PIMENTEL FILHO, 1934b, p. 8). Notamos a influência desse pedagogo português no ensino ministrado pelos professores por meio de procedimentos recomendados para a instrução que englobam o Método Intuitivo. Pimentel Filho (1934b) aconselhou exercícios de linguagem que começam pela conversa do professor com as crianças a partir da educação infantil, prosseguindo durante toda a educação primária:

[...] perguntando-lhes o que fizeram antes de entrar na escola, ou no dia anterior ou nos dias próximos, tendo sempre em conta que estas reminiscências são tanto mais limitadas, quanto mais nova a criança fôr; podemos inquirir do que viram durante o trajeto para a escola; conseguiremos que nos contem uma historia que já saibam ou que repitam alguma que lhes houvermos contado; indagaremos as brincadeiras, jogos e brinquedos de que mais gostam e as razões dessa preferencia; leva-las-emos a descreverem uma gravura, a interpreta-la ou simplesmente a enumerarem os seres e as cousas que nela figurem, consoante com a sua idade, ou uma planta, um animal, um objeto que se lhe apresente (deste ponto de vista, as lições constituem um excelente auxiliar) (PIMENTEL FILHO, 1934b, p. 8).

Observa-se que o professor Pimentel Filho recomenda o Método Intuitivo ou "lição de coisas" em conjunto com os novos métodos propostos, nuances que podem ser notadas em outras recomendações aos professores espírito-santenses. A fiscalização dos inspetores de ensino e as publicações dos Anais do CAP, por exemplo, mostram que o ensino capixaba seguia o caminho ativo-intuitivo. Essas indicações de como os professores deveriam proceder se fundamentam nas teorias da psicologia, características dos métodos da Escola Nova:

Depois, e só depois deste trabalho preliminar, dado que não haja sido realizado no meio familiar, se iniciará a aprendizagem da leitura, pela razão de que não poderá facilmente ler a criança que desconhece a maior parte dos termos correntes ou que os deturpe falando. E ainda, pela razão psicológica de que no mecanismo da linguagem as memórias auditivas e de articulação motriz precedem a aquisição da memória visual (PIMENTEL FILHO, 1934b, p. 9).

Pimentel Filho (1934b) considera o ensino da leitura, pelo qual as crianças têm que atribuir sons a sinais que não possuem relação lógica entre si, a parte mais difícil na educação: "[...] portanto essa ligação não pôde ser descoberta pelo bom senso e reflexão das crianças" (PIMENTEL FILHO, 1934b, p. 9). Tendo em vista as preocupações com a alfabetização da população correntes na década de 1930, o artigo veiculado na *Revista de Educação* procura instruir os professores para essa jornada, fundamentando-os em métodos da Escola Nova.

Além da busca pelos métodos de ensino mais eficientes, percebemos, também, a preocupação de que a educação se tornasse mais prática e atraente aos estudantes. Mesmo em meio às sugestões do método intuitivo, os professores citam a Escola Nova.

Segundo Lofêgo (1934b, p. 3), lente de Idioma Nacional na EN Muniz Freire, de Cachoeiro de Itapemirim: "[...] Cabe á Escola Nova a introdução de methods que satisfaçam á exigencia da época: attrahir o alumno ao estudo [...]". Assim, os professores deveriam fugir do "[...] carrancismo antigo [...]" (LOFEGO, 1934b, p. 3) e adotar uma forma mais lúdica para ensinar de modo que a escola fosse: "[...] um meio de aprendizagem, ao lado de um meio social divertido [...]" (LOFEGO, 1934b, p. 3). O estudante deveria ir para a aula de determinada matéria "[...] como se dirige a um entretenimento agradável, a um cinema educativo" (LOFEGO, 1934b, p. 3). O ensino da análise lógica, por exemplo, deveria ser menos cansativo para os alunos e mais prático:

[...] Desde que o alumno tenha a nitida comprehensão dos elementos principaes da analyse – sujeito, predicado, objectos, circumstancias, - tudo em these - martyrizar-lhe o espirito com excesso de theorias, nomenclaturas etc. é acarretar-lhe aborrecimentos, aversão ao estudo, repugnancia eterna á analyse, - horrível suplicio dos moços (LOFÊGO, 1934b, p. 4).

O sistema de grafia antigo havia sido adotado naquela época por norma constitucional⁷⁴. Lofego critica tal sistema, por estar em desacordo com a renovação dos métodos escolares. A forma mais simplificada de grafia seria mais pertinente ao sistema de ensino renovado:

⁷⁴ O artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934 adotou o sistema ortográfico da Constituição de 1891. Mas a ortografia simplificada foi restabelecida, devido ao esforço de instituições culturais que enviaram um memorial ao Presidente da República sobre o assunto (LOFÊGO, 1935).

[...] Bem sabemos que o moderno ensino, além de combater ás normas rotineiras da escola tradicional, também clama, nos seus principios fundamentais, pela introdução de systemas rapidos, capaz de dar vasão imediata á formação do pensamento [...] (LOFÊGO, 1934c, p. 5)

José Vitorino (1934), lente de História da Civilização da EN de Muquy, fez referências à Escola Activa recomendada por Mallart e Ferrière e à Escola Nova defendida por Sud Menucci. Acreditava que o professor era, antes de tudo, um psicólogo, ao qual cabia descobrir e orientar a aptidão vocacional de seus alunos.

Para Newton Ramos (1935), lente de História Natural da Escola Normal Muniz Freire, de Cachoeiro de Itapemirim, a Escola Nova tornou a escola um centro de atividade e liberdade, extinguindo o uso de palmatória e varas de marmelo por "velhos professores" que ensinavam na base da pancadaria: "[...] Veio, no entanto, a Escola Nova, despertando na criança interesses relativos á vida [...]" (RAMOS, 1935, p. 77).

Ao comentar o programa de matemática no curso Normal, Luiz Derenzi (1935, n. 10-11), catedrático da EN Muniz Freire, questiona a adequação do programa de ensino à pedagogia nova: "[...] com a nova pedagogia, o methodo evolui sobremaneira e mais não se pode exigir enquanto não se fizer a transformação intelectual do magistério [...]" (DERENZI, L., 1935, p. 17). O programa de ensino dessa disciplina ainda não estava coerente com o discurso de renovação pedagógica: "[...] Mas o programa, de mais facil racionalisação, continua ainda a ser um alinhavo de indices livrescos [...]" (DERENZI, L., 1935, p. 17).

De acordo com Luiz Derenzi (1935), o programa de Matemática era inadequado para o Curso Normal, porque havia muito conteúdo distribuído em pouco tempo: ministrava-se, na primeira série, três aulas semanais de Aritmética com o tempo de quarenta e cinco minutos, somando noventa aulas anuais. No segundo ano, com essa mesma carga horária, o programa englobava Aritmética, Logarítmos e as quatro operações algébricas, tornando-o ainda mais ilógico, no seu ponto de vista. No terceiro ano, a matéria englobava Álgebra e Geometria Plana e no Espaço. Luiz Derenzi (1935, p. 19) defendia que o essencial e necessário fosse ensinado:

[...] Uma coisa porem resalta crhystalina: os alumnos da Escola Normal, não precisam saber dividir os dois polynomios, achar o volume de uma esfera, d'um tronco de pyramide e fazer um problema de juros compostos. E si não

precisam de tais conhecimentos e delles não se interessarem, pedagogicamente fallando, devem ser supressos do programa [...].

Para esse professor, confundiu-se a finalidade do Curso Normal com o propedêutico, prejudicando a especialização dos professores primários. Em comparação com o Curso Ginásial, que durava cinco anos e preparava para a Universidade, o Normal durava quatro anos, compunha-se de mais disciplinas e tinha que dar conta dos conteúdos gerais e específicos para a formação de professores (DERENZI, L., 1935, n.14).

No discurso de paraninfo, pronunciado na colação de grau da primeira turma do curso normal da EN Muniz Freire equiparada à EN Pedro II⁷⁵, o lente Waldemar Mendes (1935) comentou sobre a necessidade de praticidade do curso Normal nesse estabelecimento de ensino:

[...] A bagagem letteraria que acabastes de adquirir na Escola Oficial, a muitos parecerá excessiva, a outros inefficiente para o que pretendeis fazer. Ambos têm sua parcella de razão, pois a racionalisação do ensino normal é a tendência actual, afim de que seja solida a cultura onde haja necessidade, e menos minuciosa nas disciplinas de pouco interesse pratico! [...] (MENDES, 1935, p. 33-34)

Elogiou a obra da Escola Ativa, que havia sido iniciada anteriormente, e aconselhou às formandas que não desistissem de trilhar por esse caminho pedagógico, mesmo em meio às críticas a essa metodologia:

[...] A escola activa, bem interpretada e seguida, constitue um grande passo dado sob o ponto de vista educacional. Suas bases são concretas e optimos os resultados. O preconceito, entretanto, já altisona um brado de colera para entravar o progresso do vosso cerebro e dos vossos futuros alumnos. Ouvem-se de longe sons confusos que se approximam pouco a pouco [...] Cuidado! Sois os depositarios das conquistas dos que vos precederam! Olhais atentos para a Escola Activa creada com carinho e com ameaça de ruir! O batalhão negro da rotina e do atrazo se aproxima cada vez mais! [...] segui a marcha gloriosa do progresso!, tripudiae sobre os velhos principios educacionaes!, arrenbentae as peias que trazem atados os passos do Brasil!, Sois jovens, desprezae os antigos dogmas e preconceitos!, envolvei!! (MENDES, 1935, p. 34).

Newton Braga (1935), lente de Idioma na EN de Cachoeiro de Itapemirim, defendeu inovações no ensino de modo que aproximassem mais a escola da

⁷⁵ A equiparação aconteceu em 1934, por meio do Decreto 4.405. O discurso de colação de grau da turma de Cachoeiro de Itapemirim foi publicado na *Revista de Educação* em 1935. A EN Muniz Freire, de Cachoeiro de Itapemirim, passou a ser intitulada EN Oficial.

sociedade, sugerindo que a família se integrasse à escola por meio de eventos de apresentações dos alunos: júris históricos, leituras de composições de autoria dos estudantes, declamações, música, teatro; enfim, recursos didáticos que se afastassem das tradicionais sessões solenes:

[...] O que é preciso é que taes espetáculos diffiram dessas costumeiras e adormecentes sessões solemnes no gremio fulano de tal, dando-lhes vida, arejando tudo, rasgando o material estragado pelo uso de tantos annos, de discursos vãos, de patriotadas ôcas, redigidos pelos mestres e recitados mechanicamente por pobres creanças de "habilidades", de "vocaçao para advogado" [...] (BRAGA, 1935, p. 63).

Nesses trechos citados de alguns professores, percebemos mais tonalidades referentes à Escola Nova entre os docentes da região sul espírito-santense: Eliseu Lofêgo, José Vitorino, Newton Ramos, Luiz Derenzi, Waldemar Mendes e Newton Braga. Os professores da Capital, Placidino Passos, Maria Leonidia Pereira dos Santos, Custódia Gomes de Souza, Elpídio Pimentel e Judith Leão Castello (cf. Capítulo III) defendiam a modernização do ensino, mas apresentaram fortes matizes da pedagogia tradicional.

Em síntese, a nossa intenção foi problematizar, a partir do cruzamento das fontes, a convivência velho X novo na educação capixaba, visando à compreensão de continuidades e discontinuidades da renovação pedagógica que esteve em curso no momento de antessala do Estado Novo e seus desdobramentos para a formação de professores. Como vimos, velho e novo caminhavam juntos em diferentes tonalidades e nos mostram que a demarcação dicotômica que limita "até aqui era o velho" e "a partir de agora o novo" merece ser problematizada no contrapelo da matriz azevediana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo investigar as diretrizes traçadas para a formação de professores espírito-santenses e os seus desdobramentos na cena educacional capixaba a partir da Revolução de 1930, considerada um marco pelos desdobramentos social, político e cultural desenvolvidos posteriormente. Demarcou o período de 1930 a 1937 por se tratar da antessala para a Ditadura do Estado Novo (GOMES, A., 1980), um momento de efervescência política rico em continuidades e descontinuidades.

Como indicam Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), a Revolução de 1930 acalorou os debates no campo educacional, alimentando embates ideológicos na vida política. No Espírito Santo, como vimos, não foi diferente. Fervilhavam questões sobre a educação, formação de professores, métodos de ensino e teorias pedagógicas. Defensores da Pedagogia Moderna (ensino como arte) e defensores da Escola Nova (ensino científico) protagonizaram embates no campo da teoria educacional que confundem, ainda, os historiadores arraigados à matriz azevediana, posto que os agentes educacionais da época circulam pelas duas correntes, sem necessariamente se definirem por uma delas (CARVALHO, M., 2001).

As questões de estudo foram abertas a partir de um estudo realizado no mestrado sobre o impresso pedagógico *Revista de Educação*, lançado para suprir a formação de professores no Espírito Santo nos anos de 1934 a 1937. Essa primeira pesquisa concluiu a intenção de veicular a administração do interventor João Punaro Bley como a principal propulsora do progresso educacional e cultural no Espírito Santo. Outros trabalhos consultados sobre a História da Educação do Espírito Santo, alimentaram problematizações e questões deste estudo: Silvia Cunha Gomes (2008), Rosa (2008), Salim (2009), Locatelli (2012), Berto (2013) e Maria Anna Novaes (2013).

Maria Anna Novaes (2013), que estudou a revista *Vida Capixaba*, publicada durante o Governo Bley (1930-1943), notou o mesmo tom de propaganda dirigido às políticas educacionais durante a administração Bley, frequentemente elogiadas pelo seu caráter inovador. Por outro lado, com base na tese defendida por Berto (2013), observa-se que muitas das ações e ideias de renovação pedagógica associadas ao governo de intervenção no Espírito Santo repercutiam elementos presentes na

reforma do ensino instituída por Attilio Vivacqua, no Governo Aguiar (1928-1930), o qual havia sido destituído do poder pela Revolução de 1930 e de cujo legado a nova administração buscava de algum modo se distanciar.

Nos contornos do embate entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova, delineiam-se, no contexto capixaba, políticas no campo da formação de professores, por meio das quais o governo local buscava se estabelecer como introdutor do *novo* e da modernização da educação local. Pergunta-se, portanto: seguindo-se à reforma Attilio Vivacqua (1928-1930), que instituíra a pedagogia como grande inovação e da qual o novo governo precisava descolar-se politicamente, como se desenhou a disputa entre a inovação pedagógica e o *tradicionalismo* a ser superado? Em outras palavras: o que seria o *novo* no processo de formação de professores no período estudado e qual o *velho* a ser suplantado? Em busca dessa compreensão, investigamos permanências e descontinuidades no processo de formação de professores, na antessala ao Estado Novo (1930-1937).

A partir de teorizações de Bloch (2001), Ginzburg (2001, 2002, 2003, 2007), Ginzburg, Castelnuovo e Poni (1989) e Chartier (1990, 1991), analisamos documentos encontrados no fundo da Educação do Arquivo Público do Espírito Santo, na Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no acervo do Colégio Maria Ortiz, antiga Escola Normal Pedro II. O conjunto dessas fontes se constituiu de: portarias, requerimentos, ofícios, minutas expedidas pelo secretário da Instrução, relatórios e termos de visitas de inspetores escolares; matérias publicadas em impressos espírito-santenses que circularam no período (*Diário da Manhã*, *Revista de Educação*); Legislação educacional do Espírito Santo, localizada nos acervos do Apees e da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, e em publicações do *Diário Oficial* no jornal *Diário da Manhã*; documentos do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em geral, a leitura dessas fontes evidenciou a presença dos seguintes elementos, identificados igualmente em estudos de Guedes (2009), Freire (2013), Silva (2013), Caroline Haroim Simões (2014), Bueno (2015), Blenda Joyce dos Santos (2015) e Gurgel (2016) sobre reformas educacionais para formação de professores conduzidas em outros estados brasileiros: ufanismo patriótico, ideais de civismo e, especialmente, a incongruência entre a importância discursivamente atribuída à formação docente e as políticas efetivadas na área educacional. Descontinuidades ou “apagamentos” de reformas anteriores também não eram

incomuns. No caso do Espírito Santo, destacou-se, especialmente, a presença da religião católica associada à moralidade.

Para compreendermos as diretrizes nacionais para a instrução pública, no período investigado, analisamos as propostas difundidas pelas Conferências Nacionais de Educação (CFNE-ABE), veiculadas na imprensa espírito-santense, e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), além das indicações para a educação que circulavam na imprensa capixaba e as orientações deixadas nos relatórios dos inspetores escolares espírito-santenses.

A unidade nacional por meio do ensino foi um dos temas mais recorrentes nos documentos analisados. Em tese, com base em um plano nacional, a unidade deveria ser alcançada por meio de um sistema educativo estável, mas com padrões flexíveis às necessidades locais. Contudo, apesar de opiniões distintas sobre o objetivo de unificação do ensino, a intenção de uma padronização doutrinária patriótica fundada na tradição católica, por meio da escola, destacou-se nas fontes examinadas.

A sistematização e organização do ensino mostrava-se imprescindível, tendo em conta o alto índice de analfabetismo, as políticas educacionais esparsas, a falta de regulamentações para a profissionalização docente e de planejamento nas legislações da instrução pública. Entretanto a implantação dessa estrutura aconteceu de modo centralizado. Não existia, por exemplo, a equiparação entre cursos normais de diferentes Estados brasileiros, o que dificultava a expansão da qualificação docente para o ensino primário.

Na condução de políticas públicas para a educação, especificamente para a formação de professores capixabas, entendemos que grupos de intelectuais e políticos no exercício do poder atuavam como mediadores culturais, filtrando ideias e conceitos a serem difundidos na sociedade e nas escolas (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989), a fim de consolidar um projeto de transformação do homem brasileiro sustentado pelo nacionalismo patriótico.

Nessa linha de raciocínio, pela via da imprensa local, justificava-se a necessidade de unificação do ensino primário pela questão da imigração, alegando-se, ainda, que iniciativas de governos locais nem sempre beneficiavam a instrução. Paralelamente, pressupostos da eugenia se associavam às propostas de higiene social que, numa outra ponta, reverberavam nos cursos de formação de professores,

os quais deveriam estudar matérias como biologia, psicologia e sociologia, por exemplo, cujos conteúdos poderiam servir à legitimação de princípios eugênicos.

A unificação da sociedade brasileira idealizada pelos grupos dirigentes começaria desde a escola primária, por isso procurou-se controlar o trabalho do corpo docente. A formação moral do professor permanecia um tema recorrente e considerado relevante, que acompanhava as CFNEs-ABE e destacava-se no Conselho Nacional de Educação. Recaía sobre os docentes a responsabilidade de admoestar hábitos de honestidade nos jovens a fim de afastá-los da indolência, vícios, torpezas e grandes misérias, o que concorreria para o equilíbrio nacional.

Em alinhamento com ideais católicos, reforçava-se o magistério como sacerdócio, constituindo-se historicamente uma “estrutura invisível” (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989), que modulava condutas sociais. No campo da educação, tendo em vista o papel nacionalizador e unificador atribuído à instrução pública, caberia à Escola Normal atuar como formadora da alma nacional católica.

No Espírito Santo, o anseio da formação da Pátria conjugado ao desenvolvimento da moral católica se revelou intenso. Que o diga a fiscalização vigilante exercida pelos inspetores do ensino, especialmente atentos ao comportamento das professoras e dos professores

Para Placidino Passos (1934a), chefe da inspetoria técnica no Estado, ideais patrióticos e supostas aptidões naturais sustentariam um magistério missionário, no sentido cristão. Como vimos ao longo deste trabalho, Passos defendia uma renovação do ensino de acordo com o escolanovismo, mas desenvolveu planos de aulas que recomendavam modelos fundamentados em Comenius, pedagogo cristão a quem foi comparado por colegas professores.

A ênfase dada aos modos de ensinar conferia importância à cadeira de Pedagogia na EN Pedro II, em Vitória. Em 1932, registrou-se uma discussão na imprensa capixaba acerca do domínio dos novos métodos de ensino (CASTELLO, Judith, 1932a; CONSELHO..., 1932). Cristiano Fraga, do grupo modernista, e Judith Leão Castello, que defendia a tradição católica, empataram no primeiro lugar do concurso para a referida cadeira. Castello recorreu e o *Diário da Manhã* saiu em sua defesa, alegando a sua adesão à Escola Ativa (CONSELHO..., 1932; DOMINGOS..., 1932).

No cruzamento com outras fontes utilizadas neste trabalho, descobrimos, em seguida, que essa mesma professora fundou a Liga da Bondade na EN, a qual

priorizava a tríade *Deus, Pátria e família*, e que publicações de suas alunas na *Revista de Educação* ressaltavam educadores católicos e métodos de ensino com base em Comenius e Pestalozzi. Percebemos, também, que do ponto de vista dessas normalistas, os textos publicados exemplificavam modelos novos e inéditos para a educação.

Assim como aconteceu com Fraga e Castello, intelectuais e professores da época fincaram trincheiras. Argumentamos, no entanto, que a relação aparentemente binária entre o *novo* (desejável) e o *velho* (superado) no campo da pedagogia se borrava frequentemente nos relatos da época, nos quais conviviam questões aparentemente irreconciliáveis, muitas vezes amalgamadas pelo conservadorismo político, moral ou religioso.

Por exemplo, na cerimônia de colação da EN Pedro II no ano de 1930, a missa, em que as formandas recebiam a Comunhão, compunha as comemorações oficiais (NOVAES, Maria Stella, 1930; O DIA DA SAUDADE..., 1930). Assim, para além das filiações pedagógicas ou de apropriações “impuras” das teorias propagadas em eventos e instituições governamentais de formação de professores, a ordem cristã se propagava para orientar a identidade e o comportamento dos professores no Espírito Santo e a EN Pedro II, em Vitória.

Note-se, ainda, que um documento (DIRETORIA..., [1942?]), encontrado nos arquivos do Colégio Maria Ortiz (antiga EN Pedro II), indicia a utilização de métodos predominantemente tradicionais de ensino no curso de formação de professores. Entretanto, essa fonte indica, também, que não havia uniformidade pedagógica nesse estabelecimento, uma vez que cada professor teria autonomia para aplicar teorias que considerasse modernas em suas aulas. Em contrapartida, o professor capixaba Eliseu Lofêgo denunciou que a liberdade de cátedra não existia nas escolas espírito-santenses.

A modernização do ensino no Espírito Santo, então, acontecia em um processo lento, em marchas e contramarchas: as políticas para a educação capixaba buscavam inserir elementos da Escola Nova nas leituras dos professores, na reformulação das disciplinas da EN Pedro II, enviando docentes locais para formação fora do Estado, na tentativa de favorecer o contato com outros modos de ensinar. Em meio a esses esforços, ainda que discursivamente os métodos modernos parecessem uma unanimidade, ao demonstrarem as suas aplicações em

aulas modelo, relatos de professores e inspetores misturam e confundem métodos associados à pedagogia tradicional e à pedagogia nova.

Em textos escritos pelos professores, termos como Escola Nova, Escola Ativa e Educação Funcional são usados indistintamente. Os seus métodos de ensino se propagavam como inovação no campo da pedagogia e os docentes não se definiam por um deles exclusivamente. Apesar disso, a *arte de ensinar*, fundada no método intuitivo, predominava entre o magistério capixaba.

No início da administração Bley, calcula-se que um índice de 48% dos profissionais que atuavam na rede pública primária capixaba não possuía formação específica para o cargo. Dessa parcela, após os exames de capacitação técnica, no ano de 1930, somente 30% do professorado foi considerado apto para o exercício do magistério. Daqueles que ingressaram na EN Pedro II, na década de 1930, apenas um sexto completou o curso.

A legislação para a educação espírito-santense procurava regularizar a profissão docente e ampliar a rede de ensino, mas também manter professores e alunos sobre o controle do Estado. Por meio da Inspeção Técnica de Ensino, do Conselho de Educação, da tutela dos dirigentes à Associação de Professores e da abertura do ensino noturno, o qual buscava monitorar ideias subversivas entre os estudantes, procurava-se seguir as diretrizes traçadas para o civismo e a moral entre o professorado capixaba.

A EN da Capital, cujo currículo passou por reformulações, serviu de parâmetro para os outros estabelecimentos de ensino no Estado, que expandiam a formação de professores para a região sul: Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Muqui.

A reforma do currículo da EN Pedro II, em 1936, obedeceu aos princípios escolanovistas e enfatizou o civismo. Criou-se a cadeira Psicologia Experimental e Sociologia Educacional e incluiu-se o curso de Educação Sanitária Escolar no 4º ano. As disciplinas para a formação de professores englobavam: Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino; Psicologia Educacional e Sociologia Educacional; Economia e Ensino Rural; Noções de Direito Pátrio, Educação Cívica e Legislação Escolar; Teoria e Prática da Educação Física; Biologia Fundamental e Educação Sanitária; Trabalhos Manuais; Coro Orfeônico. Além disso, os docentes deveriam inculcar nos alunos o amor à Pátria e imprimir atos e palavras que favorecessem a formação do caráter de cada um deles (REGULAMENTO..., 1936).

Embora a reforma do ensino capixaba, realizada no Espírito Santo entre 1928 e 1930, tenha tido grande repercussão, o trabalho realizado pelo educador paulista Deodato de Moraes no Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP) recebeu severas críticas do inspetor de ensino Bodart Junior. Entretanto, a metodologia da Escola Ativa como um todo foi elogiada. Cristiano Fraga, que havia participado ativamente da Reforma empreendida por Vivacqua (SALIM, 2009), manifestou também a sua insatisfação, alegando a impraticabilidade do programa que teria servido somente para propaganda do governo anterior.

Após a Revolução de 1930, na antessala do Estado Novo, a reforma da Escola Ativa parece ter sido uma fotografia retirada da parede. Como indica a análise de documentos produzidos por professores, diretores e inspetores, leituras recomendadas e trabalhos apresentados pelos agentes do ensino no Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico do Espírito Santo e na *Revista de Educação*, o novo governo se interessou por imprimir a sua marca na área da educação.

O número de estabelecimentos de ensino para educação primária cresceu consideravelmente desde o final dos anos 1920 até 1940. Em 1920, o Estado contava com apenas dois grupos escolares. A partir de 1936, esse número multiplicou: 25 em várias cidades capixabas; em 1939, somaram-se 52 estabelecimentos (LOCATELLI, 2012).

Desses números, aproximadamente 75% das escolas primárias capixabas se encontravam no campo. Conseqüentemente, a reforma da EN Pedro II, em 1936, voltou-se para a construção de uma escola direcionada à economia espírito-santense, bastante centrada nas zonas rurais e a instrução do professorado que iria atuar nessas áreas.

As políticas para a educação espírito-santense procuraram ampliar o quadro de professores e capacitá-los tecnicamente por meio da modelização em larga escala das práticas de ensino. O Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico, na cidade de Alegre, destacou-se nesse sentido. Com o propósito de não contratar técnicos de fora do Estado para instruir os professores, organizou-se o CAP.

Com essa formação em serviço, pretendia-se alcançar uma radical e rápida renovação dos métodos e processos de ensino empregados pelo magistério primário. Nessa intenção, proibiram-se discussões de teses, debates de pontos

controversos e contribuições dos ouvintes nas conferências, preleções ou aulas. Os congressistas deveriam apenas escutar atentamente as aulas-modelo apresentadas: observar e copiar os moldes de ensino.

Os trabalhos apresentados no CAP diziam respeito ao ensino *intuitivo-ativo*, à estatística escolar, à educação sanitária, à educação física, educação moral e às qualidades esperadas dos professores e modelos de ensino de diversas disciplinas. A capa da edição da *Revista de Educação* que serviu de Anais do Congresso imprimiu uma imagem que aludia à unificação nacional.

Ainda assim, os professores apresentaram as suas críticas em um momento de confraternização social e cultural, a Hora Litero Musical do Congresso, por meio de uma sátira bem-humorada. Comparou-se a escola a um circo onde os professores atuavam como artistas, exibindo os mais variados "truques pedagógicos" para ensinar segundo os métodos de renovação pedagógica. Esse texto sugere, pelo menos, três interpretações possíveis: reação à unilateralidade, hierarquização e organização autoritária do CAP, uma crítica aos excessos da pedagogia moderna ou mesmo um conservadorismo latente.

Alegando a crise financeira no Estado, juntamente com o CAP, o Governo Bley priorizou o aperfeiçoamento profissional do magistério por meio da difusão de leituras: *Revista de Educação*, seção *Vida Educacional* no *Diário da Manhã*, Bibliotecas Irradiante e Circulante. Essas iniciativas foram lideradas por Claudionor Ribeiro, inspetor de ensino da região sul espírito-santense, que havia frequentado o CSCP. Em linhas gerais, os princípios da Escola Ativa continuaram circulando na educação capixaba por meio das publicações administradas por Ribeiro. Contudo, a formação por meio de leituras provavelmente não tenha alcançado os seus objetivos, haja vista a baixa procura por leituras pedagógicas registradas na Biblioteca Irradiante. Portanto, a expansão dos polos formadores do magistério não foi acompanhada do aprofundamento teórico das questões educacionais.

A pesquisa buscou se aproximar do verossímil operando o cruzamento de fontes a fim de examiná-las, inclusive, contra as intenções de quem as produziu. Finalizando este relatório de pesquisa, tem-se em conta que todo ponto de vista sobre a realidade é seletivo e parcial. Inevitavelmente, há que se considerar as condições de produção dos documentos investigados, entendendo que esses registros são apenas uma parte dos rastros que a sociedade capixaba da década de 1930 deixou de si mesma.

REFERÊNCIAS

- ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz de. **Escolarização no Norte do Espírito Santo no início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.
- BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- BITTENCOURT, Gabriel. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOREL, Tatiana. **Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da educação física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940**. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- BUENO, Manuela Priscila de Lima. **Manuais pedagógicos e programas de ensino: interpretações da escola nova sobre a prática de ensino na formação de professores (1946-1961)**. (2015). Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro. Rio Claro, 2015.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da Unesp (FEU), 1999.
- CARVALHO, Janete Magalhães. **A formação do professor e do pesquisador em nível superior no Brasil: análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica (1945-1964)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, vol.71, p. 29-35, nov. 1989.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. Escola, memória, historiografia: a produção no vazio. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-15, jan.-março, 1993.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a. p. 225-253.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Modernidade Pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 111-120, 2000b.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). **Brasil 500 anos**: tópicos em história da educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 137-167.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Invenções e tradições na história da educação no Brasil: questionando representações sobre o debate pedagógico na década de 1930. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória: Edufes, 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Coleção como estratégia editorial de difusão de modelos pedagógicos: o caso da Biblioteca de Educação organizada por Lourenço Filho. **Anais**: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n. 11, vol. 5, jan.-abr. p. 173-191, 1991.

CUNHA, Luís Antônio. **Associação Brasileira de Educação (ABE)**. [20--?]. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20\(ABE\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf)> Acesso em: 27 dez. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. v. III, p. 19-29.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 2 ed. Vitória: PMV & Secretaria Municipal de Turismo, 1995.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a. p. 135–150.

FREIRE, Ana Paula da Silva. **O embate entre a educação tradicional e a educação nova**: políticas e práticas na escola primária de Santa Catarina (1911-1945). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman. **Os sentidos da prática de ensino na formação de professores no âmbito da Escola Normal**. 2009. Dissertação (DMestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Difel: Lisboa, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: GOMES, Ângela de Castro et al. (Coord.). **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Sílvia Cunha. **A alfabetização na História da Educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do Estado e direito do cidadão**: as políticas públicas no Governo Vargas no Espírito Santo (1930-1945). 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

GURGEL, Patrícia. **Professores normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960)**: um estudo sobre trajetórias profissionais. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

HORTA, José Silvério Baía. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e Agradável**: a Revista de Educação (1934-1937): remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional de João Punaro Bley no Espírito Santo. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação, Política, Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAWN, Martin. Os professores e a formação de identidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 117-130, Jul/Dez 2001.

LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e história**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Epu; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NOVAES, Maria Anna Xavier Serra Carneiro de. **Os grupos escolares no Espírito Santo**: “imagens” em circulação na revista *Vida Capichaba* (1930-1943). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2013.

NOVAES, Izabel Cristina. **República, Escola e cidadania**: um estudo sobre três reformas educacionais no Espírito Santo (1882 – 1908). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. In: NÓVOA, António (coord.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio Prata (1938-1950)**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas (1930-1945): o caso do Espírito Santo**. 2008. 350 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SALIM, Maria Alayde Alcantara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SANTOS, Blenda Joyce dos. **Formação inicial de professores em Sergipe estadonovista: Mensagens dos governadores à Assembléia Legislativa (1930 – 1949)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes. Aracaju, 2015.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. v. III, p. 30-39.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração In: **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Francinaide de Lima. **Um espaço de formação do professor primário: a Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

SIMÕES, Caroline Hardoim. **A formação de professores na escola normal Joaquim Murtinho no sul de Mato Grosso no período de 1930 a 1973**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2014.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **História e historiografia no pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa**

histórica em educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Pensadores sociais e a história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. v. 2, p. 25-38.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara. Conteúdos ensinados na escola normal do Espírito Santo no início do século XX: entre a formação geral e a formação pedagógica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju, SE: UFS/UNIT. 1 CD-ROM.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da escola normal no Espírito Santo. In: ARAUJO, José Carlos Souza, FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000.

TAVARES, Johelder Xavier. **Escola no Parque**: processos de institucionalização da educação infantil na cidade de Vitória (ES) no século XX. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Vitória, 2010.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção atualidades pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade, São Paulo, 2001.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. **Educar**, Curitiba, Editora da UFPR, n.18, p.157-182, 2001.

FONTES

CAPÍTULO I

CPDOC. **João Punaro Bley.** Disponível em:
 <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-punaro-bley-1>
 Acesso em: 04 de maio de 2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente [1924-1928: Avidos]. **Mensagem final apresentada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo a 15 de junho de 1928.** [Vitória: s.n., 1928].

VIVACQUA, Attilio. **Educação Brasileira:** Directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo. Vitória, 1930a.

CAPÍTULO II

BASTOS, João. Movimento educacional e cultural do Espírito Santo. In.: **Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública**, 1932.

BRASIL. **Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932.** Disponível em:
 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>> Acesso em: 26 dez. 2017.

COOPERAÇÃO E EXTENSÃO CULTURAL. A moderna legislação sobre o ensino no Estado do Espírito Santo. **Revista de Educação**, Vitória, anno I, n. 6, p. 33-40, 1934.

ELEUTHERIO, Paulo. O ensino público no Espírito Santo. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 12, p. 45-48, mar. 1935.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Interventor Federal [1937-1943: Bley]. **Movimento Financeiro de 24 de outubro de 1930 a 30 de junho de 1931:** relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório da República pelo interventor federal capitão João Punaro Bley. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1931.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei n. 143 de 31 de outubro de 1936:** Orçamento da Despesa e da Receita para o Exercício de 1937. Vitória, Secretaria da Fazenda, Imprensa Oficial, 1937a.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Interventor Federal [1937-1943: Bley]. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, na 3ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura, em 1º de julho de 1937.** Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1937b.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Interventor Federal [1937-1943: Bley]. **Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor presidente da República pelo major João Punaro Bley, interventor federal no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1943.

MATTOS, Archimimo Martins de. **Um século de ensino**. Vitória: Off. da Vida Capichaba. 1927.

OFÍCIO ao diretor do Departamento de Ensino Público. **Ofício a Wolmar Carneiro da Cunha ao diretor do Departamento de Ensino Público, secretário do Interior**. Vitória, 31 ago. 1934.

REGULAMENTO do Ensino Normal. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXIX, n. 3237, p. 6-7, 18 jul.1936.

RIBEIRO, Claudionor. Um Decreto alviçareiro. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 2856, p. 2, 10 mar. 1932.

RIBEIRO, Claudionor. Aos professores: circular n. 3, expedida a 20 de abril transáto aos professores do Estado. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 2, p. 1, maio 1934.

SECRETARIA DO INTERIOR. Decreto n. 4316: equipara á Escola Normal “Pedro II” a Escola Normal mantida pelo município de Alegre. **Revista de Educação**, Vitoria, ano 1, n. 1, p. 46-49, abr. 1934.

SOCIOLOGIA Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2747, p. 2, 8 jul. 1934.

CAPÍTULO III

ALMEIDA, Alberto. **Relatório ao Departamento do Ensino**. Fundo da Educação do Arquivo Público, Vitória, 10 de setembro de 1930.

A REVISTA de Educação e o curso de Didactica na Escola Normal Pedro II. **Diário da Manhã**, Vitória, Anno XXVIII, n. A03046, p. 1, 18 de jul. 1935.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Associação Brasileira de Educação: quarta Conferência Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2692, p. 1, 22 ago. 1931.

BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2771, p. 1, 27 nov. 1931a.

BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2772, p. 2, 28 nov. 1931b.

BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2773, p. 2, 29 nov. 1931c.

BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2774, p. 2, 1 dez. 1931d.

CARVALHO, João Manoel de. Discurso proferido pelo dr. João Manoel de Carvalho por ocasião do encerramento da 4ª Conferência Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2794, p. 1, 24 dez.1931.

CASTELLO, Jacy, Leão. Lição de Cousas. **Revista de Educação**, n.30-31, p. 11-12, jun.-jul. 1937.

CASTELLO, Judith Leão. A educação funcional e a moral nas escolas. Instituições pedagógicas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 14, p. 51-59, maio 1935.

CASTELLO, Judith Leão. Concurso de Pedagogia. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 2852, p. 2, 5 mar. 1932a.

CASTELLO, Judith Leão. Concurso de Pedagogia: recurso da candidata Judith Leão Castello. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 2853, p. 2, 6 mar. 1932b.

CINE-RADIO Escolar. **Revista de Educação**, Vitória, anno 3, n. 25-26-27-28, p. 57-63, set.-out.-nov.-dez. 1936.

CONGRESSO CATÓLICO de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XVII, n. 2769, p. 1, 4 ago.1934.

CONSELHO Consultivo. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 2885, p. 2, 14 abr. 1932.

CUNHA, Ciro Vieira da. A paz pela educação. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 1, p. 24-27, abr. 1934.

DEPARTAMENTO DE ENSINO PÚBLICO. **Ofício**, Vitória, 11 jun. 1932.

DEPARTAMENTO OFICIAL DE PUBLICIDADE. O encerramento da Conferência Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2791, p. 1, 20 dez. 1931.

DGIED-MESP. A 4ª Conferência Nacional de Educação e as grandes diretrizes para a educação popular. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2784, p. 4, 12 dez. 1931a.

DGIED-MESP. A cooperação federal nos serviços de instrução. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2786, p. 2, 15 dez. 1931b.

DGIED-MESP. A Escola rural no Equador. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2793, p. 2, 23 dez. 1931c.

DGIED-MESP. O principio de cooperação nos serviços brasileiros de estatísticas e cartografia. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 2947, p. 4, 25 de jun. 1932.

5ª CONFERÊNCIA Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3098, p. 1, 24 dez. 1932a.

5ª CONFERÊNCIA Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. A03101, p. 1, 28 dez. 1932b.

5ª CONFERÊNCIA Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3097, p. 1, 23 dez. 1932c.

5ª CONFERÊNCIA Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3102, p. 1, 30 dez. 1932d.

DIRETORIA da Escola Normal Pedro II e Anexas. **Exposição Geral sobre os métodos de ensino empregas no estabelecimento e resultados obtidos no ano letivo anterior**. Arquivo do Colégio Maria Ortiz, Vitória, s.p., 1942?

DOMINGOS José Martins. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 2936, p. 1, 12 jun. 1932.

EMPREZA Viação Itapemirim [S. A.]. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXII, n. 2001, p. 8, 7 abr. 1929.

FONSECA, Francisco Generoso da. **Termo de visita**. 29 de setembro de 1930, São Mateus. Fundo da Educação do Arquivo Público, Vitória, 1930.

FRAGA, Cristiano. V Conferência Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3127, p. 2, 31 jan. 1933a.

FRAGA, Cristiano. Dentro em breve não haverá um só analfabeto no E. Santo. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3105, p. 1, 4 jan. 1933b.

FREITAS, Teixeira de. As três teses finais da Conferência de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXII, n. 2724, p. 2, 30 set. 1931.

GONÇALVES, Archimino. **Carta enviada aos Membros da Junta Governativa do Estado do Espírito Santo em 5 de novembro de 1930**. Vitoria, 1930.

KASEFF, Leoni. O Ensino Normal na Constituição. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, anno XXXIII, n. 12.077, 12 abr. 1934.

LEITÃO, Mello. 4ª Conferência Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2289, p. 3, 29 mar. 1930.

LELLIS, Areobaldo. Quarta Conferência de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2782, p. 1, 10 dez. 1931.

LIGA da Bondade dr. Diocleciano de Oliveira. **Diário da Manhã**, Vitória, ano, n. 2662, p. 2, 17 jul. 1931.

MARCHIORI, Oswaldo. A escola nova e os methods activos. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 10-11, p. 10-13, jan.-fev. 1935a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A próxima Conferência Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXII, n. 2780, p. 2, 8 dez. 1931.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Conselho Nacional de Educação: Sessões da Primeira Reunião em 1937**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Indústria do Jornal, 1937.

MORAES, Deodato. Opinião valiosa. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 12, p. 58-59, mar. 1935.

NOVAES, Maria Stella. A Colação de Grau na Escola Normal Pedro II. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXIV, n. 2480, p. 4, 10 dez. 1930.

O DIA da saudade: a colação de grau na Escola Normal – a solenidade – a Missa. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXIV, n. 2478, p. 1, 7 dez. 1930.

O PROBLEMA da educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3107, p. 1, 6 jan. 1933.

PASSOS, Placidino. E'cos da V Conferencia Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3123, p. 3, 26 jan. 1933.

PASSOS, Placidino. Um livro didatico que uma critica aprova. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3021, p. 2, 23 set. 1932.

PASSOS, Placidino. O magistério Primário. **Revista de Educação**, Vitória, anno 1, n. 6, p. 4-6, set. 1934a.

QUINTA CONFERÊNCIA Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3093, p. 1, 18 dez. 1932.

REVISTA da Escola Normal Pedro II. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2771, p. 2, 27 nov. 1931.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitoria, anno 2, n. 14, p. 52, maio 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitoria, anno 4, n.30-31, p. 11-12, jun.-jul. 1937.

REUNIR-SE-Á pela primeira vez a Conferência Nacional de Educação: uma das inovações da reforma do Ministério da Educação. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 3247, p. 8, 20 jul. 1937.

SANTOS, Maria Leonidia Pereira. Comenius. **Revista de Educação**, Vitória, anno 3, n. 22, p. 15-16, mar. 1936.

SANTOS, Sylvia Meirelles da Silva. O cinematographo, o radio e o teatro como factores educacionais. **Revista de Educação**, Vitória, anno 3, n. 25-26-27-28, p. 57-63, set.-out.-nov.-dez. 1936.

SESSÃO de tumulto no Congresso Nacional de Educação. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, anno V, n. 2.200, p. 8, 10 fev.1934.

TEIXEIRA, Anisio. V Conferência Nacional de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3124, p. 2, 27 jan. 1933.

V CONFERENCIA Nacional de Educação: o capítulo "Educação Nacional" para a Constituinte. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3116, p. 1, 18 jan. 1933.

VIVACQUA, Attilio. A Nova Educação no Espírito Santo: aplicação da Escola Activa – Educação Sanitaria – Educação Physica. **Diário da Manhã**, Vitoria, ano XXIII, n. 2406, p.1, 16 ago. 1930b.

CAPÍTULO IV

BIBLIOTHECA IRRADIANTE. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 12, p. 59-60, mar. 1935a.

BIBLIOTHECA IRRADIANTE. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 10-11, p. 57-59, jan.-fev. 1935b.

BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 3, p. 56-57, jun. 1934.

BIBLIOTECA PÚBLICA. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XVII, n. 2617, p. 4, 30 jan. 1934.

BLEY, João Punaro. Ensino publico. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 14, p. 5-10, maio, 1935.

BRAGA, Newton. Tirar a escola das salas de aula. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 14, p. 62-63, maio 1935.

COLLEGIO Pedro Palacios. **Diário da Manhã**. Vitória, ano XXII, n. A02242, p. 3, 21 jan. 1930.

COLEGIO "Pedro Palácios". **Diário da Manhã**. Vitória, ano XXVIII, n. 2776, p. 2, 3 dez. 1931.

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didacta Magna (1621-1675)**. Fonte Digital. Versão para eBook, eBooksBrasil.com. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3079, p. 1, 28 ago. 1935a.

CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3080, p. 1, 29 ago. 1935b.

CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3078, p. 1, 27 ago. 1935c.

CUNHA, Wolmar Carneiro da. Aos professores. Foi expedida a 3 de setembro corrente a seguinte circular 4 a todos os professores deste Estado. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 6, p. 1, set., 1934.

CURSO superior de Cultura Pedagógica. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXII, n. 2329, p. 1, 18 maio 1930.

DECRETO n. 8343. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XX, n. 00601, p. 2, 13 ago. 1927.

DERENZI, Luiz. O ensino da mathematica. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 10-11, p. 17-19, jan.-fev. 1935.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, ano XVII, n. 2617, p. 4, 30 jan. 1934.

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. B03010, p. 8, 8 out. 1935.

ESCOLA Normal de Alegre. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2592, p. 1, 23 dez. 1933.

ESTATÍSTICA escolar do ensino primário em 1934. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. A03051, p. 3, 24 jul. 1935.

ESTATÍSTICA ESCOLAR do Espírito Santo. **Revista de Educação**, Vitória, ano 2, n. 13, p. 24-30, abr. 1935.

HERKENHOFF, Lucília. Plano de aula para o 3º ano. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 7-8, p. 47-48, out.-nov. 1934.

LOFÊGO, Eliseu. Programmas de Ensino. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 6, p. 9, set. 1934a.

LOFÊGO, Eliseu. Analyse logica. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 9, p. 3-4, dez. 1934b.

LOFÊGO, Eliseu. A ortografia constitucional. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 7-8, p. 5-6, out. nov. 1934c.

LOFÊGO, Eliseu. A ortographia simplificada ainda está em vigor. **Revista de Educação**, Vitória, ano 2, n. 14, p. 18-19, maio 1935.

MENDES, Waldemar. Colonização. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 14, p. 60-61, maio 1935.

MENSAGEM apresentada hontem ao Congresso Legislativo do Estado pelo Presidente Aristeu Borges de Aguiar. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXIV, n. 2438, p. 1, 23 set. 1930.

NOTAS Oficiais. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXII, n. 2128, p. 1, 7 set. 1929.

NOVA orientação da geographia Moderna na Escola activa brasileira. **Revista de Educação**, Vitória, anno 1, n. 9, p. 48, 1934.

OBRAS indispensáveis a paes e mestres. **Revista de Educação**, Vitória, anno 1, n. 6, s. p., set. 1934.

O CACHOEIRANO. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, ano XLVI, n. 22, p. 2, 30 março 1922.

O CONGRESSO se diverte. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 191-195, ago.-set.-out. 1935.

O ENSINO no Espírito Santo. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3180, p. 1, 5 abr. 1933.

O ESTADO DO Espírito Santo: dividido em zonas sanitárias escolares. **Revista de Educação**, ano 3, n. 7-8, p. 41, 1935.

O PROBLEMA EDUCACIONAL no Espírito Santo. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2561, p. 1, 22 nov. 1933.

PASSOS, Placidino. Instruções ao professorado. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 1, p. 28-35, abr. 1934b.

PIMENTEL FILHO, Alberto. Didática da língua maternal. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 2, p. 8-9, maio 1934b.

PIMENTEL FILHO, Alberto. O problema da apreciação da inteligência: um inquérito famoso – especial para a Revista de Educação. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 1, p. 6-14, abr. 1934a.

PIMENTEL, Elpidio. Como os bons professores instruem e educam. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 1, p. 15-18, abr. 1934.

PRIMEIRO CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3025, p. 3, 22 jun. 1935a.

PRIMEIRO CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3075, p. 1, 23 ago. 1935b.

PRIMEIRO CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. A03044, p. 6, 14 jul. 1935c.

PRIMEIRO CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3064, p. 6, 10 ago. 1935d.

PRIMEIRO CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3075, p. 1, 23 ago. 1935e.

PRIMEIRO CONGRESSO de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVIII, n. 3076, p. 1, 24 ago. 1935f.

QUEIROZ, José. Museus escolares. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 3, p. 3-4, jun. 1934.

RAMOS, Newton. A conquista do novo methodo de ensino. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 14, p. 76-77, maio 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, s. p., ago.-set.-out. 1935a.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 3, ago. set. out. 1935b.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 4-5, ago. set. out. 1935c.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 7-8, ago. set. out. 1935d.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 87, ago. set. out. 1935e.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 89, ago. set. out. 1935f.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 90-91, ago. set. out. 1935g.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 171, ago. set. out. 1935h.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 180, ago. set. out. 1935i.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 106, ago. set. out. 1935j.

RIBEIRO, Claudionor. Congressos de Educação. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 1-2, ago.-set.-out. 1935.

RIBEIRO, Claudionor. Os problemas do ensino no Espírito Santo. **Revista de Educação**, Vitória, anno 3, n. 25-26-27-28, p. 80-83, set.-out.-nov.-dez. 1936.

ROSA, Silveira. A biblioteca irradiante do Departamento de Ensino Público. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2611, p. 4, 23 jan. 1934.

SECRETARIA da Instrução. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXII, n. 2106, p. 5, 11 ago. 1929.

SOUZA, Custodia Gomes de. O ensino das ciencias phisicas e naturaes na escola primaria. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 80-86, ago.-set.-out. 1935.

SUMMARIO. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, s.p., ago. set. out. 1935.

VITORINO, José. A escola moderna e a política. **Revista de Educação**, Vitoria, anno 1, n. 9, p. 29-31, dez. 1934b.

Seção *Vida Educacional* do *Diário da Manhã*

RIBEIRO, Claudionor. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3203, p. 3, 7 maio 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Os Cursos Noturnos de Educação Popular. Um governo protetor das classes trabalhistas. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3205, p. 1, 10 maio 1933.

RIBEIRO, Claudionor. A Associação dos Funcionarios do Ensino. – A “A Voz do Sul e a gestão do sr. Seretario do Interior e Justiça deste Estado. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3206, p. 1, 11 maio 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Espírito Santo e a cultura física. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3208, p. 1, 13 maio 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Espírito Santo e o cinema educativo. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3209, p. 1, 14 maio 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O departamento de ensino publico e os filmes educativos. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3215, p. 1, 21 maio 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Caixa escolar "Arsitides Freire" - O ensino no Espírito Santo descrito por José Vitorino de Lima. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3223, p. 1, 1 jun. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Um melhoramento de vulto no Departamento de Ensino Público. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3231, p. 1, 11 jun. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Uma feliz inspiração do secretário de Interior e Justiça. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3236, p. 1, 20 jun. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Alberto de Almeida, imortal chefe escoteiro. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3244, p. 1, 28 jun. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Publicações escoteiras. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3253, p. 1, 8 jul. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Pais! O escotismo... – uma missa honrosa. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3274, p. 1, 2 ago. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Paraguai, Espírito Santo, Brasil. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3275, p. 1, 3 ago. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Um pouco de estatística. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVI, n. 3281, p. 1, 10 ago. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. A Liga Espírito-Santense de Proteção a Infância. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2386, p. 1, 20 ago. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. Uma soberba festa civica. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2394, p. 1, 31 ago. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Sete de Setembro nesta Capital. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2397, p. 2, 2 set. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Espírito Santo e o escotismo. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2402, p. 2, 10 set. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2405, p. 4, 14 set. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2411, p. 1, 21 set. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2416, p. 2, 28 set. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2416, p. 2, 28 set. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O cinema educativo nesta Capital. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2426, p. 2, 8 out. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O cinema educativo nesta Capital. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2436, p. 2, 20 out. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. A repercursão lá fora do movimento escoteiro no Espírito Santo. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2439, p. 2, 24 out. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. A Associação de Professores do Espírito Santo. Vida Educacional. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2447, p. 2, 2 nov. 1933.

RIBEIRO, Claudionor. O Espírito Santo e as edificações escolares. *Vida Educacional*. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2449, p. 2, 5 nov. 1933.

VIDA EDUCACIONAL. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2454, p. 4, 12 nov. 1933.

VIDA EDUCACIONAL. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2559, p. 4, 19 nov. 1933.

VIDA EDUCACIONAL. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2575, p. 4, 3 dez. 1933.

VIDA EDUCACIONAL. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2581, p. 4, 10 dez. 1933.

VIDA EDUCACIONAL. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, n. 2587, p. 4, 17 dez. 1933.

Catálogo da *Revista de Educação* que serviu de Anais do Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar

Anno 2, n. 17-18-19, ago.- set.- out. 1935

RIBEIRO, Claudionor. Congressos de Educação. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 1-2, ago.-set.-out. 1935.

BASTOS, João. Discurso. Pronunciado na instalação do 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª região escolar, com sede na cidade de Alegre. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 9-11, ago.-set.-out. 1935.

MATTOS, Arnulpho. Em prol do ensino. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 12-18, ago.-set.-out. 1935.

PASSOS, Placidino. Educação pelo interesse. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 19-26, ago.-set.-out. 1935a.

ARAUJO, Durval. Estatística escolar. Trabalho apresentado no 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 27-31, ago.-set.-out. 1935a.

ARAUJO, Durval. Escripuração escolar e estatística. (contribuição ao 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª região escolar com sede na cidade de Alegre). **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 32-40, ago.-set.-out. 1935b.

MEIRELES, Arthur. A educação sanitaria e o futuro do Brasil. Trabalho apresentado no 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª região escolar. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 41-47, ago.-set.-out. 1935.

LEMOS, Alfredo. A criação dos bancos escolares nos nossos estabelecimentos de educação. Palestra proferida no Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico em Alegre. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 48-49, ago.-set.-out. 1935.

SOARES, José Augusto. O professor e a prophylaxia da lepra. Trabalho apresentado no 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 50-52, ago.-set.-out. 1935.

UBALDO, Domingos. Denominações e construções de escolas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 53-59, ago.-set.-out. 1935.

COSTA, João Ribas da. O que faltou dizer no Congresso Pedagógico. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 60-64, ago.-set.-out. 1935.

SANTOS, Maria Leonidia Pereira dos. O ensino da geografia na escola primária. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 65-71, ago.-set.-out. 1935a.

ANCHIETA, Manoel Carvalho de. Ligeira apreciação sobre a educação physica da criança. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 72-79, ago.-set.-out. 1935.

SOUZA, Custodia Gomes de. O ensino das sciencias physicas e naturaes na escola primaria. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 80-86, ago.-set.-out. 1935a.

FEU ROSA, Alvara. O desenho applicado ás diversas disciplinas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 97-101, ago.-set.-out. 1935a.

TORRES, Rita Monteiro. O ensino da geografia. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 102-106, ago.-set.-out. 1935a.

VIEIRA, Enoe Bruzzi. Como educar. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 107-112, ago.-set.-out. 1935a.

RODRIGUES, Carmem Wanderley. Qualidades do professor. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 113-117, ago.-set.-out. 1935.

PINHEIRO, Maria de Lourdes. Os primeiros ensaios da formação moral e intellectual. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 118-125, ago.-set.-out. 1935.

SILVA, Maria F. de Paiva Monteiro. Evoluções da musica. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 126-129, ago.-set.-out. 1935.

PASSOS, Placidino. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 130-136, ago.-set.-out. 1935b.

MARCHIORI, Oswaldo. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 137-139, ago.-set.-out. 1935b.

TORRES, Rita Monteiro. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 140-141, ago.-set.-out. 1935b.

SOUZA, Custodia Gomes de. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 142-143, ago.-set.-out. 1935b.

FEU ROSA, Alvara. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 144-146, ago.-set.-out. 1935b.

SANTOS, Maria Leonidia Pereira. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 147-153, ago.-set.-out. 1935b.

MIRANDA, Néa M. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 154-155, ago.-set.-out. 1935.

MALTA, Honorilda Pimentel. Plano de aula. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 156-157, ago.-set.-out. 1935.

VIEIRA, Enoe Bruzzi. Planos de aulas. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 158-160, ago.-set.-out. 1935b.

COOPERAÇÃO E EXTENSÃO CULTURAL. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 161-188, ago.-set.-out. 1935.

BIBLIOGRAFIA PEDAGOGICA. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 189-190, ago.-set.-out. 1935.

NOTAS & INFORMAÇÕES. **Revista de Educação**, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 191-200, ago.-set.-out. 1935.

APÊNDICE

TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS

Quadro 25 – Dissertações selecionadas PPGE E PPGHIS Ufes

DISSERTAÇÕES PPGE E PPGHIS UFES				
N.º	Título	Autor/a	Ano	Programa
1	Dever do Estado e direito do cidadão: as políticas públicas no Governo Vargas no Espírito Santo (1930-1945)	Marinete Simões Graziotti ⁷⁶	2006	PPGHIS
2	Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas (1930-1945): o caso do Espírito Santo	Josineide Rosa ⁷⁷	2008	PPGHIS
3	A alfabetização na História da Educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938	Silvia Cunha Gomes ⁷⁸	2008	PPGE
4	Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação Física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940	Tatiana Borel ⁷⁹	2012	PPGE
5	A constituição do Instituto de Educação de Vitória/ES e a formação de professores primários no Espírito Santo (1971-2000).	Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa ⁸⁰	2014	PPGE
6	Escolarização no Norte do Espírito Santo no início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares	Ingrid Regis Freitas Schmitz de Alencar ⁸¹	2016	PPGE

Fonte: Elaborado pela autora.

⁷⁶ GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do Estado e direito do cidadão: as políticas públicas no Governo Vargas no Espírito Santo (1930-1945)**. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

⁷⁷ ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas (1930-1945): o caso do Espírito Santo**. 2008. 350 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

⁷⁸ GOMES, Silvia Cunha. **A alfabetização na História da Educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2008.

⁷⁹ BOREL, Tatiana. **Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da educação física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940**. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

⁸⁰ COSTA, Rita de Cássia Oliveira Pessanha. **A constituição do Instituto de Educação de Vitória/ES e a formação de professores primários no Espírito Santo (1971 -2000)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

⁸¹ ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz de. **Escolarização no Norte do Espírito Santo no início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Quadro 26 – Teses selecionadas PPGE Ufes

TESES PPGE UFES			
N.º	Título	Autor/a	Ano
1	Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico	Sônia Maria da Costa Barreto ⁸²	1997
2	Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas na Escola Normal e no Ginásio Espírito Santo na Primeira República	Maria Alayde Alcantara Salim ⁸³	2009
3	Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história	Andrea Brandão Locatelli ⁸⁴	2012
4	A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)	Rosianny Campos Berto ⁸⁵	2013

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 27 – Trabalho de Conclusão de Curso/CE/Ufes

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/CE/UFES			
N.º	Título	Autor/a	Ano
1	Os Grupos Escolares no Espírito Santo: “imagens” em circulação na revista <i>vida capichaba</i> (1930-1943)	Maria Anna Xavier Serra Carneiro de Novaes ⁸⁶	2013

Fonte: Elaborado pela autora.

⁸² BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

⁸³ SALIM, Maria Alayde Alcantara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

⁸⁴ LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

⁸⁵ BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

⁸⁶ NOVAES, Maria Anna Xavier Serra Carneiro de. **Os grupos escolares no Espírito Santo: “imagens” em circulação na revista *Vida Capichaba* (1930-1943)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2013.

Quadro 28 – Banco de Teses Capes e IBICT (continua)

BANCO DE TESES CAPES E IBICT						
N.º	Título	Autor/a	Ano	Nível	Lócus de análise	Instituição
1	Manuais pedagógicos e programas de ensino: interpretações da escola nova sobre a prática de ensino na formação de professores (1946-1961)	Manuela Priscila de Lima Bueno ⁸⁷	2015	M	São Paulo	Unesp/Rio Claro
3	O embate entre a educação tradicional e a educação nova: políticas e práticas na escola primária de Santa Catarina (1911-1945)	Ana Paula da Silva Freire ⁸⁸	2013	M	Santa Catarina	UFSC
4	Manuais didáticos e a formação de professores nas escolas normais paranaenses (1920-1960)	Shirlei Terezinha Roman Guedes ⁸⁹	2015	D	Paraná	UEM
5	Professores normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960): um estudo sobre trajetórias profissionais	Patrícia Gurgel ⁹⁰	2016	M	Rio de Janeiro	UFRJ
6	Gustavo Capanema: a organização do ensino primário brasileiro no período de 1934-1945	Raquel dos Santos Quadros ⁹¹	2013	M	Paraná	UEM

⁸⁷ BUENO, Manuela Priscila de Lima. **Manuais pedagógicos e programas de ensino: interpretações da escola nova sobre a prática de ensino na formação de professores (1946-1961)**. (2015). Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro. Rio Claro, 2015.

⁸⁸ FREIRE, Ana Paula da Silva. **O embate entre a educação tradicional e a educação nova: políticas e práticas na escola primária de Santa Catarina (1911-1945)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

⁸⁹ GUEDES, Shirlei Terezinha Roman. **Manuais didáticos e a formação de professores nas escolas normais paranaenses (1920-1960)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

⁹⁰ GURGEL, Patrícia. **Professores normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960): um estudo sobre trajetórias profissionais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

⁹¹ QUADROS, Raquel dos Santos. **Gustavo Capanema: a organização do ensino primário brasileiro no período de 1934-1945**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

Quadro 28 – Banco de Teses Capes e IBICT (conclusão)

BANCO DE TESES CAPES E IBICT						
N.º	Título	Autor/a	Ano	Nível	Lócus de análise	Instituição
7	Formação inicial de professores em Sergipe estadonovista: Mensagens dos governadores à Assembléia Legislativa (1930 – 1949)	Blenda Joyce dos Santos ⁹²	2015	M	Sergipe	Unit
8	O embate entre a educação tradicional e a educação nova: políticas e práticas na escola primária de Santa Catarina (1911-1945)	Ana Paula da Silva Freire ⁹³	2013	M	SC	UFSC
9	Um espaço de formação do professor primário: a Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)	Francinaide de Lima Silva ⁹⁴	2013	D	Natal	UFRN
10	A formação de professores na escola normal Joaquim Murtinho no sul de Mato Grosso no período de 1930 a 1973	Caroline Hardoim Simões ⁹⁵	2014	M	Mato Grosso	UFMS

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 29 – Revista Brasileira de História da Educação

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO			
N.º	Título	Autor/a	Número/Ano
1	Estado e políticas educacionais na educação brasileira	Dermeval Saviani ⁹⁶	v. 11, n. 3 (27), set./dez. 2011

Fonte: Elaborado pela autora.

⁹² SANTOS, Blenda Joyce dos. **Formação inicial de professores em Sergipe estadonovista: Mensagens dos governadores à Assembléia Legislativa (1930 – 1949)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes. Aracaju, 2015.

⁹³ FREIRE, Ana Paula da Silva. **O embate entre a educação tradicional e a educação nova: políticas e práticas na escola primária de Santa Catarina (1911-1945)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

⁹⁴ SILVA, Francinaide de Lima. **Um espaço de formação do professor primário: a Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

⁹⁵ SIMÕES, Caroline Hardoim. **A formação de professores na escola normal Joaquim Murtinho no sul de Mato Grosso no período de 1930 a 1973**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2014.

⁹⁶ SAVIANI, Dermeval. Estado e políticas educacionais na educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. Vitória, v. 11, n. 3 (27), p. 153-182, set.- dez. 2011.

Quadro 30 – Revista Brasileira de Educação

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO			
N.º	Título	Autor/a	Número/Ano
1	Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro	Dermeval Saviani ⁹⁷	v. 14, n. 40, abr. 2009
2	História da formação de professores	Leonor Maria Tanuri ⁹⁸	n. 14, maio-jun.-jul.-ago. 2000
3	História da educação e formação de professores	Gary Mcculloch ⁹⁹	v. 17, n. 49, abr. 2012

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 31– Revista HISTEDBR

REVISTA HISTEDBR ONLINE			
N.º	Título	Autor/a	Número/Ano
1	Da prática do ensino à prática de ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do século XIX	Shirlei Terezinha Roman Guedes, Analete Regina Schelbauer ¹⁰⁰	v. 10, n. 37 maio 2010
2	Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas	Maria Célia Borges, Orlando Fernández Aquino, Roberto Valdés Puentes ¹⁰¹	v. 11, n. 42, jun. 2011
3	Liberdade esclarecida: a formação de professores nos anos 1930	Regina Cândida Ellero Gualtieri ¹⁰²	v. 13, n. 52, set. 2013
4	Formação de professores e “Escola Ativa”: reflexões em torno de uma “tradição de inovação”	Joaquim Pintassilgo, Lénia Pedro ¹⁰³	v. 12, n. 46, jun. 2012

Fonte: Elaborado pela autora.

⁹⁷ SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, abr. 2009.

⁹⁸ TANURI, Maria Leonor. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio-jun.-jul.-ago. 2000.

⁹⁹ MCCULLOCH, Gary. História da educação e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 121-238, abr. 2012.

¹⁰⁰ GUEDES Shirlei Terezinha Roman; SCHELBAUER, Analete Regina. Da prática do ensino à prática de ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, v. 10, n. 37, p. 227-245, maio 2010.

¹⁰¹ BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 42, p. 94-112, jun. 2011.

¹⁰² GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Liberdade esclarecida: a formação de professores nos anos 1930. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 13, n. 52, p. 198-214, set. 2013.

¹⁰³ PINTASSILGO, Joaquim; PEDRO, Lénia. Formação de professores e “Escola Ativa”: reflexões em torno de uma “tradição de inovação”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 46, p. 3-23, jun. 2012.

Quadro 32 – Dimensões: Revista de História da Ufes

DIMENSÕES			
N.º	Título	Autor/a	Número/Ano
1	Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940)	Carlos Vinícius Costa de Medonça ¹⁰⁴	n. 25, 2010

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 33 – Educação em Revista (UFMG)

EDUCAÇÃO EM REVISTA			
N.º	Título	Autor/a	Número/Ano
1	A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (Brasil 1920-1940)	Moysés Kuhlmann Jr; Maria das Graças Sandi Magalhaes ¹⁰⁵	v. 26, n. 1, abr. 2010

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 34 – Educação e Pesquisa (USP)

EDUCAÇÃO E PESQUISA			
N.º	Título	Autor	Número/Ano
1	A sala de aula foi o meu mundo: a carreira do magistério em São Paulo (1920-1950)	Wiara Rosa Rios Alcantara ¹⁰⁶	v. 38, n. 2, jun. 2012
2	Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo	Diana Gonçalves Vidal; Luciano Mendes de Faria Filho ¹⁰⁷	v. 28, n. 1, jun. 2002
3	Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930	Olinda Evangelista ¹⁰⁸	v. 27, n. 2, jul. 2001

Fonte: Elaborado pela autora.

¹⁰⁴ MEDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). **Dimensões**, Vitória, vol. 25, p. 182-195, 2010.

¹⁰⁵ KUHLMANN JR, Moysés; MAGALHAES, Maria das Graças Sandi. A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (Brasil 1920-1940). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 327-350, abr. 2010.

¹⁰⁶ ALCANTARA Wiara Rosa Rios. A sala de aula foi o meu mundo: a carreira do magistério em São Paulo (1920-1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 289-305, jun. 2012.

¹⁰⁷ VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 31-50, jun. 2002.

¹⁰⁸ EVANGELISTA, Olinda. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 247-259, jul. 2001.

Quadro 35 – Cadernos de História da Educação (UFU)

CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO			
N.º	Título	Autor/a	Número/Ano
1	Identidade docente coletiva, associativismo e práticas de formação nas décadas de 30 e 40 do século XX	Adriana Duarte Leon ¹⁰⁹	v. 10, n. 2, jul.-dez. 2011
2	Manuais de psicologia: instrumentos de trabalho utilizados na formação dos professores paulistas (1920-1940)	Samira Saad Pulchério Lancillotti ¹¹⁰	v. 12, n. 1, jan.-jun. 2013
4	Das lições de coisas a Escola Nova: ideias em expansão?	Adriana Aparecida Pinto ¹¹¹	v. 12, n. 1, jan.-jun. 2013
5	Infância e educação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova	Marco Aurélio Gomes de Oliveira, Armindo Quillici Neto ¹¹²	v. 11, n. 2, jul.-dez. 2012
6	A escola primária ao serviço do Estado Novo em Portugal	Alberto de Jesus Almeida ¹¹³	v. 10, n. 1, jan.-jun. 2011

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 36 – Revista Brasileira de História

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA			
N.º	Título	Autor/a	Número/Ano
1	Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil	Maria Helena Rolim Capelato ¹¹⁴	v. 29, n. 57, jun. 2009
2	História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)	Diana Gonçalves Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho ¹¹⁵	v. 23, n. 45, jul. 2003.

Fonte: Elaborado pela autora.

¹⁰⁹ LEON, Adriana Duarte. Identidade docente coletiva, associativismo e práticas de formação nas décadas de 30 e 40 do século XX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 175-187. jul.-dez. 2011.

¹¹⁰ LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. Manuais de psicologia: instrumentos de trabalho utilizados na formação dos professores paulistas (1920-1940). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 29-44, jan.-jun. 2013.

¹¹¹ PINTO, Adriana Aparecida. Das lições de coisas a Escola Nova: ideias em expansão? **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 359-363, jan.-jun. 2013.

¹¹² OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes de; QUILLICI NETO, Armindo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 519-542, jul.-dez. 2012.

¹¹³ ALMEIDA, Alberto de Jesus. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 13-31, jan.-jun. 2011.

¹¹⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, jun. 2009.

¹¹⁵ VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, jul. 2003.

Fontes

Quadro 37 – Caixas do Fundo da Educação do Apees

CAIXAS	
18-23A	Ofícios recebidos pelo secretário da Instrução 1930-1939
59-108	Requerimentos recebidos pelo secretário da Instrução 1930-1938
123-136	Minutas de ofícios expedidos pelo secretário de Instrução 1930-1937
145	Inquéritos administrativos de inspetores e diretores escolares – 1909/1916 – 1922/1924 – 1925/1932 – 1934/1937/1930
147	Provas do curso de adaptação: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Escola Normal Municipal de Alegre; provas de Desenho, Ciências Sociais e Naturais, Francês, Sociologia, Geografia, Metodologia, Coreografia, Aritmética
148	Provas do curso de adaptação (1934): Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Escola Normal Municipal de Alegre; provas de: Português, Pedagogia, Francês, Álgebra, Matemática, Geografia, História, Sociologia, Higiene, Física, Química. 1934/1936 – 1940/1941
139, 140 A, 140B	Relatórios dos inspetores, diretores e professores 1929/1931 – 1933/1934/1936/1938 – 1938/1941
141, 142	Termos de visitas de Inspetores de Ensino 1931/1941: Alfredo Lemos, Alonso f. Oliveira, Archimimo Gonçalves, Esmerino Gonçalves, João Ribas de Costa, José de Oliveira Mattos, Placidino Passos, Luiz Edmundo Malzek, José Celso Cláudio, Sylvio Rocio, Ulysses Ramalhete, Theotonio Souto Machado, Zumiro Gomes

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 38 – Livros do Fundo da Educação da Apees

LIVROS	
10	Livro de registro de material da Escola de Porto Novo de Cariacica 1928-1940
22	Livro de termo de promessa de funcionários da repartição 1931-1932
42 (Secretaria de Instrução) 1928/1933 1935/1937 1934	Livro de registro de material da Escola de Laranjeiras do município da Capital

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXOS

ANEXO A – CRÍTICA DE BODART JUNIOR A DEODATO DE MORAES

Imagem 26 - Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (continua)

Instrução Pública

Crítica, Prova e Argumentação, que se encontram no livro a ser dado á publicidade — "Historia da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo", pelo prof. Bodart Junior, Inspetor Escolar.

Não ha muito tempo, apresentou-se no Espírito Santo, o sr. professor Deodato de Moraes, com fama de técnico do ensino e conhecedor profundo da *Pedagogia Científica*.

Arvorou-se em diretor de um *Curso Superior de Cultura Pedagógica*, montado a seu gosto e á sua feição, fazendo-se catedrático de todas as disciplinas, que entram na formação da complicadíssima ciencia da educação! Tornou-se, bem cedo, conhecido em todo Espírito Santo, com a notabilidade de um novo caribante!

Generam os prós da capital, noticiando, em vivos e salientes caracteres que, por orientação de um abalizado mestre, se iam pôr em pratica os novos métodos de ensino, baseados nos modernos principios da *Escola Nova*. E o sr. Deodato de Moraes surgiu em cena, entrando no ambiente do ensino, como macaco em casa de louça.

Fez conferencias sumptuosas, escreveu varios e volumosos artigos nos jornais da capital, que lhe deram fama de erudito. Empolgou-se, de tal forma, em nosso meio, que parecia ter chegado ao ápice do sagrado officio de ensinar.

Pedagogia Científica e Escola Nova eram as suas diretrizes luminosas. Os planos da reforma do ensino, brilhantemente delineados, pelo espirito culto e fino de um moço espiritocientense, não se realizaram a contento. Pois, é bem verdade e, logicamente, bem pensado que um edificio nunca se levantará perfeitamente sólido, si suas obras não forem confiadas ás mãos de um executor capaz. E foi o que, infelizmente, verificamos na obra extraordinária da reforma, tão sábiamente esboçada pelo sr. Attilio Vivacqua; porém, não levada a efeito, integralmente, com a devida eficiencia, por não ter sido bem compreendida pelo sr.

professor Deodato de Moraes, técnico eminentissimo, que gastou o seu precioso tempo em divagações fortuitas, em florilegios flutuosos, em estudos androgenéticos, por ele não bem assinalados.

Perdeu-se, afinal, o sr. Deodato de Moraes, no labirinto inextricavel da Psicanálise, bambocou na sublime ciencia que trata do conhecimento do corpo humano, provando não ser um anatomista; foi pouco habil em suas aulas de Higiene, Fisiologia Humana, Antropologia, etc, assim como, tambem, nas de Psicologia Experimental, deixando seus alunos sem uma explicação segura, a respeito de certos aparelhos imprescindíveis como sejam: Dinamometro de Chéron — Ergógrafo de Musso — Quimógrafo — Pneumógrafo — Sfigmógrafo de Marej — Plethmógrafo — Sfigmomanometro de Bouloin, (para medida da pressão sanguínea) — Canave Labial de Muller — Pilzecker e varios outros.

Desorientou o que estava orientado, desordenou o que se achava em ordem, meteu-se em furduras científicas de toda especie, entrando por um mar revoltoso e cheio de cachopos, vindo, por fim, naufragar numa costa complicada, valendo-lhe a ilha do plagio, que fica proxima

a praia dos que pescam com iscas alheias!

Supôz achar-se em terra de cegos, mas, sem demora, teve a desagradavel surpresa de saber que alguns caçadores exímios, acriticamente á espreita, começavam a descobrir a lebre em campo alheio!

Houve aulas de todas as ciencias, estudou-se a creança física, psicologica e anatomicamente; organizaram-se programas, fizeram-se excursões, crearam-se *Circuitos de Paes e Professores*, porém, tudo mal orientado, concludindo-se com apresentação de teses, directadas em publico, numa apoteose magnífica, extraordinária e surpreendente, que se nos afigurou, perfeitamente, uma pantomima de circo de cavalinhos, bem ensaiada e melhor executada! E o resultado do seu curso de Cultura Pedagógica, podemos apreciar-a através das paginas da sua famosa e volumosa *Pedagogia Científica*, que é formada de trechos de varios autores!

Os trabalhos apresentados são de puros plagios, sendo, então, a obra citada, a mais farta na colheita tão ridicula, quanto criminosa!

Folhiemos algumas paginas da sua *Pedagogia Científica*, sobre a hereditariedade e, principalmente, no que se refere a *Teoria de Weismann*, collidas, com

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2771, p. 1, 27 nov. 1931a.

Imagem 27 - Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (conclusão)

pouca sabedoria, no livro — *A Hereditariedade em Face da Educação*, do notavel professor Octavio Domingues:

"O individuo transmite aos seus descendentes, não os seus caracteres, mas sim a potencialidade dos caracteres da sua raça."

O que serve de elo, portanto, entre a geração actual e a que passou ou entre a actual e a futura, são as células sexuaes... é o germe."

Octavio Domingues p. 20 e linhas 4 e 20.

Deodato de Moraes p. 41 e linhas 6 e 11.

"Numa cultura de mofo, desenvolvida na superfície de um queijo..."

O. Domingues p. 21 e linhas 31.

Deodato de Moraes p. 44 e linha 1.

"A femca virgem (abelha) dá origem a uma prole, em tudo semelhante aos individuos da sua especie e de sua raça... como é o caso dos ovulos maduros, da reprodução sexual."

O. Domingues, p. 23 e linhas 16 e 24.

Deodato de Moraes p. 44 e linhas 8 e 13.

"Se o germe que sai do individuo para reprodução é da mesma natureza que aquelle que sahii dos genitores deste, logico será admitir que a hereditariedade dos attributos desses mesmos genitores para aquelle só se dará por causa dessa continuidade de material, entre o germe de um e o do outro."

O. Domingues p. 24 e linhas 28.

Deodato Moraes p. 45 e linhas 14.

"... é uma simples célula, que se desprende do individuo mãe pre-existente, para originar outro individuo, semelhante ao originario. O phenomeno da hereditariedade aqui é tão simples que parece não existir — é a continuidade pura e simples da forma."

O. Domingues p. 25 e linhas 20.

Deodato Moraes p. 43 e linhas 22.

"As células do corpo — excepção das gonadas — são incapazes de reproduzirem, em geral, uma célula sexual."

O. Domingues, p. 32 e linhas 14.

Deodato Moraes, p. 39 e linhas 25.

"O Gen é uma entidade possivelmente physico-química de natureza invariavel, dentro de certos limites. Se um individuo differ de seus paes, é que nelle já se manifestaram gens até ali inhibidos disso, ou é que se deu nelle a perda ou a latencia de gens até então em plena manifestação nas gerações anteriores, ou é que nelle se operou um encontro de gens, até agora separados em individuos diversos."

O. Domingues, p. 35 e linhas 15.

Deodato Moraes, p. 41 e linhas 24, 25 e 33.

"A sede do gen é o chromossomo. Quando uma célula está em repouso os seus chromossomos não são distinguíveis com os processos communs de pesquisas microscopicas... Se a célula entra em multiplicação, elles se mostram então visiveis pela sua propriedade de bem absorverem os corantes empregados em microscopia. (E o que se observa?) Essa constancia foi entrevista e considerada ha muitos annos já por Slencia (1878). Assim a cobra e o rato têm 16 chromossomos, nas células do corpo; a rã, a salamandra, 24; o homem 48 (Painter, 1923); o pombo domestico, 16; a galinha, 18; o gato, 25-26; o cão, 21-22... (Aqui entra uma pagina inteira de plagio). Os chromossomos parecem apresentar certa independencia entre si, uma certa individualidade, já pela forma, já pelas dimensões, já pela posição que occupam em determinadas phases da visão celular."

O. Domingues, p. 37 e linhas 25 e p. 38.

Deodato Moraes, p. 42 e linhas 13.

"O sexo, que é um caracter dos mais differencaveis na especie... é determinado pela presença ou ausencia de um determinado chromossomo, chamado por isso, chromossomo sexual..."

O. Domingues, p. 39 e linha primeira.

Deodato Moraes, p. 43 e linha primeira.

Mas... Tudo... que o individuo adquire, durante a sua vida embryonaria, ou durante o crescimento e desenvolvimento do corpo, por effeito directo da nutrição, do clima, de molestias ou decessos, da educação, não se transmite á prole."

O. Domingues, p. 41, linhas 16.

Deodato Moraes, p. 40, linhas 3.

"As influencias do meio e da educação affectam tão somente o desenvolvimento do individuo, mas não a constituição da raça. Essas influencias são por consequente temporarias e devem se repetir em cada geração."

O. Domingues, p. 46 e linhas 8.

Deodato Moraes, p. 40 e linhas 19.

As células sexuaes dão origem ao corpo, ... mas as células deste... não podem dar origem aquellas... (as células sexuaes.)

O. Domingues, p. 40 e linhas 7.

(Continúa)

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2771, p. 1, 27 nov. 1931a.

Imagem 28 - Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (continua)

Instrução Pública

Crítica, Prova e Argumentação, que se encontram no livro a ser dado à publicidade — "História da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo", pelo prof. Bodart Junior, Inspector Escolar.

(Continuação)

Deodato Moraes, p. 40 e linhas 19.

As células sexuais dão origem ao corpo... mas as células deste... não podem dar origem àquellas... (às células sexuais.)

O. Domingues, p. 40 e linhas 7.

Deodato Moraes, p. 41 e linhas 16.

"Estes (os gêmeos) são então a "base física" da hereditariedade e também a base visível".

O. Domingues, p. 40 e linhas 23.

Deodato Moraes, p. 41 e linhas 21.

... um indivíduo cego por efeito de acidente no qual se atrophiam seus nervos ópticos, não terá filhos cegos.

... filho de pais com pobreza muscular (por falta de exercícios) poderá ganhar um notável desenvolvimento muscular...

mas seus filhos herdarão a pobreza muscular paterna...

O. Domingues, p. 42 e linhas primeira e 16.

Deodato de Moraes, p. 40 e linhas 7 e 9.

"Se tocarmos (com o dedo) numa braza, imediatamente o nosso braço se afastará bruscamente, sem participação da vontade. Se apertamos levemente a extremidade de uma das patas duma rã, recentemente decapitada, vemos que o animal a retira vivamente, como se elle estivesse intacto. É um simples e claro caso de acção reflexa."

Dr. T. Pinheiro Bittencourt, p. 24 e linhas 9 (Pedagogia Escolar).

Deodato de Moraes, p. 148 e linhas 37 e p. 149.

"Quando chega à escola primaria, sem jardim, sem jogos, sem movimentos, cheia de disciplina, de severidade, de noções

serias, com um mínimo de objectividade, a criança desilude-se, contrai-se, atemorisa-se, recusa ver, ouvir, falar, mexer-se, é reprehendida severamente, sem muitas vezes saber porque, o que acaba de crear nella um estado de alma pessimista, em harmonia com o meio artificial de que faz parte integrante".

Pedologia de Farias de Vasconcelos, p. 97 e linhas 18.

Deodato de Moraes, p. 72 e linhas 9.

"Weber (estudando especialmente a sensação de peso) verificou que o limiar diferencial, isto é a quantidade de que se devia augmentar ou diminuir a intensidade de uma excitação, para tornar a variação perceptível, varia muito desde que se mudasse o valor da intensidade inicial, mas também que sua relação com essa intensidade inicial era constante".

H. Piéron (Psychologia Experimental) p. 20 e linhas 17.

Deodato Moraes, p. 227 e linha primeira.

"A lei de Weber é assim uma lei aproximada, válida tão sómente para os graus médios de excitações."

H. Piéron, p. 21 e linhas 18.

Deodato de Moraes, p. 230 e linhas 7.

Assim, a sua Pedagogia Científica não tem uma só pagina em que se não encontrem plágios.

Supoz o sr. Deodato de Moraes, muito erradamente, ser o magisterio do Espírito Santo composto de individuos de pouco ou nenhuma cultura pedagogica, e, assim, entrou em acção, no campo do ensino, deixando flaccidos os musculos, que lhe dão ás orelhas franco movimento oscillatorio. Pez o seu trabalho como ourives pouco escrupuloso, que enfeita suas peças com pedras preciosas, subtraídas das jóias alheias que, por acaso, lhe caem ás mãos, ou como costureira habil, que aumenta seus haveres fabricando lindas colchas com os retalhos que lhe ficam dos vestidos que confecciona. O seu livro se nos apresenta um lindo anel, cravejado de ricas pedras, de cores diversas, mas, sendo seu, apenas, o metal, reduzido a simples aro estreito e mal polido. Nele nada ha de original que possa nos impressionar; pois, o que nos apresenta é, positivamente, o resultado de uma colheita farta e variada, feita arditosamente, em varios autores. E para conhecermos melhor do que nos ensina a sua Pedagogia Científica, basta que leiamos os seguintes autores: H. D. Chapin — Heredity and Child Culture; Ch. Darwin — De la Variation des Animaux et des Plantes; F. Galton — Hereditary Genius — Inquiries to Human Faculty; S. Herbert — The

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2772, p. 2, 28 nov. 1931b.

Imagem 29: Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (conclusão)

First Principles of Heredity; G. Poyer — Les Problèmes Généraux de l'Hérédité Psychologique; Ch. Richet — Eugenique et Sélection; A. Weismann — Essais sur l'Hérédité; Apert — L'Hérédité morbide.

ESCOLA ATIVA DE VITORIA

Em face dos principios básicos da educação ativa ou funcional, estudados á luz das ciencias biologicas, conclue-se que se não pode dar a esse sistema de ensino uma denominação exclusivamente local ou regional, deduzindo-se, daí, portanto, não ser admissível dizer-se Escola Ativa de Vitoria. Houve, nesse caso, evidentemente, má compreensão logica do termo, ficando, consequentemente provado, não estar o sr. Deodato de Moraes bem inteirado do que seja, em sua finalidade, ensino ativo ou funcional.

Seria acertado dizer-se Escola Nova de Vitoria.

"A expressão, *escola ativa brasileira*, em boa tecnica não faz sentido. Os principios da educação ativa ou funcional decorrem de leis científicas: são universais, portanto. Pode-se, falar numa *escola nova brasileira*, isto é, de um conjunto de doutrinas e principios, visando finalidade especial para o caso educativo brasileiro, como se pode fa-

lar de uma medicina moderna brasileira, como não se pode falar, á rigor, nos principios brasileiros da terapeutica do quíntino, por exemplo." (III Conferencia Nacional de Educação, em 1929, em S. Paulo) Afinal, a sua escola ativa de Vitoria, instalada no Grupo Escolar "Gomes Cardim", teria sido de ótimos resultados se suas aulas fossem melhor orientadas. Professores e alunos atravessaram uma fase de extraordinaria confusão. Imaginava o sr. Deodato de Moraes, no seu neoterismo cronico, uma escola em que a criança ficasse ao abrigo exclusivo da sua vontade desordenada, frequentando as aulas que fossem do seu maior agrado e com o professor de sua maior simpatia, não se lhe contrariando, siquer, nos seus atos de indisciplina. A coacção, o rigor e a severidade, realmente, não devem existir no ambiente da escola, quando temos experiencia que melhor se educa com bons conselhos e expressões carinhosas.

É bem verdade que a criança deve gozar de liberdade, mas não dessa liberdade ampla, que lhe permita fazer o que quer e o que bem entenda e que se degenera em anarquia. "A criança que faz o que quer não é livre. Fica exposta a tornar-se escrava de maus costumes, a ser egoísta e completamente inutil para a vi-

da em comunidade". (Lourenço Filho).

Pois, a liberdade de que nos falam os principais psicólogos é quanto a possibilidade de a criança realizar as condições de vida, de acordo com a sua propria evolução.

"Do ponto de vista biologico, a concepção da liberdade na educação se deve entender como condição idonea do mais favoravel desenvolvimento da personalidade, seja pelo aspecto physiologico, seja pelo aspecto psychico."

Si a vida é desenvolvimento, deixemos as crianças á liberdade para que se possam desenvolver melhormente. Mas, deixa-las á liberdade, de acordo com as modernas teorias biologicas, não significa ao abandono. Cogitase, como se vé, de uma liberdade que tenha, por fim, favorecer o desenvolvimento da personalidade. É uma liberdade para as manifestações espontaneas, para as atividades emfim. E deixar a criança á liberdade, por essa forma, é respeitar a sua individualidade. Em educação, a liberdade não é a licença, nem a indisciplina, que dá direito a fazer o que quer.

Diz Ferrière: "O homem que só attende a seus instinctos é seu escravo, ao passo que quem disciplina suas forças com vistas num alto objectivo, é senhor de

si proprio, é livre. Sob este ponto de vista, pode-se dizer que a nova educação é uma educação para a liberdade, mediante a propria liberdade. Está claro que não se trata da liberdade que consiste em fazer o que se quer e degenera em licença."

De Lourenço Filho, abnegado cultor da Pedagogia Científica, temos o trecho seguinte: "A liberdade em excesso é a escravidão ás paixões. Não será a liberdade no mundo futuro, como não foi em tempo nenhum."

Quer-se, hoje, uma disciplina dinamica, em que todas as crianças se levantem, se movimentem, se reunam em grupos, falem ou se isolem, quando necessario para um trabalho, mas sempre num ambiente de alegria, respeito e ordem. Mas o sr. Deodato de Moraes que teve seu espirito mergulhado num oceano de confusões, entendeu que a liberdade consistia no direito amplo do aluno; isto é, de abandonar a escola para entregar-se aos seus brincos e passeios sem uma finalidade. Assim, grupos de crianças, sem um guia, saiam e iam onde entendiam; ou aos atascadeiros á caçada dos volitantes borboletas, ou ás praias á colheita de estrelas do mar!

Continúa.

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2772, p. 2, 28 nov. 1931b.

Imagem 30 - Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (continua)

Instrução Pública

Crítica, Prova e Argumentação, que se encontram no livro a ser dado á publicidade — "Historia da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo", pelo prof. Bodart Junior, Inspetor Escolar.

(Continuação)

E o problema da reforma, por este paralogismo, evidentemente, não chegaria a uma solução.

O ensino feito em excursões sabemos ser de ótimos resultados, mas quando dirigido e orientado pelo mestre, que saberá encaminhar a criança para a observação do que for necessário e útil.

"Quem visita, hoje, Viena, vê, a todo momento, pelas ruas, pelos jardins, pelos estabelecimentos publicos, pelas fabricas e grandes armazens, grupos de alunos guiados por professores em excursões educativas. As paredes altas e hirtas do edificio escolar cahiram para

que a creança se mova no proprio mundo."

E as excursions para lograrem resultado satisfatorio, far-se-ão, sempre, com uma preparação prévia, dividindo-se a classe em pequenos grupos, que deverão ter encargos e atribuições, muito de acordo com a idade e o desenvolvimento das crianças que os compõem. Numa pagina da *Revista de Ensino de Belo Horizonte*, encontrei um belo artigo — *Como se faz uma excursão* — cheio de ensinamentos uteis aos professores, de onde extrai os periodos seguintes: "Não encaremos a excursão como um passeio ou um divertimento, mas

como uma aula, como qualquer outra, sinão como a melhor das aulas."

"O professor é um mero guia e deve, quando muito, sugerir particularidades dignas de observação, que não foram reparadas pelos alunos." O professor apenas vigia, orienta e indica."

Diz, tambem, Mallar y Cutó: "Las excursions ofrecen tambien situaciones y ocasiones muy a propósito para que los niños adquieran gran número de conocimientos básicos, sobre todo si se les dirige convenientemente, haciendo que observen con interés, procurando que sean parte activa."

O problema da reforma estava na lminencia de fracassar; pois faltava o sr. Deodato de Moraes a idoneidade precisa, a habilitação profissional necessaria para orientar uma obra tão importante.

Mas o sr. dr. Attilio Vivacqua, então Secretario da Instrução, graças ao seu espirito culto, erudito e bem avisado, em tempo, soube tomar as providencias que lhe competiam no caso. Limitando e restringindo tudo, não deixou ao polvo pedagógico, nenhum espaço aos seus rudes tentaculos, que, fechado numa camisa de forças, não poudes mais perturbar o ensino na sua marcha progressiva, principalmente no Grupo Escolar "Gomes Cardim", onde instalou, festivamente, a tenda da desordem e da anarquia!

E este estabelecimento, sempre bem dirigido pelo sr. Placido Passos, conceituado e habil professor capichaba, sem demora, requiriu o seu primitivo conceito.

Causou-me, tambem, admiração a organização de programas das diferentes disciplinas. O ensino verdadeiramente ativo ou funcional, não admite programas preestabelecidos das materias. "E em cada momento uma criação viva do mestre que apenas coordena e afina os interesses das crianças a seu cargo."

A criança, firmando o espirito em cousas do seu interesse, entra a estudar uma série de problemas, que se sucedem naturalmente, concluindo-se, daí, a necessidade de o ensino fazer-se em situação total ou globalizada. O ensino por materia, separadamente, está psicologicamente

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. *Diário da Manhã*, Vitória, n. 2773, p. 2, 29 nov. 1931c.

Imagem 31 - Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (conclusão)

te demonstrado não servir tanto á criança por contrariar a ação coordenadora dos seus interesses naturais. Diz A. Ferrière: "O programma da escola activa se baseia no interesse psychologico da criança. Trata-se de acompanhar-lhe o desenvolvimento, de attender, as suas necessidades no momento em que se manifestam, desenvolvendo-as e tornando-as secundas".

Tratando de programas diz, ainda, o professor Lourenço Filho o seguinte: "Os programas não podem ser organizados a priori, nem impostos sob que pretexto for."

Claparède propõe um quadro de evolução dos interesses, em 3 fases e 6 periodos; Decroly quer um programa, mas de idéas associadas; a professora americana A. Krackowizer é de opinião que as atividades da criança ficam a gravitar em torno de uma série de projetos; Stevenson vê, no ensino, projetos intellectuais e manuais; Kilpatrick que classifica melhor os projetos em 4 tipos; Dewey e Kerschensteiner, considerando a escola um centro de socialização, tambem, não partidarios do

ensino pelo sistema de projetos em comunidade; A. Ferrière tendo em vista estar a criança sujeita ao trabalho escolar dos 6 aos 14, considerou todo o ensino assim dividido: Período dos interesses immediatos de 6 á 9 annos; dos interesses concretos especializados de 10 á 12 annos; dos interesses abstractos de 13 á 14 annos."

Assim, incluindo a boa fé dos poderes publicos, em nosso Estado, em todas as épocas, inequivelmente, sempre bem intencionados e patrioticamente bem animados do maior entusiasmo pela causa sagrada do ensino, audaciosamente, fez anunciar-se tecnico de renome, o que nos levou a acreditar-lo capaz de um empreendimento de tão elevada contextura. Mas foi uma solene bambocchata a sua obra de fanfaria. Tais os seus meneios, tal a sua habilidade na maneira de alçar vãos impetuosos ao limpo e claro céu azul das aventuras, com azas e plumas de pavão, mas de reduzidissima dimensão, tal como um *tenisirostro* a pretender produtos de epióris, tal, enfim, a sua arte maravilhosa de iludir e convencer, que

não ha quem se não deixe envolver por suas tramas!

Emquanto isso, a arvore do ensino, que se avultava, já, preñe de sazonados frutos, teve seus ramos, impiedosamente, esnocados.

Dir-nos-ão: Mas de subito, se tornou frondosa!

Mas é que outros foram os cuidados que a cercaram: O sr. dr. Attilio Vivacqua, então secretario da Instrução, com o curso exclusivo dos seus auxiliares, conseguiu pôr em equilibrio o pendulo aureo do ensino, que oscilava fóra do seu plano.

Verdadeiramente em nosso meio não temos necessidade de um tecnico dessa natureza, inescrupuloso, desorientado, que tudo ensala, começa e nada acaba, introduzindo, no ensino, uma série de novidades, que se não ajustam com as ciencias pedagogicas. Em tudo que fazia deixava transparecer a sua falta de senso e habilidade profissional, recuando, ao mesmo tempo, quando se via á frente de um problema mais grave, com a interessante desculpa de que a sua missão era de orientador e não

de executor e, assim, com essa escapatória clinica e abusiva da boa fé, como o príncipe do El-Dorado, se ha envolvendo no pó do ouro, habilmente preparado pela mão dextra e experiente do professorado capichaba, a toda prova culto, capaz, inteligente e, ao mesmo tempo, tolerante. E é lamentavel tudo isso, quando o Espírito Santo tem já um corpo de professores estudiosos, capazes, especializados, de cultura sólida e bem formada, ao mesmo tempo conhecedores dos principais sistemas de ensino, por uma leitura constante, acompanhando a evolução do ensino em toda a sua plenitude; portanto, apto a executar, com proficiencia, um plano de educação á altura do nosso meio, de acordo com as nossas necessidades, em face das diferenciações regionais e de conformidade com os sistemas mais modernos, postos em pratica nos países de civilização mais adiantada, sem necessitar-mos de orientação de tecnico dessa natureza, que muito se afasta do que nos ensinam os grandes mestres.

Continúa.

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. *Diário da Manhã*, Vitória, n. 2773, p. 2, 29 nov. 1931c.

Imagem 32 - Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (continua)

Instrução Pública

Crítica, Prova e Argumentação, que se encontram no livro a ser dado á publicidade — "Historia da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo", pelo prof. Bodart Junior, Inspetor Escolar.

(Conclusão)

O sr. Deodato de Moraes é Inspetor escolar no Distrito Federal, onde se diz técnico do ensino. E' bem verdade que em varios artigos, nos jornais da Capital, tem tratado, em tésé, de questões pedagogicas de grande vulto, entrando, até, em assuntos de ordem filosofica, em periodos longos e luminosos, mas de origens e fontes por demais conhecidas. E aos olhos dos leigos val, assim, lampeiramente, passando por um cidadão erudito, de mentalidade esclarecida e, afinal, por um cientista de notabilidade rara, quando, na pura realidade, é o contrario de tudo isso. Assim, qualquer que seja o técnico que se contrate

vir ao Espírito Santo, ficará bem avizado de que se deverá esforçar para apresentar obra de mérito, afim de não ser surpreendido por uma critica, que opera em cheio, á luz meridiana da ciencia. Não somos leigos, nem tão pouco incapazes e a nossa tolerancia tem limites. Precisamos de uma reforma de ensino e, sem demora, devemos cuidar de adaptações que se ajustem aos modernos principios da escola nova. Já entre nós se encontram as bases precisas, bastando que façamos com que, sobre éla se levante sobranceiro o edificio educacional, que a nossa época está a exigir.

Os planos da Reforma Attilio

Vivaqua são de extraordinario valor; reúnem em si um conjunto maravilhoso de idéas novas, de principios admiráveis, que, postos em pratica, no terreno das realizações trariam resultados surpreendentes. Ha nas paginas do livro de sua administração um ponto fraco, sómente no que toca a atuação do sr. Deodato de Moraes; mas, por isso não devemos negar o mérito do seu trabalho, que em tudo mais, se nos afigura obra gigantesca, por sua perfeição, capaz de modificar os nossos costumes, oferecendo ás novas gerações maiores possibilidades de vida.

Ahi está o escotismo em franco desenvolvimento, em nosso Estado, que mereceu do seu espirito culto e brilhante o mais carinhoso cuidado. Do "Jornal do Brasil" temos a seguinte opinião: "Hoje em dia não será possível qualquer movimento escoteiro official nos Estados, sem ir buscar os ensinamentos que a modelar organização do escotismo espirito-santense dá e as bellas lições que ministra".

O escotismo é uma escola puramente de vida e educação, que bem se ajusta aos modernos principios pedagogicos. E' a unica

instituição de caráter educativo, até então, mais perfeita na sua organização. Reunidas as crianças em grupos, desde cedo, vão tendo a noção exata da comunidade, estabelecendo entre si espontaneamente, obrigações e deveres sociais. E o espirito de cordialidade e confraternização se apura de tal forma que, os pequenos escoteiros se mostram possuídos do maior entusiasmo por tudo que se relaciona com a vida das crianças, até de países estrangeiros mais distantes. E' quando surge, então, a idéa das relações sociais, por meio do intercambio, que estabelece as correntes de amizade e solidariedade entre os povos, concorrendo, grandemente, para a paz universal.

Diante de tudo isso, para que haja eficiencia no ensino, será necessario que seja reservado aos verdadeiros técnicos os logares que lhes competem na esfera das reformas.

Certa vez, em sugestões que apresentei sobre reforma de ensino, manifestei-me do seguinte modo: — "O Espírito Santo está cheio de pedagogos, feitos por obra e graça da santa politica-gem. São falsos pedagogos que se

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2774, p. 2, 1 dez. 1931d.

Imagem 33 - Crítica de Bodart Junior a Deodato de Moraes (conclusão)

(507) Já conseguimos vender em 1930, desenvolvidas.

orgulham dos cargos que occupam, sem nunca apresentarem provas de habilitação quaesquer, que justifiquem a razão de ser do seu exercicio". A cada momento, surge um leigo que, visando vencimentos mais ou menos rendosos, vem pleiteando a criação de um cargo de técnico para, injustificavelmente, fazer-se chefe dos inspetores, não se lembrando de que lhe serão reservadas decepções amargas, das quais não enau o sr. Deodato de Moraes sem uma prova; pois, precisamos fazer o mundo inteiro compreender que a instrução do Espírito Santo não é apanágio de invalidos.

Não se pôde compreender a razão de ser de uma reforma, sem a colaboração dos professores de comprovada habilitação. E entre nós já os ha em numero suficiente. Si o ensino primario é a pedra angular de todo edificio da civilização, porque se não dá ao professor o logar que lhe cabe na escala social, quando é ele que, instruindo e educando a infancia, com seu saber e sua experiencia, mantem o equilibrio social no seio das gerações, através dos tempos?

"O mestre precisa pensar e criar por si. Precisa ter autonomia didactica, dentro, está claro, das boas normas da eficiencia do serviço e do respeito dos principios científicos".

Nos países de adiantada civilização os professores se congregam, se organizam em associações para estudar, discutir e concertar planos de reformas. E porque não procedermos pela mesma forma? Tenhamos em vista a reforma da instrução da Austria, denominada reforma Gloeckel, que é conhecida como das mais importantes do universo. E as suas bases foram lançadas pelo professorado. Já se achava bem adiantados os estudos a respeito dos novos métodos educativos, baseados na iniciativa do aluno e na cooperação da classe, quando Otto Gloeckel, entrando para o Ministerio da Instrução, não teve duvidas em aproveitar o que o espirito laborioso do professorado já havia organizado. A reforma da Austria, que não ha igual, nem melhor, foi o resultado de estudos e observações dos professores que, com autonomia didactica, conseguiram realizações admiráveis. E basta que digamos que 600 associações de esforçados professores se apresentaram a Gloeckel com numerosas sugestões sobre a reforma de ensino, que foram, por ele, acolhidas com verdadeiro entusiasmo e devida atenção.

A instrução publica de um Estado deve compreender, sempre uma parte administrativa e outra técnica. E esta ultima, para que não venha sofrer os revêzes de uma má orientação pedagogica, por força de circunstancias diversas, deverá ser confiada a um professor de grande tirocinio e capacidade comprovada.

Como se pôderia compreender, afinal, um cargo de chefe do gabinete técnico do ensino, exercido por um leigo ou mesmo por professor sem erudição pedagogica, que estaria no dever de emitir pareceres e decidir das questões de métodos e processos de ensino?

Não ha logica, pois, que possa conceber e justificar semelhante absurdo. "Onde escasseia a técnica, a eficiencia é falha e sómente uma dedicação fóra do comum poderá suprimi-la".

Confiar questões técnicas de ensino a quem de ciencias pedagogicas nada entende, seria como se fosse entregar um relógio de maquinismo delicado, para concerto, ás mãos de um alfaiate que, de relojoeiro, nada saiba.

"A maioria dos fracassos do nosso ensino, sendo todos, tem suas raízes em terreno mal amanhado pela didáctica". Em questões de ensino, torna-se necessario uma seleção, pois, embora todo professor deva ser culto, porém nem todos fazem cultura; uns estacionam, outros leem e não progredem; os primeiros são preguiçosos, os segundos sem mentalidade; os terceiros, que formam um pequeno núcleo, leem, produzem, progredem, fazem progressos, mas são guerreados, negando-se-lhe até o direito ás promoções.

O manifestante pouco caso, desprezo ou indiferença com que são tratados os membros mais representativos do magisterio, se evidencia pela forma porque foi organizada a embalagem da educação que foi ao Rio de Janeiro. Si nela figuram professores abnegados e de reconhecido mérito também, elementos extranhos entraram na sua composição, preenchendo os cláros que deviam ser reservados aos que tem uma existencia de continuo trabalho no ensino e que, injustificavelmente, foram postos á margem como carta de testamento sem valor, unicamente por não se terem agelhado aos officios do mestre, Deodato de Moraes.

Fonte: BODART JUNIOR. Instrução Pública. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2774, p. 2, 1 dez. 1931d.

ANEXO B – SÁTIRA APRESENTADA NO CAP

Argumento concebido pelos meninos Sylvinho Rocio e Oswaldinho Marchiori, com 10 e 12 annos de idade, respectivamente - de uma comedia a ser filmada pelo conhecido poeta Luiz Edmundo, que também attende pela alcunha de Malisek, chefe, nas horas vagas, de um serviço volátil de gramophones e lanternas magicas, especialmente contractado para esse fim, que dizem ser um meio de educação.

O primeiro congresso de imperfeição pedagógica e outras cousas similares, ora reunido nesta cidade de alegre e jovial população, não podia deixar de se divertir, como fazem todas as pessoas que se reúnem em congressos, mesmo porque, segundo as observações scientificas do serodico professor Felix Cardoso da Silva, vulgo Gato Felix, feitas nas innumeradas escolas porque tem passado nestes ultimos seculos (o professor Felix é anti-diluviano) o prazer é uma necessidade natural da criança, a qual, por sua vontade, passaria a infancia a brincar, mandando ás favas toda essa gente que a tortura com methodos e processos de prisão

Aliás o congresso se diverte desde sua installação, quando o João Bastos, commentando a tabella Arnulpho Mattos, affirmou, entre um sorriso maldoso, que os professores incluidos na lettras da famosa tabella (os que nada têm, nada dão e não se afogam porque não deixam a galera do professor Arnulpho) serão obrigados a trabalhar de graça, pagando ainda o aluguer da casa, como se isso tivesse graça e não fizesse a desgraça dos taes coitados que cavam a vida da melhor maneira...

O congresso se diverte com a parte pyrotechnica, confiada a um punhado de artistas de circo, concentrados em circulo concentricos, á moda da escola brasileira de Victoria, na expressão scientifica do Deodato, o mestre incomparavel dos picadeiros pedagogicos.)

Nessa parte, que é o todo do congresso, embora não se permitta aparte em torno de assuntos referentes a essa parte – destaca-se, em primeiro plano, a figura tecnicamente pedagogica de Comenios, ou melhor, Placidino Passos, como também é conhecido, o qual, apezar das 68 rosas que já colheu no jardim da sua preciosa existencia, conseguiu ser um educador modernissimo, digno da escola do futuro.

As suas aulas tem causado hilariedade, principalmente as de systema metrico, pela sua aparelhagem de pregos, martellos, serrotes, formões, etc.

Pouco afeito, porém, ao manejo desse material pedagógico, o ilustre educador terrantez quasi impoz um minuto de silencio aos congressistas (aos homens pelo menos) pois que, cerrando uma carteira, por um triz deixou um dedo como documentação das suas aulas

Os seus alumnos segundo afirmam, vão fazer um metro cubico, com os quadros-negros do estabelecimento...

O congresso se diverte com o trabalho do ilusionista Sylvio Rocio, que é um artista de palco e picadeiro. A sua magica de pião foi muito apreciada, bem como a do copo d'água, a qual segundo um tecnico presente, pode ser considerada como um processo original de irrigação...

Dos trabalhos desse artista, todavia, o que mais me agradou foi o da vela. Trata-se, na verdade, de um numero de grande effeito, já pela techica demonstrada pelo artista, já o pelo desfecho imprevisto da magica. Esse trabalho, no entanto, deu a impressão de que o ilusionista estava morrendo em pleno picadeiro, tanto mais que, no momento em que elle empunhava a vela, accesa, as meninas do côro opheonico, ensaiando o programma da noite, entoaram uma especie de canto de chão..

A impressão desse quadro chegou mesmo a provocar um movimento de pezar entre os que assistiam os trucs pedagogicos do excelente artista.

O congresso se diverte com a Magdalena. Arrependida do tempo em que ensinou pelos velhos processos, essa artista, que é um bom elemento no picadeiro, deu a sua aula o aspecto reclamista das Casas Pernambucanas. O cartaz é o seu meio de ensino. Na sala em que ella tem se exhibido não há mais parede. É só cartaz. Deante disto, affirma-se, e com razão, que o seu methodo de analfabetizar crianças foi concebido em uma loja de turco, em liquidação...

O que é certo, porém, é que seu conceito de educadora passou muito além da Taprobana, como diria Camões, se também fosse congressista, sendo mesmo considerada, pela sua technica cartaziana, uma professora do ooutro mundo, embora por lá não existam senão professores em disponibilidade...

O congresso se diverte com o Lemos. Este, é o homem dos bancos, pois é nos bancos que elle encontra o princípio do prazer para os adultos... Não lemos nada do que o Lemos tem escripto a respeito dos seus projectos bancarios. Mas, como elle é um homem de fundos, tanto que já quebrou um banco, retirando-os no momento opportuno, pode-se se dizer, sem receio, que sua obra sera capaz de fazer mais agiotas para arrancaram as tangas dos funcionários publicos...

O Lemos é um dos artistas mais engraçados da companhia. Dahi a sua predilecção pelos papeis comicos, em que arranca verdadeiras ovações do respeitavel publico.

O congresso se diverte com o Lopes. (Não se trata do que perdeu a guerra naquela posição exquisita, mas do Ribeiro, isto é, do Lopes Ribeiro). Este é o grande idealista da escola productiva. O seu sonho dourado se resume em mandar a criança plantar batatas. Esse ideal domina seu espirito desde que ele soube que o Brasil é um paiz essencialmente agricola. Na impossibilidade, porém, de realizar seu sonho de moço, pois está convencido qde que o paiz é essencialmente carnavalesco, o Lopes, sublimado tão nobre ideal, dedicou-se á architectura, talvez porque essa palavra rima com agricultura.... Dizem os seus intimos que elle é autor de um magnífico projecto para casas de maribondo...

Romantico e sentimental, como todos os rapazes da sua idade, o Lopes tem os seus melhores papeis nos galãs amorosos das pantomimas...

O congresso se diverte com o Marchiori. É um optimo artista. Os seus recursos acrobaticos o colocam numa posição de destaque entre os melhores elementos da companhia.

Mas, tencionando ingressar na vida commercial, que julga menos arriscada e mais rendonsa que o picadeiro, esse artista, burlando o seu contracto com os directores do circo, experimenta, com as crianças, os seus pendores para o malabarismo do balcão, pondo-se á frente de um armazem quebrado, que melhor seria se lhe chamasse quintanda.

Assim, improvisado em taverneiro, aquelle que o surprehende, na sua engenhoca commercial, tem a impressão de vel-o de tamancos, em manga de camisa, o ventre crescido, cavando a vida como o Vaptista alli da esquina...

O congresso se diverte com a Enoe, apezar da sua tendencia pronunciada para os dramas de capa e espada... O seu numero sobre a cathechese dos indios, com aquelle pequeno todo enfeitado de pennas e berloques, teve o effeito de uma tragedia...

Se os congressistas não estivessem dispostos a se divertir, teriam sahido da sala mergulhados em pranto...

Mas, felizmente, todos sahiram alegres...

O congresso se diverte com o Malisek. Este é o artista do cinema que a empresa anunciou, a título de reclamo, como um astro de primeira grandeza, especialmente contractado nos studios de Hollywood.

O seu nome, na verdade, merece a consagração dos cartazes, pois se trata, incontestavelmente, de um artista completo, capaz de figurar qualquer companhia de circo.

Os seus trabalhos têm constituído os numeros mais attrahentes dos programas diários. No trapezio, como no arame, é sempre um excelente equilibrista, causando mesmo a sensação ao respeitável público.

O seu número original é um trabalho sobre couros crús e cortidos. Mas, não conhecendo o ambiente em que vinha se exhibir, elle trouxe o material para apresentar seu numero...

O maravilhoso trapezista, segundo se affirma, é um dos protagonistas do celebre filme "Os quatro diabos", que ainda se recorda com emoção.

O congresso se diverte com Néa Miranda. Menor do que qualquer alumna, desse tamanhosino, ella tem que fazer uso de um caixote para se exhibir no picadeiro.

Mesmo assim, porém, ainda não se fez conhecida do publico, por isso que, ao terminar um trabalho que teve applausos, todos os presentes felicitaram uma menina pensando que o faziam á artista que acabavam de aplaudir...

O congresso se diverte com o Edgard Neves. Alto, espadaúdo, o seu physico, á primeira vista, faz suppôr um homem que engôle espada...

Mas na verdade o Edgard Neves é um verdadeiro campeão dos musculos, é um authentico propagandista da saude. Com os seus pulsos de aço, elle se apresenta, todos os dias, no picadeiro, levantando, continuamente, pesos incriveis, sem demonstrar a menor fadiga, tanto que o publico desconfiado das suas façanhas, affirma, pela voz dos indiscretos, que os taes pesos são de papelão.

E o papelão, que se attribue aos pesos, pertence á liga de defesa contra a tuberculose...

O congresso se diverte com a Rita Torres. É a transformista da companhia. Os seus trabalhos têm merecido o mais justo e entusiasticos applausos. Dos seus trabalhos, porém, merece um registro especial a transformação do alcool em fogo e do fogo em agua.

A technica com que foi feita essa magica consolidou os dotes da notavel transformista, colocando-a mesmo num plano destacada entre seus colegas de picadeiro.

O congresso se diverte com o Durval de Araujo. Mas, sobre elle, não convem dizer nada. É surdo, não escuta.

O congresso só não se diverte com o Lomba. E é natural. O omba tem arrancado tanto dinheiro da bolsa escassa dos congressistas, com seus telegramas panegyricos, que tinha de se tornar, como se tornou, um individuo profundamente antipathico...

A prova disto é que o seu nome constitue um espantelho até mesmo para crianças que costumam entrar por baixo do panno...

O congresso se diverte ainda com outros artistas que, por modestia, estão trabalhando incognitos...

E, como todos os artistas são muito engraçados, a empreza não teve necessidade de contractar um palhaço... (O CONGRESSO..., 1935, p. 191-195).

ANEXO C - PROGRAMA DO CAP

Imagem 34 – Programa do CAP (continua)

RESENHA DE AULAS PADRÃO

Para darmos uma idéa mais perfeita do intenso trabalho desenvolvido nos cinco dias de actividade que constituíram o notavel certamen educacional de Alegre, publicamos, linhas abaixo, a resenha de todas as aulas-padrão, conferencias e preleções segundo as tabelas de serviços organizadas pela sua Direcção.

PROGRAMMA EXECUTADO NO DIA 26 (segunda-feira):

1º turno

NO SALÃO NOBRE

(Congressistas em conjuncto)

A's 8 horas — Palestra pelo Exmo. Sr. Dr. Arnulpho Mattos e pela profa. Maria Leonidia Pereira dos Santos.

ARITHMETICA

(Sala 9)

A's 9 horas — Prof. Placidino Passos (4º anno).
 Profa. Enóe Bruzzi Vieira (1º anno principiante).
 Profa. Maria de Lourdes Pinheiro (Curso de Adaptação).
 Profa. Alvara Feu Rosa "GEOMETRIA" (Collectiva).

SCIENCIAS PHYSICAS E NATURAES

(Sala 6)

A's 9 horas — Profa. Néa Morgade de Miranda (3º anno).
 Prof. Oswaldo Marchiori (4º anno).
 Profa. Rita Torres.
 Profa. Custodia Gomes de Souza.

LINGUAGEM

(Sala 5)

A's 9 horas — Profa. Maria Magdalena Piza.
 Profa. Carmen Wanderley Rodrigues.

Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 181, ago. set. out. 1935.

Imagem 35 – Programa do CAP (continua)

182	REVISTA DE EDUCAÇÃO
	<p>Profa. Honorina Dias da Costa. Prof. Placidino Passos.</p>
	HISTORIA, GEOGRAPHIA E INSTRUÇÃO MORAL E CIVICA
	(Sala 11)
A's 9 horas	<p>— Prof. Sylvio Roclo — GEOGRAPHIA. Prof. Domingos Ubaldo L. Ribeiro — I. MORAL E CIVICA. Profa. Maria Leonidia Pereira Santos — GEOGRA- PHIA.</p>
	2º turno
	(No salão nobre)
	(Congressistas em conjunto)
A's 13 horas	<p>— Profa. Magdalena Piza — "Organização das Cai- xas Escolares".</p>
	MATHEMATICA
	(Sala 9)
A's 14 horas	— Profa. Enóe Bruzzi (1º ano principiante).
A's 15 horas	— Profa. Alvara Feu Rosa — DESENHO — Escola Isolada.
A's 15 horas	— Profa. Carmen Wanderley Rodrigues (1º ano).
	SCIENCIAS PHYSICAS E NATURAES
	(Sala 6)
A's 14 horas	<p>— Profa. Rita Monteiro Torres (Curso de Adaptação). Profa. Custodia G. de Souza (Escola Isolada).</p>
	HISTORIA, GEOGRAPHIA E INSTRUÇÃO MORAL E CIVICA
	(Sala 11)
A's 14 horas	— Prof. Domingos Ubaldo L. Ribeiro — I. MORAL E CIVICA. — Curso de Adaptação.
A's 15 horas	— Profa. Maria Leonidia P. dos Santos — GEOGRA- PHIA — Escola Isolada.
	ALPHABETIZAÇÃO
	(Sala 5)
A's 14 horas	<p>— Profa. Néa Morgade de Miranda (1º ano). Profa. Maria Magdalena Piza (1º ano).</p>

Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 182, ago. set. out. 1935.

Imagem 36 – Programa do CAP (continua)

REVISTA DE EDUCAÇÃO		183
LINGUAGEM E ALPHABETIZAÇÃO		
(Sala 3)		
A's 14 horas	— Profa. Carmen Wanderley Rodrigues (1º anno). Profa. Honorina Dias da Costa (Curso de Adaptação).	
SAUDE		
(Sala 1)		
As 14 horas	— Demonstração de Educação Physica.	
A's 15 horas	— Demonstração de Educação Physica.	
ORPHEON		
A's 14 horas	— Profa. Ruth Bós de Hollanda.	
x x x		
PARTE NOCTURNA		
(Congressistas em conjuncto)		
A's 20 horas	— Falaram os professores:	
	Sylvio Rocio — "A obra educacional da Família".	
	Placidino Passos — Novos methodos do Ensino.	
	Oswaldo Marchlori — "Características das Escolas Tradicional e Renovada".	
PROGRAMMA EXECUTADO NO DIA 27 (segunda-feira)		
(No salão nobre)		
(Congressistas em conjuncto)		
A's 8 horas	— Inspector Alfredo Lemos: — "Organização de Bancos Escolares". Fez ligeira allocução o Exmo. Sr. Director do Ensino que, por motivo de força maior, se retirou naquella data.	
A's 13 horas	— Dr. Francisco Eugenio de Assis. — O Escotismo e o Bandeirantismo como auxiliares do ensino. Durval Araujo. — "Organização da Estatística Escolar.	
(Quarta turma)		
SAUDE		
(Sala 1)		
A's 9 horas	— Profa. Maria G. Andrade. — Demonstração.	
A's 10 horas	— Profa. Elida Gianordoli. — (Escola Isolada).	

Imagem 37 – Programa do CAP (continua)

184	REVISTA DE EDUCAÇÃO
A's 14 horas	— Nadir Mattos Moura. — Idem.
A's 15 horas	— Profa. Edith Kill Ferraz — Demonstração.
A's 16 horas	— Prof. Manoel Carvalho de Anchieta (fichario individual).
HISTORIA, GEOGRAPHIA E INSTRUÇÃO MORAL E CIVICA	
(Sala 11)	
2ª turma	
A's 9 horas	— Profa. Enóe Bruzzi Vieira — (2º anno).
A's 10 horas	— Profa. Maria Leonidia P. dos Santos — (3º e 4º).
A's 14 horas	— Prof. Placido Passos — (3º e 4º).
A's 15 horas	— Prof. Alfredo Lemos (I. M. C. Curso de Adaptação).
A's 16 horas	— Durval Araujo — (Estatística).
MATHEMATICA	
Sexta turma	
(Sala 9)	
A's 9 horas	— Profa. Néa Miranda. — GEOGRAPHIA (2º anno).
A's 10 horas	— Profa. Maria de Lourdes Pinheiro (Curso de Adaptação).
A's 15 horas	— Profa. Alvara Feu Rosa — DESENHO (Escola Isolada).
A's 16 horas	— Prof. Oswaldo Marchiori (3º anno).
SCIENCIAS PHYSICAS E NATURAES	
(Sala 6)	
Primeira turma	
A's 9 horas	— Profa. Rita Torres (4º anno).
ORGANIZAÇÕES COMPLEMENTARES DA ESCOLA	
(Sala 10)	
Quinta turma	
14 horas	— Prof. Durval Araujo. — (Estatística Escolar).
15 horas	— Profa. Ruth Bós Hollanda — (Orpheon).
ALPHABETIZAÇÃO E LINGUAGEM	
(Sala 3)	
Terceira turma	
9 horas	— Profa. Maria Magdalena Piza.

Imagem 38 – Programa do CAP (continua)

REVISTA DE EDUCAÇÃO		185
10 horas	— Prof. Placidino Passos (3º e 4º).	
14 horas	— Profa. Carmen Wanderley Rodrigues (Alph.).	
PROGRAMMA EXECUTADO NO DIA 28 (4ª feira)		
<i>No salão nobre</i>		
(Congressistas em conjuncto)		
8 horas	— Construcção de predios escolares. — D. U. Lopes Ribeiro. Apreciação sobre a Educação Physica da criança. — Manoel C. de Anchieta. — O ensino das S. Naturaes. Custodia G. de Souza.	
13 horas	— Circulo de Paes e Professores. — Sylvio Rocio. Cor-relo Escolar. — Profa. Maria Magdalena Piza.	
19 horas	— No Cinema — Prof. Alfredo Lemos — (Escola Prima-maria e sua Evolução) — Luis Mallsek. — (Edu-cação pelo Cinema). — Edgard Neves — (Tuber-culose).	
SAUDE		
(Sala 1)		
9 horas	— Edith Kil Ferraz. — Demonstraçõ de Educação Phy-sica.	
10 horas	— Nadir Mattos Moura. — "Agua".	
15 horas	— Elida Gianordoll. — "Impaludismo"	
GEOGRAPHIA, HISTORIA E INSTRUCÇÃO MORAL E CIVICA		
(Sala 11)		
9 horas	— Enóe Bruzzi Vieira. — HISTORIA. — Escola Isolada.	
10 horas	— Honorilda Pimentel Malta. — HISTORIA.	
15 horas	— Maria Leonidia Pereira dos Santos — GEOGRAPHIA.	
MATHEMATICA		
(Sala 9)		
9 horas	— Maria de Lourdes Pinheiro.	
10 horas	— Sylvio Rocio (1º anno).	
15 horas	— Maria Augusta de Castro Souza — JOGO EDUCATIVO. (1º anno B).	
SCIENCIAS PHYSICAS E NATURAES		
(Sala 6)		
9 horas	— Custodia Gomes de Souza.	
10 horas	— Rita Monteiro Torres.	
15 horas	— Luiz Mallzeck — LIÇÃO DE COUSAS — COURO. (Aplicação do Cinema Escolar).	

Imagem 39 – Programa do CAP (continua)

186	REVISTA DE EDUCAÇÃO
	ORGANISAÇÕES COMPLEMENTARES
	(Sala 10)
9 horas	— Hanorina D. da Costa — LINGUAGEM.
10 horas	— Ruth Bós Hollanda — ORPHEON.
15 horas	— Durval Araujo — ESTATISTICA.
	LINGUAGEM
	(Sala 3)
9 horas	— Maria Magdalena Pizze. — ALPHABETIZAÇÃO. — (1ª parte).
10 horas	— Oswaldo Marchiori.
15 horas	— Maria Magdalena Pizze. — ALPHABETIZAÇÃO. — (2ª parte).
	PROGRAMMA EXECUTADO NO DIA 29
	(1ª turma)
	(Sala 3)
9 horas	— Elida Gianordoli. — Habitos de hygiene. — Escola Isolada.
10 horas	— Nadyr Mattos Moura.
13-15 horas	— (Salão).
15 horas	— Maria Rattes — Analyse por diagramma (jogo) 4º anno).
	3ª turma
	(Sala 10)
9 horas	— Alvara Feu Rosa. — DESENHO.
10 horas	— Luiz Malizeck. — DESENHO — Estylização.
13-15 horas	— (Salão).
16 horas	— Durval Araujo — ESTATISTICA — (Salão nobre).
	MATHEMATICA
	4ª turma
	(Sala 9)
9 horas	— Maria Rates. — FRACÇÕES ORDINARIAS. — (3º anno).
10 horas	— Placidino Passos — (1º anno principiante).

Imagem 40 – Programa do CAP (continua)

REVISTA DE EDUCAÇÃO		187
13-15 horas	— (Salão).	
16 horas	— Oswaldo Marchiori. — DESENHO. — (3º anno).	
SCIENCIAS PHYSICAS E NATURAES		
5ª turma		
(Sala 6)		
9 horas	— Rita Monteiro Torres.	
10 horas	— Alvara Feu Rosa — DESENHO.	
13-15 horas	— (Salão).	
15 horas	— Oswaldo Machiori.	
16 horas	— Durval Araujo—ESTATISTICA.	
GEOGRAPHIA, HISTORIA E INSTRUÇÃO MORAL E CIVICA		
6ª turma		
(Sala 11)		
9 horas	— Néa Morgade de Miranda. — ESTAÇÕES — (1º e 2º annos).	
10 horas	— Maria Leonídia P. Santos. — GEOGRAPHIA — (1º 2º e 3º annos).	
13-15 horas	— (Salão).	
15 horas	— Enóe Bruzzi Vieira. — INDIOS — (2º e 3º annos).	
16 horas	— Placidino Passos. — RIOS — (3º e 4º annos).	
HORARIO DAS PALESTRAS		
(No salão nobre)		
8 horas	— Maria de Lourdes Pinheiro (Palestra). Dr. José Augusto Soares (Lepra). Alvara Feu Rosa — (O desenho applicado ás outras disciplinas).	
13 horas	— Dr. Arthur Meyrelles. — (A educação sanitaria e o futuro do Brasil). Néa Morgade de Miranda (Mensagem da A. E. N.). Rita Torres. — (O ensino da Geographia).	
14 horas	— Demonstração collectiva de Orpheon, pela profa. Ruth Bós Hollanda.	
19 horas	— No pateo do Grupo. — Fogo do Conselho. — (Escoteiros de Castello e de Alegre. Palestra sobre o escotismo pelo prof. chefe escoteiro Aphrodisio Pereira, Director do Grupo Escolar de Castello e Octacilio Lomba).	
20 horas	— No salão nobre do Grupo. — Hora Literaria.	

Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 187, ago. set. out. 1935.

Imagem 41 – Programa do CAP (conclusão)

188	REVISTA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMMA PARA O DIA DO ENCERRAMENTO	
<i>(Turmas organizadas de accordo com o pedido individual)</i>	
LINGUAGEM	
<i>(Sala 5)</i>	
9 horas	— Carmen Wanderley Rodrigues.
10 horas	— Oswaldo Marchiori. — (2º anno).
14 horas	— Honorina Dias da Costa.
15 horas	— Maria Magdalena Pizza.
DESENHO E GEOGRAPHIA	
<i>(Sala 3)</i>	
9 horas	— Alvara Feu Rosa.
10 horas	— Luiz Edmundo Malizeck. — (5º anno).
14 horas	— Oswaldo Marchiori. — (3º anno).
GEOGRAPHIA	
<i>(Sala 11)</i>	
9 horas	— Placidino Passos. — (2º anno).
10 horas	— Néa Morgade de Miranda.
13 horas	— Enóe Bruzzi Vieira.
15 horas	— Maria Leonidia Pereira dos Santos.
MATHEMATICA	
<i>(Sala 9)</i>	
9 horas	— Sylvio Rocio. (1º anno).
10 horas	— Oswaldo Marchiori.
13 horas	— Maria de Moraes Rattes.
14 horas	— Maria de Lourdes Pinheiro.
15 horas	— Maria Augusta de Castro Souza.
HISTORIA	
<i>(Sala 10)</i>	
9 horas	— Rita Monteiro Torres.
10 horas	— Enóe Bruzzi Vieira.
14 horas	— Honorilda Pimentel Malta.

Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, p. 188, ago. set. out. 1935.

**ANEXO D - LISTA DOS PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL PEDRO II EM
1942**

Imagem 42 – Corpo docente em exercício na Escola Normal Pedro II em 1942
(continua)

ESCOLA NORMAL				
Ano letivo de 1942.				
CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO				
SERIE	MATERIAS	NOME DO PROFESSOR	N.º REGISTRO	Reservado para o visto da Sec. de Registro
<u>PROFESSORES REGENTES</u>				
1a.	Português	João Dias Celares Junior	(aguardando registro)	
1a.	Francês	Silvia Meireles Silva Santos	13.254	
1a.	Geografia	Alberto Stanger Junior	3.018	
1a.	H.Civilização	Manoel Lopes Pimenta	12.487	
1a.	Matematica	João de Almeida e Silva	7.753	
1a.	Ciencias	Artúr Ornéias	12.572	
1a.	Desenho	Rosalina Silva Almeida	11.838	
1a.	Musica-arteão	Ilca Vieira da Cunha	12.768	
1a.	Ed.Fisica	Rita Tesi Quintais	(aguardando registro)	
2a.	Português	João Dias Celares Junior	(aguardando registro)	
2a.	Francês	Silvia Meireles Silva Santos	13.254	
2a.	Inglês	Marie Americ Castelo Branco	(aguardando registro)	
2a.	Geografia	Alberto Stanger Junior	3.018	
2a.	H.Civilização	Manoel Lopes Pimenta	12.487	
2a.	Matematica	João de Almeida e Silva	7.753	
2a.	Ciencias	Artúr Ornéias	12.572	
2a.	Desenho	Juraci Mates de Araujo	12.769	
2a.	Musica-arteão	Ilca Vieira da Cunha	12.768	
2a.	Ed.Fisica	Rita Tesi Quintais	(aguardando registro)	
3a.	Português	João Dias Celares Junior	(aguardando registro)	
3a.	Francês	Silvia Meireles Silva Santos	13.254	
3a.	Inglês	Marie Americ Castelo Branco	(aguardando registro)	
3a.	Geografia	Alberto Stanger Junior	3.018	
3a.	H.Civilização	Manoel Lopes Pimenta	12.487	
3a.	Matematica	João de Almeida e Silva	7.753	
3a.	Fisica	Manoel Moreira Camargo	12.709	
3a.	Quimica	Manoel Moreira Camargo	12.709	
3a.	H.Natural	Artúr Ornéias	17.655	
3a.	Desenho	Juraci Mates de Araujo	12.769	
3a.	"	Rosalina Silva Almeida	11.838	
3a.	Musica-arteão	Ilca Vieira da Cunha	12.768	
3a.	Ed.Fisica	Rita Tesi Quintais	(aguardando registro)	
4a.	Português	João Dias Celares Junior	(aguardando registro)	
4a.	Francês	Silvia Meireles Silva Santos	13.254	
4a.	Inglês	Marie Castelo Branco	(aguardando registro)	
4a.	Latim	Geraldo Costa Alves	(aguardando registro)	
4a.	Geografia	Alberto Stanger Junior	3.018	
4a.	H.Civilização	Manoel Lopes Pimenta	12.487	
4a.	H.Brasil	Manoel Lopes Pimenta	12.487	
4a.	Matematica	João de Almeida e Silva	7.753	
4a.	Fisica	Manoel Moreira Camargo	12.709	
4a.	Quimica	Manoel Moreira Camargo	12.709	

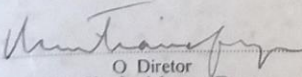
O Diretor
Dr. Christiano Fraga

Inspector Federal
Padre Osvaldo Rocha


Fonte: ESCOLA NORMAL. **Corpo docente em exercício.** Arquivo do Colégio Maria Ortiz, Vitória, s. p., 1942.

Imagem 43 – Corpo docente em exercício na Escola Normal Pedro II em 1942
(conclusão)

ESCOLA NORMAL				
"PEDRO II" Ano letivo de 1942.				
CORPO DOCENTE EM EXERCICIO				
SERIE	MATERIAS	NOME DO PROFESSOR	N.º REGISTRO	Reservado para o visto da Sec. de Registro
<i>continuação</i>				
4a.	H. Natural	Artúr Ornélas	17.655	
4a.	Desenho	Juraci Matos de Araujo	12.769	
4a.	Ed. Fisica	Rita Tesi Quintais	(aguardando registro)	
5a.	Português	João Dias Colares Junior	(aguardando registro)	
5a.	Latim	Geraldo Costa Alves	(aguardando registro)	
5a.	Geografia	Alberto Stanger Junior	3.018	
5a.	H.Civilização	Manoel Lopes Pimenta	12.487	
5a.	H. Brasil	Manoel Lopes Pimenta	12.487	
5a.	Matemática	João de Almeida e Silva	7.753	
5a.	Fisica	Manoel Moreira Camargo	12.709	
5a.	Química	Manoel Moreira Camargo	12.709	
5a.	H. Natural	Artúr Ornélas	17.655	
5a.	Desenho	Rosalina Silva Almeida	11.838	
5a.	Ed. Fisica	Rita Tesi Quintais	(aguardando registro)	
PROFESSORES AUXILIARES TURMAS SUPLEMENTARES				
1a.2a.3a.	Português	Ivo Amancio de Oliveira	7.236	
1a.2a.3a.	Francês	Otávio Passos Costa	--	
2a. 3a.	Inglês	Otávio Passos Costa	3.226	
1a.2a.3a.	Geografia	Emerice Menezes		
1a.2a.3a.	H.Civilização	João Betti Assumpção	(aguardando registro)	
1a.2a.3a.	Matemática	Arildo Lima		
1a. 2a.	Ciências	Eduardo Cavalcanti	17.853	
5a.	H.Natural	Eduardo Cavalcanti	17.853	
1a.3a.	Desenho	Rosalina Silva Almeida	11.838	
	Desenho	Juraci Matos Araujo	12.769	
1a.2a.3a.	Ed.Fisica	Zilda Sodré	359	Div.Ed. Fisica
1a.2a.3a.	" "	Maura Abaurre	360	" " "
1a.2a.3a.	" "	Felisbina de Moraes	-	
1a.2a.3a.	" "	Laura Nascimento Leureiro	-	
1a.2a.3a.	" "	Laura Fundação Pessôa	376	Div.Ed.Fisica
1a.2a.3a.	" "	Lucia Cacciari	-	
1a.2a.3a.	" "	Matilde Crema	379	Div.Ed.Fisica
1a.2a.3a.	" "	Venina Corrêa	-	
5a.	Fisica -Química	Manoel Moreira Camargo	12.709	



O Diretor
Dr. Christiano Fraga



Inspetor Federal
Padre Osvaldo Rocha